



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PEDRO HENRIQUE BATISTELLA

*A ATUALIZAÇÃO DO PASSADO EM DISPUTA: HISTORIADORES(AS),  
MOVIMENTOS SOCIAIS E COMEMORAÇÕES NACIONAIS*

PORTO ALEGRE, 2022

Pedro Henrique Batistella

**A ATUALIZAÇÃO DO PASSADO EM DISPUTA: HISTORIADORES(AS),  
MOVIMENTOS SOCIAIS E COMEMORAÇÕES NACIONAIS**

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria da História e História da Historiografia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Porto Alegre, 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**REITOR**

**Carlos André Bulhões Mendes**

**VICE-REITORA**

**Patrícia Pranke**

**DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Hélio do Couto Alves**

**VICE-DIRETORA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Alex Niche Teixeira**

**COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Igor Salomão Teixeira**

**CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES**

**Luziane Graciano Martins**

**CIP - Catalogação na Publicação**

Batistella, Pedro Henrique  
A atualização do passado em disputa: historiadores  
(as), movimentos sociais e comemorações nacionais /  
Pedro Henrique Batistella. -- 2022.  
251 f.  
Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2022.

1. Comemoração. 2. Historiografia. 3. Movimentos  
Sociais. 4. Teoria da História. 5. Relações Étnico  
Raciais . I. Felizardo Nicolazzi, Fernando, orient.  
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pedro Henrique Batistella

A ATUALIZAÇÃO DO PASSADO EM DISPUTA: HISTORIADORES (AS),  
MOVIMENTOS SOCIAIS E COMEMORAÇÕES NACIONAIS

Dissertação de Mestrado em História apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Teoria da História e História da Historiografia pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 30 de maio de 2022

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu  
Departamento de História  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

Prof. Dr. Francisco Gouvea de Sousa  
Departamento de História  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Profa. Dra. Maria da Gloria de Oliveira  
Departamento de História  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em História e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por terem oportunizado a realização dessa pesquisa tanto em âmbito institucional quanto com aportes financeiros como a concessão de bolsa de pesquisa e o financiamento para a inscrição de eventos e cursos acadêmicos. Meus agradecimentos aos servidores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) por solucionarem todas as minhas dúvidas burocráticas ao longo dos dois últimos anos com muita precisão e atenciosidade. Igualmente agradeço aos professores e professoras das disciplinas cursadas ao longo do mestrado por sua dedicação e esforço em debater e ensinar através do ensino remoto e durante o contexto de imprevisibilidade e apreensão causadas pela pandemia de COVID-19: Arthur Lima de Ávila, Mariluci Cardoso de Vargas, Cláudia Wassermann, Temístocles Cezar, Denise Jardim. Além dos professores e professoras do programa de pós-graduação, agradeço à Cai Miranda e Caroline Nogueira pelas inúmeras horas de aula remota de língua inglesa.

Aos professores Francisco Sousa e Marcelo de Abreu pela leitura atenta do texto de qualificação, assim como pelos comentários críticos e precisos sobre a minha proposta, colocações que foram fundamentais para a continuidade da pesquisa. Igualmente agradeço a Maria da Glória Oliveira pelo interesse e disponibilidade em compor a banca da defesa. Agradeço ao grupo de bolsistas, pesquisadores e pesquisadoras, em especial a professora Caroline Bauer, do Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA) pelos debates, conversas e pesquisas realizadas coletivamente ao longo dos últimos dois anos, interações que sempre me mantiveram entusiasmado com a potencialidade desse campo de investigação. Sou grato a Fernando Nicolazzi, orientador e parceiro desde a graduação, pelo contínuo diálogo e autonomia concedida na minha trajetória de pesquisa, pelas interpelações, sugestões e orientações dadas ao longo da pesquisa, bem como pela oportunidade de realização do estágio docente durante a realização do mestrado. Essa dissertação é resultado igualmente de inúmeros diálogos, debates e coordenações de simpósios temáticos que compartilhei remotamente com os amigos e amigas, sendo imensamente importantes na atenuação do isolamento social e no desenvolvimento da pesquisa: Bruna Mattos, Bruno Laitano, Bruno Martins, Eduarda Soletti, Gabriel Gonzaga, João Camilo Portal, Lúcio Geller Júnior, Maria Eduarda Magro, Thaís Ana Stefani, Vicente Detoni. Um agradecimento aos meus pais, Pedro e Ana, e ao meu irmão, Guilherme, pelo suporte, apoio e paciência incondicionais ao longo do período de pesquisa e escrita da dissertação. Cabe, por fim, uma reverência à música, ao café e ao chimarrão, companheiros diários na intimidade da pesquisa e da escrita.

Seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores  
(Michel-Rolph Trouillot).

## RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo verificar a dinâmica de “produção de histórias” entre movimentos sociais e historiadores acadêmicos nos contextos comemorativos do Centenário da Abolição da Escravidão de 1988 e do V Centenário do Descobrimento do Brasil de 2000. A abordagem compreende na análise da construção e enunciação de historicidades críticas por parte de movimentos negros e indígenas e de intervenções de historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos nos espaços culturais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo. Em vista disso, a problemática orientadora consiste em indagar a respeito do posicionamento crítico comum entre os discursos de memória e o conhecimento histórico disciplinar na tentativa de deslegitimação da linguagem comemorativa nacional das efemérides do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril. A dissertação está estruturada em três capítulos que abordam as seguintes questões: I. uma discussão a respeito da relação entre as políticas de comemoração e a enunciação da identidade nacional a partir da análise de documentos das comissões organizativas e discursos dos presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso; II. a construção de conhecimento histórico no interior dos movimentos negros e indígenas como sujeito coletivos de conhecimento emancipatório com base na análise de manifestos e protestos de rua; III. a relação entre o ambiente epistemológico conformado no processo de profissionalização da historiografia brasileira a partir da década de 1980 e o engajamento político-público de historiadores profissionais, acadêmicos através da verificação da publicação de textos na mídia impressa em torno do tema das efemérides em questão. Com base nisso, é debatido como ambos os contextos de comemoração condensaram disputas e interações entre diferentes lugares epistêmicos assimétricos de produção de histórias sobre os legados do colonialismo e da escravidão, estabelecendo atenção para o caráter das relações de poder que teceram os modos de complementação e tensionamento entre historiografia e ativismo negro e indígena no final do século XX no Brasil.

Palavras-chave: Comemoração, Historiografia, Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

This dissertation aims to verify the dynamics of “production of histories” between social movements and academic historians in the commemorative contexts of the 1988 Centennial of the Abolition of Slavery and the 2000 V Centennial of the Discovery of Brazil. The approach is constituted by the analysis of the construction and enunciation of black and indigenous historicities by black and indigenous movements and by the interventions of professional, academic historians in the cultural spaces of the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*. In view of this, the guiding problem is to investigate the common critical positioning between the discourses of memory and disciplinary historical knowledge in the attempt to delegitimize the national commemorative language of the Thirteenth of May and Twenty-second of April ephemerides. The master thesis is structured into three chapters that address the following questions: I. a discussion of the relationship between commemoration policies and the enunciation of national identity based on the analysis of documents from the organizing commissions and speeches of presidents José Sarney and Fernando Henrique Cardoso; II. the construction of historical knowledge within the black and indigenous movements as collective subjects of emancipatory knowledge based on the analysis of manifestos and street protests; III. The relationship between the epistemological environment conformed in the process of professionalization of Brazilian historiography from the 1980s onwards and the public-political engagement of professional, academic historians through the verification of the publication of texts in the printed media around the theme of the ephemerides in question. On this basis, it is discussed how both contexts of commemoration condensed disputes and interactions between different asymmetrical epistemic sites of production of histories about the legacies of colonialism and slavery, establishing attention to the character of the power relations that wove the modes of complementation and tension between black and indigenous historiography and activism in late twentieth-century Brazil.

Keywords: Commemoration, Historiography, Social Movements.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cartaz da manifestação “Marcha contra a Farsa da Abolição” .....	p.111
Figura 2	Marcha contra a Farsa da Abolição.....	p.112
Figura 3	Forças militares impedindo a passagem da Marcha.....	p.114
Figura 4	Protesto indígena em Brasília.....	p.121
Figura 5	ACM reage à ameaça de Suruí.....	p.122
Figura 6/7	Polícia Militar reprimi manifestantes.....	p.124
Figura 8	Índios xavantes são barrados na entrada de Porto Seguro.....	p.125
Figura 9	Pronunciamento de Matalawê.....	p.126
Figura 10	Capa da edição comemorativa – 13 maio. 1988.....	p.155
Figura 11	Capa do suplemento Folhetim – 12 de mai.1988.....	p.155

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANPUH: Associação Nacional de História.

APOINME: Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos.

CNVC: Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

CAPOIB: Conselho de Articulação das Organizações Indígenas do Brasil.

IPCN: Instituto de Pesquisa de Culturas Negras.

IHGB: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

MIB: Movimento Indígena Brasileiro.

MNU: Movimento Negro Unificado.

SIMBA: Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas.

USP: Universidade de São Paulo.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO I – Comemorações nacionais: memória, nação e alteridades históricas.....	34
1.1 Memória, tempo e política: a transmissão da identidade nacional .....	36
1.2 Cenários comemorativos e as disputas pela memória.....	51
1.3 Figurações do Treze de Maio: da Princesa Isabel à Zumbi dos Palmares .....	62
1.4. Figurações do Vinte e Dois de Abril: da Conquista ao Nascimento do Brasil.....	72
1.5. As comemorações nacionais do final do século XX: entre a era das comemorações e as feridas históricas .....	80
CAPÍTULO II - O que comemorar? ativismo negro e indígena como lugar de produção de conhecimento crítico e emancipatório .....	73
2.1 Atmosferas comemorativas: a circulação das efemérides no espaço público.....	74
2.2 Mídias, identidades e memórias.....	77
2.3 Popularização do passado e atualização da imaginação nacional.....	86
2.4 Experiências de tempo da transição política e a luta pela (re) democratização no Brasil.....	90
2.5 Memórias, identidades e escrita da história.....	92
2.6 Cenas de Protesto.....	96
2.7 Tempo, memória e política.....	119
CAPÍTULO III - Por que comemorar? os (as) historiadores (as) na esfera pública dos usos políticos do passado.....	126
3.1 Escrita da história e engajamento político.....	129
3.2 Crítica, historiografia e jornalismo cultural.....	136
3.3 O historiador(a) na esfera pública dos usos do passado.....	143
3.4 Os historiadores(as) nos cenários comemorativos: entre a complexificação do passado e a desmitificação.....	147
3.5 Historiadores(as) e movimentos sociais: relações de poder, lugares epistêmicos e culturas de passado.....	169
3.6 Teoria da história, descolonização e produção de história.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
FONTES.....	211
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	214
ANEXOS.....	203

## INTRODUÇÃO

Na semana do dia Sete de Setembro de 2020, a Associação Nacional de História (ANPUH) organizou o evento virtual intitulado “Vigília pela Democracia no 7 de Setembro” que contou com a presença de um conjunto diverso de historiadores e historiadoras de diferentes áreas da historiografia brasileira. O objetivo do evento foi demarcar o posicionamento dos historiadores e historiadoras na defesa do conhecimento histórico baseado em *evidências*, de modo a contrapor os mitos nacionais sobre a Independência do Brasil, conforme expressou a historiadora Márcia Motta, presidenta da ANPUH. As *lives*<sup>1</sup> da associação ocorreram alguns dias após a publicação de uma produção audiovisual<sup>2</sup> pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, a qual esteve baseada em uma estética nostálgica e romantizada do passado nacional, promovendo a estreia da série “Um povo heroico” como projeto de comemoração oficial da data de emancipação política do Brasil. Contrapondo-se a esse projeto oficial, pode-se afirmar que o evento da ANPUH representou uma das primeiras iniciativas da comunidade historiográfica brasileira de debate e reflexão sobre as formas de intervenção pública de historiadores e historiadoras no contexto de comemoração do Bicentenário da Independência a ser realizado em 2022, manifestando os compromissos ético-políticos da historiografia através da defesa da democracia e do conhecimento científico.

Essa iniciativa mencionada demonstra como os cenários de comemoração de efemérides nacionais acionam e transparecem as relações de interação conflitiva ou complementar entre práticas memoriais e práticas intelectuais acadêmicas em torno de fatos históricos e questões do tempo presente na cena pública. Nesse sentido, cabe destacar que a década de 2010 no Brasil escancarou o funcionamento da dinâmica interativa entre os posicionamentos e as identidades políticas, os usos e imaginações do passado nacional e os projetos e práticas democráticas e antidemocráticos na sociedade brasileira.

Como aponta Benito Bisso Schmidt, os aniversários redondos recolocam temas na esfera pública “algumas vezes somente a fim de afugentar o fantasma do esquecimento, em outras, para acrescentar novas leituras do passado em questão, reacendendo ou gerando tensões

---

<sup>1</sup> Toda as *lives* que conformaram o evento estão disponíveis na íntegra no canal do Youtube da ANPUH – Nacional: <https://www.youtube.com/channel/UCYwepnQFduxOovsCrJEx32g>.

<sup>2</sup> Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=bkF\\_bAa47P8](https://www.youtube.com/watch?v=bkF_bAa47P8)>.

e debates entre diferentes visões”.<sup>3</sup> Como será argumentado ao longo da dissertação, considera-se que os historiadores e as historiadoras e os movimentos sociais de esquerda assumiram o papel protagonista na luta pela *democratização do passado* que se manifestou na tarefa de “desmitificação” da memória nacional na história recente do Brasil. Desse modo, com a emergência do processo de redemocratização na década de 1980, contextos comemorativos de datas nacionais explicitaram as disputas em torno do passado, uma vez que se constituíram em ocasiões públicas nas quais modalidades de enunciação de discursos e representações foram manifestadas por distintos atores sociais, como o Estado-Nação, os movimentos sociais, os historiadores (as), as mídias impressas e televisivas, o mercado editorial.

Assim, esta dissertação propõe a análise dos contextos do Centenário da Abolição da Escravidão (1988) e o V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000) a partir da observação das intervenções críticas dos historiadores (as) profissionais e dos movimentos negros e indígenas frente às políticas comemorativas oficiais. Ainda que o contato entre os dois atores sociais não tenha sido direto e tampouco marcado pela ausência de tensões e desencontros, o interesse da pesquisa concentra-se em focalizar no *posicionamento crítico comum* de ambos frente às linguagens comemorativas oficiais da abolição e do descobrimento. Para tanto, as fontes de análise escolhidas para a realização da pesquisa consistem em manifestos divulgados pelo *Movimento Negro Unificado* em 1988, pelo *Movimento Brasil: Resistência Indígena, Negra e Popular*, estabelecendo enfoque nas manifestações do *Movimento Indígena Brasileiro* entre 1999 e 2000. No tocando às intervenções dos historiadores (as), a análise está centrada em *publicações e entrevistas* nos espaços culturais jornalísticos da mídia impressa dedicados aos temas das efemérides.

Parece ser um consenso o entendimento de que os movimentos sociais não somente inserem-se na prática historiográfica como objetos de estudo, mas também mantêm uma relação de influência recíproca com a historiografia. Por exemplo, como argumenta Hebe Mattos, as lutas antirracistas, socialistas e feministas ao longo do século XX impactaram diretamente nas reconfigurações dos campos de estudo da escravidão, da história social do trabalho e dos estudos de gênero.<sup>4</sup> Essa consideração reconhece o paralelismo entre as formulações de temáticas da história com as demandas de certos movimentos sociais, manifestando que as problemáticas elaboradas pelos historiadores(as) também são determinadas pelas condições e

---

<sup>3</sup> SCHMIDT, B. B.. De quanta memória precisa uma democracia? uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 22, p. 153-177, 2015.

<sup>4</sup> MATTOS, H. História e Movimentos Sociais. In: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas. (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, v., p. 95-112.

temas do tempo presente. Tal consideração permite afirmar que a prática do revisionismo historiográfico - processo habitual do ofício do historiador(a) – é impactado não somente pela renovação de abordagens, métodos e fontes, mas também pelos usos que se fazem do passado na esfera pública.<sup>5</sup>

No Brasil, o processo de redemocratização na década de 1980 implicou na conformação de um horizonte de (re)democratização como anseio social que tomou diversos caminhos e práticas, entre eles o da narrativa da história nacional, fenômeno manifestado nos discursos de memória enunciados pelos movimentos negros e indígenas e nas renovações dos paradigmas historiográficos. Conforme Elizabeth Jelin, a relação entre memória e democracia<sup>6</sup> nas conjunturas latino-americanas pós-ditatoriais foi estabelecida através das ressignificações do passado de violência por determinados atores sociais, de modo que nesses usos do passado se inscrevia “um horizonte de futuro, uma ideia do que se inscreve hoje (em relação com o ontem) carrega uma mensagem para amanhã, uma intenção de intervir para que o futuro seja melhor”.<sup>7</sup>

Ainda que o argumento da socióloga argentina se refira à produção de memórias sobre as violências da ditaduras civil-militares, no Brasil a conjuntura de redemocratização ativou – com maior intensidade e circulação pública - as memórias do colonialismo e da escravidão, as quais inseriram-se na luta pela construção do sistema democrático baseada no anseio pela ampliação da cidadania calcada na premissa da diversidade étnico-racial enunciados nas agendas dos movimentos negro e indígena. O campo historiográfico, conforme argumenta Rodrigo Turin, apostou na democratização como consciência crítica da história manifestada na renovação do vínculo entre pesquisa, o ensino de história e a formação da identidade nacional.<sup>8</sup> A partir de um viés crítico e autônomo, intensificaram-se os debates em torno de temáticas sobre o colonialismo e escravidão através do investimento na história afro-brasileira, africana e indígena a fim de emancipar-se dos laços umbilicais com o projeto nacional, ainda que a partir da tradição disciplinar e baseado na rede semântica moderna.<sup>9</sup>

---

<sup>5</sup> MATTOS, H. História e Movimentos Sociais. In: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas. (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, v. , p. 95-112.

<sup>6</sup> Em diálogo com Jelin, reconheço a polissemia da palavra democracia, bem como as multiplicidades de usos políticos de tal expressão. Desse modo, em relação ao processo de redemocratização brasileira refiro-me ao projeto institucional e político concebido e dirigido pelo regime militar a partir da década de 1970.

<sup>7</sup> JELIN, Elizabeth. Memoria y democracia. Una relación incierta. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* | Universidad Nacional Autónoma de México Nueva Época, Año LIX, núm. 221 | mayo-agosto de 2014 | pp. 225-242|. A tradução de todas as citações em língua estrangeira neste trabalho é de minha responsabilidade.

<sup>8</sup> TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. *Almanack*, V. -, P. 1-39, 2020.

<sup>9</sup> Ibid.

Nesse sentido, a relação entre ambos os atores ganhou uma nova configuração entre as décadas de 1970 e 1980, quando, conforme Wagner Geminiano dos Santos, da emergência de uma historiografia profissional acadêmica ligada aos programas de pós-graduação, processo que permitiu a renovação e a intensificação da produção do saber histórico sobre a história do Brasil.<sup>10</sup> Concomitante a esse processo, de acordo com José Arruti e Luciana Heimann, observa-se a constituição do Movimento Negro Unificado e de organizações indígenas que se mobilizaram politicamente através da enunciação de memórias e identidades políticas baseadas nas noções de etnia e raça, ocupando o espaço público brasileiro com uma pauta de denúncia dos processos de dominação, hierarquização, discriminação e violência historicamente sofridos<sup>11</sup>. Em vista disso, entende-se que movimentos sociais em questão enunciaram na cena pública discursos de memória que se contrapuseram ao que denominaram de “história oficial”.

Para Francisco Gouvêa de Sousa, a resposta historiográfica à conjuntura da redemocratização na década de 1980 manifestou-se através do movimento de inclusão de novos sujeitos históricos na escrita da história privilegiando, portanto, a história dos sujeitos e grupos subalternizados.<sup>12</sup> Marcada por uma reconfiguração de paradigma teórico-metodológico e de princípios ético-políticos, a escrita da história profissional no Brasil a partir da década de 1980 passou a focalizar a agência social nas experiências políticas e culturais de resistência de sujeitos e grupos subalternos no processo histórico, tendo os campos da história social da escravidão um papel fundamental nessa renovação.<sup>13</sup>

Em vista disso, com base nas considerações de Jacques Rancière e Valdei Araújo, considera-se que a emergência da transição democrática brasileira intensificou o fenômeno moderno de disputa pela democratização das condições de produção de representações sobre o passado nacional, situação que concomitantemente estreitou e tensionou as relações entre discursos de memória e as representações historiográficas.<sup>14 15</sup> Nesse sentido, avalio essa conjuntura de revisão da história nacional conformada pelos discursos de memória dos

---

<sup>10</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>11</sup> HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). *Qual o valor da História hoje?* 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

<sup>12</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018.

<sup>13</sup> Ibid.

<sup>14</sup> RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. Editora Unesp, São Paulo, 2014.

<sup>15</sup> ARAUJO, Valdei. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In Gêssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

movimentos sociais e a emergência de um saber histórico comprometido com a história dos subalternos partir da categoria de feridas históricas de Dipesh Chakrabarty.<sup>16</sup>

Concebida com base na noção de “políticas de reconhecimento” do filósofo Charles Taylor, o historiador indiano argumenta que as feridas históricas consistem em discursos proferidos por movimentos sociais que combinam história e memória ao denunciarem as violências históricas do colonialismo e da escravidão, inserindo esses passados na arena pública contemporânea.<sup>17</sup> Interessa aqui ressaltar a característica dialógica na conformação desses discursos, pois conforme argumenta Chakrabarty, as feridas históricas não são sinônimos das “verdades históricas” produzidas pela pesquisa historiográfica, embora prescindam da sua existência. Nesse sentido, o historiador exemplifica o caso da luta dos aborígenes na Austrália, os quais articularam a pesquisa historiográfica sobre a história aborígene com elementos da sua própria experiência de subalternidade, destacando o movimento de convergência entre a luta aborígene e uma escrita da história dos subalternos para a emergência do discurso de feridas históricas na esfera pública.

A vista disso, considera-se que os cenários comemorativos nacionais em questão refletiram a enunciação de tais feridas históricas relacionadas à luta por ampliação da noção de cidadania pautados pelos movimentos negro e indígena no Brasil iniciada no final da década de 1970 e intensificada no período democrático. Nesse contexto, as comemorações do Centenário da Abolição em 1988 e do V Centenário do Descobrimento do Brasil no ano 2000 consistiram em fervorosos atos coletivos de rememoração em torno da história nacional, nos quais atitudes de celebração e rememoração crítica das efemérides tensionaram-se, revelando distintas formas de estabelecer significado aos legados do colonialismo e da escravidão.

Conforme argumenta Frank Ankersmit, o fenômeno comemorativo não deve ser entendido como sinônimo de rememoração, embora o ato de rememorar por meio de práticas e ritualizações coletivas que estabelecem sentidos ao passado seja uma das suas dimensões fundamentais.<sup>18</sup> A comemoração, assim, se particulariza por conformar um ato coletivo público e performático em torno de uma efeméride em que a convocação por rememorar um indivíduo ou acontecimento possui uma maior relevância do que o próprio objeto comemorativo. Essa particularidade implica a consideração de que o fenômeno de comemoração representa uma modalidade específica da cultura histórica que re-presentifica e atualiza o passado no presente.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). *Manifestos for History*. Routledge, New York, 2007.

<sup>17</sup> Ibid.

<sup>18</sup> ANKERSMIT, F.R. Commemoration and National Identity. *Textos de História*, vol.10, n°1/2, 2002.

<sup>19</sup> Ibid.

Portanto, cabe considerar que os cenários comemorativos são conformados pelo cruzamento entre a dimensão produtiva de memória social e a dimensão ritualística-performática, sendo a partir desse esquema que a significação da efeméride é produzida no presente. Douglas Attila Marcelino sugere que os fenômenos comemorativos das efemérides nacionais possibilitam um enfoque para além da tematização das circunstâncias estritamente políticas e controladoras por parte do Estado nacional, podendo-se aplicar uma abordagem antropológica das festas nacionais que considere as distintas formas de experimentar o tempo, os anseios coletivos e a relação com a escrita da história.<sup>20</sup>

Essa dissertação propõe entrelaçar esses enfoques, tendo como propósito geral o estabelecimento de uma reflexão sobre as relações entre o discurso historiográfico e os discursos de memória em contextos comemorativos de efemérides nacionais. Assim, entendemos esses dois casos como cenários públicos que presentificaram o passado através de discursos, práticas e performances, verificando-se uma multiplicidade de experiências comemorativas e distintas experiências de tempo que determinaram formas conflitantes de estabelecer sentido às efemérides do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Em vista disso, objetivo principal concentra-se na análise de como os movimentos negro e indígena e os historiadores profissionais se relacionaram com as comemorações oficiais. A problemática principal parte em verificar quais significados foram estabelecidos para as datas do dia Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril e de que modo história e memória, enunciados a partir de lugares de enunciação distintos, aproximaram-se, tensionaram-se, distanciaram-se ou complementaram-se em torno da crítica à política de comemoração oficial.

A partir da leitura de referenciais pós e decoloniais, estabeleceu-se uma abordagem de ambas as conjunturas considerando as dimensões étnico-raciais que subsomem nos conflitos pela memória social no Brasil. Conforme argumenta Rita Segato, os discursos e representações nacionais, ao serem construídos e enunciados a partir do lugar de interlocução hegemônico do Estado-Nação, estão relacionados ao processo de “produção de alteridades históricas”, cuja função consiste em dar forma ao “outro” enquanto *diferença estigmatizada* no interior da nacionalidade.<sup>21</sup> A partir dessa categoria, pode-se pensar como a representação do estereótipo

---

<sup>20</sup> MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. *Revista Brasileira de História* (Impresso), v. 31, p. 125-144, 2011.

<sup>21</sup> SEGATO, Rita Laura. Identidades Políticas/Alteridades Históricas: Una Crítica A Las Certezas Del Pluralismo Global. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 97, 1998.

do *índio* e do negro foi enquadrada na identidade nacional historicamente através de políticas de memória, políticas comemorativas e na enunciação dos mitos nacionais.

Conforme afirma a antropóloga Alcida Ramos, a ideia de nação brasileira foi construída com base em duas premissas principais: a unidade territorial e linguística e a suposta homogeneidade cultural derivada da mistura das três raças indígena, negra e portuguesa, a qual “não passa de mistificadora ideologia”.<sup>22</sup> Nesse sentido, há uma longa tradição de estudos na área da história da historiografia, da antropologia e da sociologia sobre a construção dos mitos nacionais brasileiros, como a democracia racial, a miscigenação das três raças e a cordialidade do brasileiro. Embora o processo de “produção de alteridades” nas narrativas históricas nacionais possua trajetórias distintas que remontam, pelo menos, ao século XIX, é possível afirmar que foi no regime ditatorial do Estado Novo em que foi forjada a ideologia nacional da mestiçagem como suposta homogeneidade cultural a partir da realidade social concreta da diversidade étnico-racial que compõem a sociedade brasileira.

Como afirmou Kabengele Munanga a respeito da construção da mestiçagem como símbolo nacional da identidade brasileira se “a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontraram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações de poder”.<sup>23</sup> A partir disso, como afirma Ramos, a ideologia da mestiçagem nunca teve o objetivo de acomodar as legítimas diferenças raciais e étnicas, mas sim ocultar a política de branqueamento da população.<sup>24</sup>

Pode-se afirmar que na imaginação nacional construída pelo Estado nacional até a Constituição de 1988, as representações dos povos indígenas e dos negros nas narrativas históricas do Estado-Nação brasileiro foram estruturadas de modo distinto. Em relação à população negra, a nacionalidade está imaginada a partir do mito da democracia racial que implica na negação e apagamento da dimensão racial nas desigualdades e conflitos sociais entre brancos e negros, afirmando, ao contrário, haver relações harmoniosas e democráticas. Nesse sentido, a valorização da “cultura negra” para a história do Brasil é historicamente ressaltada como suposta comprovação de que não existem conflitos e discriminação raciais na sociedade brasileira. No tocante aos povos indígenas, cabe considerar que a sua diversidade étnica e linguística foi reduzida no construto colonial da palavra *índio*. Como afirma Ramos, “no

---

<sup>22</sup> RAMOS, A. R.. O pluralismo brasileiro na berlinda. *Etnográfica* (Lisboa), v. 8, p. 166.

<sup>23</sup> MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Editora Autêntica, 2ªed, Belo Horizonte, 2006, p.108.

<sup>24</sup> RAMOS, A.R, op. cit.

imaginário nacional, o índio bom é o índio remoto, seja no tempo, seja no espaço. O índio bom é o primeiro habitante do país metamorfoseado em ícone ancestral que deu suor e sangue para fertilizar o que viria a ser o nascimento da nação brasileira”.<sup>25</sup>

Helenice da Silva argumenta que os acontecimentos históricos – como o “descobrimento” e a abolição da escravidão – são utilizados ideologicamente para a enunciação dos mitos nacionais nos momentos de comemorações de efemérides da nação, de modo a “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”.<sup>26</sup> Para Nora Rabotnikof, abordar os mitos políticos nacionais:

não significa (salvo nas visões mais ingenuamente ilustradas) pensá-los como invenção, como acontecimento que não aconteceu ou que não ocorreu conforme afirma a historiografia. Significa dar uma relevância histórica como *organizadora da identidade (nacional)*, como *reservatório de sentidos disponíveis para outros usos*, uma pluralidade ou excedente de sentido que pode ser recomposto, mas cujas possibilidades de recomposição não são infinitas.<sup>27</sup>

Conforme Jelin, esses sentidos são condensados em torno de determinadas datas do calendário nacional, de modo que as práticas comemorativas, por serem ritualizações públicas de enunciação dos mitos nacionais e narrativas históricas, expõem a maneira como as relações étnico-raciais são enquadradas na identidade e memória da nação.<sup>28</sup>

A trajetória histórica das datas do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril trilharam caminhos distintos na história republicana brasileira, porém ambas foram demarcadas no primeiro calendário cívico de 1890 enquanto efemérides que celebravam a “fraternidade nacional”.<sup>29</sup> No que diz respeito ao Treze de Maio, Petrônio Domingues demonstra que o período da Primeira República condensou um conjunto de significados polissêmicos em torno do acontecimento da Abolição da Escravidão.<sup>30</sup> Tecidos por camadas de interpretações e memórias de diferentes lugares de enunciação, o Treze de Maio entrelaçava sentidos cívicos e nacionais que expressavam a união dos brasileiros, a construção de representações laudatórias dos abolicionistas e da Princesa Isabel com lembranças vivas do período da escravidão e

<sup>25</sup> RAMOS, A. R. O pluralismo brasileiro na berlinda. *Etnográfica* (Lisboa), v. 8, p. 166. p.173.

<sup>26</sup> SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438 2002, p.432.

<sup>27</sup> RABOTNIKOF, Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. *Sociohistórica / Cuadernos del CISH* 26 | segundo semestre 2009 | p.187 (grifo meu).

<sup>28</sup> JELIN, Elizabeth. Introducción. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas “in-felices”*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002. p.1-8.

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, nº26, 2000, p.183-202.

<sup>30</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, 2007.

retóricas por direitos e demandas pela ampliação da cidadania expressas em jornais da imprensa negra e pelos “homens de cor”.<sup>31</sup>

Não obstante, o historiador argumenta que as condições da Primeira República não possibilitaram a enunciação da *resistência escrava*, o que não implica considerar que a população negra se relacionava de maneira alienada e passiva perante as comemorações do Treze de Maio. Essa dimensão do protagonismo e da agência dos escravizados na luta contra o sistema escravista com a data da efeméride republicana passou a figurar na agenda política do movimento negro na década de 1970. O Grupo Palmares, fundado em 1971 em Porto Alegre, possui um papel central nessa conjuntura ao ter sido a primeira entidade a defender a substituição das comemorações do Treze de Maio para o Vinte de Novembro. Idealizador da referência à nova data, Oliveira Silveira argumentou que a ideia que moveu o grupo era de que “o treze não satisfazia, não havia por que comemorá-lo. A abolição só havia abolido no papel; a lei não determinara medidas concretas, práticas, palpáveis em favor do negro. E sem o treze era preciso buscar outras datas, era preciso retomar a história do Brasil”.<sup>32</sup> Em pouco tempo a iniciativa do Grupo Palmares foi adotada pelo Movimento Negro Unificado criado em 1978, assumindo doravante um novo sentido ao ser denominado de Dia Nacional da Consciência Negra, sendo, portanto, um elemento chave para a constituição da identidade cultural negra do movimento<sup>33</sup>.

Para o estudo do Centenário da Abolição foi utilizado o vasto material da Coleção Abolição que está disponível online no repositório do Acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro.<sup>34</sup> Conforme a antropóloga Yvonne Maggie, coordenadora do Projeto Abolição, a equipe do Laboratório de Pesquisa Social da UFRJ teve o objetivo de coletar e analisar a partir da categoria *evento* “tudo o que se produziu para “criticar”, “repensar”, “comemorar” ou “negar” o Centenário da Abolição” ao longo de 1988, disponibilizando desse modo fontes para o estudo das diretrizes oficiais comemorativas, os discursos do presidente José Sarney no Treze de Maio, as marchas e manifestos do MNU.<sup>35</sup>

---

<sup>31</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, 2007.

<sup>32</sup> SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto [org.]. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003, p. 24.

<sup>33</sup> SILVEIRA. Op, cit.,

<sup>34</sup> Disponível em: [http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq\\_cultura&pagfis=4527](http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=arq_cultura&pagfis=4527).

<sup>35</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.149-160.

Como apontam Michael Hanchard e José Augusto dos Santos, para compreensão da presença do debate racial promovido pelo MNU<sup>36</sup> na década de 1980 deveriam ser consideradas as relações diretas e indiretas entre o ativismo e a produção intelectual.<sup>37 38</sup> Nesse sentido, cabe considerar que a produção universitária de cientistas sociais e historiadores (as) comprometidos com a desconstrução do mito da democracia racial remontava à década de 1960, os quais estabeleceram diálogos e conflitos com intelectuais negros como Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos que já criticavam a ideologia da democracia racial desde a década de 1940.

No entendimento de Santos, os debates suscitados pelo Centenário da Abolição demarcaram um ponto de inflexão na interpretação da historiografia brasileira da escravidão, ao descolar-se de uma abordagem focada na transição estrutural do trabalho escravo para o trabalho livre em direção ao enfoque na agência dos escravizados, nas suas práticas de resistência e no período do pós-abolição.<sup>39</sup> Essa interação entre o trabalho acadêmico e os movimentos sociais também é ressaltado por Sidney Chalhoub, cujas pesquisas foram fundamentais para tal mudança de paradigma:

Um momento chave nesse caso foi o centenário da Abolição da escravidão, em 1988, que deu origem a uma série de iniciativas governamentais de celebração do evento. As efemérides propiciaram aos historiadores a ocasião para divulgar uma nova historiografia, cuja *ênfase principal estava nos escravos como sujeitos de sua própria história, na importância da atuação deles no processo de extinção da escravidão*. Simultaneamente, o movimento negro ocupava a cena pública criticando de modo incisivo as celebrações e a ideia da Abolição como concessão, dádiva. (...) *A visão crítica dos historiadores e de militantes negros sobre as celebrações de 1988 transformou a sensibilidade pública e a interpretação dos eventos históricos, reconstruindo o significado da Abolição e os discursos sobre raça no Brasil.*<sup>40</sup>

À vista disso, pode-se afirmar que o debate público catalisado pelas comemorações do Centenário da Abolição permite a verificação da conexão das relações raciais com os usos políticos do passado na esfera pública, assim como os efeitos da ressonância entre o MNU e a escrita da história. Se a luta do MNU teve as datas do Treze de Maio e do Vinte de Novembro como pontos chave para a sua constituição enquanto movimento político e cultural, os dissensos em torno do sentido do Vinte e Dois de Abril possuem uma trajetória distinta. Como sublinha

<sup>36</sup> No segundo capítulo desenvolvo definições precisas em torno do que estou entendendo como movimentos negros.

<sup>37</sup> HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 174-175.

<sup>38</sup> SANTOS, José Antônio dos. *História e Cultura Afro-Brasileira e Movimento Negro. Momento* (Rio Grande), v. 22, p. 48, 2013.

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011, p.220, (grifos meus).

Kelly da Silva na sua análise das Comemorações do Descobrimento do Brasil em 2000, o dia Vinte e Dois de Abril, apesar da sua presença no primeiro calendário cívico republicano, não se constitui como um feriado nacional e tampouco possui uma tradição de celebrações no imaginário popular da sociedade brasileira, tendo sido necessário a construção do seu *status* como feriado nacional para aquela ocasião.<sup>41</sup>

A emergência de disputas em torno dos sentidos históricos do “descobrimento” no ano 2000 deve ser compreendido dentro da conjuntura política da década de 1990, momento histórico que a marca da colonialidade<sup>42</sup> das narrativas históricas oficiais dos Estados nacionais latino-americanos foi desvelada pelos movimentos sociais e pela historiografia. Como argumentam Lucas da Mota Farias e Iara Schiavinatto, o debate público em torno do V Centenário do Descobrimento do Brasil foi influenciado pelas discussões e manifestações ocorridas no contexto das Comemorações dos 500 anos da Chegada de Colombo na América em 1992.<sup>43 44</sup> Cabe referenciar ainda que essa última não mobilizou grandes ações do governo federal no Brasil, o que pode ser interpretado como a continuidade das estratégias de construção da identidade nacional brasileira descolada da América Latina, o que implica, conforme Ramos, na mobilização de uma origem particular focada na figura de Cabral.<sup>45</sup>

No entendimento de Shiavinatto, a questão central que marcou os dois contextos comemorativos residiu no questionamento entre celebrar ou não celebrar o “descobrimento”, indagação que fora elevada à debate nacional pelos movimentos sociais e pelos historiadores/as. O debate público parece ter interpelado os historiadores a demarcar sua recusa em participar das celebrações nacionalistas e cívicas, reforçando a função crítica da historiografia a todo e qualquer uso político e ideológico do passado. A política comemorativa oficial teve como narrativa histórica a reciclagem do discurso do “descobrimento” português, fundamentando a escolha do espaço e da paisagem comemorativa na cidade de Porto Seguro na Bahia com a

---

<sup>41</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003.

<sup>42</sup> Conforme Aníbal Quijano, “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular de dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e a escala da sociedade”. *Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-Systems Research*, VI, 2, Summer/Fall 2000, 342..

<sup>43</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

<sup>44</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000). *Práticas da História*, n.º 8 (2019): 49-83.

<sup>45</sup> RAMOS, A. R. O pluralismo brasileiro na berlinda. *Etnográfica* (Lisboa), v. 8, p. 165-183, 2004.

criação do Museu Aberto do Descobrimento e as realizações da cerimônia oficial do 22 de abril e da Missa dos 500 anos.

Em uma articulação inédita na história brasileira, a constituição do Movimento Brasil: Outros 500 de Resistência Indígena, Negra e Popular representou a principal iniciativa contra hegemônica que se mobilizou para contestar a política comemorativa oficial a partir da publicação de manifestos e protestos no espaço público. Conforme Farias, a constituição do Movimento Brasil Outros 500 teve como influência a Campanha Continental 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular que foi conformada por um amplo leque transnacional de movimentos e associações indígenas, campesinas, negras e populares que se organizaram no início da década de 1990 para contestar as comemorações oficialistas dos 500 anos da Chegada de Colombo nos países latino-americanos de língua espanhola.<sup>46</sup>

Entre as dezenas de entidades, associações e movimentos que se envolveram nos eventos organizados pelo movimento no Brasil, pode-se citar como principais promotores o Conselho de Articulação das Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), as instituições indigenistas Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indígena Missionário (CIMI), a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN). Na avaliação de Farias, o Movimento Brasil: Outros 500 representou:

Uma articulação complexa e heterogênea que forma um campo discursivo de ação em que movimentos sociais, grupos e setores da sociedade com diferentes identidades, trajetórias, demandas, necessidades e projetos políticos forjaram uma união em torno da contestação dos sentidos das comemorações oficiais dos 500 anos.<sup>47</sup>

A constituição de tal frente de luta colocou o tema do colonialismo, das estruturas hierárquicas sociais e raciais e o passado de violência, repressão e genocídio na trajetória dos “500 anos do Brasil”. Nesse cenário, como será abordado adiante, os historiadores (as) buscaram intervir publicamente posicionando-se entre a denúncia do eurocentrismo da expressão “descobrimento”, a cautela quanto aos usos anacrônicos do passado e a defesa do conhecimento histórico produzido pela historiografia.

Em vista disso, cabe ao leitor (a) alguns esclarecimentos a respeito de como foi estabelecida a definição da abordagem que entrelaça esses dois contextos comemorativos.

---

<sup>46</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

<sup>47</sup> *Ibid.* p.18.

Como já afirmado, o imperativo de revisão da história nacional ocupou e ainda ocupa um espaço central na esfera pública brasileira através da agenda política dos movimentos negros e indígenas desde o final da década de 1970. Essa premissa foi um dos primeiros tópicos de interesse para a realização dessa pesquisa, de modo que se entendia os contextos comemorativos nacionais como um objeto de estudo possíveis para a verificação das disputas pelo passado nacional. De acordo com isso, a escolha das comemorações do Centenário da Abolição e V Centenário do Descobrimento do Brasil como casos de estudo e a decisão por apreendê-las de modo articulado foi influenciado pela sugestão de periodização de Heymann e Arruti.<sup>48</sup> Com base na perspectiva cultural de Stuart Hall sobre o processo de reconfiguração dos Estados Nacionais e suas narrativas constituintes no último terço do século XX, a historiadora e o historiador analisaram como as relações entre identidade, memória e política foram tecidas na construção de projetos políticos sociais emancipatórios a partir do processo de abertura política e redemocratização no Brasil. Heymann e Arruti identificam que a proliferação e a valorização de memórias de “novos sujeitos políticos” – baseadas na reivindicação étnica, de gênero e de violências históricas – implicaram na construção de uma pauta política pela redefinição de lugares de memória da nação (o calendário de efemérides nacionais, os espaços memoriais e currículos escolares), na normatização e judicialização da memória e na proposição de políticas públicas de reparação simbólica e redistribuição de recursos.<sup>49</sup>

Os pesquisadores entendem que no processo de redemocratização emergiram duas ordens de reivindicação memorial, cada uma com seus próprios atores, temporalidades e institucionalidades: a primeira correspondeu às memórias da violência do Estado perpetrada contra populações indígenas, negras e tradicionais, cujas origens remontam desde o período colonial e imperial; já a segunda diz respeito às memórias da repressão da ditadura civil-militar na história recente. Na avaliação dos autores, a primeira ordem relacionada à memória do genocídio indígena no período colonial e à escravização da população negra ganhou projeção pública ainda na década de 1980, recebendo formulação institucional específica na Constituição de 1988. Heymann e Arruti sugerem um recorte temporal delimitado entre a realização da Missa Terra Sem Males organizada pelo Conselho Indigenista Missionário em 1978 e a comemoração do Descobrimento do Brasil em 2000 como um período que representa, de modo geral, “marcadores de uma mudança de postura da sociedade e do Estado brasileiros com relação à

---

<sup>48</sup> HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). *Qual o valor da História hoje?* 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

<sup>49</sup> Ibid.

memória nacional, levando à adoção de políticas públicas de reparação e valorização de grupos cujas memórias começam então a ser resgatadas”.<sup>50</sup>

Nesse período de “inflexão no trato público” da memória nacional, destacaram-se as conjunturas comemorativas da Comemoração do Centenário da Abolição e da Comemoração dos “500 anos do Descobrimento do Brasil”, uma vez que em ambas as situações a narrativa oficial foi contestada pelos movimentos sociais que demandavam a redefinição da narrativa nacional.<sup>51</sup> Com base nisso, formulou-se o projeto de pesquisa que teve o intuito de verificar o conflito entre as narrativas hegemônicas da política comemorativa oficial e os discursos de memória contra hegemônicos do Movimento Negro Unificado e das organizações indígenas.

Dessa forma, iniciou-se a pesquisa através do mapeamento dos debates públicos suscitados nos dois contextos. Logo, destacou-se a percepção de que os historiadores e historiadoras foram intensamente solicitados como *especialistas do passado nacional* para decretar qual deveria ser o posicionamento correto diante da comemoração ou para divulgar os estudos historiográficos sobre os acontecimentos. A partir da visualização de diversas intervenções de historiadores e historiadoras nos dois contextos, observei o fato de que em ambos os cenários, embora a historiografia e os movimentos sociais em questão compartilhassem de uma perspectiva de relação crítica com as comemorações, os historiadores (as) não estabeleceram interlocução com tais enunciações críticas populares acerca do comemorado. Em outras palavras, eram escassas as menções de historiadores e historiadoras às narrativas críticas dos movimentos sociais.

Essa observação inicial incentivou-me a deslocar o foco da pesquisa, de modo a recuar da análise da política comemorativa oficial, ainda que necessária sua descrição, e passar para a identificação das (des) conexões funcionais entre os discursos de memória e os discursos históricos na crítica às linguagens comemorativas. Assim, considera-se que os dois cenários comemorativos em questão podem ser utilizados enquanto prismas<sup>52</sup> para verificar as relações entre as revisões historiográficas da história da escravidão e do colonialismo, a mudança de conjuntura histórica no Brasil marcada pelo retorno da democracia e pela emergência dos

---

<sup>50</sup> HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). *Qual o valor da História hoje?* 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 108.

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> A noção de “prisma” para refletir em torno dos contextos comemorativos foi mobilizada a partir da abordagem do historiador Fernando Devoto. DEVOTO, Fernando J. Conmemoraciones poliédricas: acerca del primer Centenario em la Argentina. In: PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Martha (comp). *Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado: la elaboración social de la experiencia histórica*. Miño y Dávila Editores. Ciudad de Buenos Aires, Argentina, 2014.

discursos de feridas históricas dos movimentos sociais. Justifica-se, assim, a escolha pelos contextos comemorativos devido a sua característica performática de *presentificação* do passado na esfera pública através das políticas de comemoração do Estado-Nação, catalisando os temas do “descobrimento” e da abolição no centro do debate público nacional.

Cabe o destaque de que a abordagem da pesquisa não busca a comparação literal (ainda que comparações sejam inevitáveis) entre os dois momentos comemorativos, mas sim a intenção consiste em pensá-los articuladamente como cenários em que a disputa pela regulação do passado nacional foi condensada em conjunturas específicas da Nova República, a saber: o período da transição civil no governo de José Sarney e o período de governo democrático neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, concentra-se menos nas diferenças conjunturais entre os anos de 1988 e 2000 do que no imperativo comum da democratização do passado manifestado tanto nas ruas pelos movimentos negro e indígena quanto pelos historiadores(as) profissionais, acadêmicos. Desse modo, essa pesquisa justifica-se na intenção de contribuir para a compreensão das condições de elaboração de narrativas históricas e da dinâmica dos seus usos na conjuntura política aberta pelo processo de redemocratização na década de 1980.

Nesse sentido, convém definir que os cenários comemorativos em questão foram conformados por distintas culturas de passado. Fernando Nicolazzi propõe essa categoria como uma noção operativa para verificar os usos e conflitos pelo passado, de modo a “descrever e analisar situações em que a relação com os variados passados não é atravessada necessariamente pelo registro do conhecimento científico da história”.<sup>53</sup> Nesse movimento de problematização da vinculação automática entre história e passado, Nicolazzi propõe distinguir o passado como um artefato cultural que é “cultivado” performaticamente para diferentes propósitos sociais coletivos e individuais e a história como um determinado código disciplinar conformado por protocolos e uma concepção universalizante de tempo.<sup>54</sup> Assim, a categoria é pertinente na consideração de que o discurso historiográfico e as narrativas da história nacional (como as enunciadas nas políticas comemorativas) consistem em uma determinada cultura de passado, isto é, uma cultura *histórica* de passado inscrita no modelo historicista marcada pela relação processual, linear e progressiva como experiência de tempo e pela noção de história enquanto singular-coletivo.<sup>55</sup> Pode-se dizer que os discursos de memória enunciados pelos

---

<sup>53</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento*. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 239.

<sup>54</sup> Ibid.

<sup>55</sup> Ibid.

movimentos sociais são atravessados por interações distintas com o passado, uma vez que são definidas pelas experiências concretas de subalternidade que conformam as identidades políticas dos coletivos.

Para além de identificar as distintas culturas de passado, interessa ressaltar a dimensão de interação em que culturas de passado “dialogam, interagem, entram em tensão, colidem, transformam-se mutuamente entre si”.<sup>56</sup> Dessa forma, entende-se que a observação desses dois cenários comemorativos em conjunto permite uma análise localizada de um amplo e complexo processo de expansão de discursos e experiências sobre e *com* o passado nacional através da emergência dos movimentos sociais, observando de que maneira tais discursos de memória impactaram e tensionaram as condições de legitimação e produção da escrita da história.

Em vista disso, considera-se que os discursos de memória enunciados pelo Movimento Negro Unificado e pelos povos indígenas ao longo da Nova República apresentaram regimes de inscrição da temporalidade e modos de acesso ao passado que desestabilizam tanto a narrativa dos mitos nacionais quanto a epistemologia da escrita da história. Como será abordado, o núcleo enunciativo dos discursos de memória é baseado na experiência histórica, de modo que as tramas entre passado e presente são suspendidas a fim de expor a perpetuação do legado estrutural da conquista e da abolição na vida de negros e indígenas na Nova República.

Nesse sentido, observando a explosão de novos usos do passado na esfera pública a partir da década de 1970, Manoel Salgado Guimarães avaliou que:

(...) entramos num tempo em que nossa relação com o passado vem se alterando de maneira significativa. Parece haver um passado que se recusa a ser passado segundo essas novas exigências, e sua recordação impõem-se como imperativo de ordem política. Como então submeter às regras do ofício um conjunto de experiências que, ao não se transformarem em passado, não cumprem aquilo que fundara a própria condição de nosso ofício segundo uma perspectiva moderna ou, se quisermos, disciplinar? A condição de não serem mais presente para então serem conhecidas pelo olhar do historiador.<sup>57</sup>

Para Guimarães, a evocação da memória se tornou uma das condições da produção do saber histórico na contemporaneidade. No entendimento do historiador, a historiografia deve realizar um trabalho de autorreflexão, de modo a reconhecer sua historicidade que se inserem uma determinada cultura histórica que dialoga e tensiona-se com distintos regimes discursivos

---

<sup>56</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento*. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 235.

<sup>57</sup> GUIMARAES, Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 27.

sobre o passado como os relatos testemunhais, os usos políticos do passado e o ensino de história. Nesse sentido, o estudo das formas de produção de passado não acadêmico seria uma das possibilidades de compreensão das condições de produção e legitimidade do discurso historiográfico na contemporaneidade.

Com o intuito de estabelecer uma abordagem que privilegia as conexões funcionais entre história e memória no espaço público, diálogo com a perspectiva dos estudos da antropóloga Diana Taylor, uma vez que permite a reflexão articulada entre os dois conceitos. A teoria de Taylor está inserida nos estudos norte-americanos da Performance, sendo fundamental as noções de arquivo, repertório e roteiro.<sup>58</sup> No seu entendimento, o arquivo e o repertório constituem dois atos de transferência de conhecimento com características distintas, cujas interações são marcadas por relações de poder assimétricas. Enquanto o arquivo corresponde ao espaço moderno epistêmico que armazena materiais duradouros, o repertório se refere à dimensão efêmera que se manifesta em práticas e conhecimentos incorporados (oralidades, danças, rituais). O arquivo, portanto, é responsável pela produção da memória arquivada, já o repertório corresponde à encenação da memória incorporada através de, por exemplo, performances teatrais e corporais conjugados a discursos de protesto. A atenção à dinâmica interativa entre arquivo e repertório é tão importante quanto a definição de suas particularidades. Conforme Taylor: “O arquivo e o repertório têm sempre sido fontes importantes de informação, sendo que cada um excede as limitações do outro em sociedades letradas e semiletradas. Além disso, eles, em geral, trabalham em conjunto. Inúmeras práticas nas sociedades mais letradas requerem tanto a dimensão arquivada quanto incorporada.”<sup>59</sup>

Em vista disso, a noção de *roteiro* constitui uma ferramenta heurística que permite “reconhecer mais completamente as maneiras como arquivo e o repertório funcionam para constituir e transmitir conhecimento”<sup>60</sup> como nos casos das comemorações nacionais. Desse modo, convém observar os roteiros subsumidos nos pronunciamentos e encenações *comemorativas* como “paradigmas para a construção de sentidos que *estruturam os ambientes sociais, comportamentos e consequências potenciais*”<sup>61</sup> que se valem tanto do arquivo quanto do repertório na construção dos discursos e rituais comemorativos. Nesse sentido, os roteiros apontam para o “arcabouço” que precede e orienta tanto a dimensão narrativa quanto as suas encenações, rituais e o papel da audiência na teatralidade da comemoração, estruturando

---

<sup>58</sup> TAYLOR, Diana. **O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

<sup>59</sup> Ibid. p.51.

<sup>60</sup> Ibid.p.67.

<sup>61</sup> Ibid. p.67.

previamente sua compreensão e sendo responsável pela sua *repetição cumulativa* que se verifica historicamente. A equação que conforma o roteiro é formada pela dimensão da montagem (narrativa e enredo) somada às ações e comportamentos de personagens, cujas funções são previamente definidas, porém sujeitas à subversão. A partir disso, Taylor delimita alguns traços básicos do roteiro como o local físico (cena), os personagens centrais, ações e gestos, a audiência e, por fim, o seu caráter mimético.<sup>62</sup> Marcelo de Abreu dialoga com a teoria de Taylor para pensar os fenômenos comemorativos brasileiros e a *linguagem nacional*.<sup>63</sup> A leitura que Abreu faz da teoria de Taylor é profícuo para essa dissertação pois atenta para o *processo de conjugação entre arquivo, repertório e roteiro* manifestado na repetição da linguagem nacional comemorativa brasileira que, por sua vez, se reverbera em múltiplos espaços midiáticos e discursos da sociedade civil.

Ademais, mobilizo a perspectiva apresentada por Aleida Assmann, a qual afirma que memória e história podem ser abordadas a partir da sua *dimensão relacional produtiva*, focalizando no *imbricamento corretivo* entre ambos os discursos. Desse modo, propõe a compreensão da relação dos conceitos como dois modos complementares da recordação: a memória funcional e a memória cumulativa.<sup>64</sup> A respeito da memória funcional, Assmann considera que:

Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro. As ciências históricas, por sua vez, são uma memória de segunda ordem, uma memória das memórias, que acolhe em si aquilo que perdeu a relação vital com o presente. Sugiro atribuir a essa memória das memórias a designação memória cumulativa. Conhecemos bem as desilusões que o esquecimento nos impõe, a perda irreversível do saber ponderado e de experiências vitais. Sob o teto amplo das ciências históricas podem guardar-se vestígios inabitados e acervos que ficaram sem dono, mas que podem ser recuperados, de modo a oferecer novas possibilidades de adesão à memória funcional.<sup>65</sup>

Essa abordagem permite relacionar a memória funcional com o processo de construção de identidade de agentes sociais coletivos como o Estado nacional e os movimentos sociais, uma vez que cumpre a função de construção seletiva e associativa de significado de experiências, lembranças e esquecimentos. No caso da memória cumulativa são os arquivos,

---

<sup>62</sup> TAYLOR, Diana. *O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

<sup>63</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. , p. 251-275.

<sup>64</sup> ASSMANN, Aleida. Memória funcional e memória cumulativa – dois modos de recordação. In: ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Editora Unicamp, Campinas, 2ºed. 2018, trad. Paulo Soethe (coord).

<sup>65</sup> Ibid. p.147.

museus, bibliotecas, memoriais, institutos de pesquisa e universidade que cumprem o papel de produção de um repositório de conhecimento “inabitado” que circunda a memória funcional.<sup>66</sup>

O aspecto fundamental dessa abordagem para esta pesquisa reside na consideração do trânsito e intercâmbio fluido da “fronteira móvel” entre os dois modos de recordação a ponto de possibilitar tanto que a memória cumulativa cumpra a função de “verificar, sustentar ou corrigir a memória funcional” quanto a memória funcional seja capaz de “orientar e motivar a memória cumulativa”.<sup>67</sup> Esse intercâmbio é dependente das condições sociais, políticas e culturais tanto no sentido de definir quais elementos do repositório da memória cumulativa serão incluídos na memória funcional quanto nas próprias condições políticas de manutenção de espaços de produção de memória cumulativa. Portanto, essa perspectiva possibilita a abordagem das relações complementares entre discursos de memória e o discurso histórico enquanto uma relação recíproca e corretiva, ainda que indiretamente. A consideração desse imbricamento corretivo reconsidera o valor social da historiografia e afasta-se de uma abordagem que julga “caráter mítico” à memória.<sup>68</sup>

Desse modo, as perspectivas de Taylor e Assmann se complementam para a análise que se propõe essa dissertação, uma vez que aquela enfoca na conjugação do conhecimento histórico produzido a partir da base epistemológica moderna do arquivo com os meios rituais, corporais e experienciais de produção de memória social, processo que se manifestam nas ritualizações comemorativas nacionais que mesclam entre o conhecimento histórico produzida pelas historiografias nacionais e a ritualística do Estado-Nação. Já a perspectiva de Assmann permite observar as relações contemporâneas de intercâmbio entre a escrita da história com as demandas sociais pela memória e identidade, ressaltando o fluxo recíproco entre universidade e lutas sociais e políticas.

Em vista disso, foram selecionadas as seguintes fontes para a análise dos discursos de memória do Movimento Negro Unificado e do Movimento Indígena Brasileiro: *Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado: “Centenário da Abolição”*, o manifesto<sup>69</sup> *Marcha Indígena 2000: os povos indígenas retomam o Brasil* lançado pela Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos (APOINME), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Conselho de Articulação dos Povos

---

<sup>66</sup> ASSMANN, Aleida. Memória funcional e memória cumulativa – dois modos de recordação. In: ASSMANN, A. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Editora Unicamp, Campinas, 2ªed. 2018, trad. Paulo Soethe (coord).

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Ibid.

<sup>69</sup> Agradeço ao historiador Lucas da Motta Farias por ter me cedido uma fotocópia do documento, já que as condições pandêmicas impediram o deslocamento ao arquivo do CIMI em Brasília.

e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB) e o *Documento Final Manifesto da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil* ocorrida entre 17 e 21 de abril de 2000 em Coroa Vermelha, Bahia.

O marco teórico-metodológico de análise de tais fontes consiste na mobilização da categoria de *produção de história* conforme utilizado pelos historiadores David W. Cohen<sup>70</sup>, Michel-Rolph Trouillot<sup>71</sup> e Mario Rufer.<sup>72</sup> De acordo com Cohen, a noção busca verificar os modos de “processamento do passado nas sociedades e cenários históricos em todo o mundo, e as lutas pelo controle das vozes e textos em inumeráveis cenários, os quais frequentemente animam o *processamento do passado*”.<sup>73</sup> A identificação da *dimensão das relações de poder* é fundamental na perspectiva do historiador norte-americano, a qual é abordada também por Trouillot para pensar *os processos e condições assimétricas de produção de narrativas sobre o passado*, considerando as intrínsecas relações entre poder e silenciamentos nas representações históricas. Compartilhando dessas premissas, uso da categoria por Rufer nos interessa especialmente, uma vez que o historiador argentino a articula com referenciais pós-coloniais, abordando *as dimensões étnico-raciais* nas práticas de produção de histórica. Desse modo, enquanto conceito heurístico, a categoria de produção de história refere-se às tentativas de gestão/administração do passado no espaço público que se manifesta em políticas e discursos de memória. Cabe destacar que a referência à administração do passado refere-se:

[à] apropriação social das formas de ordenar, manipular e tratar de fixar, mediante recursos diferenciados, o acesso e a significação das narrações sobre o passado. Esses recursos são *narrativos* (textuais, orais ou escritos), *simbólicos* (através de objetos que podem transferir ou conter conceitos e ideias precisas sobre o passado das sociedades), e *performáticos* (cerimônias ou atos que contêm uma capacidade semiótica: elas mesmas podem ser formas sociais de ordenar a transmissão de ideias/preceitos/marcas do passado).<sup>74</sup>

Assim, a noção de produção de história refere-se às práticas e discursos de produção de narrativas e representações do passado, levando a consideração das condições desiguais de poder e as disputas políticas no espaço público. Por consequência, essa abordagem não se fundamenta na pretensão de verificar a inscrição do uso político do passado em sua relação com a evidência histórica disciplinar, mas sim em como os sentidos de evidência, tempo, passado e verdade histórica são produzidos e mobilizados em práticas sociais e institucionais, o que

<sup>70</sup> COHEN, David W. Preface; The production of history. *The Combing of History*. University of Chicaco Press. 1994.

<sup>71</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

<sup>72</sup> RUFER, Mario. *Nación en escenas: memória pública y usos del pasado en contextos poscoloniales*. México: El Colegio de México, 2009.

<sup>73</sup> COHEN, David W. Preface; The production of history. *The Combing of History*. University of Chicaco Press. 1994. p.4 (grifo meu).

<sup>74</sup> RUFER, op.cit., p.35 (grifos meus).

permite “analisar as dimensões políticas que subjazem nas lutas por interpretações e reavaliações do passado”.<sup>75</sup> A partir dessa perspectiva, os manifestos e manifestações públicas serão lidos como *suportes contra-hegemônicos de produção de história*. Juntamente a essa categoria convém destacar que os fenômenos comemorativos conformam uma determina *esfera pública de usos do passado* fundamentada com base no lugar hegemônico de enunciação do Estado-Nação. Em torno dessa questão sobre o espaço público, interessa aqui o destaque de que:

(...) quando se discute sobre a representação da memória exercida no espaço público, importam as formas em que os mundos do passado são produzidos, narrados e incorporados em um presente que é experimentado em meio de relações de poder e diferença. (...) registrar os processos de debate e luta de significação das representações públicas do passado ajuda compreender que existem “múltiplas locações” da memória que entram em conflito”.<sup>76</sup>

Assim, essa diversidade de lugares de enunciação corresponde aos setores da sociedade civil, de modo que esse espaço público comemorativo é constituído através das práticas e relações assimétricas de poder e diferença que se manifestam na tensão entre os lugares sociais de produção e enunciação de história e o dispositivo nacional comemorativo. A consideração da assimetria entre lugares de enunciação do passado que preenchem o espaço público comemorativo implica o reconhecimento de que historiadores e historiadoras e movimentos sociais partem de lugares epistêmicos, políticos e sociais distintos, uma vez que “não é qualquer discurso ou representação sobre o passado que tem o poder de advertência, contestação ou mudança, independentemente de que seja “verdadeiro” ou não”.<sup>77</sup>

Por fim, o objetivo de tematização de como as relações de poder e os atores coletivos operam a produção de histórias procura menos verificar como o passado é significado e mobilizado *em si* do que verificar como sua dimensão constitui o presente, definindo, portanto, variadas formas de conceber as historicidades, entendidas conforme Luísa Pereira e Géssica Guimarães Gaio, como “as maneiras pelas quais as sociedades políticas repensam as dimensões do passado, projetam seu futuro e produzem novos sentidos de continuidade e mudança histórica”.<sup>78</sup> Conforme já sinalizado, os movimentos negros e indígenas articularam suas historicidades a partir da mobilização das noções de “memória”, “tradição” e “identidade”.

<sup>75</sup> RUFER, Mario. *Nación en escenas: memória pública y usos del pasado en contextos poscoloniales*. México: El Colegio de México, 2009. p.31.

<sup>76</sup> Ibid. p.77-78.

<sup>77</sup> Ibid. 82.

<sup>78</sup> PEREIRA, Luisa Rauter.; GAIO, G. G. Ativismo, Movimentos Sociais e Politização do Tempo: Possibilidades dos Feminismos no Brasil Contemporâneo. In: Daniel Pinha; Géssica Guimarães; Marcelo de Mello Rangel. (Org.). *Diante da Crise. Teoria, História da Historiografia e Ensino de História Hoje*. 1ed. Vitória: Milfontes, 2021, v. 1, p. 51.

Como já abordado, as disputas pela narrativa da história do Brasil aberta pelo processo de redemocratização teve a historiografia como um ator importante. Segundo argumenta Sousa, na década de 1980, a escrita da história respondeu ao processo de redemocratização não somente com a inclusão dos sujeitos subalternos como também com um posicionamento público marcado pelo ceticismo.<sup>79</sup> Sousa mapeia que, se por um lado a permanência do regime militar implicou na perda do horizonte revolucionário entre intelectuais e a adoção do projeto democrático, a introdução de novos referenciais teóricos como Michel Foucault e E.P Thompson significou a dissolução da categoria de ideologia como forma de intervenção pública do historiador e da própria compreensão historiográfica. Ambos os fatores implicaram numa relação de contraste do historiador com os usos públicos e políticos do passado mobilizados na discussão em torno da democracia. De modo esquemático, Sousa argumenta que se na esfera pública os movimentos sociais enunciavam o passado nacional como um bloco homogêneo e arcaico marcado pela permanência de estruturas autoritárias, já a historiografia se relacionava com a *especificidade e contingência do passado*, demarcando sua posição de distância com o presente. Suas intervenções eram caracterizadas menos por respostas do que por perguntas sobre o passado e o presente brasileiro.<sup>80</sup>

Escrevendo em 2018, em meio a uma das etapas do atual processo de deterioração da democracia brasileira, Sousa entendia que *o horizonte da (re)democratização* ainda permanecia como base para a escrita da história brasileira e os posicionamentos ético-políticos dos historiadores. É a partir da consideração deste horizonte da redemocratização que busco observar, de modo articulado, as intervenções dos historiadores profissionais nos cenários comemorativos do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil ainda que consciente das diferenças de contexto político, social e historiográfico de cada momento. Em concordância com historiador, considera-se ser possível afirmar que há certos princípios epistemológicos e ético-políticos que balizam a escrita da história pelo menos desde a década de 1980 no Brasil.

Assim, para investigar os posicionamentos dos historiadores e historiadoras profissionais nos dois contextos selecionei artigos e entrevistas em jornais impressos que tematizavam diretamente os temas comemorativos. Com base nas pesquisas de João Ohara,<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *ANOS 90 (ONLINE)*, (PORTO ALEGRE), v. 24, p. 159-181, 2018.

<sup>80</sup> Ibid.

<sup>81</sup> OHARA, João. Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. *Tese* (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis. 2017.

Wagner Geminiano dos Santos<sup>82</sup> e Rodrigo Perez de Oliveira<sup>83</sup> entende-se os historiadores e historiadoras como os sujeitos que produziram/produzem conhecimento histórico vinculados aos espaços universitários e aos programas de pós-graduação a partir da década de 1970. A consideração do processo de conformação da ideia de historiografia brasileira, profissional, acadêmica nas décadas finais do século XX nos conduzirá justamente à observação dos postulados teórico-metodológicos, epistemológicos e ético-políticos que inspiraram a produção historiográfica. Em vista disso, em diálogo com Ohara, a intenção é verificar de que maneira os historiadores e as historiadoras se colocaram nas disputas públicas em torno do passado nacional acionadas a partir dos cenários comemorativos, isto é, os “modos de ser historiador” com relação às discussões políticas e as concepções distintas de história e representações do tempo no espaço público<sup>84</sup>.

Desse modo, busquei no contexto do Centenário da Abolição analisar artigos de historiadores publicados na semana do dia 13 de maio de 1988. Nesse sentido destaca-se o *Suplemento Especial sobre a Abolição* publicada no dia 12 de maio no jornal O Estado de S. Paulo que contou com artigos de historiadores/as, sendo selecionado o artigo *O Trabalho e o Negro, cem anos depois* de Francisco Iglesias, *As origens da escravidão africana* de Luiz Felipe de Alencastro, *Escravidão e Economia no Brasil* de Ciro Flamarion Cardoso e *Ruy e o mito da queima dos arquivos* de Vera Lúcia Amaral Ferlini. O caderno *Folhetim* do jornal Folha de São Paulo publicou a edição especial *100 anos de Abolição* no dia 13 de maio sendo conformada pela contribuição de sete pesquisadores da área das humanidades de universidades brasileiras. A partir dessa edição, analisaremos o artigo *A abolição aboliu o quê?* de José Murilo de Carvalho.

No tocante ao cenário dos “500 anos do Brasil” o jornal Folha de S. Paulo organizou os quadros *Brasil 500 d.C* e *Brasil por historiadores* que consistiram em espaços em que intelectuais publicaram textos em torno do tema periodicamente, assim como foram divulgadas entrevistas com um conjunto de historiadores profissionais sobre a história do Brasil, as renovações da historiografia brasileira e as comemorações oficiais dos 500 anos. Na primeira seção, foi selecionado o texto *A memória nacional em luta contra a história* de autoria de José

---

<sup>82</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>83</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

<sup>84</sup> OHARA, João R.M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica. *História da Historiografia*, v. 22, p. 170-183, 2016.

Murilo de Carvalho. Na segunda seção, serão analisadas as entrevistas concedidas por Emilia Viotti da Costa, João José Reis e Fernando Novais.

Isto posto, cabe esclarecer que a escolha por intervenções no ambiente jornalístico nos contextos comemorativos foi motivada pelo interesse em analisar o modo de inserção do historiador(a) profissional, acadêmico(a) e, por consequente, da mobilização do conhecimento histórico em debates públicos nas décadas finais do século XX. Além disso, entende-se que essa abordagem permite a verificação não somente nos seus modos de intervenção, mas igualmente em torno de como os historiadores e historiadoras compreenderam e se relacionaram com outras formas de historicidades enunciadas. Assim, sigo a sugestão de Douglas Attila Marcelino e Ana Paula Sampaio Caldeira de considerar a importância do estabelecimento do enfoque para os lugares sociais e práticas historiográficas de produção de conhecimento histórico, para além dos âmbitos privilegiados e convencionais de reflexão historiográfica, de modo que “não se pode entender os historiadores isoladamente, já que eles fazem parte de grupos intelectuais, integrando-se em formas determinadas de elaboração memorialística, de produção de imagens e imaginários, de escritas e narrativas de si, os quais se expressam em materiais dos mais diversos”.<sup>85</sup> Desse modo, a abordagem proposta permite observar a relação entre as práticas historiográficas, os momentos de comemoração e a mídia imprensa, tendo em vista que a última possui uma dupla função catalisadora da pauta comemorativa e de espaço de produção e disputa de sentidos em torno da efeméride, conforme será exposto adiante.

Para além disso, convém ressaltar que o conjunto de intervenções tomada como fontes de análise possui em sua maioria a autoria de sujeitos que reforçam um determinado *cânone historiográfico* conformado pela regularidade da identificação étnico-racial e de gênero branca e masculina, cujas trajetórias de formação estão ligadas ao espaço hegemônico do Sudeste de produção do conhecimento histórico. Essa dimensão das relações de poder e marcadores de gênero, raça e classe será desenvolvida ao longo da dissertação, cabendo aqui salientar que se, por um lado, a estrutura da abordagem de análise da relação entre esse cânone historiográfico e os coletivos negros e indígenas permite verificar como se constituíram aproximações e tensões nos usos do passado, por outro, a dimensão de trajetórias e obras de intelectuais do pensamento social negro e indígena não será abordado por questões do escopo temporal e espacial para a realização da pesquisa. A partir das considerações de Maria da Glória Oliveira e Rafael Trapp sabe-se que na reprodução de repertórios historiográficos canônicos brasileiros historicamente

---

<sup>85</sup> MARCELINO, Douglas Attila; CALDEIRA, A. P. S. Apresentação. In: MARCELINO, Douglas Attila; CALDEIRA, A. P. S. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. Ebook. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021, p.11.

está subsumida a exclusão, o silenciamento e invisibilização de um numeroso conjunto de historiadores (as) e intelectuais negros e negras, de homens e mulheres indígenas que produziram conhecimento crítico e descolonizador fora, às margens ou no interior da historiografia e das ciências sociais brasileiras ao longo do século XX.<sup>86 87</sup>

Nesse sentido, esclarece-se, de antemão, que não se parte do pressuposto da separação entre ativismo social e a produção do pensamento negro e indígena que circulou e fundamentou a pauta desses coletivos entre as décadas de 1970 e 2000, dentro os quais podemos citar Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Ailton Krenak, pelo contrário, a tematização dessa relação indissociável consiste em uma limitação dessa pesquisa. Não obstante, o interesse nessa perspectiva assumida justifica-se pela consideração da importância de se verificar como determinado cânone historiográfico interpretou e se interrelacionou com as produções de história advindas dos movimentos negros e indígenas e, por consequente, dos pensamentos negros e indígenas.

Isto posto, a problemática de análise de tais fontes fundamenta-se no entendimento de que as intervenções realizadas através dos artigos e entrevistas acima citadas com a temática comemorativa permitem verificar de que modo os posicionamentos dos historiadores/as expressaram determinados discursos de revisão da história nacional e estabeleceram sentidos às efemérides e aos legados do colonialismo e escravidão. Desse modo, busca-se verificar as seguintes questões nas fontes elencadas acima: o posicionamento diante das comemorações oficiais, os significados dos acontecimentos (abolição e “descobrimento”), a leitura do debate público comemorativo, a concepção de passado no discurso do historiador. Portanto, o objetivo tem como pressuposto de fundo a realização de uma analítica da historicidade conforme propôs Araújo, no sentido de posicionar a historiografia como uma determinada modalidade discursiva de relação com o passado e com o tempo, de tal modo a verificar as condições de produção e formas de reprodução da escrita da história na sua relação com outros fenômenos da historicidade.<sup>88</sup>

A partir disso, convém apresentar algumas ressalvas teórico-metodológicas de tal análise. Em primeiro lugar, sublinho que na análise dos artigos publicados nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de São Paulo devem ser considerado o local de sua vinculação. Conforme

---

<sup>86</sup> OLIVEIRA, M. da Glória de.. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, v. 11, p. 104, 2018.

<sup>87</sup> TRAPP, R. P.. Historia, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, v. 22, p. 52-77, 2019.

<sup>88</sup> ARAUJO, V. L.. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 34-44, 2013.

argumenta Tania Regina de Luca, o uso da imprensa como fonte da escrita da história requer a atenção aos elementos históricos, políticos e sociais em que o meio de comunicação está inserido, assim como com o público leitor que se busca atingir.<sup>89</sup> No caso dessa pesquisa, as publicações dos historiadores/as foram realizadas em suplementos e cadernos especiais de jornais, os quais conforme aponta Alicy de Oliveira Simas, possuem públicos específicos interessados com temáticas sobre história e divulgação científica.<sup>90</sup> Em diálogo com a pesquisa desenvolvida por Simas sobre as resenhas de livros produzidas por historiadores *no Suplemento Cultura* do jornal Estado de S. Paulo na década de 1980, considera-se fundamental a delimitação das identidades do historiador que se encontram em análises como essa, considerando a sobreposição de gerações historiográficas e seus vínculos institucionais.



Para desenvolver os objetivos expostos esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo foi organizado em dois momentos. Inicialmente foi estabelecida uma discussão teórica sobre o fenômeno comemorativo, observando sua função no processo de construção e transmissão da relação entre identidade e memória e atentando para as suas dimensões performáticas, ritualísticas e temporais. A partir do foco da observação no processo de associação do fenômeno social comemorativo com o estabelecimento da ordem nacional no século XIX, a abordagem foi dividida em dois tópicos: o primeiro relacionado a dimensão ritualizada da comemoração como uma política de memória do Estado-Nação e o segundo referente ao âmbito público e social das práticas comemorativas, focalizando nas distintas maneiras dos atores sociais estabelecerem relação com as datas comemorativas nas décadas finais do século XX. Nesse sentido, foi fundamental a discussão dos diagnósticos da *era das comemorações*<sup>91</sup> de Pierre Nora e do *presentismo*<sup>92</sup> de François Hartog, os quais demarcaram mudanças nas experiências comemorativas nacionais diante da emergência da voga memorial. Com base nessa discussão, o segundo momento aproxima-se dos objetos de estudo da pesquisa ao apresentar uma breve historicização dos sentidos e imagens vinculadas as datas do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril desde o século XIX no Brasil. Essas considerações serviram de base para apresentação e descrição dos contextos políticos e sociais do Centenário da

---

<sup>89</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, v. 2, p. 111-153.

<sup>90</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

<sup>91</sup> RILLA, José. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008.

<sup>92</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Abolição da Escravidão em 1988 e do V Centenário do Descobrimento do Brasil, reconstituindo as políticas comemorativas que conformaram os discursos, representações e significados oficiais das efemérides de Treze de maio e Vinte e Dois de Abril.

O segundo capítulo está organizado em duas partes, sendo a primeira dedicada à descrição panorâmica da circulação dos temas comemorativos no espaço público, destacando o papel das mídias televisivas e impressas na catalisação das efemérides. O segundo momento está focalizado nas condições de emergências dos movimentos negros e indígenas na década de 1970, sendo produzido um exercício de descrição de cenas dos protestos negros e indígenas a partir da abordagem da Marcha contra a Farsa da Abolição ocorrida no Rio de Janeiro no dia 11 de maio de 1988 e das Marcha e Conferência Nacional Indígena realizadas ao longo do mês de abril de 2000.

A partir disso foi discorrido sobre o processo de construção dos discursos de identidade negra e indígena e sua relação com a proposição de historicidades críticas à linguagem nacional, tendo sido realizadas algumas considerações a respeito da conjuntura da redemocratização e a luta social em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Com base no diálogo de Nilma Lino Gomes<sup>93</sup> e Daniel Munduruku<sup>94</sup>, discute-se as dimensões epistemológicas emancipatórias dos discursos de identidade e memória produzidos no interior dos movimentos negros e indígenas, apontando suas diferenças com a produção do conhecimento histórico.

Estabelecendo relação com essa questão, contudo a partir da perspectiva da historiografia, no último capítulo, inicialmente foi destacado os elementos centrais do processo de constituição da historiografia brasileira profissional acadêmica a partir da década de 1970, abordando a constituição dos programas de pós-graduação como o lócus legítimo de produção do conhecimento histórico. A partir disso, destacou-se as mudanças epistemológicas e teórico-metodológicas ocorridas em meio a esse processo, estabelecendo relações com o contexto político e social de luta pela redemocratização. O objetivo do capítulo é verificar como o saber histórico produzido nas historiografias da escravidão e do colonialismo circulou em meio as celebrações oficiais da abolição e do “descobrimento”, analisando o conjunto de intervenções historiadores e historiadores nos espaços jornalísticos. Por fim, estabelece-se duas reflexões finais centradas na verificação da interação temática na crítica à linguagem comemorativa nacional entre os discursos dos historiadores e historiadoras e os discursos de memória dos

---

<sup>93</sup> GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

<sup>94</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

movimentos negros, considerando as relações de poder que fundamentam suas relações e tensões. Nessa medida, apresenta-se algumas considerações sobre o lugar da Teoria da História nas discussões críticas sobre o eurocentrismo a partir das questões étnico-raciais.

## CAPÍTULO I - COMEMORAÇÕES NACIONAIS: MEMÓRIA, NAÇÃO E ALTERIDADES HISTÓRICAS

Conforme nos ensina Durval Muniz de Albuquerque Júnior, a origem etimológica da palavra comemoração provém do latim *commemoratione* e remete ao verbo *memorare* que se refere ao trabalho de rememoração, isto é, uma prática de trazer à memória, fazer recordar, lembrar.<sup>95</sup> No entanto, a recordação em um ato comemorativo possui um caráter de dever, quase de obrigação de lembrar um acontecimento ou alguém. Somada a essa semântica fronteira entre dever e trabalho de memória, a raiz latina *comes* que compõe a palavra remete à necessária presença de alguém, de modo que “a comemoração, é de saída, *um ato coletivo*, uma ação que só se pode realizar acompanhado, uma ação que convoca e exige a presença de um outro”.<sup>96</sup> A partir dessa base etimológica que articula o trabalho de memória com o ato coletivo, é possível afirmar que o fenômeno comemorativo se particulariza pela convocação à rememoração, distinguindo-se, portanto, da operação individual ou coletiva de lembrar. Ademais, Rodrigo Bonaldo, analisando os usos da expressão entre os Antigos, observa a dimensão utilitária da comemoração em seu sentido litúrgico, político e moral a fim de persuadir através de exemplos de homens e acontecimentos do passado considerados dignos de serem perpetuados.<sup>97</sup>

É sobre esse aspecto da perpetuação Paul Connerton enfatiza a centralidade das práticas rituais e cerimoniais nos processos de transmissão da memória social, destacando, desse modo, a função das comemorações enquanto um tipo específico de performance de difusão e atualização da memória.<sup>98</sup> O antropólogo argumenta que sua característica particular, se comparada aos demais rituais sociais, corresponde ao trabalho de performar a *re-presentificação do passado* através de práticas corporais, discursivas e institucionais, de modo que a “narrativa principal é mais do que uma história contada e sobre a qual se reflete; é um culto encenado”.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A necessária presença do outro, mas qual outro? reflexões acerca das relações entre memória, história e comemorações. In: \_\_\_\_\_. *O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)*. São Paulo, 2019. Intermedios. pp. 179-190 (grifo meu).

<sup>96</sup> Ibid. 179.

<sup>97</sup> BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314f. *Tese* (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

<sup>98</sup> CONNERTON, Paul. *Commemorative ceremonies. How societies remember*. Cambridge University Press. 1989, p.41-71.

<sup>99</sup> Ibid. p.70.

Em vista disso, reunindo a tradição antropológica de estudos sobre comemoração, o historiador Sebastian Álvarez chama a atenção para a *multiplicidade das facetas funcionais* que conformam o fenômeno comemorativo, a saber: a dimensão de construção e manutenção da identidade e memória comunitária; a dimensão ritual nas práticas de cultivo da comemoração através da repetição periódica e padronizada; a dimensão performática e afetiva por meio da mobilização de sentimentos que se entrelaçam com aspectos morais, ideológicos e sensoriais.<sup>100</sup> Com base nessa tradição antropológica, Álvarez define as comemorações como “fenômenos coletivos nos quais a sociedade *atualiza seu passado* no presente (evoca, recorda e celebra seus mitos fundacionais, seus ritos, personagens e acontecimentos históricos etc.) e reafirma suas metas e projetos de futuro”.<sup>101</sup>

Para abordar essa *dupla dimensão do fenômeno comemorativo* combinada com as relações de poder, Rabotnikof apresenta uma interpretação que subdivide duas formas de usos políticos do passado nas comemorações, as quais expressam diferentes modos de estabelecer relação com a história, a saber: *a imperatividade e maleabilidade do passado*.<sup>102</sup> Em ambos os modos são configurados os processos básicos do trabalho de memória enquanto uma operação social que elabora interpretações, sentidos e imagens do passado a partir das condições e interesses do tempo presente em que são construídos, assim como consistem em práticas sociais que combinam rememoração e esquecimento. Nesse sentido, cabe destacar, conforme Michael Pollak que as datas comemorativas são “pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de determinado grupo”.<sup>103</sup>

Por imperatividade do passado, Rabotnikof enfatiza a função de transmissão da *continuidade* identitária da comunidade ao longo do tempo, funcionalidade que depende das práticas de ritualização e performance para a transmissão dos valores que conformam o senso de pertencimento, bem como os sentidos comuns de passado. Assim, “a função dos ritos comemorativos não seria tanto transformar o passado colocando-o a serviço do presente, mas sim a de *revivê-lo, reproduzi-lo, para reatualizar assim o sentido de comunidade*”.<sup>104</sup> Por outro lado, no extremo oposto do fenômeno comemorativo, fundamenta-se a relação de maleabilidade com o passado, ou seja, a abordagem que coloca ênfase na “incidência das condições políticas

<sup>100</sup> ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. *Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación. Colombia y México, 2010*. (2018). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

<sup>101</sup> Ibid. p.39-40.

<sup>102</sup> RABOTNIKOF, Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. *Sociohistórica / Cuadernos del CISH* 26 | segundo semestre 2009 | p.179-212.

<sup>103</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3.

<sup>104</sup> RABOTNIKOF, Nora, op.cit., p.185 (grifo meu).

e culturais de cada um dos presentes em que se realiza a comemoração”, considerando as disputas pelos sentidos comemorativos a partir de um enfoque sincrônico.<sup>105</sup>

Na esteira do pensamento de Pierre Nora sobre a *era das comemorações*, Rabotnikof argumenta que a dimensão da imperatividade se relaciona aos modelos clássicos de natureza historicista das comemorações nacionais, aqueles os quais o consenso e a coesão social em torno de um passado comum eram alcançados, ao passo que as comemorações contemporâneas, de cunho memorial, são conformadas pela fragmentação da memória nacional coletiva.<sup>106</sup> Para essa pesquisa, interessa focar o paralelismo e a coincidência da dimensão diacrônica e transmissiva com o aspecto sincrônico e conflitivo nos objetos da pesquisa. Para tanto, mobilizamos duas abordagens dos *estudos da memória* a fim de apreender essa justaposição: a *teoria da memória cultural* de tradição germânica e os *estudos da memória social* desenvolvidas na América Latina a partir da tradição sociológica e historiográfica francesa.

Com base nisso, esse primeiro tópico do capítulo está organizado em dois momentos: o primeiro busca estabelecer uma discussão teórica em torno do fenômeno comemorativo nacional, abordando-o enquanto um dispositivo de ritualização do Estado-Nação para a transmissão da memória coletiva e de valores nacionais; como um segundo movimento enfocamos a comemoração como a constituição de um cenário de disputas pela memória na sociedade.

## 1.1 MEMÓRIA, TEMPO E POLÍTICA: A TRANSMISSÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Considera-se que o *aspecto transmissivo* das comemorações nacionais pode ser abordado partir da teoria da memória cultural desenvolvida por Jan Assmann e Aleida Assmann, os quais desenvolvem uma abordagem teórica que enfatiza as relações entre memória, cultura e identidade.<sup>107</sup> <sup>108</sup> Aleida Assmann referindo-se às teorias da memória cultural do final do século XX, considera a contribuição dos semióticos russos Juri Lotman e Boris Uspensky fundamentais para a compreensão da noção de cultura. Com base nos autores russos, A. Assmann argumenta que a cultura não pode ser entendida somente como um processo

<sup>105</sup> RABOTNIKOF, Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. *Sociohistórica / Cuadernos del CISH* 26 | segundo semestre 2009 | p.186.

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. *História Oral*, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016.

<sup>108</sup> ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (Ed.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 210-224.

de produção de significados em dimensão sincrônica, mas também na sua dimensão diacrônica, definindo-a, assim como “uma memória não hereditária da comunidade”.<sup>109</sup>

É a partir dessa premissa que o pesquisador e a pesquisadora desenvolvem sua teoria, procurando atentar para a dimensão de longa duração das *conexões entre memória, cultura e identidade*. De acordo com J. Assmann, a memória cumpre a função de conformação da consciência identitária tanto a nível individual quanto coletivo, uma vez que a rememoração realiza a síntese entre a passagem do tempo e a autocompreensão.<sup>110</sup> Como consequência, os estudos da memória cultural pressupõem a existência da memória individual e da memória coletiva, ramificando esse modelo dicotômico em quatro “formatos de memória”, os quais expressam diferentes formas culturais de interação entre identidade, memória e tempo: a memória individual, a memória social (ou comunicativa), a memória política e a memória cultural.<sup>111</sup> A memória comunicativa está baseada em vínculos de socialização e comunicação escrita e oral do cotidiano, abrangendo uma extensão temporal entre três e cinco gerações; em relação à memória cultural, a sua evidência é representada pela “externalização” e “objetivação” em artefatos simbólicos como textos, rituais, lugares de memória, compreendendo uma extensão temporal de longuíssimo prazo. Por sua vez, a memória política conjuga o caráter externalizado da memória cultural, entretanto, particulariza-se por ser regida e instituída pelas instituições de unidades coletivas, como os Estados nacionais, a partir de um movimento “de cima para baixo”, enquanto a primeira se constitui ao longo dos séculos entre mecanismos “autônomos” e políticos.<sup>112</sup>

Para os objetivos da dissertação, concentro-me na noção de *memória política*, ainda que conforme ressaltou J. Assmann, essas categorizações não são estanques, pelo contrário, interagem, tensionam e sobrepõem-se, sendo necessária a observação das dinâmicas de transição entre a memória comunicativa para a memória política.<sup>113</sup> Para A. Assmann, uma das distinções fundamentais entre as memórias individuais e sociais e as memórias políticas e culturais são seus *meios de transmissão*.<sup>114</sup> O primeiro par, de modo geral, consiste em memórias corporificadas fundamentadas em experiências vividas que circulam entre gerações

---

<sup>109</sup> ASSMANN, Aleida. Theories of Cultural Memory and The Concept of “Afterlife”. In: TAMM, Marek (ed). *Afterlife of events. Perspectives on mnemohistory*. England: Palgrave MacMillan, 2015. p.81.

<sup>110</sup> ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. *História Oral*, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016.

<sup>111</sup> ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (Ed.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 210-224.

<sup>112</sup> Ibid.

<sup>113</sup> ASSMANN, Jan, op.cit.

<sup>114</sup> ASSMANN, Aleida, op.cit.

consecutivas através de relatos orais, possuindo assim um caráter heterogêneo e não-institucionalizado. Já as memórias políticas e culturais são mediadas por portadores externos simbólicos e representacionais que possuem a função de construção e ativação da memória, considerando que “coisas não “têm” uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias”.<sup>115</sup> Tais suportes garantem a transmissão transgeracional das memórias políticas e culturais, pois estão ancoradas em suportes institucionais, o que as impõem um caráter homogêneo e institucional de longa duração.

Em vista disso, a função primordial da memória política consiste na construção do passado de coletividades, uma vez que “as instituições e grupos não possuem uma memória como indivíduos; não há, evidentemente, equivalente ao sistema neurológico ou à disposição antropológica”.<sup>116</sup> Por isso, a memória coletiva nacional é necessariamente mediada através de símbolos, textos, imagens, ritos, cerimônias, lugares e monumentos, sendo um dos ingredientes para a formação das identidades coletivas nacionais. Por ser mediada é por consequente uma memória que seleciona os sentidos do passado que se busca narrar e transmitir. Tal narrativa deve ser entendida como produto de processos de organização, elaboração e difusão a partir de determinadas estratégias como: o enquadramento dos eventos históricos numa narrativa mobilizadora e emocional, a construção de lugares e monumentos que apresentam relíquias históricas palpáveis, a realização de ritos comemorativos que periodicamente reativam a memória coletiva nacional e reforçam a participação coletiva.<sup>117</sup> Assim, a função básica das comemorações nacionais conecta-se à tarefa de ligar o indivíduo à comunidade constituindo-se em *políticas pedagógicas* para a construção e manutenção de laços individuais com a memória e a identidade coletiva.

A partir da perspectiva historiográfica, John R. Gillis, considera as comemorações nacionais como o produto histórico das revoluções burguesas do final do século XVIII, sendo apropriadas pelos projetos de construção do Estado nacional nos séculos XIX ao ser subsumida no conjunto de suportes materiais mnemônicos historicistas como museus, estátuas, arquivos, monumentos informados pelo espaço epistêmico do arquivo.<sup>118</sup> Desse modo, as práticas comemorativas inseriram-se no processo moderno iniciado no século XIX de *enquadramento*

---

<sup>115</sup> ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. *História Oral*, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016, p.119.

<sup>116</sup> ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (Ed.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 216.

<sup>117</sup> Ibid.

<sup>118</sup> GILLIS, John R. Memory and Identity: the History of a relationship. In: GILLIS (ed) *Commemorations: the politics of national identity*. Published by Princeton University Press, 1994. p.3-26.

*público das relações entre história, identidade e memória sob a linguagem nacional*, manifestando “o início do encaixe de uma moldura nacional sobre um grande painel de lembranças coletivas, retrato polissêmico de um passado ainda assim sempre conflituoso e – embora não uno e indivisível – organizado dentro dos limites morais e políticos de uma federação da memória”.<sup>119</sup>

Em torno dessa temática, a relação da historiografia com a questão nacional parece estar estabelecida sob algumas bases consensuais já há várias décadas. Faço referência, a partir das considerações de Mario Rufer, de que a nação é concomitantemente um conceito e uma entidade imaginada que gera mobilizações e reações, práticas e comportamentos de coletividades e sujeitos e, portanto, produz efeitos concretos nas relações desiguais de poder nas sociedades.<sup>120</sup> Conforme argumenta Elias Palti, ainda no século XIX, a nação e os nacionalismos tornaram-se objeto de análise crítica dos historiadores, postura que se evidencia na famosa conferência de Ernest Renan, intitulada “Qu'est-ce qu'une nation?” na Sorbonne em 1882.<sup>121</sup> Desde então, uma longa tradição de estudos foi consolidada no transcorrer do século XX através de uma perspectiva “anti-genealógica”, isto é, uma abordagem que deslocou a suposta ontologia das origens da identidade, cultura e memória da nação, entendendo-as, ao contrário, como produto das condições históricas da modernidade no século XIX. Desse modo, o foco dos historiadores orientou-se para as dimensões simbólicas, representacionais e performáticas que constituem o processo de construção e legitimação das representações e identidades nacionais. As obras “A invenção das tradições” de Eric Hobsbawm e Terrence Ranger<sup>122</sup> e “Comunidades Imaginadas” de Benedict Anderson<sup>123</sup>, ambas lançadas em 1983, e “Nação e Narração” de Homi Bhabha<sup>124</sup> lançada em 1990 foram fundamentais para a consolidação dessa abordagem sobre a questão nacional.

Na esteira dessa produção, Stuart Hall concebe a nação como um *sistema de representação cultural* que conforma uma determinada identidade cultural, a qual, por sua vez, manifesta-se através da cultura nacional. Desde essa perspectiva:

---

<sup>119</sup> BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p.27.

<sup>120</sup> Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. *Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente*. (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

<sup>121</sup> PALTÍ, Elias. The nations as a problem.: historians and the “national question”. *History and Theory*. (October 2001), 324-346. Wesleyan University 2001.

<sup>122</sup> HOBBSAWM, Eric; TERENCE Ranger. *A invenção das tradições*. Editora Paz & Terra, 2012.

<sup>123</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>124</sup> BHABHA, Homi K. *Nación y Narración: entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales*. Siglo Veintiuno Ediciones. Buenos Aires, 2010.

as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam presente com seu passado e imagem que delas são construídas”.<sup>125</sup>

Nesse processo, remetendo-nos à clássica noção de Anderson, a observação da *dimensão imaginada* fundamenta sua importância na referência ao processo de conformação do senso de comunhão, unidade e sincronização social (no tempo e espaço) entre seus membros a partir de bases históricas, sociais e étnico-raciais diversas,<sup>126</sup> o que conduz Hall a considerar as culturais nacionais como *dispositivos discursivos* que representam a diferença como unidade ou identidade através de símbolos e representações.<sup>127</sup> Esse entendimento das representações e narrativas nacionais que enunciam o diverso como unitário requer a consideração do papel violento do Estado nacional como *forjador de alteridades* conforme Rita Segato para os casos concretos dos países latino-americanos.<sup>128</sup>

A partir das considerações da antropóloga, Rufer salienta que o Estado-Nação, para além de uma entidade política, consistiu-se em um *lugar particular de enunciação*. Baseado em um aparato institucional jurídico e discursivo conformado nos processos de emancipação nacional no século XIX que reformulou as marcas raciais e hierárquicas do sistema colonial, esse espaço institucional nacional representa, legitima e fala *pela* nação enquanto uma comunidade homogênea,<sup>129</sup> Dessa forma, a construção da identidade e memória nacional como representação unitária e homogênea funcionam enquanto estratégias de ocultação dos processos de racialização excludente, modalidades de heteronormatividade de gênero e estruturas patriarcais e liberais.<sup>130</sup>

Assim, a nação não é somente um lugar de enunciação hegemônico como também um *enunciado* manifestado através de práticas performáticas como as comemorações. Nesse sentido, segunda afirma Álvarez:

As estratégias de silenciamento e abstração da comemoração tendem à essencialização da identidade: ao mesmo tempo que dotam de uma ilusória estabilidade e homogeneidade, provocam a estigmatização ou condenação de outras comunidades ou grupos. Essa marca de seletividade-exclusão é particularmente evidente nas celebrações patrióticas, as quais estão inseridas nas lógicas de homogeneização cultural próprias dos nacionalismos modernos. Aqueles sujeitos,

<sup>125</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&a Editora, 11º ed. 2006, p.51.

<sup>126</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>127</sup> HALL, op.cit.

<sup>128</sup> SEGATO, Rita Laura. *Identidades Políticas/Alteridades Históricas: Una Crítica A Las Certezas Del Pluralismo Global*. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 97, 1998.

<sup>129</sup> Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. *Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente* (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

<sup>130</sup> Ibid.

coletivos, culturas e experiências históricas que tradicionalmente foram expulsos dos “altares da pátria” e dos “panteões nacionais” exaltados nas comemorações<sup>131</sup>.

Isto posto, cabe definir as comemorações nacionais como parte das *políticas da memória* (e de esquecimento) da nação, uma vez que representam, de acordo com Caroline Silveira Bauer uma “ação deliberada de governos ou outros atores políticos para trabalhar com a memória coletiva, ou seja, para preservar, transmitir e significar memórias de determinados eventos considerados importantes para um grupo específico ou toda uma coletividade”.<sup>132</sup>

Combinada a essa dimensão explorada até o momento, cabe ainda pensar a questão da politização do tempo nas tramas entre identidade, memória nacional e a constituição da disciplina histórica. Esse aspecto já fora introduzido por Anderson ao identificar a centralidade da noção de tempo vazio e homogêneo no processo de constituição da simultaneidade espacial e temporal dos membros da comunidade política imaginada. A partir disso, Ruffer afirma que tal noção de tempo, bem como a “coincidência entre tempo e nação” devem ser entendidos como construções políticas e não relacionadas a meros fenômenos físicos, mecânicos ou psicológicos.<sup>133</sup>

Ao descrever e analisar as circunstâncias históricas que possibilitaram o estabelecimento da matriz moderna de tempo linear, homogênea e universal, María Inés Mudrovcic<sup>134</sup> considera que, na passagem dos séculos XVIII e XIX, a emergência da modernidade implicou no estabelecimento da sobreposição entre a noção de contemporaneidade com o presente pós-revolucionário, de modo que ser considerado contemporâneo pressupunha o pertencimento à comunidade política nacional europeia e norte-americana. A delimitação de uma relação com o passado a partir da ruptura radical com o presente foi fundamental nesse processo, uma vez que o Antigo Regime devia ser considerado “morto” - e não “velho” -, em relação a nova ordem política do século XIX. Desse modo, a modernidade implicou nos fenômenos da “especialização temporal” e “temporalização do espaço”, uma vez que o presente contemporâneo estabelece uma ruptura radical entre passado

<sup>131</sup> ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. *Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación*. Colombia y México, 2010. (2018). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, p.47-49.

<sup>132</sup> BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Paco Editorial, 2017, p.135.

<sup>133</sup> RUFFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc/Bogotá* (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

<sup>134</sup> Mudrovcic mobiliza a categoria políticas de tempo para se referir ao exercício da periodização como um produto performático linguístico que estabelece as distinções entre passado e presente, determinando quais grupos sociais são considerados como parte da contemporaneidade. Assim, considerando a dimensão ativa do presente no estabelecimento das fronteiras temporais, entende-se as políticas de tempo como um conjunto de operações que “ao mesmo tempo que sancionam o que é próprio ou característico do presente, constroem um “outro” excluindo-o diacrônica o sincronicamente de desse presente”. MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿ quiénes son mis contemporáneos? *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018.

e presente (discriminação diacrônica) e distingue entre não contemporâneos e contemporâneos inseridos em uma sociedade no mesmo período (discriminação sincrônica) baseados em normais político-culturais.<sup>135</sup> Em vista disso, Mudrovicic argumenta que a noção de contemporaneidade, desde o século XIX, possui um duplo significado: se refere à sincronização temporal de pessoas e acontecimentos, além de corresponder a ideia de compartilhamento do presente. Todavia, a partilha do presente é limitada, pois delimitada pelos valores culturais e normas políticas ocidentais e nacionais.<sup>136</sup> Portanto, essa abordagem implica considerar que embora grupos vivam e interrelacionam no mesmo tempo, tal compartilhamento temporal não implica, para alguns grupos sociais, ser considerado parte do presente contemporâneo. A norma política do Estado-Nação possibilitou a construção do “Outro” sincrônico e diacronicamente através de políticas de tempo em diferentes instancias, inclusive disciplinares.

Em vista disso, é fundamental a consideração de que a disciplina histórica foi fundada a partir da diferença radical entre passado e presente delimitado pela noção moderna de presente contemporâneo, de modo que “ o presente contemporâneo exclui o passado como o “outro”: o “passado histórico” é o resultado desta operação diacrônica”.<sup>137</sup> Resultado dessa política de tempo moderna, à disciplina histórica fora atribuída a tarefa de se debruçar sobre o passado dos civilizados modernos enquanto à antropologia dos selvagens. Conforme a filósofa argentina:

A antropologia e a história se instauram como saberes ao final do século XVIII e se profissionalizam durante o século XIX. O presente cria dos tipos de alteridades temporais que correspondem dois gêneros de saberes com seus respectivos objetos. O “selvagem” é o que se encontra não somente geograficamente fora da Europa ocidental, mas também o que está “atrasado” no tempo, não é seu contemporâneo, é um “primitivo”. A distância entre o selvagem primitivo e os civilizados contemporâneos é salva pela antropologia. A história, por sua parte, estabelece uma ponte entre os mortos do Antigo Regime e o presente que se compreende como novo. Tanto a história como a antropologia são o resultado de estas ações sobre o tempo.<sup>138</sup>

Sabe-se a partir dos estudos de Reinhart Koselleck e François Hartog que a temporalidade moderna expressou os fenômenos de secularização e processualização do tempo histórico, de tal modo a configurar-se como matriz tanto das narrativas e representações nacionais quanto da escrita da história.<sup>139</sup> <sup>140</sup> Tendo o progresso como referência, o estatuto temporal do futuro tornou-se o guia da história como processo teleológico, de modo que “esse

---

<sup>135</sup> Ibid.

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Ibid. p.14.

<sup>138</sup> Ibid. p.14.

<sup>139</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Editora Contraponto, 2012.

<sup>140</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

futuro, explicando, a história passada, esse ponto de vista e esse *télos* dando-lhe significado, adquiriu sucessivamente, com a roupagem da ciência, a fisionomia da Nação, do Povo, da República, da Sociedade ou do Proletariado”.<sup>141</sup> Desse modo, as comemorações, monumentos, ensino de história e historiografia ao cumprirem o papel de dispositivos de sincronização social no tempo e no espaço da nação, reproduziram a ordem do tempo homogêneo, vazio, linear, irreversível e *nacional* enquanto experiência de tempo naturalizada e universal.<sup>142</sup>

Conforme Fernando Catroga, as políticas de pedagógicas da nação compartilham a narrativa historicista monumental e sua intenção pedagógica articulada à temporalidade moderna a partir da qual o povo e a nação desfilavam sua “essência já potenciada desde a origem e suposta omnipresente em cada uma das fases do itinerário que ia consumando”.<sup>143</sup> De acordo com Rufer:

Para que se produza eficazmente a noção de *progresso*-no tempo e para a criação pedagógica da *imagem nacional do progresso*, são indispensáveis três condições: um observador invisível privilegiado (Europa e seu tempo, trasladado a América e muito mais tarde à África como forma de atraso), uma *origem* possível de ser naturalizado e domesticado no *continuo temporal* a partir de estratégias específicas de discurso, e uma tradição que deve sustentar-se como valorização mas sobre tudo como *distância*, o que Benjamin chamou da “arcaização” do tempo-mercadoria (isso que fomos e que nos permitiu ser mas que já não somos).<sup>144</sup>

Tendo em vista a produção do *continuum* temporal, pode parecer contraditório o fato de que os fenômenos comemorativos nacionais enunciam uma narrativa marcada pela temporalidade moderna linear e progressiva, ao mesmo tempo que se particulariza ao convocar a *re-presentificação* do passado no presente. Sobre essa questão, Ankersmit argumenta que tal *re-encenação* reforça à lógica da temporalidade moderna, de tal modo que o ato de comemorar se justifica precisamente pela distância entre o passado e o presente para que se experiencie o revivescimento da preteridade no presente.<sup>145</sup> Segundo o filósofo,

em primeiro lugar, o evento comemorado é agora retirado de seu próprio contexto histórico e considerado exclusivamente em termos de sua relação conosco. Em segundo lugar, também nos descontextualizamos com este mesmo movimento, na medida em que nosso presente histórico se restringe temporariamente a uma fixação sobre o evento comemorado.<sup>146</sup>

<sup>141</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.p.138.

<sup>142</sup> RUFER, Mario. The Bicentennial Stamp: nation and difference in 2010 Argentinian Celebrations. *International Journal of Latin American Studies*. July-December 2012.

<sup>143</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1ª reimpressão, 2018. p.78.

<sup>144</sup> RUFER, op.cit., p.25 (grifo meu).

<sup>145</sup> ANKERSMIT. F.R. Commemoration and National Identity. *Textos de História*, vol.10, nº1/2, 2002.

<sup>146</sup> Ibid, p.24.

É dessa forma, portanto, que a *re-presentificação* do passado enunciada nas práticas comemorativas nacionais cumpre a função de renovação dos laços identitários da comunidade, celebrando a origem e a trajetória percorrida (a tradição) a fim de exaltar o caminho do *progresso* nacional e conectando tal trajetória com os atores que praticam a comemoração. Para Álvarez, essa temporalidade que estabelece um *continuum* entre passado e presente relaciona-se com a dimensão litúrgica e “sagrada” do culto laico à nação.<sup>147</sup> Para Bonaldo, os fenômenos comemorativos seculares exercem uma determinada função litúrgica pois “organizam, independente das cores de suas hostes, um rito de comunhão com o abstrato, seja ele uma deidade, seja ele uma nação divinizada, imagens construídas tendo como modelo ou referência a essência ancestral ou originária”.<sup>148</sup>

Na avaliação de Álvarez e Gillis, as experiências comemorativas nacionais nas últimas décadas do século XX perderam a eficácia simbólica e litúrgica de instalar na sociedade civil essa “temporalidade sagrada” em torno das efemérides nacionais, fenômeno visto como a manifestação da perda do monopólio do Estado-Nação como lugar hegemônico e universal das narrativas sobre o passado.<sup>149 150</sup>

## 1.2 CENÁRIOS COMEMORATIVOS E AS DISPUTAS PELA MEMÓRIA

Na esteira das produções sobre a questão nacional da década de 1980, Gillis propõe uma sistematização da história das comemorações do Estado-Nação a partir das experiências norte-americana e europeia em torno de três fases que se sobrepõem: pré-nacional (século XVIII), nacional (séculos XIX e XX) e pós-nacional (a partir da década de 1960).<sup>151</sup> Segundo o historiador tais fases comemorativas nos últimos dois séculos manifestam modos distintos de interação entre identidade e memória nas sociedades ocidentais. Ainda que fundamental a problematização genérica e “norte-centrada” de sua sistematização, as proposições de Gillis permitem abordar os impactos da chamada “voga” ou *boom memorial* nos modos de funcionamento das comemorações nacionais nas últimas décadas do século XX, inclusive para os casos latino-americanos. Desse modo, nesse segundo tópico a intenção é abordar a dimensão

<sup>147</sup> ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. *Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación*. Colombia y México, 2010. (2018). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

<sup>148</sup> BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314f. *Tese* (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p.32.

<sup>149</sup> ÁLVAREZ, op.cit.

<sup>150</sup> GILLIS, John R. Memory and Identity: the History of a relationship. In: GILLIS (ed) *Commemorations: the politics of national identity*. Published by Princeton University Press, 1994. p.3-26.

<sup>151</sup> Ibid.

da maleabilidade do passado conforme proposto por Rabinovitch, enfatizando, portanto, as disputas pelos sentidos e experiências comemorativas.<sup>152</sup>

Gillis identifica o enfraquecimento do poder de mobilização social das ritualizações nacionais institucionalizadas que marcaram os séculos XIX e a primeira metade do século XX como consequência da nova ordem política, social e cultural conformada a partir do final da Segunda Guerra Mundial.<sup>153</sup> Tendo como marco temporal a década de 1960, identifica-se a expansão de iniciativas comemorativas “não-institucionalizadas” baseadas no pertencimento étnico, local e familiar, a transformação do papel da audiência (de um caráter relativamente passivo para ativo) e demandas sociais pela rememoração de novos sujeitos (mulheres, imigrantes, populares) como características dos processos comemorativos da “era pós-nacional das comemorações” nos Estados Unidos e na Europa. Entre suas considerações, entende-se que um dos elementos fundamentais se constitui no reconhecimento de que embora o modelo nacional perdesse sua funcionalidade, os suportes institucionais como o repertório do calendário nacional continuaram sendo mobilizados pelos atores sociais e, a partir disso, ressignificados conforme seus propósitos específicos.

A produção das humanidades sobre a voga memorial nas últimas quatro décadas apresenta um vasto conjunto de perspectivas teóricas interdisciplinares e abordagens temáticas a respeito do que, ao fim e ao cabo, representou a mudança do estatuto das formas de relação com o passado nas sociedades ocidentais<sup>154</sup>. Como afirma A. Assmann, a emergência e a consolidação dos estudos da memória concomitantemente refletem e interagem com o chamado boom memorial no objetivo de “investigar como nós vivemos através das nossas memórias, como somos assombrados por elas e como usamos e abusos delas”.<sup>155</sup>

Assmann traça um quadro útil e abrangente, embora eurocentrado, para mapear as principais variáveis que interferiram para o fenômeno recente de *reorientação para o passado*.<sup>156</sup> Em primeiro lugar, como já indicado por Gillis, destaca-se o desmantelamento das “grandes narrativas” nacionais que forneciam as interpretações do passado e a orientação para o futuro, fenômeno diretamente relacionado com o (re) surgimento das “memórias congeladas”

<sup>152</sup> RABOTNIKOF, Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. *Sociohistórica / Cuadernos del CISH* 26 | segundo semestre 2009 | p.179-212.

<sup>153</sup> GILLIS, John R. Memory and Identity: the History of a relationship. In: GILLIS (ed) *Commemorations: the politics of national identity*. Published by Princeton University Press, 1994. p.3-26.

<sup>154</sup> NICOLAZZI, Fernando. SOLETTI, Eduarda. Pedal pela Memória. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Fazendo história pública*. Vitória: Milfontes, 2020.

<sup>155</sup> ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. *História Oral*, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016, p.210.

<sup>156</sup> ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (Ed.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 210-224.

pelas ideologias nacionais. Tal quadro se expressou nos contextos pós-coloniais, onde os grupos subalternizados passaram a reivindicar o reconhecimento da sua história e cultura; a emergência pública das memórias traumáticas do Holocausto e das duas grandes guerras mundiais na década de 1970, após cerca de duas décadas de silêncio, ainda que sujeitas ao processo de mediatização em vista da morte da geração de sobreviventes; a revolução digital nas tecnologias comunicativas, reorientando gradativamente as noções de tempo e espaço que outrora centravam-se nas estruturas nacionais.<sup>157</sup>

Foi em torno desses indícios que Pierre Nora baseou seu monumental projeto editorial e historiográfico dos “Lugares de Memória” na década de 1980. Editada ao longo de quase dez anos, entre 1984 e 1992, a coleção foi organizada em três volumes (A República, A Nação, As “Franças”) e publicada em sete livros, cujo último volume possui o capítulo intitulado “A Era das Comemorações”, reflexão paradigmática em torno dos fenômenos comemorativos contemporâneos.<sup>158</sup> Chris Lorenz argumenta que a lucidez do projeto historiográfico de Nora constituiu-se na percepção de que fenômeno do *boom memorial* denotava implicações disruptivas para a historiografia, o que levou o historiador francês a propor a *problemática dos lugares de memória*, de modo a reorientar a escrita da história da França.<sup>159</sup> Conforme argumenta Rabotnikof, a proposição do fenômeno da “era das comemorações” implicou a formulação da comemoração como objeto de estudo nas ciências humanas, postura analítica que tratou de separar radicalmente o comemorado (acontecimento) da comemoração (como ritual cívico, ato de memória pública e/ou ato político).<sup>160</sup> A apropriação historiográfica do fenômeno histórico-social comemorativo teria ainda suscitado os debates em torno das diferenças entre história e memória e o papel público do historiador nas décadas de 1980 e 1990.

Desse modo, suas reflexões sobre o fenômeno comemorativo são centrais para essa pesquisa. Como definiu o historiador no clássico texto, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, sua formulação responde à convergência de dois movimentos franceses: “de um lado um movimento puramente historiográfico, o momento de um retorno reflexivo da história sobre si mesma; de outro lado, um movimento propriamente histórico, o

---

<sup>157</sup> Ibid.

<sup>158</sup> RILLA, José. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008.

<sup>159</sup> LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). *Performing the past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

<sup>160</sup> RABOTNIKOF. Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. *Sociohistórica / Cuadernos del CISH* 26 | segundo semestre 2009 | p.179-212.

fim de uma tradição de memória”.<sup>161</sup> Para Nora, a memória nacional francesa construída ao longo dos últimos dois séculos sob o rígido controle do Estado-Nação perdera sua evidência e funcionalidade no final do século XX. A emergência de demandas e reivindicações memoriais e patrimoniais por grupos sociais baseados no senso de pertencimento étnico, regional e local a partir da década de 1970 eram indícios de que a legitimidade da identidade e da história francesa unitária estava em crise.<sup>162</sup>

Com isso, Nora argumentou que o enfraquecimento da funcionalidade do modelo histórico nacional representava também um problema para as condições de legitimação da historiografia. Conforme destaca Francisco Santiago Júnior, a problemática dos lugares de memória representou um movimento de “situar uma heurística historiográfica, posicionar o historiador no que se refere ao cenário e ao papel formador da memória pública francesa no início dos anos 1980. A saída teórico-prática fora atribuir ao historiador um papel de consciência crítica da memória”.<sup>163</sup>

Desse modo, para a apreensão do fenômeno da emergência da memória, Nora estabeleceu um modelo paradigmático para a sua abordagem enquanto objeto de estudo da historiografia. Destarte, a definição da relação entre memória e historiografia foi concebida pela dinâmica da oposição concorrencial: a recordação constitui-se como uma relação subjetiva e afetiva de sujeitos e grupos sociais com o passado a partir das condições do presente, de modo que se estabelece um vínculo de continuidade entre passado e presente, operação que é marcada pela dialética da lembrança e do esquecimento. Por isso, a memória é suscetível a usos políticos e manipulações ideológicas em torno da matéria do que lembrar e esquecer. Já a historiografia é definida como uma representação do passado construída por uma operação teórico-metodológica de vocação universal e laicizante, de modo que a tarefa social da historiografia se configura justamente em suspeitar da memória, dessacralizando o seu caráter vivido e historicizando suas condições de produção e seus usos.<sup>164</sup>

É nesse sentido que o conceito de lugar de memória cumpriria sua função. Formulada com certa carga de ambiguidade, os lugares de memória representariam, ao mesmo tempo, os indícios para o diagnóstico sobre a cultura histórica francesa e a ferramenta conceitual historiográfica para o estudo da memória. Assim, Nora propusera naquele contexto da década

---

<sup>161</sup> RILLA, José. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008, p.12.

<sup>162</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Prof. História*. São Paulo, dez, 1993.

<sup>163</sup> SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História* (PUCSP), v. 52, 2015, p.273.

<sup>164</sup> NORA, Pierre. Op.cit.,

de 1980 uma proposta historiográfica que, no entendimento de Janice Gonçalves, seria “responsável não só por compreender os processos de produção social de memória como por examinar o seu papel [da historiografia] na construção do conhecimento histórico”.<sup>165</sup> A função da categoria de lugares de memória auxiliaria, assim, esse olhar retrospectivo da própria historiografia para o processo de constituição da tradição da memória-nação através dos mecanismos de produção da memória e da identidade nacional, a saber: museus, comemorações, monumentos, hinos, bandeiras, manuais escolares etc.

Conforme argumenta Eugenia Montañó, o projeto dos Lugares de Memória representou “uma inovadora maneira de fazer a história das representações, não dos acontecimentos, uma história que põe ênfase no simbólico, uma história da memória sedimentada em símbolos”.<sup>166</sup> Ao articular o aspecto simbólico com a dimensão política do discurso da nacionalidade, Gonçalves afirma que “o empreendimento dos Lieux equivaleria a um amplo retrilhar dos caminhos pelos quais, em diferentes momentos, o passado foi gerido, controlado e disseminado na França, em nome de uma nação francesa”.<sup>167</sup>

Nesse sentido, o empreendimento intelectual de Nora representou a tentativa de teorização sobre a cultura histórica francesa do final do século XX, considerando uma série de transformações sociais, culturais e historiográficas ocorridas na França a partir da década de 1960. Com base nessas observações, o historiador propôs uma constatação e um diagnóstico que embasaram a formulação do projeto historiográfico dos lugares de memória: a *constatação* se referiu à “rápida desaparecimento da memória nacional” fruto da “aceleração histórica”, configurando uma “crise do tempo” e o *diagnóstico* tratou de afirmar que os lugares de memória representam os “restos” da memória nacional francesa, demarcando a existência de vínculos entre a memória e certos lugares, objetos e rituais.<sup>168</sup>

Desse modo, a conjuntura política, social e cultural engendrada pós-Revolução Francesa tratou de desarticular as sociedades com tradição e memória espontânea no tecido social e forjaram as sociedades com história-memória, estas baseadas na relação simbiótica entre o projeto nacional, a historiografia e a memória social.<sup>169</sup> No entendimento de Nora, o surgimento da historiografia e sua epistemologia baseada no *rastró e no vestígio* teria sido uma das causas do “desaparecimento” da memória espontânea, uma vez que aquela propõe uma relação

---

<sup>165</sup> GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. *Historiae* (impresso), v. v.3, p. 27-46, 2012, p.33.

<sup>166</sup> MONTAÑO, Eugenia. Los Lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. *Historia y Grafía*, núm. 31, 2008, p;185.

<sup>167</sup> GONÇALVES, op.cit., p.35.

<sup>168</sup> Ibid.p.35.

<sup>169</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Prof. História*. São Paulo, dez, 1993.

artificial e distante com a história, configurando, por consequente, novas formas de relacionamento social com o passado. A criação de museus, arquivos, monumentos e as práticas de comemoração das efemérides nacionais representariam desse modo os novos rituais mnemônicos vinculados ao discurso nacional, constituindo-se como a primeira matriz dos lugares de memória de Nora.<sup>170</sup>

Na base da concepção de lugares de memória reside a pressuposição epistêmica de que há a necessidade de *vontade de recordação* para que o lugar assuma o caráter de rememoração e não somente de história. Por isso, no entendimento de Nora, a França do final do século XX assistiu a proliferação de lugares de memória, pois “não há mais meios de memória”. Em termos de conceituação, os lugares de memória corresponderiam, portanto, aos artefatos culturais (materiais, simbólicos, funcionais) através dos quais a memória seria processada e materializada, sendo impulsionada por um desejo social por recordação. Na avaliação de Santiago Júnior, o entendimento de Nora dos rituais mnemônicos nacionais criados no século XIX estava diretamente relacionado à semântica historicista. Observando o caso dos monumentos nacionais, Santiago Júnior argumentou que:

Se o monumento (trazer à memória) é uma constante cultural universal humana, o monumento histórico é um tipo de artefato ao qual fora associada uma semântica historicista, na medida em que algo passara de sua função inicial na cultura para uma (nova) função memorial histórica. A noção de monumento histórico fora assim contemporânea da formulação da ciência da história. Por isso na perspectiva de Nora estes monumentos históricos seriam uma evidência dos lugares de memória relacionados à nação e são listados ao lado dos muitos exemplos materiais de lugares de memórias em *Entre mémoire et histoire*.<sup>171</sup>

É justamente na identificação da “crise” da funcionalidade dessa relação mnemônica historicista entre os lugares de memória da nação – monumentos, comemorações – com a retórica da nacionalidade que Nora identifica uma ruptura. A partir do olhar retrospectivo e comparativo entre a cultura histórica francesa de 1880 com a de 1980, o historiador argumentou que a tradição de memória – calcada no modelo histórico-nacional<sup>172</sup> - teria entrado em crise a partir da década de 1970, uma vez que um novo regime de relação com o passado emergia sob os imperativos memoriais amarrados com as noções de identidade étnica/regional/local e seus

<sup>170</sup> NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Prof. História*. São Paulo, dez, 1993.

<sup>171</sup> SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. *Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'*. *Projeto História* (PUCSP), v. 52, 2015, p.257.

<sup>172</sup> Ancorado no pressuposto da influência da produção historiográfica sobre o imaginário histórico da sociedade francesa, Nora entendeu que o fim da tradição da memória-nação foi o resultado do esfacelamento da conjunção nação-historiografia-memória, iniciada na década de 1930, com a autonomização da historiografia dos *Annales* em relação às balizas espaciais, temporais e temáticas da nação. Sem a função pedagógica dos historiadores como pedagogos dos valores nacionais, a nação teria perdido sua capacidade de reprodução da consciência coletiva, de tal modo que a memória se tornou um fenômeno privado.

respectivos lugares de memória. Assim, esse fenômeno fora visto como subsumido na febre da década de 1980 em torno da obrigação comemorativa e pelo desejo de patrimonialização de bens materiais e culturais.

No fechamento do projeto em 1992, a partir da análise das celebrações do Bicentenário da Revolução Francesa em 1989, Nora decretava que *a abordagem da história da França não se dava mais pelo regime unitário histórico-nacional, mas pela memória fragmentada*. O regime comemorativo hierarquizado e controlado pelo Estado-Nação que enunciava a história nacional a partir de uma narrativa histórica épica, teleológica e pedagógica através das escolas e de eventos em torno de monumentos, praças públicas e comemorações não tinha mais sua evidência garantida. Pelo contrário, a comemoração havia passado por uma “metamorfose”:

O importante nisso, não é, não obstante, a inflação proliferante do fenômeno, mas a sua transformação interna: a subversão e a erosão do modelo clássico da comemoração nacional, tal como a Revolução a havia inventado e tal como a havia estabelecido a III República conquistadora, e sua *substituição por um sistema atomizado*, feito de linguagens comemorativas inconexas, que *supõe uma relação diferente com o passado*, mais eletiva que imperativa, aberta, plástica, viva, em perpetua elaboração.<sup>173</sup>

Desse modo, mesmo que o lugar de promoção da comemoração ainda permanecesse sob a régia do Estado nacional, o cânone narrativo e o monopólio do Estado-Nação dos sentidos comemorativos foram enfraquecidos e subvertidos politicamente pela proliferação de narrativas de grupos comunitários, muitos deles “vítimas” da violência da nação que as ocultava sob a narrativa épica, orientadora e nacionalista. As instâncias difusoras e produtoras de narrativas comemorativas descentralizaram-se e a mídia, principalmente, tornara-se a principal responsável pela circulação das representações históricas e de seus formatos, integrando as festas nacionais na lógica da indústria cultural e do turismo histórico. Observando essa diversidade de perfis e atores comemorativos, Nora argumenta que o caráter da comemoração, outrora cívico e nacional, havia assumido um caráter democrático e politizado, configurando-se em um cenário de “batalha de memórias” e/ou promoções midiática, turística e comerciais. Assim sendo, ao modelo centralizador, unitário e histórico das comemorações nacionais forjadas no século XIX haveria um novo componente social que impingiu um novo ritmo comemorativo marcado pela centralidade dos atores sociais e suas memórias diversas.<sup>174</sup>

Kenan Van de Mierop considera que tal diagnóstico proposto por Nora sobre a “era das comemorações” pode ser entendido como um determinado relato da crise da identidade

---

<sup>173</sup> RILLA, José. Pierre Nora en Les lieux de mémoire. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008, p.172 (grifo meu).

<sup>174</sup> Ibid.

nacional francesa, de modo que a ascensão de discursos de memória e práticas comemorativas de comunidades e grupos sociais são considerados sintomas de tal crise.<sup>175</sup> Desse modo, a “era das comemorações” trata-se de uma tentativa de periodização do tempo presente a partir da constatação de um “epifenômeno de uma mudança histórica” no pós-II Guerra marcada pela transformação das relações sociais com o passado e o tempo histórico. Além disso, Rafael Baquero argumenta que a perspectiva dicotômica e opositiva entre história e memória que embasou o projeto de Nora está baseada na universalidade do discurso histórico e na relação hierárquica e assimétrica entre história e memória, de modo que nessa perspectiva reside como plano de fundo o pressuposto de que a história enquanto campo disciplinar é o único e exclusivo lugar de produção de conhecimento legítimo e estabelecimento de relação com o passado.<sup>176</sup>

Como afirmam Lorenz<sup>177</sup>, Valdei Araujo e Mateus Pereira<sup>178</sup>, o diagnóstico do *deslocamento do paradigma histórico para o memorial* de Nora proposto no seu projeto editorial foi reapropriado por François Hartog na elaboração da sua hipótese do *presentismo* no livro *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências de tempo* lançado em 2003. Compartilhando de premissas já introduzidas por Nora tais como “crise do tempo”, “aceleração histórica” e “presente dilatado”, Hartog argumenta que desde o final da década de 1980 as sociedades ocidentais estão se relacionando com um novo modo de experimentar o tempo histórico manifestado pela “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”.<sup>179</sup> Combinado à tal hipótese, a noção de regime de historicidade foi concebida para pensar a sucessão das formas dominantes de relação com o tempo, definindo-a como uma “ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui ou lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, presente e futuro”.<sup>180</sup> Dessa forma, a emergência do *presentismo* manifestaria a (re)configuração das relações entre passado,

---

<sup>175</sup> VAN DE MIEROOP, Kenan. The ‘age of commemoration’ as a narrative construct: a critique of the discourse on the contemporary crisis of memory in France, *Rethinking History*, 2016.

<sup>176</sup> BAQUERO, Rafael. Memória, narrativa e conflito em escrever o passado quando os historiadores estão sujeitos a tensões éticas e políticas. *Hist. Historiogr.*, Ouro Preto, v. 13, n. 32 p. 47-81, jan.-abr. 2020

<sup>177</sup> LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). *Performing the past: memory, history, and identify in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

<sup>178</sup> ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. *Atualismo: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

<sup>179</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.39.

<sup>180</sup> *Ibid.* p.37.

presente e futuro em um momento histórico de *crise do tempo* marcado pelo colapso da visão positiva de futuro e da concepção moderna de tempo progressivo e linear.

Assim, paradoxalmente, a voga memorial e seus fenômenos correlatos são entendidos como sintomas da experiência de tempo presentista, uma vez que a memória é “provocada e reconstituída”<sup>181</sup> a partir dos imperativos imediatos da sociedade contemporânea por identidade, raízes, genealogia, preservacionismo e comemoração. Dessa forma, Hartog compartilha com Nora o entendimento de que os discursos de memória da contemporaneidade são marcados pelo paradigma da descontinuidade, uma vez que “ele [presentismo] produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato”.<sup>182</sup> Portanto, os discursos e políticas de memória, patrimônio e comemoração são compreendidos como indícios da crise do tempo (perda da relação orgânica com o passado) e da experiência de incerteza e apreensão com relação ao futuro, manifestando-se através de imperativos por conservação dos restos e materialidades do passado e pelo dever de sua reconstituição por meio da rememoração e comemoração. Conforme Hartog, “parecemos patinar no campo do presente e ruminar um passado que não passa”.<sup>183</sup>

Reunindo um conjunto de reflexões críticas em torno das teses de Nora e Hartog, Lorenz argumenta que as premissas que sustentam a problemática dos lugares e a hipótese do presentismo subestimam a dimensão fundamental da persistência/presença de passados traumáticos e catastróficos enquanto experiências de coletividades sociais e superestimam a contingência do colapso do futuro nas sociedades contemporâneas.<sup>184</sup> A respeito da concepção de tempo na obra de Hartog, Marlon Salomon considera que:

Se é, portanto, preciso destacar a importância das análises de François Hartog para a historiografia contemporânea, também é preciso indicar que o tempo histórico, em seus regimes de historicidade, é sempre apresentado no singular. A noção de regimes de historicidade acabava por homogeneizar e unificar as experiências do tempo de uma determinada época. Neles não há buracos, nuances, assincronias, anacronias, atonalidades, não simultaneidades, heterocronias.<sup>185</sup>

A tendência universalizante da perspectiva de Hartog, ainda que matizada, tem como uma das suas consequências a generalização do diagnóstico da “crise do tempo” moderno, desconsiderando as causas e os efeitos políticos dessa desestabilização. Como argumenta

---

<sup>181</sup> Ibid.p.151.

<sup>182</sup> Ibid. p.148.

<sup>183</sup> Ibid. p.245.

<sup>184</sup> LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). *Performing the past: memory, history, and identity in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

<sup>185</sup> SALOMON, Marlon. Heterocronias. In. SALOMON, Marlon (org). *Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Edições Recochete, Goiânia, 2018, p. 27.

Gabriel Gonzaga, ao propor a genealogia do regime moderno de historicidade, “apesar de ter sido importante para uma politização do tempo histórico, a tese de François Hartog carece de discriminações entre posições subalternas e hegemônicas nas chamadas ordens do tempo”, uma vez que “entre a revolução de 1789 e a queda do muro de Berlim em 1989, período em que Hartog circunscreve o regime de historicidade moderno, não resta qualquer espaço ou qualquer sentido de agência para a experiência de povos e grupos sociais subalternos”.<sup>186</sup> Essa observação indica a necessidade da consideração das lutas dos movimentos políticos e sociais contra as estruturas coloniais latino-americanas ao longo do século XX, focalizando em verificar como os cenários comemorativos nacionais foram palco de disputas por distintas experiências comemorativas.

Isto posto, gostaria de avançar a discussão a respeito das comemorações nacionais, privilegiando a atenção para a sua dimensão pública e conflitiva manifestada por atores da sociedade civil. Tendo como uma de suas referências teóricas a tradição francesa de estudos da memória, os campos da historiografia e das ciências sociais na América Latina tem contribuído para a reflexão em torno das disputas pelos significados do passado no contexto regional desde a década de 1990, principalmente no que diz respeito ao período de repressão das ditaduras cívico-militares. Na Argentina, os trabalhos realizados no programa de investigações “Memorias de la Represión” dirigido pelo socióloga Elizabeth Jelin no marco do Social Science Research Council (SSRC) e também no Núcleo de Estudos sobre Memória criado no Instituto de Desenvolvimento Económico e Social (IDES) em Buenos Aires contribuíram para a conformação de um arcabouço teórico sobre políticas da memória e os usos políticos do passado reunindo as contribuições europeias com as preocupações teóricas e políticas do Cone Sul. É a partir desse marco que busco compreender os cenários comemorativos de efemérides nacionais, considerando sua dimensão conflitiva entre a nação como enunciado e os atores sociais.

Conforme essa perspectiva, os discursos de memória são elaborações sociais estabelecidas através de *marcas e práticas sociais* como rituais públicos, lugares materiais e inscrições simbólicas, de modo que seus sentidos são constantemente (re) apropriados e sujeitos a operações de seleção. Os cenários de comemoração de datas de efemérides, conforme Jelin, são ocasiões privilegiadas para verificar as disputas em torno das significações do passado, uma vez que:

---

<sup>186</sup> GONZAGA, Gabriel. Para que fazer um doutorado em história agora? reflexões sobre os públicos e os passados, políticas de tempo e a crise da História. *Medium*. Porto Alegre, 30 jan.2021, p.6. Disponível em: <https://gabrielgonzaga.medium.com/por-que-fazer-um-doutorado-em-hist%C3%B3ria-agora-24bcda46c07a>. Último acesso em> 15.jun.2021.

as marcas do calendário não cristalizam de maneira automática nem têm um mesmo sentido para todos. Os diferentes atores sociais dão sentidos específicos a estas marcas segundo as circunstâncias e os cenários políticos onde desenvolvem suas estratégias e projetos. Como entram certas datas no calendário? Quem luta para inseri-las? Com quais sentidos? A trajetória social e política que vai desde o acontecimento até sua comemoração oficial nunca é consensuada ou pacífica. Na medida em que existem diferentes interpretações sociais do passado, as datas de comemoração pública estão sujeitas a conflitos e debates.<sup>187</sup>

Assim, essa abordagem consiste no enfoque da função ativa dos *atores sociais* na produção de sentidos para as datas de efemérides, considerando as relações de poder do contexto em que ocorrem disputas e lutas políticas pelos significados da memória. Dessa forma, cabe considerar as condições do tempo presente em que as memórias são construídas, como tais condições interferem na seleção do que lembrar e esquecer e como as dimensões políticas, sociais e culturais configuram a natureza das disputas em torno das datas. Neste caso, as efemérides comemorativas configuram-se cenários públicos em que se verificam tais disputas conforme cada contexto histórico, o que exige a análise “das transformações e das mudanças nos atores que recordam e esquecem em cada momento ou período, em seus sentidos e os climas culturais e políticos que se desenvolvem as práticas comemorativas”.<sup>188</sup>

A partir do marco latino-americano dos estudos da memória, Álvarez propõe a categoria de *políticas de comemoração* para o estudo e a historicização dos fenômenos comemorativos nacionais, noção que se refere:

Àqueles discursos e práticas por meio das quais diversos sujeitos e coletividades conflituam na esfera pública para estabelecer o sentido das comemorações sociais. Esta noção contribui para a desnaturalização das comemorações, o seu desvelamento enquanto “tradições inventadas”, construções históricas sujeitas a sua própria historicidade e contingência. A noção também permite o reconhecimento da multiplicidade de atores que participam em uma conjuntura comemorativa, com suas próprias leituras, interpretações, reivindicações e usos políticos do passado.<sup>189</sup>

À vista disso, os cenários públicos comemorativos são atravessados por diferentes políticas comemorativas que partem de distintas e assimétricas condições e lugares de enunciação, atentando para como os elementos de classe, raça, gênero e cidadania estão articulados nas inscrições materiais, simbólicas e performáticas de sentidos comemorativos.<sup>190</sup> Pode-se afirmar, portanto, que determinadas políticas comemorativas manifestam distintas

<sup>187</sup> JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*.- 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. Siglo Veintiuno Editora, 2017, p.136.

<sup>188</sup> Idem. Introducción. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas en las fechas “infelices”*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002. p.2.

<sup>189</sup> ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. *Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación*. Colombia y México, 2010. (2018). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, p.49,

<sup>190</sup> Ibid.

experiências comemorativas que estabelecem sentidos de celebração, crítica ou negação às datas em questão. Assim, cumpre a tarefa de historicização das camadas de significados que compõe determinadas datas, atentando para os movimentos de “transformações e das mudanças nos atores que recordam e esquecem em cada momento ou período, em seus sentidos e os climas culturais e políticos que se desenvolvem as práticas comemorativas”.<sup>191</sup>

Isto posto, o próximo tópico visa apresentar algumas considerações panorâmicas sobre a trajetória histórica dos sentidos e imagens relacionadas as datas do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril a fim de, a partir dessa chave de historicização, adentrar aos contextos comemorativas do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

### 1.3 FIGURAÇÕES DO TREZE DE MAIO: DA PRINCESA ISABEL À ZUMBI DOS PALMARES

Conforme Trouillot, os “seres humanos participam na história não apenas como atores, mas também como narradores”.<sup>192</sup> A partir desse postulado, o antropólogo e historiador haitiano se debruça sobre a ambiguidade semântica da palavra história manifestada na sobreposição entre o processo histórico (história 1) e a narrativa histórica (história 2). Com base nisso, defende que as análises da teoria da história reconheçam tanto a distinção quanto a sobreposição entre as duas historicidades, visto que “somente focalizando esse processo será possível desvelar as formas em que se entrelaçam num dado contexto” e, por consequente, “descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras”.<sup>193</sup> Nesse sentido, uma análise amplificada do processo de produção de narrativas sobre o passado requer a consideração dos atores históricos como narradores, bem como dos lugares onde ocorrem tais produções de história.

É a partir de tais considerações que Trouillot se preocupa em refletir em torno do silenciamento nas produções de história, considerando que “qualquer narrativa histórica é um conjunto específico de silêncios, o resultado de um processo singular”.<sup>194</sup> Para o historiador os silenciamentos se inserem no processo de produção histórico em quatro etapas:

no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato

---

<sup>191</sup> JELIN, Elizabeth. Introducción. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: las disputas em las fechas “in-felices”*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002. p.2.

<sup>192</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016, p.20.

<sup>193</sup> Ibid. p.55.

<sup>194</sup> Ibid. p.58.

(na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância).<sup>195</sup>

Essas dimensões são entrelaçadas e produzidas em situações particulares em cada caso histórico concreto, sendo possível afirmar que o estudo da conformação dos sentidos das datas históricas e suas celebrações são interessantes objetos para pensar em torno da produção de silenciamentos nas narrativas históricas comemorativas. A partir dos casos das comemorações da Chegada de Colombo nas Américas em 1892 e 1992, Trouillot argumenta que as datas consistem ferramentas de produção de história, uma vez que ancoram o passado no presente por meio da produção simultânea de menções e silêncios. Considerando as dimensões de poder manifestadas nas ritualizações e comercializações do passado que envolvem as celebrações das efemérides, o historiador argumenta que o fenômeno comemorativo *trivializa* o processo histórico (historicidade 1), uma vez que o descontextualiza, e promove a *mitificação* da narrativa histórica (historicidade 2). Desse modo, o fato histórico correspondente à data é transformado em um evento isolado de contexto histórico e preenchido de silenciamentos, constituindo-se em um “produto do poder, de cujo rótulo foram apagados quaisquer vestígios de poder”.<sup>196</sup>

A partir dessa perspectiva, parte-se para a observação de como os fatos históricos da abolição da escravidão e do “descobrimento” foram processados com a marca da nação ao longo do período republicano. Na esteira do que já foi considerado sobre as trajetórias das datas do Treze de Maio e do Vinte Dois de Abril, pode-se complementar que historicamente se relacionou a data da Abolição da Escravidão com a figura da Princesa Isabel e a chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral com a imagem do encontro do homem civilizado com o índio edílico a partir da descrição da Carta de Caminha. Em vista disso, busca-se apresentar aspectos duradouros das narrativas sobre ambas as datas a fim de observar como tais elementos foram reciclados ou modificados nas políticas comemorativas do Centenário da Abolição em 1988 e do V Centenário do Descobrimento do Brasil no ano 2000.

Robert Daibert Júnior realizou um estudo de historicização das representações da Princesa Isabel em uma perspectiva de longa duração, mostrando como em um período de mais de cem anos, as figurações da regente do Império do Brasil foram sofrendo transformações

---

<sup>195</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016, p.20. p.57.

<sup>196</sup> *Ibid.* p.189.

tanto em nível institucional quanto popular.<sup>197</sup> A construção da sua figura como “Redentora” dos escravizados foi contemporânea do ato de assinatura da Lei Áurea em 1888, de modo que a monarquia buscou utilizar-se do seu ato como estratégia de sobrevivência nos quase dois anos que separaram o ato da abolição e a Proclamação da República. Com o advento do regime republicano, Daibert Jr argumenta que foi instaurado uma política de esquecimento com relação à figura da Princesa Isabel, a fim de rearranjar as associações entre Abolição, Princesa Isabel e Monarquia em direção da construção de uma memória do processo abolicionista que destacasse o papel do povo, dos militares, da imprensa e dos abolicionistas moderados. Nesse sentido, pretendeu-se produzir a imagem da República como complemento da Abolição.

Esse projeto oficial de ressignificação não obteve sucesso durante as primeiras décadas da Primeira República devido às imagens e sentidos positivos da “Redentora” cultivados na esfera popular através das festas religiosas e das comemorações do dia 13 de maio por escravizados e seus descendentes. Daibert Júnior explica a sobrevivência dessa representação como a manifestação das concepções africanas de realeza entre os negros no Brasil:

Na formação da imagem de Isabel como “Redentora” dos escravos e libertadora do povo são associados aspectos da religiosidade e cultura africana com a concepção cristã de salvação. A imagem de Isabel é composta, assim, de duas matrizes de discursos distintos, ressignificadas na construção de uma nova representação. Uma representação que buscava também construir uma nacionalidade a partir da integração das diferenças entre os povos formadores da nação.<sup>198</sup>

A ressignificação da sua figura em direção ao simbolismo cívico, desprovido de contornos políticos e monarquistas, passou a ser o tom a partir da década de 1920. Daibert Jr identifica que o processo de “ressurreição” de Isabel nos meios institucionais e intelectuais se relacionou com o próprio fato de sua morte em 1921 no exílio francês e a comoção nacional provocada no Brasil. Desassociada da monarquia, a representação de Isabel passou a ser preenchida por caracterizações morais que a destacavam como uma princesa humanitária, bondosa e caridosa com o povo brasileiro, de modo que seu ato de abolição da escravidão teria manifestado seu desprendimento de interesses políticos. Reconhecida como digna da gratidão eterna dos brasileiros, a figura de Isabel foi se aproximando cada vez mais do panteão cívico nacional a partir da segunda metade do século XX.<sup>199</sup>

Nesse sentido, em 1953, o presidente Getúlio Vargas esteve presente na recepção dos esquifes de Gastão de Orléans, Conde d’Eu e de Isabel de Bragança, os quais foram guardados

---

<sup>197</sup> DAIBERT JR. Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: um estudo das representações sobre a Princesa. 2001. 208f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

<sup>198</sup> Ibid. p.171.

<sup>199</sup> Ibid.

na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro. Quase duas décadas depois, o regime ditatorial realizou o traslado dos esquifes para a Catedral de Petrópolis, onde fora construído o mausoléu da família real com os túmulos do imperador D. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina.<sup>200</sup> Enquanto símbolo da nacionalidade brasileira, a cerimônia ocorreu no dia 12 de maio, véspera do aniversário da abolição, e contou com a presença do ditador Emílio Garrastazu Médici. Por outro lado, a presença da figura de Isabel nas práticas culturais e religiosas afro-brasileiras não foi desprezado pela ditadura cívico-militar, uma vez que antes dos esquifes serem levados à Petrópolis, eles foram expostos para o público na Igreja do Rosário no Rio de Janeiro, sede da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos. Para expressar a devoção popular em torno da sua figura, Daibert Jr cita o seguinte trecho da reportagem do *Jornal do Brasil* de 13 de maio de 1971 que cobriu o cortejo do traslado:

Quando os esquifes com os despojos da Princesa Isabel e do Conde d’Eu foram colocados sobre os carros blindados do Exército iniciando o cortejo, centenas de lenços brancos se agitaram no ar e sinos da Igreja Nossa Senhora do Rosário começaram a dobrar, tocando por 10 minutos, até que os ataúdes desapareceram na esquina da Rua da Assembleia. Acompanhada por dois filhos, D. Isaura Maria Gonçalves, de 96 anos, filha de escravos, saiu de casa ontem, após seis meses sem ir à rua “para se despedir para sempre da Princesa e de se marido”. À porta da Igreja quando o cortejo saiu, D. Isaura chorou: “Que Deus a abençoe e a proteja sempre, assim como ela nos protegeu em vida. Adeus, minha princesa”.<sup>201</sup>

Ana Lucia Araújo afirma que os eventos de maio de 1971 expressaram “um dos últimos grandes acontecimentos populares celebrando a memória da princesa Isabel”,<sup>202</sup> fazendo referência ao fato de que a partir daquela década a narrativa de associação da abolição com a figura de Isabel passou a ser fortemente questionada por intelectuais e militantes negros. De todo modo, como considera Araújo, a observação da permanência duradoura da representação de Isabel como a “Redentora” ao longo da história da república manifesta a centralidade do seu lugar no espaço público e na cultura popular brasileira, o que por consequente expressa os elementos complexos que conformaram a elaboração da memória pública sobre a escravidão no Brasil<sup>203</sup>.

Se o cortejo dos esquifes do casal Conde d’Eu em 1971 foi realizado em meio à ditadura civil-militar, a qual tinha o mito da democracia racial como uma das premissas básicas do

<sup>200</sup> DAIBERT JR. Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: um estudo das representações sobre a Princesa. 2001. 208f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

<sup>201</sup> *Ibid.* p.183.

<sup>202</sup> ARAUJO, Ana Lúcia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel. In: MACHADO, Maria Helena P.T.; CASTILHO, Celso Thomas. *Tornando-se Livre: agentes Históricas e lutas Sociais no processo de Abolição*. EDUSP, 2018, p. 469.

<sup>203</sup> *Ibid.*

discurso de identidade nacional, as diretrizes oficiais da Comissão Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura manifestaram uma ruptura com a equação que associava Princesa Isabel e Abolição. Vinculado ao Ministério da Cultura, os primeiros passos do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura coincidiram com a posse de Celso Furtado como Ministro da Cultura em fevereiro de 1986. Com a tarefa de coordenar e executar as comemorações oficiais da abolição, a Comissão foi conformada por um grupo de trabalho liderado pelo jurista negro Carlos Alves Moura, responsável pela articulação institucional com as organizações negras, instituições culturais, universidades, além dos demais ministérios, governos estaduais e prefeituras municipais.

Na portaria de 10 de julho de 1987, o Ministério da Cultura indicava os seguintes pontos a serem observados pelo Comissão:

- a) o caráter pluriétnico da sociedade brasileira;
- b) a recuperação da verdade histórica sobre a escravidão no Brasil;
- c) a promoção de eventos que evidenciem a decisiva contribuição do negro à formação sociocultural do Brasil;
- d) a realização de atividades destinadas a preservar bens e manifestações culturais ligados à história do negro no Brasil;
- e) a desmitificação do preconceito racial;
- f) o apoio a todas as iniciativas que tenham por objetivo a ascensão cultural, social, econômica e política do negro na sociedade brasileira;

Como se pode perceber as diretrizes oficiais que guiaram os trabalhos coordenados por Carlos Moura manifestaram um movimento de inflexão em relação aos discursos que estabeleciam a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel como aspecto central a ser comemoração. Atento à problemática da marginalização do negro ao longo do período republicano, bem como às perspectivas historiográficas que enfatizavam a história do negro como parte da história nacional, o documento *Centenário da Abolição: considerações e propostas* da Comissão estabeleciam como objetivos da política comemorativa a *nacionalização da problemática do negro* através de iniciativas que “permitam à sociedade reavaliar-se através da avaliação do papel desempenhado pelo negro e pós-Abolição”.

De acordo com o documento:

É, portanto, a sociedade brasileira como um todo, - não exclusivamente os descendentes de escravos - que está diante da oportunidade rara de avaliar-se melhor. É boa coincidência, também, que ela ocorra no instante em que o País se reconstitucionaliza. Que discuta a ampliação dos direitos de cidadania no momento

em que procede o balanço dos cem anos de liquidação do sistema que se definia precisamente pela negação da cidadania aos produtores diretos da riqueza.<sup>204</sup>

Como se pode depreender, as condições de produção de tais diretrizes oficiais estiveram diretamente atreladas ao contexto da realização da Assembleia Nacional Constituinte, iniciada cerca de um ano antes, e atentas às demandas do Movimento Negro Unificado, conjuntura marcada pelo processo de transição política. Nesse sentido, a sinalização do governo federal de incorporação de demandas memoriais nas diretrizes oficiais das comemorações do Centenário da Abolição manifesta o cenário público de elevada pressão social e de uma *cultura política participativa*<sup>205</sup> da população. Por consequente, pode-se compreender a razão pelo qual Hanchard afirma que as celebrações do Centenário “significaram uma mudança radical na maneira como os brasileiros discutiam o tema da raça”<sup>206</sup>, de modo que “ao contrário de qualquer comemoração anterior da Abolição, o Centenário teve um caráter nacional, com uma preocupação explícita com as desigualdades “sociais” do Brasil”.<sup>207</sup>

Ainda que essa situação indique os frutos da luta dos movimentos negros em prol da valorização da sua história e do reconhecimento de Zumbi dos Palmares com símbolo nacional de resistência, convém identificar as contradições, nuances e ambiguidades da política comemorativa oficial. O Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura concebeu um calendário com atividades em todos os meses de 1988, tendo como momentos principais o mês de março (Abertura), maio (data da efeméride com discursos do Presidente José Sarney) e novembro (Dia da Consciência Negra). Foram subdivididas iniciativas de caráter *permanente* com a criação de instituição e centros de estudos, pesquisa e ensino com objetivos de médio e longo prazo como a criação da Fundação Palmares; iniciativas de caráter *transitório* através da realização de atividades artísticas, simpósios, festivais e celebrações restritas ao ano de 1988, destacando-se a declaração da Serra da Barriga, no município de União dos Palmares em Alagoas, como Monumento Nacional.

Em vista disso, proponho a observação de dois pontos da política comemorativa oficial do Centenário da Abolição com base na análise dos discursos do presidente José Sarney: o pronunciamento de *Abertura das Comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura*

<sup>204</sup> BRASIL. Centenário da Abolição: considerações e propostas. *Ministério da Cultura*, 1988. Brasília. 20f (grifo meu).

<sup>205</sup> VERSIANI, Maria Helena. Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988. 284f. *Tese* (Doutorado em História). Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

<sup>206</sup> HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 168.

<sup>207</sup> *Ibid.* p.172.

realizado no Palácio do Planalto no dia 21 de março de 1988 e nos dois discursos da *Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura* transmitidos nacionalmente pela rádio e televisão no dia 13 de maio no turno da manhã e da noite. O primeiro aspecto diz respeito ao uso da comemoração no contexto de transição democrática. Na avaliação de Fernanda Barros dos Santos, a perspectiva oficial assumida manifestou a tentativa de antecipação “dos rumos que os movimentos negros iriam trilhar”, acatando algumas de suas pautas e demandas a fim de mitigar o desdobramento de um cenário de conflitos. Esse sentido pode ser observado no discurso de 21 de março, quando Sarney afirmou que:

Determinei ao Ministro da Cultura, Dr. Celso Furtado que as comissões criadas para esse propósito funcionassem tão-somente como órgãos de apoio às próprias iniciativas da sociedade, à militância dos movimentos negros e aos projetos por eles mesmos propostos em todo o território nacional, em simpósios, debates, seminários, conferências, publicações outras manifestações. Quando necessário, esse apoio será também material. E por isso estou abrindo um crédito especial para as comemorações.  
208

Desse modo, identifica-se uma posição ambivalente nos discursos revelada no movimento de absorver a pauta e as demandas negras na lógica do mito da democracia racial concomitantemente ao reconhecimento da “dívida que ainda permanece”<sup>209</sup>, a qual se busca reparar com a criação da Fundação Palmares e com a construção do Monumento Nacional da Serra da Barriga<sup>210</sup>. Com relação à fundação da instituição justifica-se como o compromisso com a reivindicação da comunidade negra por um espaço institucional a fim de “apoiar as inteligências, as lideranças e as consciências que se formarem na raça negra no Brasil para que, dentro de poucos anos, nós tenhamos formado no país um contingente da raça negra que possa atuar em todos os setores do Brasil”.<sup>211</sup> Já em relação ao Monumento Nacional da Serra da Barriga, o discurso do presidente da República destacou a região onde ‘se deram as lutas lideradas por Zumbi, marco da conquista da liberdade dos negros escravos’, assim como lugar em que o Quilombo dos Palmares “resistiu durante quase todo o século XVII ao assédio das forças coloniais. Ganga Zumba, Zumbi e tantos outros heróis da liberdade são expressões da

<sup>208</sup> BRASIL, Presidente (1985-1990: José Sarney). *Discurso de Abertura das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura*. Brasília, 21 de março, 1988a. 7f.

<sup>209</sup> Idem. *Discurso Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura*. Brasília, 13 de maio, 1988b.

<sup>210</sup> Santos destaca que o tombamento da Serra da Barriga como patrimônio nacional ocorrido em 1985 e a consequente construção do monumento nacional como projeto da política comemorativa são conquistas da pressão de lideranças dos movimentos negros desde a década de 1970. SANTOS, Fernanda Barros dos. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 144 - 182, jul./set. 2018.

<sup>211</sup> BRASIL, Presidente (1985-1990: José Sarney). *Discurso de Abertura das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura*. Brasília, 21 de março, 1988a. 7f.

determinação de um povo que preferiu enfrentar a morte e a tortura a aceitar a desonra do cativo”.<sup>212</sup>

A assimilação do Quilombo dos Palmares e da figura de Zumbi e Ganga Zumba na narrativa oficial comemorativa nos conduz a observação dos usos do passado e os sentidos estabelecidos à Abolição. O fim da escravidão é enunciado como “a maior campanha cívica da história do Brasil”, “a maior página da história do Brasil”, o “exemplo de unidade nacional”<sup>213</sup>, manifestando um discurso simbolicamente violento que apaga as dimensões da violência do tráfico e escravidão de africanos e descendentes escravizados. Nesse sentido, a abolição é significada com um exemplo para a nação, pois “foi feita sem guerra nem conflitos. O que em outros países dilacerou e dividiu, aqui foi *convergência, congraçamento, união de vontades, entendimento e unidade*”.<sup>214</sup> Desse modo, ainda que se recorde Zumbi e Ganga Zumba, “nenhuma grande causa se faz sem grandes oradores, sem poetas, sem intelectuais, sem sonhadores”, listando-se, assim, o enredo conhecido: Castro Alves, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, João Alfredo, Rui Barbosa, Joaquim Serra, Princesa Isabel e a Lei Áurea, Duque de Caxias, o Clube Militar e os militares que “aceitaram a tese de que o Exército jamais poderia ser capitão-do-mato, a perseguir os fugitivos do cativo”.<sup>215</sup>

O momento de transição política, ainda que não mais tutelada pelos militares, era um contexto em que o mito da democracia racial como política de Estado estava latente.<sup>216</sup> Nesse sentido a Abolição como exemplo da unidade nacional ocultava a resistência escrava, as relações raciais assimétricas e discriminatórias na sociedade brasileira e promovia o discurso da “lição da convergência étnica e do congraçamento racial” ao mundo.

À vista disso, os eventos de 1988 expuseram as contradições da política racial brasileira. Segundo Hanchard, os discursos de Sarney na ocasião comemorativa expressaram uma “sinopse do funcionalismo hierárquico e cultural da hegemonia racial brasileira”<sup>217</sup> ao figurar o negro somente em termos culturais. O cientista política norte-americano faz referência às diversas associações nos discursos de Sarney entre negros, África e a “alegria” dos brasileiros, ressaltando-se as contribuições culturais das tradições africanas para a cultura nacional

<sup>212</sup> BRASIL, Presidente (1985-1990: José Sarney). Discurso de Abertura das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura. Brasília, 21 de março, 1988a. 7f.

<sup>213</sup> Idem. Discurso Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura. Brasília, 13 de maio, 1988b.

<sup>214</sup> Ibid.

<sup>215</sup> Ibid.

<sup>216</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

<sup>217</sup> HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.168.

brasileira. Nesse sentido, Maggie argumenta que a ênfase na dimensão cultural do negro na história do Brasil reatualizou o mito das três raças e implicitamente<sup>218</sup>, poderíamos acrescentar a partir de Ruffer, enunciou a divisão entre sujeitos de história (homens brancos) e sujeitos da cultura (negros e *índios*)<sup>219</sup>.

Para Hanchard, a ênfase na contribuição cultural dos negros na história do Brasil também manifestou o ocultamento das assimétricas relações raciais entre brancos e negros ao longo do período pós-abolição, de modo que:

o Centenário proporcionou o foro para o reconhecimento, por parte dos brancos, das flagrantes desigualdades passadas e presentes, mas com ênfase preponderante no passado. Em consonância com a cultura política da dinâmica racial no Brasil, boa parte dos comentários e discussões durante a comemoração concentrou-se na cultura afro-brasileira, em sua resistência e na opressão que lhe fora imposta, tudo enunciado no pretérito.<sup>220</sup>

Tal argumento do cientista político converge com as considerações de Maggie (1994), no sentido de enfatizar que as discussões em torno dos debates catalisados pelo Centenário da Abolição foram preponderantes na temática da “cultura negra” tanto pela política comemorativa oficial quanto nos discursos e manifestações dos movimentos negros<sup>221</sup>. No entendimento de ambos os pesquisadores, a ênfase na dimensão cultural e na história da escravidão ocultava e impedia a enunciação das desigualdades sociais entre negros e brancos no pós-abolição e no tempo presente. Embora concorde que o discurso do Estado-Nação sobre a cultura negra manifesta a relação de poder que subjuga e estigmatiza-a na linguagem da nacionalidade, considera-se que as utilizações das noções de memória e cultura por parte das organizações negras carregam um sentido político contra hegemônico para *falar sobre o presente* que não pode ser desconsiderado ou subestimado.

As conquistas dos direitos coletivos e difusos à população negra na Constituição Federal decretada em outubro de 1988 como o reconhecimento ao direito de posse aos remanescentes de territórios quilombolas e a definição do racismo como crime “inafiançável e imprescritível” não pode ser desassociada da luta das organizações negras de longa e curta duração. Como afirmam Wlamyra de Albuquerque e Walter Fraga Filho, a mobilização da “cultura negra” no contexto do Centenário da Abolição pelos movimentos negros demarcava “continuidade de

---

<sup>218</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.149-160.

<sup>219</sup> RUFER, Mario. *Nación en escenas: memória pública y usos del pasado en contextos poscoloniales*. México: El Colegio de México, 2009.

<sup>220</sup> HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988), trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p.172.

<sup>221</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.149-160.

tradições africanas e símbolo da resistência, além de denunciar a desigualdade social e econômica”,<sup>222</sup> de modo que a coincidência entre as conquistas dos direitos garantidos na Carta Magna não deve ser desassociada das manifestações em torno da celebração do Centenário da Abolição.

Ademais, as diretrizes da “Constituição Cidadã” baseada no reconhecimento da diversidade étnico-racial expressou a insatisfação social em relação à manutenção da ideologia da mestiçagem como política de Estado, o que, ao fim e ao cabo, consiste em uma política de branqueamento da população. De acordo com Paulo Montero, em termos constitucionais, a Constituição Federal de 1988 expressou uma ruptura radical com relação ao imaginário nacional das três raças:

Nesse sentido, o Estado brasileiro, que até muito recentemente estava embebido na ideologia nacional do “mulatismo” como modelo de coesão social, isto é, o sincretismo das três “raças” formadoras da nação – negros, brancos e índios – passa a assumir-se como formado por heranças paralelas e pluriétnicas. O pluralismo significa aqui o reconhecimento do direito à diferença cultural e estipula alguns direitos coletivos tais como o direito ao território tradicional, à socio diversidade, ao meio ambiente e à biodiversidade (Arruda, 2005: 100). Nessa formulação, a palavra pluri(étnica) é apenas descritiva, e remete ao pluralismo como doutrina política. Nesse sentido, promove-se uma oposição da ideia liberal de liberdade – a convivência pacífica e respeitosa de pensamentos diferentes – com a ideia de convivência entre culturas que vivem de maneiras diferentes.<sup>223</sup>

Essa perspectiva é manifestada também na conquista dos povos indígenas pelo reconhecimento das suas organizações sociais, culturais, políticas, bem como dos direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas, ultrapassando-se em nível constitucional, a política de tutela do Estado brasileiro. A demarcação institucional dos princípios do pluralismo e da diversidade foram expressos também com o compromisso do Estado perante a construção da memória nacional em sua pluralidade através de distintos mecanismos de preservação e patrimonialização cultural e material, o reconhecimento e a instituição de datas cívicas e efemérides históricas com base nas diferentes matrizes étnicas.

Nesse sentido, segundo Ricardo Oriá, “a atual Constituição tenta, pois, corrigir uma omissão, ao estabelecer em vários dispositivos a importância de outros elementos formadores do processo civilizatório nacional e que devem ter suas manifestações culturais preservadas para as atuais e futuras gerações de brasileiros”.<sup>224</sup> Em vista disso, ressalta-se que, em termos

<sup>222</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p.297.

<sup>223</sup> MONTERO, Paula. Multiculturalismo, Identidades discursivas e espaço público. *Revista Sociologia & Antropologia* | v.02.04: 81 –101, 2012, p.89-90.

<sup>224</sup> ORIÁ, Ricardo, O direito à memória: a análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). *II Seminário de Políticas Culturais*, 2011.

constitucionais, a Constituição de 1988 pode ser lida também como a expressão conjuntural da redemocratização em que a reavaliação do passado nacional e dos mitos constituintes do imaginário histórico eram demandas assim como a expansão da cidadania e o fim do “entulho” repressivo da ditadura civil-militar. Não obstante, a observação do caso das Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil revela que as premissas do pluralismo institucional não garantiram o fim do mito da mestiçagem enquanto política oficial (e comemorativa) durante a Nova República.

#### 1.4 FIGURAÇÕES DO VINTE E DOIS DE ABRIL: DA CONQUISTA AO NASCIMENTO DO BRASIL

Conforme já comentado, a expressão “descobrimento” foi um dos tópicos centrais do debate público desdobrado pelas comemorações do V Centenário ao marcar a perspectiva da política comemorativa oficial. Antes de adentrarmos na historicização dos usos oficiais do “descobrimento” na trajetória do Estado-Nação brasileiro, cabe apresentar algumas considerações a respeito da natureza histórica da colonização. A partir da *Filosofia da Liberación*, o filósofo Enrique Dussel em sua obra *1492: A origem do mito da modernidade: o encobrimento do outro* argumenta que o contato do europeu com a porção continental desconhecida e com os povos ameríndios está no cerne do processo de constituição do ego europeu enquanto centro de referência na qual se fundamenta as dualidades eu-outro, centro-periferia, completude-falta<sup>225</sup>. Nesse sentido, a ideia do “descobrimento” e a violência concreta da conquista processou o “encobrimento” do não-europeu:

Europa constituiu as outras culturas, mundos, pessoas como ob-jeto: como o “atirado” (-jacere) ante (obj -) seus olhos. O “coberto” foi “des-coberto”: ego cogito cogitaum, europeizado, mas imediatamente “encoberto” como Outro. O Outro constituído como o Mesmo. O ego moderno “nasce” nesta autoconstituição ante as outras regiões dominadas. (...) *massa rústica “descoberta” para ser civilizada pelo “ser” da “Cultura Ocidental”, mas “em-coberta” em sua Alteridade*.<sup>226</sup>

Em vista disso, antes do “descobrimento” expressar a invasão dos europeus no continente e a posterior conquista baseada na violência dos povos ameríndios, Dussel entende a expressão como uma “experiência quase-científica, estética e contemplativa”, isto é, uma ideia que manifesta a relação do homem europeu-navegador com a natureza e o comércio anterior à expansão atlântica. Assim, o “descobrimento” seria a antessala da *conquista* como um processo militar, prático e violento de exterminação e escravização em que o “Outro, em

<sup>225</sup> DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt*. Petrópolis: Vozes, 1993.

<sup>226</sup> Ibid. p.36-37 (grifos meus).

sua distinção, é negado como Outro e é obrigado, subsumido, alienado a incorporar-se na Totalidade dominadora como coisa”, isto é, nos sistemas de escravização imposta tanto para os povos ameríndios quanto para os africanos traficados desde África<sup>227</sup>.

Subsumido a esse processo que combinou violência simbólica e concreta, Tascieli Feltrin, Natália Batista e Guilherme Corrêa abordam a criação da figura do *índio* e as correlatas estratégias de descaracterização da humanidade dos ameríndios a partir dos relatos literários e históricos da colonização com base na perspectiva de Dussel<sup>228</sup>. Em vista disso, argumentam que a Carta a El-Rei Dom Manuel (1500) de Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada naval de Pedro Álvares Cabral, inaugurou o gênero dos *relatos do descobrimento* cumprindo a função de estimular a exploração do território e dos povos ameríndios. Os pesquisadores compreendem a Carta de Caminha como um elemento fundamental da construção do sistema de ideias colonialista com base nas condições do pensamento europeu a fim de legitimar o domínio do território e dos corpos indígenas. Nesse sentido, destacam as linhas-mestras da Carta de Caminha como a criação da imagem do paraíso como um imenso território com recursos naturais e humanos e descrição do ambiente sem conflitos e resistência a chegada dos portugueses.<sup>229</sup>

A partir da figuração dos povos ameríndios enquanto *bons selvagens* nos relatos da colonização, Feltrin et al argumentam que se seguiram os processos de “descaracterização do nativo de sua humanidade” através da construção de estereótipos como selvagem, primitivo, degenerado e preguiçoso e do encobrimento da multiplicidade étnico-cultural através da criação da figura do *índio*<sup>230</sup>. Assim, essa figuração foi conformada como o produto violento da dominação colonial através dos processos de nomeação e caracterização da alteridade a partir do sistema colonial de pensamento a fim de justificar a sua dominação. Esses processos foram desenvolvidos ainda no século XVI com os relatos da colonização escritos por viajantes europeus como André Thevet, Hans Staden, Jean Léry, Pero de Magalhães Gândavo. Entre estes, Jorge Coli destaca a *Notícia do Brasil* de Gabriel Soares de Souza, escrita em 1587, em que já associava a Carta de Caminha com o ato de posse lusitana, simbolizada pela realização da missa pelo Frei Henrique. Décadas depois, em 1617, Frei Vicente do Salvador em sua

---

<sup>227</sup> DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt*. Petrópolis: Vozes, 1993.

<sup>228</sup> FELTRIN, T. ; BATISTA, N. L. ; CORREA, G. C. . Do encobrimento da memória e do outro: uma analítica acerca dos relatos da colonização. *Percursos* (Udesc), v. 22, p. 10-36, 2021.

<sup>229</sup> Ibid.

<sup>230</sup> Ibid.

*História do Brasil* revestia o descobrimento como o momento de domínio dos poderes de Cristo perante os bárbaros pagãos.<sup>231</sup>

Conforme Coli, os relatos do descobrimento e da colonização sobre o índio brasileiro foram o núcleo primordial da concepção do mito do bom selvagem francês de Jean-Jacques Rousseau no século XVIII, tendo influenciado o Romantismo do século XIX. Sendo um dos movimentos artísticos, políticos e filosóficos relacionados ao processo de construção das identidades nacionais, o historiador da arte nos mostra como o relato do escrivão da frota de Cabral tornou-se a certidão de nascimento do Brasil no século XIX através do pincel de Victor Meirelles. Coli argumenta que a obra “a *Primeira Missa* no Brasil de Victor Meirelles (1859) instalou o Descobrimento de modo definitivo em nossa cultura, ao recriar o “ato fundador” da Carta de Pero Vaz de Caminha, processo cimentado na associação entre história (documento) e arte (pintura), além do romantismo literário “indianista” de Gonçalves Dias e José de Alencar.

Desse modo, a Carta de Caminha no século XIX assumiu o estatuto de documento histórico autêntico que legitimou a *invenção do mito fundador* do Brasil. “Descoberta” e publicada em 1817 por Aires de Casal, a Carta de Achamanto do Brasil foi citada em obras de Ferdinand Denis e Robert Southey nas primeiras décadas do Brasil emancipado até Manuel de Araújo Porto-Alegre incentivar Meirelles a utilizar a Carta de Caminha para a produção artística. Pintada em 1859 em Paris, *Primeira Missa do Brasil* correspondeu, de acordo com Coli a tarefa de “oferecer ao Brasil o instante do seu nascimento”, a fim de “fixar e de imprimir nas mentes esse instante inaugural.”<sup>232</sup> O “descobrimento” e, precisamente a missa relatada por Caminha, como mito fundacional, portanto, representam o momento da fusão das raças e culturas portuguesa e indígena, estabelecendo católicos e pagãos como os legítimos ancestrais fundadores da nação. Com vista disso, Coli argumenta que a pintura de Meirelles conquistou um lugar definitivo na imaginação histórica nacional, persistindo ao longo do século XX como imagem da história de nascimento do Brasil. Desse modo, afirma que “Caminha não encontrara apenas um tradutor visual moderno. Era outra coisa, mais forte, mais profunda: o espectador moderno assistia à primeira missa no Brasil. Quem o assegurava era, de um lado, o documento e, de outro, o poder demiúrgico da arte.”<sup>233</sup>

Pode-se argumentar que as comemorações do dia Vinte e Dois de Abril também contribuíram para essa perpetuação. Lucia Lippi Oliveira mostra que o primeiro calendário

---

<sup>231</sup> COLI, Jorge. Primeira missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto (org). *A descoberta do homem e do mundo*. Companhia das Letras. 1998. p.107-122.

<sup>232</sup> Ibid.

<sup>233</sup> Ibid. p.115.

cívico republicano delimitou as comemorações da “Descoberta do Brasil” no dia 3 de maio, ainda que o dia 22 de abril fosse reconhecido desde o ressurgimento da Carta de Caminha em 1817.<sup>234</sup> Essa divergência foi explicada pela correção do calendário da Reforma Gregoriana no século XVI, de tal modo que as comemorações do IV Centenário do Descobrimento foram celebradas em torno do dia 22 de abril de 1900. Oliveira afirma que as celebrações foram voltadas tanto para o público intelectual através de eventos organizados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro quanto para o público popular com atos e celebrações em praça pública. Se as intenções políticas projetaram uma imagem moderna, republicana e civilizada do Brasil para o exterior, a historiadora argumenta que os organizadores da festa reciclaram os paradigmas imperiais da histórica nacional através da exaltação da herança portuguesa, do heroísmo dos descobridores, e da cordialidade do homem brasileiro.

Todavia, a efeméride do dia Vinte e Dois de abril teve vida curta, sendo retirada do calendário cívico em 1930 pelo governo provisório de Getúlio Vargas. A proximidade com o feriado em reverência à morte de Tiradentes no dia 21 de abril implicou no abandono da data do “descobrimento”, uma vez que, conforme o decreto de Vargas, “com manifesta vantagem do trabalho nacional, podem e devem ser reduzidos os dias feriados”.<sup>235</sup> Não obstante, como afirma Coli, o filme *Descobrimento do Brasil* de Humberto Mauro baseado no roteiro de Caminha expõe como o nacionalismo da Era Vargas alimentou o mito do descobrimento criado no século XIX.<sup>236</sup> Expressando a força política das figurações nacionais criadas pela cultura de história do século XIX, a produção cinematográfica de Mauro foi relançada e remasterizada pela Funarte em 1997 como projeto oficial para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Esse projeto de relançamento do filme de Mauro sinaliza as diretrizes oficiais que guiaram os sentidos do “descobrimento” e os usos da comemoração para o acionamento da identidade e memória nacional pelo governo de Fernando Henrique Cardoso na virada do século. Antes de adentrar nessa questão, cabe esclarecer que a Comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil constituiu-se em um fenômeno complexo pela multiplicidade de atores sociais envolvidos, atividades e iniciativas propostas conflitantes, além da trajetória errática da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil (CNVC). Nesse sentido, os artigos de Lúcia Lippi Oliveira e Kelly da Silva e a

---

<sup>234</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, n°26, 2000, p.183-202.

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> COLI, Jorge. Primeira missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Aduino (org). *A descoberta do homem e do mundo*. Companhia das Letras. 1998. p.107-122.

dissertação de Lucas da Mota Farias foram fundamentais para a apreensão de tal complexidade e para a seleção dos aspectos importantes para o desenvolvimento da abordagem da dissertação.

Convém iniciar esclarecendo que a CNVC foi inicialmente instituída como parte do Ministério da Educação e do Desporto via decreto do presidente Itamar Franco em 1993, ainda que o início efetivo dos trabalhos ocorreu no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, gestão que a transferiu para o Ministério das Relações Exterior em 1996. Foi nessa etapa que o regulamento da Comissão foi aprovado, estabelecendo as diretrizes e critérios oficiais dos projetos e atividades. Com um viés altamente cívico e nacionalista, regulamentou-se os objetivos de “motivar a sociedade brasileira”, “estimular governos estaduais e municipais”, “motivar Universidades, Institutos Históricos, entidades culturais e outras instituições – públicas e privadas” a promoverem eventos comemorativos, além de “buscar a cooperação de entidades públicas e privadas de expressão nacional” e “promover a participação do empresariado nas atividades comemorativas” a fim de atingir uma “grande repercussão popular”.

Visando a capilarização das celebrações, o documento indicava o conteúdo das atividades, as quais deveriam observar que:

(...) a cultura brasileira demonstra, tanto em sua matriz erudita como na popular, essa pluralidade que se manifesta antes pela agregação que pela segregação e conflito. Como resultado desse caldeamento de etnias e culturas, o Brasil se apresenta hoje como uma inédita experiência de civilização tropical, com traços próprios e singulares.<sup>237</sup>

Conforme Oliveira, os projetos comemorativos oficiais entre 1996 e 1999 seguiram a linha de iniciativas culturais, acadêmicas e pedagógicas com a realização e lançamento de seminários, periódicos, livros, filmes.<sup>238</sup> Não obstante, foi nesse período que iniciaram as movimentações público-privadas para a construção do cenário das comemorações localizado no litoral sul da Bahia, configurando o palco central da política comemorativa oficial prevista para ocorrer em abril de 2000. As ações do governo federal em parceria com projetos privados se concentraram na exploração da região como referência histórica da origem da nacionalidade, concebendo-a como “Costa do Descobrimento”. Segundo Antônio Arantes, a região geográfica do litoral baiano, onde os portugueses teriam desembarcado em abril de 1500, pode ser concebida como uma “paisagem de história”:

---

<sup>237</sup> BRASIL, DIRETRIZES E REGULAMENTOS, 2000, p.9-10 apud ARRUDA, J.J. de Andrade. *O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, nº26, 2000, p.183-202.

(...) são hiper lugares, ou seja, espaços geográficos com altíssima densidade de referências históricas e culturais (preexistentes ou induzidas) enquadrados por empreendimentos econômicos e/ou culturais voltados à produção e à circulação de bens de consumo com forte sentido de lugar. As intervenções arquitetônicas e paisagísticas formadoras dessas paisagens tendem a ser altamente cenográficas e, portanto, dependentes da ação de especialistas em design, marketing e publicidade. Tratando-se de produção para o consumo visual, imagens e narrativas, mais do que coisas concretas, é o que predominantemente se oferece ao investidor e ao consumidor.<sup>239</sup>

Entrelaçando os interesses comemorativos federal e estadual com as ambições do mercado do turismo histórico, a área de aproximadamente 12.000 quilômetros quadrados no extremo sul do litoral da Bahia foi decretada como patrimônio nacional para a criação do Museu Aberto do Descobrimento, abarcando paisagens naturais como o Monte Pascoal, assim como o território indígena dos Pataxós na Praia de Coroa Vermelha.<sup>240</sup> A partir disso, como destacou Farias, os planos do governo buscavam realizar a encenação das etapas da chegada de Cabral, focalizando na representação do “encontro” por meio da construção de réplicas das caravelas portuguesas e canoas indígenas e a celebração da Missa dos 500.<sup>241</sup> Tal projeto sofreu forte resistência dos Pataxós e das organizações indígenas, assim como de intelectuais e ambientalistas, dificultando a realização integral dos planos do governo federal.

Ademais, a falta de recursos e as disputas políticas internas no governo federal produziram a reestruturação do órgão executivo da política comemorativa um ano antes da data central das comemorações. Em 1999, a coordenação passou a ser realizada pelo Ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, que fortaleceu o investimento nos projetos do litoral baiano através de obras e reformas nas cidades de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. Conforme aponta Oliveira, a reestruturação da coordenação executiva manifestou a reformulação dos objetivos das comemorações, a fim de reforçar o caráter popular dos eventos<sup>242</sup>. Nesse sentido, Silva destaca um conjunto de atividades e projetos<sup>243</sup> realizados entre 1999 e 2000 que

---

<sup>239</sup> ARANTES, Antônio Augusto, Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. *Projeto História* (PUCSP), São Paulo, PUC-SP, v. 20, n.20, p. 66, 2000.

<sup>240</sup> Ibid.

<sup>241</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

<sup>242</sup> OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.14, n°26, 2000, p.183-202.

<sup>243</sup> Conforme Silva, o projetos previam: a construção de um marco das comemorações oficiais dos 500 anos em cada uma das unidades da Federação (Projeto Marcos Históricos); construção de uma réplica da caravela portuguesa que chegou ao Brasil comandada por Cabral (Projeto Nau Capitânea); substituição da cruz de madeira de Santa Cruz da Cabralia – local onde se afirma ter sido celebrada a primeira missa no Brasil – por uma de metal, criada especialmente para as comemorações (Projeto Cruz Sagrada); recuperação de centros arquitetônicos

reforçaram a construção de símbolos nacionais através de marcas materiais e encenações como o “Projeto Marcos Históricos”, a “Nau Capitânia”, a “Cruz Sagrada” e a “Chama do Conhecimento”.<sup>244</sup>

Com relação a esse último, que contou com a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso e da primeira-dama Ruth Cardoso, o projeto consistiu na realização de três cerimônias de entrega de tochas de fogo – interpretadas nas ocasiões como “chamas do conhecimento” - simbolizando as três raças formadoras do Brasil por comunidades indígenas, quilombolas e portuguesas ao longo do ano de 1999.<sup>245</sup> O ponto culminante foi as festividades do Réveillon no dia 31 de dezembro de 2000 no Rio de Janeiro, quando o presidente acendeu uma pira unindo as três chamas do conhecimento, simbolizando, desse modo, a união de portugueses, negros e indígenas.

Enquanto cerimônia de abertura dos festejos nacionais, o presidente Fernando Henrique Cardoso complementou discursivamente o simbolismo do ritual, reforçando a ideia de mistura cultural das três raças delimitada no regulamento da Comissão Nacional:

Recebo neste instante, vinda de Portugal, a terceira Chama do Conhecimento. A primeira, recebi em São Raimundo Nonato, no Piauí, das mãos de chefes indígenas. Logo depois, Ruth Cardoso recebeu, nos sertões de Goiás, das mãos dos Calungas, descendentes de escravos africanos, a outra das chamas simbólicas, do encontro entre raças e culturas que formou o Brasil. No romper do ano 2000, quando nosso país completará seus 500 anos, rendemos homenagens aos formadores de nossa civilização: brancos europeus, de fala portuguesa e fé em Cristo, índio autóctones com dezenas de falas e crenças e negros africanos, também diversificados na língua e cultura.<sup>246</sup>

A reciclagem do mito das três raças como identidade nacional foi o cerne da política comemorativa oficial, o que implicou conseqüentemente na repaginação da narrativa do “descobrimento”, mesclando a Carta de Caminha e o a pintura de Victor Meirelles nas encenações programadas para o dia 22 de abril de 2000 em Porto Seguro. Nesse sentido, em diálogo com Farias entende-se a política comemorativa oficial como um dispositivo de colonialidade, uma vez que:

revitalizaram discursos e práticas estratificados no imaginário nacional – a democracia racial, a cordialidade de um povo, a natureza exuberante – que promovem e legitimam relações étnico-raciais profundamente desiguais e sistemas de

---

coloniais brasileiros (Projeto Monumenta); resgate e registro de documentos sobre o Brasil produzidos na Europa (Projeto Documenta); plantio de sementes de pau-brasil, que é aí considerada a árvore símbolo da identidade nacional (Projeto Pau-Brasil), entre outros. SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003.

<sup>244</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003.

<sup>245</sup> *Ibid.*

<sup>246</sup> BRASIL, Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). *Discurso nas comemorações dos 500 anos de Descobrimento*. Rio de Janeiro, 31 de dez. 1999. 5 f.

hierarquização e subalternização historicamente construídos e socialmente impostos.<sup>247</sup>

Desse modo, cabe deter-se na política de encenação do mito do descobrimento no litoral da Bahia em abril de 2000 que conformou um cenário que estigmatizou simbolicamente os povos indígenas e buscou concretamente subsumir o território<sup>248</sup> dos Pataxós de Coroa Vermelha no enredo performático. Silva demonstra como esse processo foi desenvolvido a partir de diferentes estratégias como a idealização de projetos para a construção do Projeto Memorial do Encontro, que planejava a representação idealizada dos povos indígenas do momento da chegada dos portugueses, assim como através da regulamentação do território indígena Pataxó.<sup>249</sup> Assim, a antropóloga argumenta que as narrativas oficiais buscaram cumprir a dupla função de criar um simulacro do cotidiano indígena antes do contato com os portugueses, e estimular “um tipo de contato particular, mediado e informado por interesses turísticos, nos quais os índios e suas tradições foram transformados em mercadorias e peças de museu”.<sup>250</sup>

Desse modo, juntamente aos projetos de construção de réplicas das caravelas portuguesas para encenar o “descobrimento” no dia 22 de abril e a realização da Primeira Missa no dia 26, pode-se compreender tais encenações como a imposição de *estampas nacionais* ao simultaneamente exibirem uma imagem/figuração do passado nacional consolidada na cultura nacional (baseada na Carta de Pero Vaz de Caminha e no quadro de Victor Meireles) que reitera o lugar de enunciação do Estado-Nação.<sup>251</sup> Conforme Rufer, as estampas produzem e exibem a alteridade histórica – o índio como ancestral – relegando os temporalmente à condição de preteridade em que sua existência somente é admitida como parte do enredo do mito de origem da nacionalidade brasileira.

Nesse sentido, as comemorações do V Centenário não somente fizeram tabula rasa da presença histórica dos povos indígenas antes da chegada portuguesa, mas também das organizações indígenas que lutavam pelo respeito aos seus direitos conquistados na Constituição de 1988, os quais representavam “o índio concreto, aquele que tem cara, terra e

<sup>247</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018, p. 61

<sup>248</sup> Convém destacar, conforme Farias que “a demarcação de territórios dos Pataxó não foi fruto da boa vontade dos agentes do Estado, mas sim de um longo processo de luta indígena que se esticava por gerações da referida etnia indígena e que se intensificou em decorrência das intervenções do governo orientadas para as comemorações dos 500 anos na região (p.40).

<sup>249</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003.

<sup>250</sup> *Ibid.* p.144.

<sup>251</sup> RUFER, Mario. The Bicentennial Stamp: nation and difference in 2010 Argentinian Celebrations. *International Journal of Latin American Studies*. July-December 2012.

demandas de direito à diferença, perturba o sonho de homogeneidade pátria por sua insistência em se manter inassimilável”.<sup>252</sup>

### 1.5. AS COMEMORAÇÕES NACIONAIS DO FINAL DO SÉCULO XX: ENTRE A ERA DAS COMEMORAÇÕES E AS FERIDAS HISTÓRICAS

Como busquei apontar, as narrativas e encenações que compuseram as políticas de memória em questão reciclaram discursos e imagens historicamente construídos como os paradigmas discursivos do Descobrimento e do Isabelismo articulados ao mito da cordialidade das três raças. O sentido de reciclagem usados aqui se aproxima da característica mimética do roteiro argumentada por Taylor, cuja função consiste na reativação e atualização dos mitos e suposições culturais: o descobrimento, a mestiçagem harmoniosa e a democracia racial. Assim, “os roteiros existem como imaginários específicos culturalmente - conjuntos de possibilidades, maneiras de conceber o conflito, a crise ou a resolução”,<sup>253</sup> isto é, o roteiro da miscigenação harmoniosa das três raças condiciona as comemorações da abolição e do descobrimento cumprindo a função de resolução imaginada e produção do silenciamento das tensões sociais e étnico-raciais das experiências sociais no Brasil. Esse condicionamento é informado pela tradição comemorativa de cada efeméride do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril, de modo que “as ritualizações da história anteriores fornecem, portanto, maneiras de conjugar o arquivo, o repertório e os roteiros que integram a linguagem nacional”.<sup>254</sup>

Todavia, a conjuntura da redemocratização tornou árdua a tarefa do Estado-Nação brasileiro de atualização da linguagem comemorativa nacional. Conforme Jorge Ferreira, a partir de 1982 a ditadura civil-militar perdeu o controle absoluto do processo de abertura política do regime devido ao aumento crescente da participação política da sociedade.<sup>255</sup> Novos atores políticos com novos imperativos sociais centrados na luta pela expansão da cidadania passaram a fustigar o regime autoritário, processo que teria culminado nas conquistas de direitos estabelecidos pela Constituição de 1988. A respeito dessa conjuntura, Arruti e Heymann destacam como as balizas dos discursos nacionais centrados na homogeneidade e na unidade

<sup>252</sup> RAMOS, A. R.. O pluralismo brasileiro na berlinda. *Etnográfica* (Lisboa), v. 8, 2004, p.13.

<sup>253</sup> TAYLOR, Diana. *O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013, p.41.

<sup>254</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. , p. 262.

<sup>255</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

nacional foram o alvo de pano de fundo dos novos questionamentos trazidos com a lenta abertura política, transcendendo inclusive a década de 1980.<sup>256</sup> Nesse sentido, conforme o antropólogo e a historiadora, o processo de redemocratização “veio acompanhado de debates sobre a memória nacional que incorporaram largamente o tema da tradição e da diversidade cultural e étnica, ainda que sob resistência, relutância e contradições do ponto de vista oficial”.<sup>257</sup>

Em vista disso, os dois cenários comemorativos explorados acima servem como prismas para a observação dos debates públicos suscitados sobre a memória nacional referente às violências de Estado em seu processo de formação nacional, os (des)caminhos trilhados pela nação e seus desafios e projeções de futuro. As efemérides do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril implicaram grandes desafios aos governos de Sarney e FHC respectivamente, uma vez que foram momentos não somente de enunciação das feridas históricas do colonialismo e da escravidão, como bem expuseram a realidade contemporânea de desigualdade social e racial consequentes do processo formativo da nação brasileira.

Nesse sentido, cabe destacar que houve um contraste entre as duas conjunturas, uma vez que no primeiro caso a política de comemoração expressou uma abertura da narrativa oficial para as demandas das organizações negras, enquanto no contexto nos “500 anos do Brasil” a abertura da política comemorativa foi dirigida ao mercado do turismo histórico, desdenhando de uma ampla conjuntura de pressão social pela redefinição dos discursos nacionais. Não obstante tais diferenças, que respondem aos contextos políticos imediatos, o mito da miscigenação harmoniosa desdobrado seja na celebração da sociedade sem conflitos raciais seja na ideia dos três povos formadores da nação foram reproduzidos intactamente.

Com base na articulação entre os tópicos desenvolvidos acima, pode-se afirmar, em diálogo com André Freixo, que as comemorações nacionais reatualizam publicamente e periodicamente o arcabouço historicista e colonial acionadas a partir das determinações das datas do calendário nacional.<sup>258</sup> O fenômeno comemorativo nacional, portanto, dentre suas diversas facetas representa uma das modalidades de enunciação e ritualização da cultura histórica de passado, cujas características principais são: a narrativa monumental, historicista e universalizante de acontecimentos e personagens e a temporalidade moderna que marca a

---

<sup>256</sup> HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). *Qual o valor da História hoje?* 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

<sup>257</sup> Idem. p.17.

<sup>258</sup> FREIXO, André de Lemos. Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, in - diferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. *Revista do NUPEM*, v. 11, p. 59-80, 2019.

separação entre passado e presente. É a partir dessa base historicista que os mitos da miscigenação e da democracia racial estavam sustentados e serviram de suporte para a enunciação das narrativas da Abolição e das encenações do “descobrimento”. Portanto, pode-se pensar as políticas comemorativas oficiais como a extensão da “tela mítica da união nacional para fazê-la incluir imagens dos grupos subalternos”,<sup>259</sup> de modo que tais representações correspondem às estampas nacionais do *índio* e da cultura negra estigmatizada que são “costuradas” no tecido da tela da nação.

Micael Herschmann e Carlos Messeder Pereira argumentam que a ineficácia simbólica das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, expressada na repressão policial aos manifestantes em Porto Seguro no dia Vinte e Dois de abril, manifestaram o colapso da imagem do Brasil Moderno construído ao longo do período republicano e sustentado pelo mito da mestiçagem.<sup>260</sup> Como será explorado nos seguintes capítulos, ambas as políticas comemorativas fracassaram nos seus objetivos básicos como dispositivos do Estado-Nação de estabelecer a coesão nacional, repetindo-se nos dois casos a repressão das forças policiais nos cenários comemorativos. Dessa forma, visualiza-se que as rachaduras a essa imagem hegemônica, com suas telas e estampas, foram aumentando conforme a abertura política foi se concretizando e o horizonte democrático se expandindo, sendo que os casos do Centenário da Abolição da Escravidão e do V Centenário do Descobrimento do Brasil manifestam a tensão entre a reiteração das continuidades identitárias da nação com as demandas democráticas que emergiram no processo de transição política.

Essa observação nos conduz a retomar os diagnósticos de Nora e Hartog a fim de estabelecer um diálogo com suas considerações a partir dos casos brasileiros. Como descrito acima, a hipótese do presentismo e o diagnóstico da era das comemorações entendem a alta frequência comemorativa e patrimonial como efeito da crise do tempo moderno com o esvaziamento da potencialidade de orientação do futuro. Na leitura de Álvarez, as implicações imediatas no fenômeno comemorativo nacional provocadas pelas mudanças políticas, sociais e culturais sintetizadas na hipótese do presentismo são manifestadas no encolhimento do “caráter extraordinário” dos cenários de comemorações, uma vez que “se experimentam cada vez menos como uma ruptura com o tempo cotidiano-profano que introduz um tempo especial-sagrado”,<sup>261</sup>

<sup>259</sup> HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 11.

<sup>260</sup> HERSCHEMMAN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. E la Nave Va... As Celebrações dos 500 Anos do Brasil: Afirmações e Disputas no Espaço Simbólico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, p. 213-215, 2000.

<sup>261</sup> ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. *Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación. Colombia y México, 2010*. (2018). Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, p.59.

assim como o imediatismo e simultaneidade das sociedades presentistas dificultam “o necessário estabelecimento da distância com respeito ao passado comemorado, vital para o desenvolvimento da função política e identitária da comemoração.”

Considerando a indissociabilidade da narrativa nacional com o regime moderno de historicidade, concorda-se com as considerações de Hartog no sentido de que o “horizonte de expectativa” da nação como o guia da interpretação do passado nacional não se reproduziu nas políticas comemorativas analisadas<sup>262</sup>, denotando, principalmente no caso do V Centenário, como as funções pedagógicas da comemoração confundiram-se com dimensões mercadológicas do turismo histórico e o protagonismo midiático. Nesse sentido, o fenômeno da democratização da comemoração apontado por Nora no último tomo dos *Lugares de Memória* em 1992<sup>263</sup> coincide com a multiplicidade de usos do passado que conformaram os cenários do Centenário da Abolição e do V Centenário. Não obstante, ainda que Nora destaque a dimensão de democratização das narrativas e Hartog reconheça a pluralidade das experiências de tempo, leituras críticas das hipóteses chamam a atenção para certo tom melancólico e nostálgico que acompanhou o diagnóstico do “fim da memória nacional” e da “metamorfose comemorativa”.

Em vista disso, conforme sugere Lorenz caberia a complementação das teses de Nora e Hartog no sentido de reconhecer que as experiências históricas de indivíduos e coletividades nos processos de colonização e escravização, bem como nos eventos catastróficos do século XX são baseados em concepções de temporalidades distintas da irreversibilidade do tempo moderna.<sup>264</sup> A atenção a esse aspecto conduz o deslocamento da ênfase na crise do tempo em direção às lutas sociais para o entendimento da razão pela qual o passado não está “passando”, e por consequente, do fenômeno da proliferação discursos sobre o passado e seus correlatos cenários de disputas de memória nas últimas décadas.

À vista disso, em diálogo com Santiago Júnior,<sup>265</sup> entende-se que tal melancolia referente ao esfacelamento da memória nacional alinhada a uma postura altamente crítica dos usos da memória e do testemunho no espaço público encobriu a dimensão da luta política em torno da expansão da cidadania que tal fenômeno de pluralização de memórias significou na

---

<sup>262</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>263</sup> RILLA, José. *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008.

<sup>264</sup> LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). *Performing the past: memory, history, and identify in Modern Europe*. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

<sup>265</sup> SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História* (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.

década de 1980. Nesse sentido, concorda-se com Rufer, o qual entende a proliferação de narrativas históricas de grupos subalternos contra a memória nacional como consequência da emergência pública de modos alternativos de relação política com o passado e com a temporalidade, de modo que a resistência da passagem do passado é basilar para a pauta política de movimentos sociais na América Latina.<sup>266</sup> Em perspectiva semelhante, Santiago Júnior avalia que o fenômeno de perda de legitimidade da memória nacional coletiva e do monopólio da narrativa do passado do Estado-Nação estaria menos relacionado à “crise do tempo” do que à “consciência do olvido” por parte de grupos sociais que são invisibilizados e estereotipados nos mitos nacionais.<sup>267</sup> Assim, convém destacar também, como será argumentado adiante, que havia nos discursos do MNU e das organizações indígenas a luta pela construção de um futuro mais digno para os povos indígenas e a população negra no Brasil, cujas experiências e agências estabeleceram relações com o tempo que não se enquadravam no diagnóstico da “crise do tempo” e da perda do horizonte de futuro.

Dessa maneira, embora válido para pensar a historicidade das representações e dos lugares de memória da nação, considera-se que o diagnóstico do “fim da memória nacional” que acompanha o projeto de Nora deve ser matizado ao ser mobilizado para o estudo das realidades latino-americanas, tendo em vista as relações de colonialidade que as constituem. Isto posto, busca-se no seguinte capítulo entender a articulação entre a construção das historicidades negras e indígenas, a conjuntura de redemocratização e luta por cidadania e o posicionamento crítico nos cenários comemorativos em prol de expor os processos de colonização e escravidão e as relações de dominação sociais e raciais consequentes que a “tela mítica da união nacional” ocultou, bem como profanar as estampas do *índio* e do negro através da enunciação da sua agência histórica.

---

<sup>266</sup> RUFER, Mario. The Bicentennial Stamp: nation and difference in 2010 Argentinian Celebrations. *International Journal of Latin American Studies*. July-December 2012.

<sup>267</sup> SANTIAGO JÚNIOR, op.cit.

## CAPÍTULO II - O QUE COMEMORAR? ATIVISMO NEGRO E INDÍGENA COMO LUGAR DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CRÍTICO E EMANCIPATÓRIO

Tendo delimitado as coordenadas teóricas de abordagem do fenômeno comemorativo, sublinhando suas dimensões performáticas e conflitivas na constituição de identidades e memórias coletivas nacionais, foi estabelecido a continuidade da discussão através da descrição situada de alguns pronunciamentos, rituais e encenações que compuseram as políticas comemorativas do Centenário da Abolição da Escravidão e do V Centenário do Descobrimento do Brasil. O capítulo anterior, portanto, funciona na estrutura dessa dissertação enquanto uma base teórica para o exercício de descrição aproximada de ambos os cenários comemorativos a partir da perspectiva dos movimentos negros e indígenas que será realizada nas próximas seções deste capítulo.

Em vista disso proponho um esquema de análise conformado por três partes. Em primeiro lugar apresento um panorama de determinados *dispositivos de catalisação comemorativa*<sup>268</sup> vinculados pelas mídias impressa e televisiva a fim de oportunizar ao leitor uma imersão nas *atmosferas comemorativas*.<sup>269</sup> Para tanto, utilizei como auxílio duas pesquisas de cunho etnográfico e de natureza qualitativa e quantitativa realizadas por equipes de investigação em cada contexto comemorativo específico, as quais oportunizaram uma visão ampliada da circulação de discursos e representações vinculadas às efemérides no espaço público. Com a composição desse panorama busco aproximar os dois contextos de comemoração, descrevendo como as noções de escravidão e abolição, descobrimento e colonialismo, raça, etnicidade, história, memória e identidade tiveram seus significados construídos e disputados no debate público nacional suscitado pelas efemérides do Treze de Maio de 1988 e Vinte e Dois de Abril de 2000.

Na segunda parte apresento um exercício descritivo das ações contra hegemônicas focadas nos protestos públicos de Movimento Negro Unificado e do Movimento Indígena brasileiro, ressaltando dimensões importantes do contexto histórico envolto. Para isso, utilizo as capas de jornais e reportagens vinculadas pela mídia impressa, assim como registros filmográficos do protesto negro e indígena que compõem respectivamente o Acervo Digital da Cultura Negra (CULTNE) e o documentário “O Relógio & A Bomba – e os outros 500”

---

<sup>268</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v., p. 251-275.

<sup>269</sup> SUMARTOJO, Shanti. Commemorative atmospheres: memorial sites, collective events and the experience of national identity. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol. 41, No. 4 (2016), pp. 541-553.

enquanto fonte para a montagem das cenas. Com base nisso, focalizo na trajetória histórica dos movimentos negros e indígenas contemporâneos, suas lutas políticas em torno da redemocratização, enfatizando a problemática de construção das identidades e memórias étnico-raciais e sua relação como os contextos comemorativos em questão. Por fim, em um terceiro momento, por meio da análise da produção das historicidades negras e indígenas busco discutir suas potencialidades epistemológicas, entendendo os movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos de produção do conhecimento, a fim de compreender qual a função do passado na conformação das suas pautas políticas, para além do componente de sustentação da identidade étnico-racial. É por meio dessa discussão das relações entre política, temporalidade e a dimensão epistemológica dos discursos de identidade e memória que aproximo a discussão em torno dos efeitos das historicidades negras e indígenas na produção historiográfica, questão que será aprofundada no terceiro capítulo.

## **2.1 ATMOSFERAS COMEMORATIVAS: A CIRCULAÇÃO DAS EFEMÉRIDES NO ESPAÇO PÚBLICO**

Ao analisar o contexto comemorativo do Centenário da Primeira Guerra Mundial na Austrália, a pesquisadora Shanti Sumartojo propõe a fusão da noção de *comemoração* com o conceito de *atmosfera*, sugerindo que essa aproximação pode contribuir para a compressão das relações entre a produção identitária e rememorativa coletiva com as dimensões afetivas e sensoriais individuais. Assim, *atmosferas comemorativas* consiste em uma noção heurística para apreender as interações entre o conjunto de práticas, narrativas, encenações comemorativas no espaço público com as reações e respostas ativas da população civil às expectativas criadas em torno da efeméride, criando um *ambiente de coprodução* da pauta de comemoração nacional.<sup>270</sup> Ainda que Sumartojo utilize a noção para analisar espaços públicos urbanos através de pesquisa etnográfica, considera-se que essa noção introduz o aspecto do estabelecimento da pauta comemorativa através da circulação do tema produzido e ativado a partir de determinados espaços institucionais e midiáticos que se ramificam integralmente na sociedade por um determinado período específico, dando especial atenção ao aspecto da produção e mobilização dos afetos em torno do drama comemorativo.

Para verificar esse fenômeno nos contextos aqui estudados, utilizo duas pesquisas realizadas concomitantemente aos contextos comemorativos em questão: o *Projeto Abolição* e

---

<sup>270</sup> SUMARTOJO, Shanti. Commemorative atmospheres: memorial sites, collective events and the experience of national identity. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol. 41, No. 4 (2016), pp. 541-553.

a pesquisa *Multiculturalismo e esfera midiática: a (re)descoberta dos 500 Anos na mídia brasileira* desenvolvidas respectivamente ao longo do ano de 1988 e durante o triênio 1999-2001. Ambos as pesquisas fornecem dados quantitativos e qualitativos que permitem uma apreensão panorâmica da diversidade de espaços e atores-narradores de produção de discursos, narrativas, materiais audiovisuais e performances vinculadas às temáticas comemorativas, oportunizando, portanto, uma observação ampliada dos circuitos comemorativos. Entretanto, se o elo em comum dos dois projetos consiste na abordagem da esfera pública das comemorações, os enfoques disciplinares e teórico-metodológicos são distintos. O Projeto Abolição foi capitaneado por antropólogos a partir do trabalho de campo etnográfico e da análise qualitativa baseada na antropologia cultural, tendo como objetivo uma abordagem totalizante, abarcando espaços institucionais, midiáticos e sociais. A equipe coordenada pela antropóloga Yvonne Maggie catalogou no ano de 1988 um total de 1.702 registros de eventos relacionados ao “Centenário”, entendendo-os como “tudo o que se produziu para “criticar”, “repensar”, “comemorar” ou “negar” o Centenário da Abolição”.<sup>271</sup> Esse mapeamento fundamentado em levantamentos concentrados nas capitais do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Maceió e no município de Serra da Barriga em Alagoas, estabeleceu uma sistematização metodológica definida em trinta tipos de eventos, (a forma em que o evento foi produzido), a saber: acontecimento cívico, anúncio, campanha, casos, concurso, convênio, curso, dança, denúncia, disco, documento, exposição, festa, filmes, lei, leitura, missa, passeata, peça, prêmio, projeto, publicações, rádio, reunião, seminário, show, tribunal, TV, vídeo, visita diplomática. Além disso, catalogou-se onze temas (assuntos tratados) nesses eventos, estabelecendo-se os seguintes: Abolição, África, cultura negra, discriminação, escravidão, identidade, mulher, negro hoje, política, relações raciais, vultos negros. Por fim, delimitou-se a classe dos eventos (a sua gênese): culto afro, escola, igreja, internacional, partido, popular, privado, municipal, estadual, federal, acadêmico, movimento negro.<sup>272</sup>

Conforme esclareceu Maggie, o “espectro do levantamento foi amplo, portanto, e teve como fundamento o propósito de verificar onde, com quem, como e para quem se pensou e se falou sobre o drama das relações raciais”.<sup>273</sup> Para além da metodologia descrita acima, o projeto ainda classificou os eventos entre as duas principais datas mobilizadas na conjuntura comemorativa, ou seja, o Treze de Maio como a data da assinatura da Lei Áurea e o Vinte de

---

<sup>271</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.152.

<sup>272</sup> Ibid.

<sup>273</sup> Ibid. p.152.

Novembro enquanto a data capitaneada pelos movimentos negros. A partir disso, foram observados os títulos dos eventos, identificando como os promotores significavam o acontecimento, isto é, como as noções de “farsa”, “comemoração”, “abolição” expressaram crítica, exaltação ou postura presumidamente neutra diante do Centenário. Segundo Maggie, “as categorias classificatórias foram assim escolhidas a partir do universo de categorias usadas pelos próprios informantes. A relatividade da classificação, no entanto, não deve ser obstáculo para se chegar à lógica dos discursos do Centenário”.<sup>274</sup>

A partir disso, a análise quantitativa relatada por Maggie apresenta dados interessantes para uma observação panorâmica da produção e distribuição dos discursos em torno da temática da comemoração do Centenário da Abolição. A pesquisa aponta que 666 eventos registrados ocorreram no mês de maio, número consideravelmente maior se comparados aos 162 registros de novembro, o que não deve ser visto como a hegemonização absoluta dos eventos oficiais, já que “o 13 de maio é data presente não só nos eventos organizados pelo Estado, mas também em muitos eventos populares, privados e de movimentos negros”.<sup>275</sup> Ainda que a data do Vinte de Novembro representasse a agenda política do MNU, Maggie chama a atenção para uma considerável quantidade de eventos oficiais no mês de novembro, “o que aponta para uma apropriação “nacional” da data em que os movimentos negros homenageiam Zumbi”,<sup>276</sup> dado que coincide com as observações tecidas no primeiro capítulo. Outra informação relevante mostrada pela pesquisa se refere à realização assimétrica de eventos entre as capitais e municípios do interior do país, de modo que as prefeituras municipais e as universidades estaduais tiveram um protagonismo maior na concepção de eventos do que os movimentos negros.<sup>277</sup>

Já o projeto *Multiculturalismo e esfera midiática: a (re)descoberta dos 500 Anos na mídia brasileira* foi desenvolvido por jornalistas e pesquisadores da área da comunicação, restringindo seu corpus documental às produções midiáticas, ainda que preocupada em pensar as intervenções de atores sociais como intelectuais e lideranças de movimentos sociais nesses espaços. Realizado entre os anos 1999 e 2001 pela equipe da pesquisadora Denise Cogo, na época vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio Sinos, o projeto esteve orientado à análise da “produção e da recepção das estratégias de midiática das identidades culturais nas mídias impressa e

---

<sup>274</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.153.

<sup>275</sup> Ibid. p.153.

<sup>276</sup> Ibid.

<sup>277</sup> Ibid.

televisiva brasileiras no marco das celebrações dos 500 anos de Descobrimento do Brasil”.<sup>278</sup> A investigação buscou compreender os “processos de produção de sentido sobre o 5º Centenário do Descobrimento do Brasil na esfera midiática brasileira, envolvendo as interpretações dos textos midiáticos por parte dos sujeitos produtores (jornalistas, publicitários e intelectuais) e dos receptores (distintos segmentos da audiência brasileira) desses discursos”.<sup>279</sup> O corpus de fontes da pesquisa foi constituído tanto por matérias da mídia impressa, compreendendo em uma amostra de 3.288 matérias quanto da mídia televisiva, analisando 62 programas televisivos. Além disso, foram entrevistadas 541 pessoas enquanto receptores dos discursos midiáticos. Assim como realizado com o *Projeto Abolição*, considera-se que o uso dos dados fornecidos pelo *Projeto Multiculturalismo e Esfera midiática* oportuniza inicialmente a visualização panorâmica da produção de discursos e representações e torno dos “500 anos do Brasil”. Embora o foco da pesquisa tenha se concentrado apenas na análise das mídias, creio que esse caráter não seja prejudicial, já que os meios de comunicação ocuparam uma função central na produção e circulação do tema comemorativo dos 500 anos do Brasil.

Em vista disso, não obstante suas limitações e diferenças analíticas, pretendo utilizar os dados de ambas as pesquisas, concentrando-me principalmente na dimensão midiática impressa e televisiva. Além de serem tópicos passíveis de abordagem em ambas as conjunturas comemorativas, eles também representam âmbitos massivos de abrangência nacional com grande potencial catalisador dos sujeitos em torno das temáticas de celebração das efemérides, estabelecendo elementos concretos que contribuiram para a imposição do “Centenário da Abolição” e dos “500 anos do Brasil” enquanto temas relevantes na esfera pública brasileira.

## 2.2 MÍDIAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS

Antes de avançar na descrição dos tópicos cabe a consideração que os espaços midiáticos e os discursos midiáticos possuem papel central na constituição das memórias e identidades sociais e culturais, o que implica identificá-la não como “correntes de transmissão” de fatos e discursos, mas sim como “os lugares onde se elaboram, se negociam e se difundem os discursos, os valores e as identidades”<sup>280</sup> e, nesse caso, determinados passados. O protagonismo dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas implica, portanto, a operação de uma linha muito tênue e complexa a respeito das diferenças entre condições reais

---

<sup>278</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 2.

<sup>279</sup> Ibid.

<sup>280</sup> Ibid. p.4

e condições representacionais no campo discursivo. Conforme Jiani Bonin, as mídias instituem uma matriz para a constituição das memórias e identidades sociais em um processo conformado por outros suportes e pela ação receptora dos atores individuais e coletivos.<sup>281</sup> Desse modo, os dispositivos e estratégias de mediação atuam no enquadramento das experiências identitárias e na conformação de memórias.

Essas considerações nos ajudam a entender como as temáticas comemorativas são construídas e potencializadas em torno dos aniversários de efemérides. Como afirma Abreu, os cenários comemorativos são conformados por dias faustos de drama comemorativo investidos por um conjunto de dispositivos de catalização dos sujeitos em torno da temática. Por isso, sua função consiste em “unificar o tempo, ao colocar os tempos individuais em compasso e criar a ilusão ou a sensação da confluência do passado, presente e futuro num continuum da história nacional”.<sup>282</sup> Desse modo, para além do arsenal do Estado-Nação descrito no primeiro capítulo, os meios de comunicação constituem-se como dispositivos de catalização ao concomitantemente produzirem e vincularem discursos, representações e produtos que buscam a “unificação e instauração de expectativas e tensões em torno da comemoração”<sup>283</sup> através de capas de jornais e revistas, vinhetas televisivas, peças publicitárias, minisséries de temática histórica. Cria-se, portanto, uma atmosfera comemorativa tendo como uma das suas principais dimensões as relações entre mídias, memória e história. Sônia Meneses propôs a categoria *operação midiográfica* que se refere ao processo de escritura de eventos na cena pública e a inscrição memorável de acontecimentos na duração temporal. Isto é, para Menezes, a mídia contemporânea se manifesta através de:

uma sofisticada engenharia de sistematização de conceitos e metodologias que ajudam na composição de poderosas tessituras nas quais, passado, presente e futuro são constantemente mobilizados. Uma atitude de reflexão sobre o passado que se situa fora do campo da história e que se elabora em um tipo particular de escrita. Esta, por sua vez, congrega tanto elementos do campo historiográfico tradicional, como do próprio lugar da produção midiática. (...) Dessa maneira, configura-se minha hipótese principal: em nossos dias, a mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos destacando, especialmente, a relação entre três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história.<sup>284</sup>

<sup>281</sup> BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias: delineamentos para investigar palimpsestos midiáticos de memória étnica na recepção. *Revista Fronteira*, v. 8, p. 133-143, 2006.

<sup>282</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 253.

<sup>283</sup> Idem.

<sup>284</sup> MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 19, 2012, p.40.

O contexto do Centenário da Abolição oportunizou o maior debate público nacional em torno dos significados da noção de raça na história republicana brasileira até aquele momento, o que se manifestou em indícios como, por exemplo, o fato de que veículos da mídia hegemônica como a *Revista Veja* terem sido agentes ativos na construção da pauta sobre as relações entre a escravidão e as desigualdades sociais no Brasil.<sup>285</sup> Conforme aponta Ricardo Alexino Ferreira, foi observado uma mudança na abordagem jornalística no contexto de comemoração do Centenário da Abolição caracterizado pelo movimento de migração da tematização de homens, mulheres e jovens negros e negras dos editoriais do Esporte, Polícia e Cultura em direção a espaços como Economia, Educação, Comportamento e Ciência.<sup>286</sup> Além disso, Ferreira observou a preocupação dos jornais em absorver a demanda dos movimentos negros, utilizando a terminologia “negro” ao invés de homens de cor, pretos ou mulatos<sup>287</sup>. Não obstante, Ferreira chama a atenção para “a dificuldade de desconstruir o estereótipo do negro, visto como marginal social, para o entendimento de que existia uma classe média negra, em ascensão naquele momento”.<sup>288</sup>

O mesmo fenômeno se verificou nas revistas semanais *Veja* e *Isto É* que tematizaram as questões raciais e representaram a população negra nos cadernos especiais produzidos para a comemoração do Centenário. De acordo com Maria Gerlane Santos de Jesus, a edição especial da *Veja*, publicada em 11 de maio de 1988, dedicou vinte e três páginas entre reportagens e fotos dedicadas ao evento, enquanto a *Isto É* abordou o tema com dezesseis páginas na edição publicada em 20 de abril de 1988<sup>289</sup>. Não obstante, foi observado a *permanência de estereótipos* sobre o negro nessas edições especiais e verificam uma rasa abordagem do passado escravista para a explicação da marginalização social no presente:

As duas revistas falam da falta de emprego, mas não levam em consideração, por exemplo, todo o histórico do pós-Abolição em nosso país. Os periódicos não mencionam como os sujeitos, homens e mulheres oriundos do sistema escravista, recém-libertos, foram tratados e qual foi o papel da imigração para que as condições de trabalho chegassem a tal ponto em 1988. Também deixam de fora o projeto de

---

<sup>285</sup> HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

<sup>286</sup> FERREIRA, Ricardo Alexino. Representações, representatividades e dismorfiás: midiáticação das identidades. *Extraprensa (Usp)*, v. 14, p. 341-352, 2020.

<sup>287</sup> Idem. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa (ISSN 0103-9989). *REVISTA USP*, v. 69, p. 80-91, 2006.

<sup>288</sup> FERREIRA, op.cit., p.344.

<sup>289</sup> JESUS, M.G.S. Representação do Negro nas revistas *Veja* e *Isto É*: Abdias Nascimento, o Movimento Negro e o Centenário Da Abolição (1978-1988). 2015. 2018, 193f. 55f. *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Santa Catarina, 2018.

branqueamento adotado pelo Brasil, mas, não só, esquecem de citar as leis que impediram a ascensão e até o ingresso de “pessoas de cor preta” no Brasil.<sup>290</sup>

Entretanto, convém reconhecer conforme afirma Ferreira que o ano de 1988 foi um divisor de águas na abordagem terminológica e conceitual dos grupos das diversidades e das relações étnico-raciais pelas mídias eletrônicas (televisão e rádio) e mídias impressas (jornais e revistas) no Brasil.<sup>291</sup> Reconhecendo a conjuntura social, política e cultural de redemocratização, bem como a centralidade das comemorações do Centenário, Ferreira sustenta que esse contexto colocou o tema do racismo na agenda da mídia brasileira.

A tematização da raça e do racismo também pode ser observada no âmbito televisivo. O Acervo Digital da Cultura Negra (CULTNE) disponibiliza online<sup>292</sup> um conjunto de vídeos institucionais vinculados pelo Ministério da Cultura nos canais abertos que demonstram como a inserção da temática do Centenário da Abolição foi realizada através de *vinhetas* conformados por artistas e celebridades negras como o ex-jogador de futebol Pelé, os atores Antonio Pompeo, Fernando Almeida e Grande Otelo, as modelos Maria Rosa e Veluma, os cantores Gilberto Gil e Nei Lopes, militantes e intelectuais de organizações negras como Abdias do Nascimento e Pedrina de Deus, os sindicalistas Luis Antonio e Geraldo Azevedo e a deputada federal Benedita da Silva, os quais tematizaram a história da escravidão e da abolição, a história de resistência do negro no Brasil, orgulho da cultura negra e pregaram o fim da discriminação racial. A produção e a vinculação de tais vinhetas simbolizam a abertura institucional ambígua dada pelo governo Sarney à agenda da militância negra no contexto do Centenário, de modo que nesse conjunto de produções se vinculou desde discursos de folclorização da cultura negra e do corpo da mulher negra às intervenções explicitamente antirracistas e convocações de protesto.

Além disso, no âmbito televisivo é fundamental o destaque da vinculação das minisséries *Abolição* e *República* produzidas pela Rede Globo de Televisão. As obras foram transmitidas respectivamente em 1988 e 1989, tendo ambas as produções quatro capítulos diretamente envolvidos com os cenários comemorativos do Centenário da Abolição e da República. Em vista disso, Michelli Machado apresenta uma leitura analítica articulada das obras, já que encadeiam a produção de uma narrativa histórica que apresenta a violência da

<sup>290</sup> JESUS, M.G.S. Representação do Negro nas revistas *Veja* e *Isto É*: Abdias Nascimento, o Movimento Negro e o Centenário Da Abolição (1978-1988). 2015. 2018, 193f. 55f. *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Graduação em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Santa Catarina, 2018, p.40.

<sup>291</sup> FERREIRA, Ricardo Alexino. Representações, representatividades e dismorfias: midiatisação das identidades. *Extraprensa (Usp)*, v. 14, p. 341-352, 2020.

<sup>292</sup> ACERVO DIGITAL DA CULTURA NEGRA. Disponível em: <https://cultne.tv/>.

escravidão, os bastidores da assinatura da Lei Áurea e processo de Proclamação da República.<sup>293</sup> Sob direção de Walter Avancini, Abolição e República tiveram a curadoria histórica dos historiadores Joel Rufino dos Santos<sup>294</sup> (participando somente na primeira) e Francisco Alencar<sup>295</sup>. A participação direta de especialistas revela os traços narrativos das obras, sendo possível a observação da grande correspondência com a pauta dos movimentos negros, trazendo uma leitura histórica crítica à história oficial, isto é, ao protagonismo da Princesa Isabel no processo da Abolição e colocando como protagonista uma mulher escravizada.

Conforme Machado:

A obra retrata as fugas planejadas dos escravos sempre em meio a muita violência. Abolição busca fazer pensar, mexer, com o telespectador, tirar as pessoas da zona de conforto, trazer ansiedade. Em algumas cenas a trama mistura ópera e violência, em flashes alternados, algo que causa tensão no telespectador. (...) Abolição mostrou um Brasil que foi construído pelos escravos, escravos esses que não se tornaram donos de nada e, a custo de muita luta, conquistaram sua liberdade. Mostrou o horror de escravizarem pessoas em nome de um progresso econômico, a tirania de tratarem seres humanos de forma cruel, com o respaldo da igreja e do estado para manterem a estabilidade econômica e social que tal situação permitia. A minissérie, apresentada em 1988, rompeu duas barreiras, retratando o poder negro e feminino em sua trama.<sup>296</sup>

Em vista dessa trama crítica, não é sem razão que o período de exibição da obra tenha ocorrido entre os dias 22 e 25 de novembro durante semana do Dia da Consciência Negra, central na programação dos movimentos negros. Ademais das duas minisséries, no ano de 1989 a emissora exibiu a novela *Pacto de Sangue*, a qual tematizou a escravidão e o processo abolicionista. De acordo com Guilherme Fernandes essa produção é a última do “ciclo abolicionista da televisão brasileira” iniciado com *A Moreninha* de 1965, estabelecendo um

---

<sup>293</sup> MACHADO, Michelli. Entre a história e a ficção - Estudo das minisséries Abolição e República. In: *I Seminário Internacional de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais*, 2017.

<sup>294</sup> Joel Rufino dos Santos (1941-2015) foi historiador e romancista, cuja obra consiste em referência nacional sobre a questão racial e as culturas negras no Brasil, reflexões desenvolvidas, por exemplo, no artigo “O movimento negro e a crise brasileira” (1985) e a biografia Zumbi dos Palmares (1985). Na década de 1970 foi preso e torturado por sua luta política contra a ditadura civil-militar. Doutor em Comunicação, lecionou por duas décadas na Escola de Comunicação e na Faculdade de Letras da UFRJ. Na década de 1990 exerceu o cargo de diretor da Fundação Palmares.

<sup>295</sup> Chico Alencar é historiador formado na Universidade Federal Fluminense. Desde a década de 1990 constrói uma longa carreira política, tendo sido vereador no Rio de Janeiro por dois mandatos pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 e 1996 e exercido o cargo de deputado federal por quatro mandatos consecutivos entre 2003 e 2018 (pelo Partido Socialismo e Liberdade a partir de 2006). Atualmente exerce novamente o cargo de vereador do PSOL no Rio do Janeiro.

<sup>296</sup> MACHADO, Michelli. Entre a história e a ficção - Estudo das minisséries Abolição e República. In: *I Seminário Internacional de Pesquisa em Midiatização e Processos Sociais*, 2017, p.2046.

ciclo de telenovelas sobre a escravidão protagonizadas por atores brancos no papel de negros e negras.<sup>297</sup>

Para as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, a Rede Globo repetiu o modelo de produção de minisséries históricas alinhadas à temática comemorativa com a exibição de *A Muralha* e *A invenção do Brasil*, no entanto, a dimensão da função de catalisação do tema de comemoração, assim como as suas possibilidades tecnológicas amplificaram-se, intensificando e ampliando o circuito de produções de história e discursos relacionadas à efeméride. Uma amostra disso pode ser verificado nas considerações tecidas no artigo “Ressaca dos 500” de Esther Hamburger, professora – na época - do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, publicadas na sua coluna do jornal *Folha de São Paulo* no dia 30 de abril de 2000.<sup>298</sup> Abaixo segue a cópia do texto:

E

## CRÍTICA

**Ressaca dos 500**

ESTHER HAMBURGER

**N**UNCA se especulou tanto sobre a história do Brasil. Aquilo que durante séculos marcou a história oficial brasileira, versão já há muito questionada pela historiografia, saiu dos livros e das salas de aula e foi finalmente desmistificado na arena pública e no horário nobre. As comemorações dos 500 anos serviram de pretexto para elucubrações inusitadas sobre a história, a identidade dos fundadores, dos dominantes, dos vencedores e dos vencidos. Que esse debate, usualmente restrito à academia, tenha ido para a TV sugere uma mudança de estatuto da história.

A história destas paragens não começa mais com os portugueses. Colonizadores metropolitanos civilizadores, tratados muitas vezes com uma ironia ambígua e ferina, assunto de piada, tiveram a legitimidade de sua conduta exterminadora de índios definitivamente questionada. E na falta dos heróis fundadores do início do século 16, documentários e noticiários produzidos para a efeméride do país-continente cinco séculos depois foram buscar as origens mais longe.

Talvez a série de filmes protagonizados por “Indiana Jones” (Harrison Ford) nos últimos anos tenha ajudado a chamar a atenção para o ofício do arqueólogo. De qualquer maneira, vale notar que as escavações arqueológicas pelo Brasil afora, assunto de pesquisas acadêmicas, pauta de congressos universitários especializados, tecnicidade conhecida de poucos, de repente se tornaram assunto de interesse generalizado, pauta obrigatória de programas comemorativos.

Arqueólogos exibiram sítios na região de Porto Seguro onde se descobriram vestígios de vilas muito antigas. O mergulho no tempo e no espaço em busca das raízes mais autênticas e autóctones levou equipes de televisão ao coração do Piauí, ao Parque Nacional de Sete Cidades, paisagem de natureza monumental que abriga os tesouros arqueológicos mais preciosos, marcas indígenas de cerca de 5000 anos atrás. São os sinais iniciais de presença humana na América do Sul, ainda pouco investigados.

A vantagem da vulgarização da história, do escancaramento televisivo de uma variedade de versões, do reconhecimento público de que umas versões são mais completas que as outras, inaugura uma era em que a própria história é tratada com uma narrativa de mistério, thriller investigativo para o qual ainda não há solução conhecida. Não basta ver e conhecer os vestígios da presença humana de milênios atrás nas marcas deixadas nas pedras. Há que descobrir ossadas que comprovem os fatos. E as polémicas entre os próprios cientistas se avolumam.

Na falta das ossadas, ainda estamos em busca de dados. Mas é como se, quando consolidadas, as novas descobertas

(e aqui o uso do termo descoberta seria legítimo) viessem a preencher lacunas em uma narrativa mais “autêntica” e milhares de anos mais transcendente. Nessa interpretação, os índios, que na linha José de Alencar da história oficial foram em geral encarrados como um dos elementos étnicos que compuseram o Brasil, passam a ter a primazia merecida dos fundadores.

E cheios de uma dignidade invejável, índios diversos, nos diferentes canais, afirmaram o seu distanciamento das comemorações dos 500 anos. Do alto de seu etnocentrismo, índios estiveram presentes nas mais diferentes situações. Índios ameaçando políticos, índios fazendo manifestações, prestando declarações, fazendo protestos que deixaram claros seus pontos de vista específicos.

A busca de vestígios indígenas de milhares de anos atrás, como o reconhecimento da legitimidade do ponto de vista do índio contemporâneo, ilustram que a história e a cultura deixaram de ser o objeto de trabalho exclusivo de especialistas universitários para se tornar matéria prima do cotidiano das pessoas.

A história que em geral foi tratada no Brasil como disciplina fria, onde não adiantava futurar porque o passado era sempre pensado como indigno, inadequado, desprezível, morno frente a padrões ideais definidos com base em parâmetros estrangeiros, agora é tratada de maneira mais construtiva.

É conhecida a esperança clássica do Brasil no futuro. Aos 500 anos do ano de 1500, o “país do futuro” reconstituiu sua identidade. E, nessa redefinição, a história emerge como assunto quente, tema que, com a cultura, oferece narrativas plausíveis para justificar ou não paradoxos. O discurso histórico saiu das salas de aula e ganhou a tela da TV. Ironicamente a advertência vem implacável da academia. Como disse o professor Fernando Novais à Folha, na semana que passou, temos de respeitar o ponto de vista e a diversidade indígena, mas não podemos esquecer que a perspectiva histórica dos índios, embora fundamental, não é a única. E mais: Novais lembrou que cabe ao historiador reconstituir as interpretações etnocêntricas dos agentes sociais, mas para ir além dessas visões estanques de si e do outro.

Na posição do professor está presente a história como construção do pesquisador especializado. Uma história que se distancia da história como emblema, que talvez permita, por exemplo, que uma senhora barrada pelos policiais em Porto Seguro tenha sido flagrada em cadeia nacional de dedo em riste, exigindo respeito do guarda.

E-mail: ehamb@uol.com.br



**ÍNDIOS**  
Os índios protestaram, deram declarações, fizeram manifestações e deixaram claros seus pontos de vista

<sup>297</sup> FERNANDES, G. M.. Identidade negra e abolição da escravatura nas telenovelas da TV Globo: a manutenção de estereótipos. In: Miguel Rodrigues Netto. (Org.). *Diálogos em Comunicação: reflexões em cenários contemporâneos*. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, v. 1, p. 122-156.

<sup>298</sup> HAMBURGUER, Esther. Ressaca dos 500. TV Folha, *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 2000, p.1.

As considerações de Hamburger podem ser usadas como ponto de partida para a discussão de muitos temas cruciais da pesquisa. A citada entrevista de Fernando Novais, por exemplo, será retomada no seguinte capítulo. No momento, concentro-me na premissa de que “o discurso histórico saiu das salas de aula e ganhou a tela da TV”, de tal modo a observar o papel dos meios de comunicação e em especial da televisão na aceleração da circularidade e da profusão de “versões” em torno do tema dos 500 anos.

Uma das características proeminentes das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil manifestou-se na sintonia narrativa entre a política comemorativa do governo federal com a mídia, especialmente a Fundação Roberto Marinho e o grupo empresarial de comunicação Rede Globo, de modo que seus calendários de eventos, ainda que autônomos, culminaram juntos no dia Vinte e Dois de abril de 2000. Conforme Denise Cogo, o campo midiático foi um dos propositores da agenda dos “500 anos do Brasil”, assumindo a função ativa na produção de sentidos sobre as comemorações, na elaboração de narrativas a respeito do “descobrimento” através de distintas estratégias de midiaticização do V Centenário e na produção de “invisibilidades” sobre as manifestações críticas dos movimentos sociais.<sup>299</sup> A observação desse aspecto não implica considerar que a mídia foi utilizada como instrumento ideológico do Estado nacional, pelo contrário, a Rede Globo demarcou suas intenções de protagonista e gestora da vinculação da cobertura sobre os “500 anos do Brasil”, “evidenciando a intenção dos meios de comunicação em unificar e ao mesmo tempo instaurar expectativas e tensões em torno da celebração do Quinto Centenário.”<sup>300</sup>

Expressando esse protagonismo, Silva argumenta que a mídia representada pelo protagonismo da Rede Globo foi responsável pela criação e pelo impulsionamento massivo da data Vinte e Dois de Abril como tema a ser lembrado, comemorado e vendido como os “500 anos do Brasil”, haja visto a ausência de tradição comemorativa do “descobrimento” no país.<sup>301</sup> Desse modo, conforme argumenta Laécio Ricardo de Aquino Rodrigues, as comemorações tiveram dois “marcos zeros”, o primeiro deles manifestado pela criação da Comissão no âmbito institucional do Estado-Nação e o segundo na dimensão pública capitaneado pelos esforços midiáticos, nesse caso a partir do mês de dezembro de 1997.<sup>302</sup> Rodrigues afirma que

---

<sup>299</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

<sup>300</sup> Ibid. p.5.

<sup>301</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003.

<sup>302</sup> RODRIGUES, L. R. A.. Intelectuais, Mídia e Estado nas comemorações dos 500 anos do Brasil. *Tensões Mundiais* (Impresso), v. v. 3, p. 170-201, 2008.

assimilação da temática comemorativa pela mídia justifica-se pelo potencial de rentabilidade financeiras dos “500 anos”, o que implicou no intenso *trabalho de agendamento* do V Centenário. Conforme o jornalista:

Destacar que houve um agendamento dos “500 anos” implica afirmar que o assunto se fez presente no cotidiano nacional, em virtude da sua tematização pelos meios de comunicação. Tematizar um assunto significa colocá-lo na ordem do dia, priorizá-lo, conferir-lhe relevo e salientar sua importância ante as demais notícias (Wolf, 1994:144). Tal decisão diz respeito tanto à sua frequência de exposição (o número de vezes em que é veiculado) quanto ao nível de abordagem que lhe é destinado (superficial, intermediário, aprofundado).<sup>303</sup>

Desse modo, tal trabalho de agendamento da Rede Globo foi constituído por meio da construção de um *clima de comunicação* através de estratégias de midiaticização, sistematizadas em três frentes: o Projeto Brasil 500, a cobertura televisiva e impressa de notícias e chamadas diárias e a produção das minisséries “A Muralha” e a “Caramuru: a invenção do Brasil”. O primeiro correspondeu a um amplo empreendimento estruturado em três eixos: 1) Festa: conformada por uma agenda de jogos de futebol, shows de artistas populares e eventos transmitidos ao vivo; 2) Educação: representado pelo projeto Ação Educacional que organizou seminários, campanhas e iniciativas em prol do desenvolvimento da educação básica concebida como a grande aposta para o futuro do Brasil e, por fim; 3) História: constituída pela produção de matérias impressas e documentários históricos apresentados por jornalistas como Eduardo Bueno.<sup>304</sup>

Não obstante a centralidade da cobertura televisiva na vida dos brasileiros, o principal investimento da emissora consistiu na construção do Relógio dos 500 anos posicionado em locais públicos de grande movimentação nas 27 capitais brasileiras, além do município de Porto Seguro, a partir de 1997. Concebido por Hans Donner, principal designer gráfico da Rede Globo, o equipamento era sustentado por uma estrutura metálica coberta por lona azul, alçando-o em formato de globo terrestre com o destaque em cores verde do território brasileiro. A partir dele, os ponteiros em cores da bandeira nacional marcavam as horas, os minutos e os segundos. Posicionado abaixo do relógio havia o cronômetro digital de dias que fazia a contagem regressiva para o dia 22 de abril do ano 2000. Para Cogo, esse projeto fincou o tema dos “500 anos do Brasil” no espaço público e no cotidiano dos brasileiros, representando o ato simbólico

---

<sup>303</sup> RODRIGUES, L. R. A.. Intelectuais, Mídia e Estado nas comemorações dos 500 anos do Brasil. *Tensões Mundiais* (Impresso), v. v. 3, p. 170-201, 2008. p.185.

<sup>304</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

do campo midiático de decretação antecipada do “nascimento” em 1997 e da “morte” da agenda comemorativa gerida pela mídia.<sup>305</sup>

Nesse sentido, além da presença concreta no espaço público, Silva destaca que a contagem regressiva também se deu através de vinhetas e spots televisivos exibidos ao longo da programação diária dos canais Globo. A antropóloga argumenta que esses dispositivos catalisadores do tema dos 500 anos exerceram duas funções de linguagem:

- 1) *a fática*, que sublinhava a continuidade da comunicação entre a emissora e o telespectador em relação ao evento referido; e 2) *a metalingüística*, que apresentava os termos valorativos sobre os quais a chegada dos portugueses deveria ser interpretada, qual seja, como “descobrimento” e não como encontro, conquista, fundação etc.<sup>306</sup>

Na mesma linha de raciocínio, Rodrigues afirma que os relógios dos 500 anos não somente indicam a correspondência entre a política comemorativa institucional e a empresa de comunicação, como evidencia o interesse financeiro da Rede Globo com a conjuntura comemorativa, investindo na temática “via esforço de capitalização da audiência sensibilizada pela festa e dos investimentos publicitários do período (principalmente institucionais).”<sup>307</sup>

Tal investimento foi bem-sucedido conforme aponta a pesquisa liderada por Cogo. Os dados televisivos computaram que 96% do grupo de entrevistados afirmou ter acompanhado a programação referente aos “500 anos” na grande mídia brasileira, sendo 92% através da televisão seguidos pelos jornais e revistas, o rádio e a internet, que obtiveram, respectivamente, 82%, 60%, 49% e 11,5%. No segmento televisivo, as emissoras de sinal aberto mobilizaram a atenção de 91,7% dos entrevistados, sendo que 80,8% monopolizados pelos canais abertos da Rede Globo que, ademais, dos 62 programas televisivos selecionados para análise, 40,3% foram veiculados pela TV Globo e 43,6% nos três canais fechados controlados pela Globopar.<sup>308</sup>

Com relação à mídia impressa, os pesquisadores analisaram o seguinte conjunto de jornais entre 1997 e 2000: Correio da Bahia e A Tarde (Bahia), Estado de São Paulo e Folha de São Paulo (São Paulo), Jornal do Brasil e O Globo (Rio de Janeiro), Zero Hora e Correio do Povo (Rio Grande do Sul) e Correio Brasiliense (Distrito Federal). A partir disso, foi constatado que:

<sup>305</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

<sup>306</sup> SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. *RBCS*, Vol. 18 n°. 51 fevereiro/2003, p.143.

<sup>307</sup> RODRIGUES, L. R. A.. Intelectuais, Mídia e Estado nas comemorações dos 500 anos do Brasil. *Tensões Mundiais* (Impresso), v. v. 3, p. 170-201, 2008, p.190.

<sup>308</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

(...) dois entre os três que lideraram a cobertura dada aos 500 anos, são veículos de referência nacional do chamado eixo Rio de Janeiro-São Paulo: *Jornal do Brasil* (32,1%) e *Folha de São Paulo* (24,5) – ao passo que o terceiro e quarto lugar são ocupados por veículos de caráter local com foco de circulação no estado do Rio Grande Sul - *Zero Hora* (16,10%) e *Correio do Povo* (9,4%). Rio de Janeiro, Brasil e São Paulo são a referência geográfica ou espacial de cobertura jornalística de 20,10% das matérias publicadas sobre os 500 anos pelas nove mídias analisadas, seguidas de Brasil, ou a nação brasileira com um percentual de 15,0% de matérias. As cidades de São Paulo (14,7%) e Porto Alegre (10,9%). A capital federal Brasília (6,3%) e Porto Seguro (na Bahia) (5,4%) ocupam o terceiro, quarto, quinto e sexto lugares na oferta de sentidos no que se refere à ocorrência de fatos ou eventos sobre o Quinto Centenário que mereceram a cobertura das mídias analisadas.<sup>309</sup>

Reunindo o conjunto de fontes da pesquisa, Cogo afirma que, de modo geral, as mídias concentraram dois modos de narrar a nação na tentativa de enquadramento da identidade e memória nacional: 1) a narrativa de reatualização do imaginário nacional da miscigenação; 2) a narrativa da experiência conflitiva e complexa de interação cultural, sendo esta advinda de atores sociais externos (movimentos sociais, intelectuais), tornando, desse modo, o espaço midiático um local de disputa simbólico.<sup>310</sup> Em torno disso, destaca as estratégias de (in)visibilização das iniciativas contra hegemônicas do Movimento Brasil Outros 500 que foram abordadas somente em 3,1 % das matérias dos nove jornais analisados. Protagonistas de tais iniciativas, as organizações indígenas foram abordadas em 13,6% dos textos, dado que, segundo Cogo, colocou os povos indígenas como um dos protagonistas na esfera midiática impressa, revelando o “resultado dos usos estratégicos que as próprias organizações indígenas deram aos seus referentes culturais com vistas a interagirem e negociarem com o campo midiático”.<sup>311</sup>

Todavia, a pesquisadora ressalta que:

A polissemia que marcou a enunciação das culturas indígenas pelos jornais comportou desde a visão mítica e romântica dos indígenas associadas a um revigoramento do mito do bom selvagem, passando pela oposição e dualidade histórica índios versus brancos, até a presença dos índios como atores sociais contemporâneos, ainda que via representações eminentemente policialescas que envolveram os conflitos em torno das demarcações de terra ou, ainda, de um protagonismo indígena tensionador de uma agenda oficial das comemorações e de um caráter de previsibilidade do evento, que culminou nos conflitos de Porto Seguro. Os índios foram conduzidos ao espaço da mídia, ainda, via a construção de perfis humanizados através de entrevistas que buscaram compreender seus protagonismos nas comemorações oficiais do Quinto Centenário.<sup>312</sup>

<sup>309</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: *Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas*, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p.6.

<sup>310</sup> *Ibid.*

<sup>311</sup> *Ibid.* p.12.

<sup>312</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: *Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas*, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 12-13.

A tematização do *índio* também foi pauta no eixo das minisséries da Globo. Em relação a esse aspecto, convém inicialmente destacar que o plano inicial da emissora tinha como objetivo a produção de cinco minisséries, cada uma abordando um século de história, contando a partir de 1500.<sup>313</sup> No entanto, na prática somente foi realizada a produção e exibição de duas minisséries de temática histórica: *A Muralha* e *A invenção do Brasil*. A primeira, cuja autoria foi de Maria Adelaide Amaral e contou com a curadoria do jornalista Eduardo Bueno, consistiu na adaptação da obra homônima de Dinah Silveira de Queiroz, lançada em 1954 em meio ao contexto comemorativo IV Centenário de São Paulo. *A Muralha*, cujo título refere-se, conforme a página *Memória Globo*<sup>314</sup>, “à serra do Mar, o maior obstáculo às incursões ao centro do país”, fez referência, portanto, ao bandeirantismo enquanto tema principal da trama. Teve o primeiro episódio exibido em 4 de janeiro do ano 2000 no horário das 22h30min, sendo finalizada no dia 28 de março do mesmo ano. A repercussão da minissérie foi considerada um sucesso, tendo audiência média de 34 pontos no Ibope ao longo dos três meses de exibição.<sup>315</sup>

Com relação à trama narrativa original, a produção audiovisual teve uma readequação radical, uma vez que modificou o contexto histórico, retrocedendo temporalmente um século e amplificando o foco da trama para o processo do bandeirantismo no século XVII a partir do relato épico da trajetória da família do bandeirante Dom Braz Olinto. Na avaliação de André Bertinelli Duarte a trama apresentou uma narrativa contraditória, uma vez que mesclou a repaginação de concepções e representações tradicionais da figura do bandeirante com uma abordagem atualizada da historiografia e atenta à pauta do movimento indígena:

se, por um lado, ela contribui para questionar o legado (e a mitologia) bandeirante, por meio da abordagem da violência e da escravização cometidas e da consequente defesa das culturas e das identidades indígenas, por outro, ela acaba por reforçar a imagem do bandeirante como arauto da nacionalidade brasileira pela sua luta contra a dominação estrangeira.<sup>316</sup>

Diferentemente de *A Muralha*, *A Invenção do Brasil* apresentou uma abordagem cômica e satírica da história do descobrimento e dos primeiros contatos entre portugueses e povos indígenas, o que atesta a observação de Hamburger sobre a tematização de viés humorístico e satírico em torno do descobrimento. Classificada como uma microssérie, uma vez que foi composta somente de três episódios, sendo exibidos entre os dias 19 e 21 de abril de 2000 no horário das 22h durante a principal semana de celebrações dos 500 anos. Com a autoria de Guel

---

<sup>313</sup> A MURALHA. *Memória Globo: Minisséries. Rede Globo de Televisão*. Disponível em: < Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/a-muralha/>>.

<sup>314</sup> Ibid.

<sup>315</sup> Ibid.

<sup>316</sup> BERTELLI DUARTE, André Luis. *A Muralha: (ainda) os bandeirantes e a identidade nacional na “festa” dos 500 anos. Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 232-249, jan./jul. 2021, p.239.

Arraes e Jorge Furtado, a produção teve como inspiração *Caramuru*, poema épico do descobrimento da Bahia (1781), de Frei José de Santa Rita Durão, reciclando os discursos fundadores a respeito do descobrimento e reforçando os estereótipos de preguiça do índio e retratando o corpo da mulher indígena de forma hiper sensualizada.<sup>317</sup>

### 2.3 POPULARIZAÇÃO DO PASSADO E ATUALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO NACIONAL

Esses dados empíricos oportunizam a tematização da *economia midiática do presente*<sup>318</sup> no processo de elaboração da esfera pública comemorativa e, por sua vez, de uma determinada modalidade de conhecimento histórico. Como já apontado por Nora, o monopólio do lugar de enunciação dos sentidos das efemérides foi progressivamente sendo repartido – de modo não necessariamente conciliado e isonômico - com os meios de comunicação e atores coletivos da sociedade civil, compartilhando e disputando muitas vezes a tarefa de “mestre de cerimônias” da festa nacional. Nesse sentido, Bonaldo argumenta que no caso dos 500 anos a presença do Estado foi *deslocada da dimensão diretiva para cumprir somente a função propositiva*:

Uma vez inaugurada pelo governo, a lógica comemorativa acabou nas mãos dos senhores do acontecimento. Ora, não é mais a escola o lugar onde se afirma a identidade, mas os meios de comunicação. Com o Estado assistindo a descentralização daquilo que um dia já se ousou chamar de aparelhos ideológicos, com a carga didática do passado pulverizada na mão de um sem número de veículos de imprensa, a comemoração brasileira, para usar o vocabulário de Pierre Nora, entra em sua era patrimonial.<sup>319</sup>

Amparado nas considerações de Nora e na noção de economia midiática de Hartog, Bonaldo põe em questão a funcionalidade da categoria de políticas de memória para pensar os 500 anos do Brasil, apontando para o deslocamento do monopólio e a legitimidade dos dispositivos de comemoração e monumentalização tradicionais do Estado-Nação, da historiografia e do ensino de história para os meios de comunicação semelhantemente como apontou Hambugher em seu artigo na Folha de São Paulo.<sup>320</sup> Como definiu Bonaldo, o presente dos “500 anos do Brasil” era inquieto e marcado pela fragmentação da unidade da identidade e

<sup>317</sup> BERTELLI DUARTE, André Luis. A Muralha: (ainda) os bandeirantes e a identidade nacional na “festa” dos 500 anos. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 232-249, jan./jul. 2021, p.239.

<sup>318</sup> HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

<sup>319</sup> BONALDO, Rodrigo. Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. 2010. *Dissertação* (Mestrado em História) 169f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010, p.36.

<sup>320</sup> BONALDO, Rodrigo. Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. 2010. *Dissertação* (Mestrado em História) 169f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010, p.36.

memória coletiva nacional, de modo que qualquer narrativa ou discurso que almejasse a dimensão nacional deveria lidar com a multiplicidade de vozes, demandas por origem diferentes que articulavam representações de continuidade que variavam entre a aventura e tragédia do descobrimento.<sup>321</sup> Nesse sentido, o historiador argumenta que foi a figura do jornalista-historiador, especificamente a coleção *Terra Brasília* publicada por Eduardo Bueno, que contemplou tal diversidade de demandas e reivindicações sociais em torno de uma única escrita da história sobre a chegada dos portugueses e dos cinco séculos, a qual denominou *narrativa jornalística da história*. Se o espaço da função da escrita da história nacional com objetivos identitários foi assumida pelo jornalista, como argumenta Bonaldo, visto o distanciamento da responsabilidade de legitimar os discursos nacionalistas pelos historiadores e historiadoras.

Em vista disso, ainda que visualize o paralelismo entre a conjuntura francesa e o caso brasileiro no que tange ao deslocamento afirmado por Nora, acredito que essa questão pode ser encaminhada com mais cautela no que tange ao contexto do V Centenário do Descobrimento, entendendo que a função diretiva do evento comemorativo do Estado-Nação passou a ser *compartilhada* com a economia midiática do presente, sendo o cânone narrativo e imagético nacional veiculados sobretudo através da mídia. Esse não parece ser o caso do Centenário da Abolição, já que a função diretiva do Estado se manteve central, ainda que bastante atenta às demandas sociais do movimento negro.

De todo modo, gostaria de dirigir a discussão para uma perspectiva mais ampla. Em diálogo com Nicolazzi e Soletti, parte-se do pressuposto de que o contexto do V Centenário do Descobrimento do Brasil expressou o fenômeno de *popularização do passado* por meio do estabelecimento de um intenso circuito fragmentado de discursos e narrativas, produções audiovisuais e televisivas, editoriais e impressas, “alimentando um renovado interesse pelo processo formativo da nação brasileira.”<sup>322</sup> Entretanto, entende-se que o Centenário da Abolição já apresentava elementos que apontavam para esse processo, uma vez que compreendo que esse fenômeno – na sua dimensão contemporânea no Brasil - está diretamente atrelado ao processo de questionamento crítico-emancipatório e/ou satírico da identidade e da memória nacional oficial, o que se verificou nos dois casos, ainda que o caráter diretivo do Estado-Nação tenha se modificado.

---

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> NICOLAZZI, Fernando. SOLETTI, Eduarda. Pedal pela Memória. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Fazendo história pública*. Vitória: Milfontes, 2020, p.117.

Amparado na noção de historicidades democráticas de Jacques Rancière, Marcelo Abreu, Mateus Pereira e Guilherme Bianchi definem alguns traços gerais do fenômeno de popularização do passado que aponta para a tematização das relações entre o público e as formas de conhecimento sobre o passado nas últimas décadas:

1) o movimento simultâneo de pluralização dos sujeitos históricos e falas sobre a história, e de esgotamento da forma científica da historiografia que almejava, por assim dizer, o monopólio da compreensão histórica, e 2) as mutações da escrita, desdobrando-se em outras formas de inscrição, intensificação da presença do passado e pluralização das memórias em sua relação com a história e a historiografia no contemporâneo.<sup>323</sup>

A consideração da pluralidade de sujeitos-narradores e suas formas particulares de inscrição do passado se exacerba em contextos de comemoração, compondo uma constelação de discursos e representação fundamentadas passivamente ou subversivamente na linguagem comemorativa nacional. Nesse sentido, as mídias impressas e televisivas, os intelectuais, os movimentos sociais e políticas de memória compuseram um circuito de espaços e atores que produziram e disputaram a atualização dos sentidos em torno das noções de escravidão e abolição, descobrimento e colonialismo, raça, etnicidade, história, memória, cultura e identidade, as quais compõe a gramática para narrar os sentidos da nação e história nacional.

Ainda que tanto Maggie quanto Cogo apontem para a atualização dos mitos nacionais, cada pesquisadora sustenta uma perspectiva distinta a partir do amplo material empírico pesquisado. Para Maggie, parece não importar o lugar de enunciação dos discursos e as relações de poder envolvidas na significação das noções de escravidão, abolição e raça, pois o que sua argumentação sustenta é que o Centenário da Abolição serviu para demonstrar que o mito das três raças permanece pautando os discursos sobre o passado tanto do Estado quanto de atores sociais coletivos. Para tanto se baseia em um dos conjuntos de resultados qualitativos relacionadas à questão das principais tematizações suscitadas pelo cenário comemorativo. Conforme a pesquisadora a ordem decrescente dos temas mobilizados foi: “cultura negra”, “negro hoje”, “Abolição”, “escravidão”, “vultos negros”, “discriminação”, “África”, “política”, “mulher”, “identidade”, e por últimos “relações raciais”.<sup>324</sup> A partir disso considera o seguinte:

No ano do Centenário, um ano liminar, falou-se mais de Brasil do que “negros” e “brancos”. Mais da “fábula das três raças”, como diz Roberto DaMatta, do que do lugar social do “negro”, e mais de “identidade”, buscando sinais diacríticos da cultura, do que de desigualdades socialmente produzidas”. (...) No temário do Centenário só se usa a categoria “negro” e só se fala de “culturas negras”. Nesse ponto pode-se

<sup>323</sup> ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018, p.282.

<sup>324</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.153-154; 157.

pensar como DaMatta na fábula das três raças ou como Manuela Carneiro da Cunha (1987): na identidade como estratégia. A pergunta feita é a seguinte: de onde viemos? Quem somos nós? A resposta é: viemos da África e somos negros. No ano do Centenário a diferença foi colocada na cultura, porque é da origem e não do presente que se fala. É a identidade da nação que se busca.<sup>325</sup>

Cogo também reconhece a centralidade do imaginário nacional enquanto fator que pautou a diversidade de discursos e representações midiáticos em torno dos 500 anos. Na sua avaliação:

Se, por um lado, tais modos das mídias operarem para o esvaziamento do caráter organizativo e mobilizador de ações e projetos oriundos dos movimentos sociais revelaram modos estratégicos e táticos desses movimentos lidarem com os meios de comunicação nas negociações de suas agendas no marco dos 500 anos, por outro lado, mesmo submetidos a esses enquadramentos, movimentos e atores sociais não deixaram de se incumbir da desestabilização e, em certo sentido, ruptura de uma temporalidade e de um modelo definidores das comemorações do Quinto Centenário instituída pelas mídias, pluralizando o universo de significações acerca dos 500 anos. Os conflitos envolvendo representantes do governo, movimentos sociais e aparato policial durante as comemorações oficiais e a Missa em Porto Seguro, ocorridos na Bahia, em abril de 2000, são episódios exemplares dessa pluralização.<sup>326</sup>

A problemática de pano de fundo que parece sustentar a dissonância dos diagnósticos de Maggie e Cogo sobre os cenários comemorativos reside na consideração da legitimidade e potencialidade subversiva e emancipatória das narrativas históricas que se propõem à crítica da linguagem comemorativo nacional da abolição e descobrimento. Dessa forma, a divergência aponta para o questionamento de que se, ao disputarem os sentidos comemorativos, os movimentos negros e organizações indígenas contribuem, ainda assim, para a atualização do imaginário nacional das três raças.

Conforme será desenvolvido, considera-se que essa questão aponta para o processo de disputa pela projeção de novos passados nacionais, o que fundamentaria outras formas de enunciar o “ser brasileiro” para além do paradigma da miscigenação, reforçando a dimensão da diversidade étnico-cultural a partir da afirmação da alteridade como elemento de edificação de novas relações étnico-raciais no Brasil. Ademais, entende-se ser válido observar que a problemática aponta para o reconhecimento e a legitimidade das construções políticas e sociais de identidade e memória por sujeitos coletivos marginalizados através de estratégias diversificadas como, por exemplo, a ressignificação das noções de raça e índio. Como já discutido no primeiro capítulo, a compreensão das emergências memoriais e identitárias no

---

<sup>325</sup> MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.153-154; 157.

<sup>326</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p.12.

final do século XX requer a consideração das intenções políticas dos atores e sujeitos, cujas implicações incidiram na desestabilização da conexão entre o regime moderno de historicidade e as narrativas do Estado-Nação. Desse modo, entende-se que a análise dos processos de construção de identidade e memória pelos movimentos negros e indígenas no Brasil se aproxima da questão enfrentada por Nora e Hartog, a partir do contexto europeu, sobre o boom memorial.

## 2.4 EXPERIÊNCIAS DE TEMPO DA TRANSIÇÃO POLÍTICA E A LUTA PELA (RE)DEMOCRATIZAÇÃO

Nesse ponto é importante a retomada da problemática da temporalidade a partir da reflexão de Sousa sobre o processo de construção social do horizonte de expectativa pautado pelo ideal democrático por atores coletivos da sociedade brasileira na década de 1980.<sup>327</sup> Pensando sobre as articulações entre política e experiências de tempo, Francine Iegelski indaga:

Que diagnóstico da experiência do tempo brasileira contemporânea podemos propor se partirmos de um acontecimento determinante de nossa história política, como o processo de redemocratização e as promessas de futuro que ele comporta? Como, enfim, pensar as categorias para descrever a experiência do tempo brasileiro?<sup>328</sup>

Em diálogo com a hipótese do presentismo de Hartog, Iegelski argumenta não ser possível a transposição automática do diagnóstico do historiador francês para a sociedade brasileira, assinalando as discrepâncias entre as conjunturas sociopolíticas da Europa que assistia a derrubada do Muro de Berlim e “um acontecimento quase simultâneo no Brasil, o fim da ditadura civil-militar [que] *acelerava o tempo e abria promessas de futuro*”.<sup>329</sup> Tendo como base reflexões de Florestan Fernandes sobre a conjuntura da redemocratização, Iegelski argumenta que a expectativa de transformação em relação ao futuro foi uma experiência de tempo determinante no Brasil da redemocratização, de modo que a projeção do futuro do país enquanto um regime democrático implicava um olhar crítico ao passado com o qual se buscou demarcar uma ruptura com as instituições da ditadura. Nessa mesma linha de raciocínio Carla Cristine Teixeira observa que o contexto de transição política brasileira foi constituído por um “processo dialético entre o velho e o novo, entre a conservação e a superação” pautado sob o

---

<sup>327</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018.

<sup>328</sup> IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? - Crítica da modernidade, história intelectual, história política. *Revista de História*, v. 1, p. 385-414, 2016, p.409.

<sup>329</sup> Ibid.p.411 (grifo meu).

objetivo de refundação da sociedade brasileira a partir da reivindicação da noção de democracia e da ampliação da cidadania.<sup>330</sup>

O debate historiográfico brasileiro em torno do processo de transição política compartilha da ideia de que a abertura do regime ditatorial foi concebida internamente a partir do início do governo de Ernesto Geisel em 1973. Nesse sentido, Jorge Ferreira sistematiza o longo processo de transição política em três fases organizadas nos seguintes recortes temporais: 1) 1973-1982; 2) 1983-1984; 3) 1985-1989. Nessa delimitação temporal clássica, a ditadura civil-militar brasileira teria terminado com a posse da chapa Tancredo Neves e José Sarney, eleita indiretamente via Colégio Eleitoral em 1985.<sup>331</sup> Todavia, estudos recentes têm problematizado tal cronologia convencional como fez Daniel Aarão Reis no seu livro “Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988” no qual propõe qualificar o período 1979-1988 como um período de vigência de um “Estado de direito autoritário”.<sup>332</sup> Bauer avança na problematização e afirma que a “própria noção de transição pode ser problematizada a partir de questões temporais, permanecendo, até os dias de hoje, *inconclusa*, especialmente em relação à tortura, que não foi erradicada enquanto prática das forças de segurança.”<sup>333</sup> Desse modo, apresenta uma abordagem que qualifica em *dois tipos o processo de transição política*, delimitando o período entre 1974 e 1984 como uma *transição militar* e o triênio 1985-1988 enquanto uma *transição civil*, “pois não se pode considerar o ano de 1985 como um marco cronológico de passagem à democracia tão somente porque um civil assumiu o cargo de Presidente da República – ainda mais através de eleições indiretas e na vigência de uma constituição autoritária.”<sup>334</sup> Ademais, González naquela conjuntura questionava a ideia de (re)democratização, afirmando que para negros, indígenas e mulheres se estava construindo pela primeira vez um projeto político de democratização na história republicana.<sup>335</sup>

A perspectiva de pensar a *inconclusão* do processo de transição assumida nas pesquisas de Bauer indica a necessidade de observar atentamente a tensão entre a projeção de uma retórica de transformação/refundação com a permanência concreta de estruturas, dispositivos e práticas

---

<sup>330</sup> TEIXEIRA, Carla Cristine. Chamaram-me “nova”! Experiência, expectativa e consciência democrática no Brasil a partir da Constituinte de 1987-88. *Trabalho de Conclusão de Curso* (História). 59f. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018, p.17.

<sup>331</sup> FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República (1985-2016)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

<sup>332</sup> Reis FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

<sup>333</sup> BAUER, Caroline, Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura. *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS*, v. 45, 2019, p.92 (grifo meu).

<sup>334</sup> *Ibid.* p.93.

<sup>335</sup> GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs). *Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ªed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, pp. 232-241.

autoritárias na Nova República.<sup>336</sup> Não obstante esse ponto relacionado com a dimensão do *passado-presente* da ditadura com o qual estou de acordo, cabe considerar que essa dialética entre expectativa democrática e a superação do passado autoritário atingiu diretamente as bases eurocêntricas, coloniais e racistas da linguagem nacional. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que para determinados atores coletivos não somente interessava demarcar a ruptura com o passado recente, mas também com as marcas do passado colonial e escravocrata, desejo manifestado nas lutas políticas dos movimentos negros e indígenas, em obras de intelectuais e lideranças negras e indígenas e em novas abordagens do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, convém considerar que a dinâmica de enunciação das feridas históricas do colonialismo e escravidão, embora reativo na sua relação à linguagem nacional, tinham o caráter propositivo de outros passados para a projeção de novos futuros que despontavam com a transição civil. Dessa forma considera-se que os cenários comemorativos do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil concomitantemente refletiram e (re) produziram essa experiência de tempo da redemocratização macropolítica, sendo, para tanto, a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) o acontecimento determinante para a sua conformação, pois tanto a luta política e social que a conformou quanto o seu resultado – a Constituição de 1988 – incidiu legislativamente e de modo crítico nas bases da linguagem comemoração do descobrimento e da abolição: o paradigma da harmonia miscigenada das três raças.

Além disso, compartilho da perspectiva de Bauer em torno da importância de considerar que a luta por democratização não está concluída, de modo que se no ano 2000 o regime democrático aparentava estabilidade institucional, o horizonte de questionamento da identidade-memória nacional pode ser considerado um traço da *permanência dos projetos políticos dos anos de 1980*. Em vista disso, entende-se que as disputas em torno da atualização dos significados do “Descobrimento do Brasil” refletem a conjuntura de intenso conflito político e simbólico entre o amplo e diversificado processo de luta social pela expansão democrática desde os direitos conquistados na Constituição de 1988 e o projeto político neoliberal representado pelas políticas privatistas do governo federal de Fernando Henrique Cardoso.<sup>337</sup> Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as lutas sociais e políticas da redemocratização encabeçadas por movimentos sociais e intelectuais adentraram nas décadas seguintes pelo anseio de ressignificação da linguagem nacional através da politização das

---

<sup>336</sup> BAUER, Caroline. Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 45, 2019.

<sup>337</sup> DAGNINO, E. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

noções de raça, índio, identidade, memória manifestado em contextos comemorativos de efemérides nacionais.

## 2.5 MEMÓRIAS, IDENTIDADES E ESCRITA DA HISTÓRIA

É ampla a bibliografia que tematiza a relação entre a conjuntura política e social da redemocratização e a emergência de novos atores políticos organizados em movimentos coletivos sindicais, negros, indígenas, feministas. Como demonstra Mattos, a observação da trajetória dos estudos historiográficos, sociológicos e antropológicos sobre os movimentos sociais no Brasil implica no reconhecimento de que a conformação de tal pauta de investigação nos anos de 1980 foi resultado da própria transição política.<sup>338</sup> A historiadora desenvolve seu argumento a partir do indício da correspondência da renovação teórico-metodológica dos campos da *história social da escravidão e da história social do trabalho* com a intensa mobilização das lutas trabalhistas e das reivindicações de organizações negras a partir do final da década de 1970. Na sua avaliação, a presença da demanda comum pela democracia e a reivindicação de identidades negras, indígenas e feministas que sustentavam os novos movimentos sociais colocou as problemáticas das identidades coletivas e da agência social na pauta das ciências humanas brasileiras.

Mattos lista uma série de perspectivas e abordagens historiográficas, sociológicas e antropológicas estrangeiras recepcionadas no Brasil que foram adotadas nas investigações de pesquisadores em meio ao processo de expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Salientando a interdisciplinaridade cultivada nesse processo, principalmente entre história, antropologia e sociologia, é destacada a importância da obra de E.P Thompson, *a Formação da Classe Operária Inglesa*, dos estudos culturais franceses e da micro-história italiana na construção do paradigma da *historia de los de abajo* da historiografia brasileira a partir da década de 1980.<sup>339</sup> Sustentada na argumentação de que a escrita da história acadêmica foi alimentada por influências teóricas e político-sociais, considera que:

O tema dos movimentos sociais como objeto de pesquisa no Brasil desenvolveu-se no bojo de *uma nova cultura histórica* formada a partir do surgimento de cursos de pós-graduação crescentemente numerosos, a partir dos anos 1970, que se tornava mais atualizada com a produção acadêmica internacional, especialmente francesa, italiana e norte-americana, e criativa do ponto de vista da pesquisa empírica e do seu tratamento metodológico. *Mas também dialogou diretamente com o movimento de redemocratização do país e com o surgimento de novos movimentos sociais.*<sup>340</sup>

<sup>338</sup> MATTOS, H. História e Movimentos Sociais. In: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas. (Org.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, v. , p. 95-112.

<sup>339</sup> Ibid.

<sup>340</sup> Ibid. p. 101-102 (grifo meu).

A partir da visualização dessa correlação, Mattos salienta algumas implicações dessa reciprocidade no sentido de que a mobilização política de noções como raça, identidade, memória, gênero, etnicidade na esfera pública desestabilizaram a cultura histórica acadêmica e suas premissas de neutralidade e objetividade. Em vista disso, ao longo dessa dissertação uma das minhas preocupações consiste no aprofundamento da reflexão em torno das relações entre a escrita da história e os movimentos sociais, enfocando em duas questões que me parecem fundamentais e que estiveram ausentes na abordagem de Mattos, a saber: o valor epistemológico das ações e discursos históricos coletivos dos movimentos sociais e a relação de poder assimétrica entre história acadêmica e movimentos sociais no processo de construção de conhecimento sobre o passado.

Os estudos clássicos do antropólogo Frederik Barth foram fundamentais para a compreensão de que a formação das identidades se dá através de processos de interrelação social entre grupos sociais e, entre estes e o Estado nacional, e não por meio de sinais diacríticos supostamente essencialistas de cada comunidade.<sup>341</sup> A partir do estudo de casos concretos de populações locais que passaram a se auto reivindicar negros e indígenas no Nordeste brasileiro na década de 1990, Arruti mobilizou perspectivas antropológicas e historiográficas para pensar as interrelações étnico-raciais entre o processo social de auto constituição de identidade a partir da reivindicação de traços étnico-raciais e a produção das suas memórias correlatas.<sup>342</sup> Salienta que os *processos de etnogênese* são resultados das interações sociais e políticas, tendo como elemento central a disputa por recursos políticos e sociais a partir da mobilização de noções de raça e etnicidade. Ao abordar esse processo para o caso da construção das identidades negras e indígenas após a promulgação da Constituição de 1988, Arruti destaca que:

(...) não se trata de recuperar etnias, no sentido convencional, mas produzir novos sujeitos políticos, que se organizam mobilizando uma série de elementos de identidade comum e de caráter localizado que remetem a um mesmo passado de escravidão e submissão, a fim de alcançarem novos recursos, em particular os de natureza territorial. Tanto nos casos mais conhecidos, como das comunidades de Kalunga (GO), Rio da Rãs (BA), Oriximiná (PA) e Vale da Ribeira (SP), quanto em situações ainda muito pouco estudadas, como as de Mocambo (SE) e Sacotiaba (BA), com as quais tive contato, o processo de assunção da identidade de “remanescentes” teve início com a disputa por recursos (normalmente traduzidos em termos territoriais), e só então, concomitantemente ou ainda mais tarde, quando o instrumento de luta privilegiado passa a ser o “Artigo 68”, as questões de cultura e origem comum emergem, passando a ser plenamente tematizadas pela comunidade e tornando-se objeto de reflexão para o próprio grupo. *A mobilização desses elementos de identidade leva a uma nova relação com o passado e com as “reminiscências” de que falou W. Benjamin, num esforço de reconstrução de uma continuidade na maioria das vezes*

<sup>341</sup> Barth, Fredrik. “A Análise Da Cultura Nas Sociedades Complexas”. In: *O Guru, O Iniciador E Outras Variações Antropológicas*. (Org) Lask, Tomke. Rio, Contracapa, 2000. (p. 107-139)

<sup>342</sup> ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 7-38, 1997.

*perdida*, levando ao que Hobsbawm e Ranger chamaram de “invenção de tradição”, isto é, uma reapropriação de velhos modelos ou antigos elementos de cultura e de memória para novos fins, em que o passado serve como repertório de símbolos, rituais e personagens exemplares que até então poderiam ser desconhecidos pela maior parte da comunidade.<sup>343</sup>

Ainda que o foco de Arruti se dirija a grupos sociais específicos com suas particularidades locais, interessa aqui apreender essa dimensão relacional construtiva entre identidade, memória e recursos políticos para a compreensão *das (re)emergências coletivas dos movimentos negros e indígenas contemporâneos no final do século XX no Brasil*. Para tanto, entende-se ser importante a atenção à advertência do autor dirigido a antropólogos e historiadores no sentido de evitar uma abordagem analítica que normatize a dimensão inventada da identidade, da cultura e da memória que compõem os processos de etnogênese. Arruti sugere o deslocamento de abordagens que apontem negativamente para o pragmatismo político das reivindicações de identidade e memória e suas enunciações essencialistas pelos atores sociais para o reconhecimento da “relação dialética que se estabelece entre o herdado e o projetado, entre passado e futuro que, no curso das interações, submete elementos de cultura, de estrutura e de memória a re-significações e re-atuações”,<sup>344</sup> de maneira que “a constatação das permanências, dos sincretismos e das contrastividades não serve mais como resposta, mas como ponto de partida”. Em uma perspectiva semelhante, João Francisco Lisboa adverte que uma análise normativa do caráter emergente ou inventado de movimentos étnico-políticos, isto é, de uma construção não-linear da ideia de povos indígenas e identidade indígena no Brasil desvela o desejo pela linearidade temporal moderna tida como universal, já que a não-linearidade “é algo próprio da forma indígena de estar no e de compreender o mundo, condizente com o modo de contar as narrativas tradicionais e histórias míticas”.<sup>345</sup>

Embora busque ressaltar a dimensão comum de produção de narrativas históricas emancipatórias compartilhada por movimentos negros e movimentos indígenas, são importantes algumas considerações em torno das particularidades que conformaram a historicidade da trajetória de constituição dos dois movimentos a partir dos anos 70. Desse modo, apresentarei uma reconstituição panorâmica da conformação de ambos os movimentos, buscando a mescla de acontecimentos marcantes na conjuntura de transição política com questões referentes à dimensão produtiva da identidade e memória negra e indígena nas suas

---

<sup>343</sup> ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 7-38, 1997, p. 27 (grifos meus).

<sup>344</sup> *Ibid.* p.29.

<sup>345</sup> LISBOA, João Francisco. Etnogênese e movimento indígena: lutas políticas e identitárias na virada do século XX para o XXI. *Interethnico* - Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 20, p. 68-86, 2017, p.74.

dinâmicas internas. Nesse sentido, definiu-se por uma abordagem segmentada em um primeiro momento para que posteriormente possa estabelecer aproximações entre os dois casos. Desse modo, optou-se pela realização de um exercício de escrita de descrição de cenas dos protestos negro e indígena nas conjunturas comemorativas.

Para tanto, tomo como inspiração o exercício de escrita de ficção histórica prospectiva realizado por Abreu para refletir em torno do dia Sete de Setembro no Bicentenário da Independência do Brasil.<sup>346</sup> Obviamente, o exercício que proponho possui um caráter retrospectivo, porém compartilha da tentativa de escrita de “uma narrativa que assume a perspectiva de um historiador das comemorações que vai a campo e anda pela cidade acompanhando os movimentos em torno da celebração.”<sup>347</sup> É na construção desse narrador presente nos atos de protesto que reside a dimensão ficcional da narrativa descritiva. Não obstante, utilizarei o artifício proposto por Abreu que consiste no uso das notas de rodapé para indicar a referencialidade dos atos, falas e ações que, nesse caso, aconteceram. O exercício foi tecido a partir da visualização de registros filmográficos das marchas e da leitura de jornais que produziram e vincularam notícias sobre os acontecimentos, assim como fotos e entrevistas com membros dos movimentos sociais, lidos a partir de produções historiográficas.<sup>348</sup> Se Abreu utilizou-se de fontes semelhantes, cabe mencionar que seu objetivo esteve concentrado em referenciar um conjunto de suportes e discursos que celebraram a Independência do Brasil ao longo do século XX, mobilizando tais dados para instrumentar seu exercício prospectivo baseado no pressuposto de que as práticas comemorativas atualizam um determinado repertório

---

<sup>346</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v., p. 251-275.

<sup>347</sup> *Ibid.* p.252.

<sup>348</sup> Para o caso do Centenário da Abolição, utilizei registros filmográficos do ato de concentração, caminhada e discursos vinculados à Marcha contra a Farsa da Abolição filmados pela Enugbarijô Comunicações de Ras Adauto e Vik Birkbeck e re-editado em 2013 por Filó Filho para o Acervo Cultne. A dissertação de Rodrigo Abreu sobre a Marcha contra a Farsa da Abolição no Rio de Janeiro foi igualmente essencial para a concepção do exercício descritivo. Já em relação ao contexto do V Centenário do Descobrimento, as falas de representantes indígenas presentes na Conferência Nacional Indígena em Coroa Vermelha e imagens da repressão policial na estrada de Porto Seguro foram analisadas e extraídas do documentário “O Relógio e a Bomba e os Outros 500” produzido por Verbo Filmes e dirigido por Cireneu Kuhn. A tese de América Cesar e a dissertação de Lucas Farias a respeito da Marcha e Conferência Indígena foram imprescindíveis para o relato proposto. Todas as gravações foram assistidas através do Youtube. ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestrado em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015; FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018; CESAR, América Lúcia Silva. Lições de Abril: Construção de Autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. 2002, 217 f. *Tese* (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

comemorativo precedente. Já o caso em que me proponho lida com as vozes dissonantes da celebração da efeméride, contudo, se os movimentos negros e indígenas causaram ruído na “energia cívica”, os seus protestos ocorreram no “ritmo comemorativo”, isto é, inseriram-se na atmosfera comemorativa e destoaram-na por dentro, enunciando outros sentidos às efemérides e modos de estabelecer relação entre passado e presente. Portanto, a intenção consiste em estabelecer uma base histórico-concreta dos protestos nos contextos de comemoração, a fim de verificar a dinâmica de disputa em torno dos sentidos da linguagem comemorativa, considerando a dimensão performática de constituição da produção de história, isto é, gritos de protesto, cartazes, panfletos, faixas juntamente aos suportes logocêntricos e grafocêntricos.

## 2.6 CENAS DE PROTESTO

### 2.6.1 Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro, quarta-feira, 11 de maio de 1988:

Desço em um dos terminais de ônibus da avenida Presidente Vargas, próximo à Candelária, no final da tarde. O clima é de tensão. O centro da cidade está sitiado pela presença de policiais militares e soldados das Forças Armadas que monitoram a concentração de centenas de militantes negros em torno da Praça da Candelária que estão reunidos para realizar a Marcha contra a Farsa da Abolição. Recebo um panfleto anunciando o protesto que sai em alguns minutos, indicando o trajeto “da Candelária à Central” e o lema da Marcha “1888-1988: Nada Mudou/Vamos Mudar” associada à foto da capa do Jornal do Brasil em que jovens negros cariocas estão acorrentados em uma abordagem policial contrastada com uma imagem de escravizados sendo açoitados. Além disso, muitas faixas e camisetas dos manifestantes trazem a informação que o protesto busca celebrar Zumbi dos Palmares e denunciar o racismo na sociedade brasileira.

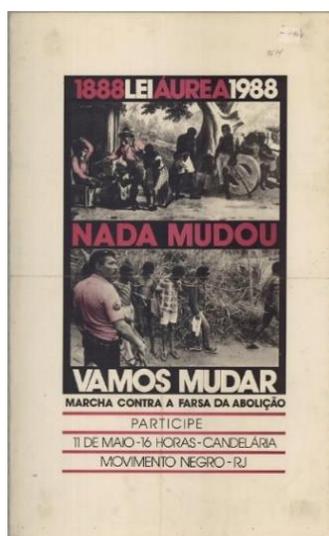


FIGURA 1: Cartaz da manifestação. Autor: Luiz Carlos Gá. 1988. Acervo: PACC/UFRJ. Pasta Relações Raciais, coleção Centenário da Abolição.

Cartazes na multidão indicam a presença de comitês negros de Duque de Caxias, Cidade de Deus, Jacarepaguá, Borel, Vila Kennedy, Pastoral Penal do Menor, militantes negros de Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, São João do Meriti e simpatizantes de partidos políticos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Democrático Trabalhista. A agitação pode ser escutada através do burburinho da massa, nos gritos de “Não, não, não à discriminação” e na voz do locutor do carro de som que exige, em tom de rima, “Atenção! Todo mundo para atrás do carro de som! Por uma questão de segurança nacional!”.<sup>349</sup> Percebo que o momento de saída está atrasado quando os coordenadores da Marcha anunciam que as forças de segurança não querem deixar a manifestação passar em frente à Praça de Duque de Caxias e um forte discurso é proferido através das caixas de som, cujo autor a distância me impede de reconhecer. “Hoje no Rio de Janeiro, não tem absolutamente nem uma diferença do apartheid na África do Sul. Não tem nenhuma diferença com a África do Sul, o que está acontecendo hoje aqui. Está avenida Presidente Vargas, com a Candelária construída por negros! com os prédios construídos por negros! com a Central do Brasil construída por negros! com o próprio Ministério do Exército construído por negros! não deixa o negro passar!! Isso o que está acontecendo aqui acontece no emprego, acontece nos prédios, acontece nos hotéis, acontece nos melhores restaurantes! O apartheid brasileiro está cada vez ficando mais claro! Está cada vez mais ficando violento! É uma grande violência quando nos cem anos da Lei Áurea, o que acontece? O racismo não nos deixa passar! Mas nós vamos empurrando com a nossa chama de verdade, com nossa força, com nossa raça. Vamos nos organizar para a caminhada!”.<sup>350</sup>

A Marcha é iniciada. A figura de Zumbi de Palmares aproxima-se do Pantheon de Caxias ao longo da avenida através da sua figuração na principal faixa do protesto que está estendida na frente do carro de som contendo acima os dizeres “Valeu Zumbi 1688” e abaixo “1988 Vamos Mudar”. A multidão o reverencia: ““Rei, rei, rei, Zumbi é o nosso rei...”” juntamente ao canto de sambas-enredo da Mangueira e da Vila Isabel, ritmos e danças afro-brasileiras.<sup>351</sup> Andamos cerca de quatrocentos metros e, bem em frente à Praça Onze, as Forças Armadas e a PM estão bloqueando a rua, estando fortemente armados e esperando o avançar da Marcha.

---

<sup>349</sup> Retirado do ACERVO CULTNE. Marcha de 88 – Reflexão 125 anos. Produção: Enugbarijô Comunicações. Reedição: Filó Filho. *YouTube*.

<sup>350</sup> Retirado do ACERVO CULTNE. Marcha de 88 – Reflexão 125 anos. Produção: Enugbarijô Comunicações. Reedição: Filó Filho. *YouTube*.

<sup>351</sup> *Ibid.*



FIGURA 2: Marcha contra a Farsa da Abolição. Autoria: Januário Garcia. Acervo: Gelédes/Cultne.

Em frente ao Pantheon de Caxias, Amauri Pereira, membro fundador do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e uma das lideranças da Marcha, protesta, em frente ao batalhão de choque da polícia militar. “Foi deliberado por assembleias massivas, nossas assembleias foram sempre realizadas no subúrbio e na baixada fluminense, dessa sua liberação foi que a marcha passasse pacificamente pela avenida Presidente Vargas até a Central do Brasil. Isso foi deliberado por assembleias constituídas por mais de 200 companheiros, assembleias de organização nos subúrbios e na baixada fluminense mobilizadas pelos comitês do movimento negro que organizaram essa marcha. Nesse momento nos vemos barrados pela força policial, estamos sentindo que esse é o limite imposto pelo racismo aos negros brasileiros. O que fazemos? O que fazemos? Sabemos que esse racismo é capaz de nos eliminar! Sabemos que o racismo é capaz de nos eliminar! Isso tem sido feito individualmente. Nesse momento é necessário frisar que agora quando estamos organizados, não podemos mesmo assim determinar nossos caminhos. Agora estamos organizados nas favelas, em todo lugar que o negro é massacrado. Se diz que se mata negro porque são marginais, porque não tem reflexão, porque não tem consciência, aqui, por que querem nos oprimir? Essa é a pergunta que o comando da marcha deixa: por que aqui querem nos oprimir? Nós que sabemos que nossa marcha deve ser pacífica. Isso é uma humilhação que o mundo inteiro tem que ver. Mas nós somos responsáveis, nós somos responsáveis! Perante a essa força policial, teremos que reforçar muito mais as nossas forças, ainda não é hora dessa confrontação!”<sup>352</sup>

<sup>352</sup> Retirado do ACERVO CULTNE. Marcha de 88 – Reflexão 125 anos. Produção: Enugbarijô Comunicações. Reedição: Filó Filho. *YouTube*.



FIGURA 3: Forças militares impedem a passagem da Marcha. Foto: Januário Garcia/ Acervo JG.

No dia seguinte, os jornais da imprensa carioca estampam as fotos da Marcha em suas capas e buscam explicar o motivo da enorme presença repressiva no centro da cidade. Destinando a maior parte do espaço da capa, a Tribuna da Imprensa estampa fotos da PM carioca e da faixa de Zumbi carregada pela Marcha, reportando que: “A informação de que os idealizadores da “Marcha contra a farsa da abolição” tomariam simbolicamente o Pantheon de Duque de Caxias, em frente à sede do Comando Militar do Leste na Presidente Vargas, foi o suficiente para que o Exército colocasse suas tropas na rua, acionando as da PM e mostrasse a cor do racismo. Mais de 210 homens, além de tanques desfilando pela Avenida Brasil, na pista de descida ao centro da cidade, assustaram o carioca. Em nota oficial emitida pelo Comando Militar Leste a justificativa para o aparato foi a de garantir a integridade física das instalações militares da localidade e do Pantheon, onde repousam as cinzas do Patrono do Exército que, no sentido literal da palavra, ocupou as calçadas da principal avenida do centro com uniformes de choque e baionetas”<sup>353</sup>.

A integridade da nota emitida pelo Comando Militar Leste ainda na noite do dia 11 de maio foi publicada no Jornal O Globo:

A respeito do desvio do itinerário inicialmente programado pelos organizadores da pretensa passeata comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura, a realizar-se nesta data, a qual sairia da Candelária para a Praça Onze, com parada prevista no Pantheon, onde repousavam os restos mortais do Patrono do Exército Brasileiro, Duque de Caxias, e alterado para as Ruas Tomé de Souza, República de Líbano,

<sup>353</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Exército mostra a cor do racismo. *Geral*, 12 de maio de 1988, p. 8.

Visconde do Rio Branco, Frei Caneca, Santana e Praça Onze, o Comando Militar do Leste informa que:

- a) Tal providência teve origem em informações confirmadas da intenção descabida de ativistas em utilizarem-se das comemorações do Centenário da Abolição para tumultuar a tranquilidade da Cidade do Rio de Janeiro;
- b) As medidas adotadas, em cooperação com a Polícia Militar do Rio de Janeiro e com a Polícia Civil, visam a impedir que, no bojo de pretensas passeatas, sejam feitas ofensas de qualquer natureza a vulto histórico de reconhecido respeito e até veneração pela nossa gente;
- c) Manifestações dessa natureza, de objetivos bem conhecidos e até inconfessáveis, tentam, de maneira grosseira, mudar fatos reais sem que estejam escudados com qualquer dado histórico-científico e sim apenas em malas-verdades e omissões, divulgando para o povo deturpações com propósitos impatrióticos de criar antagonismos e até ódios entre irmãos de qualquer raça e cor, que um dia, ombro a ombro, irmanados pelos mesmos ideais, formaram e consolidaram a nacionalidade.<sup>354</sup>

Já o Jornal do Brasil destaca o clima de desorientação e confusão que tomou a cidade:

Golpe de Estado? Renúncia do presidente Sarney? Intervenção militar no Rio de Janeiro? Depois do meio-dia de ontem, estas dúvidas martelaram as cabeças de quem circulavam pelo Centro da cidade. E não foi à toa. Em defesa do Pantheon onde estão os restos mortais de seu patrono, o Duque de Caxias, que, segundo nota oficial do Comando Militar do Leste, corria o risco de ser desrespeitado durante a Marcha dos Negros conta a Farsa da Abolição, o Exército montou, com 600 homens, o maior aparato repressivo visto na Avenida Presidente Vargas desde o começo do regime civil, em 1985. Nenhum dos organizadores da Marcha sabia explicar de onde o Comando Militar do Leste tirou a informação de que os manifestantes pretendiam fazer alguma coisa contra Caxias: “As atas de nossas reuniões para a organização da passeata mostram que o nome de Caxias jamais foi mencionado”, disse Januário Garcia, presidente do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra e um dos líderes do movimento<sup>355</sup>.

## 2.6.2 HISTORICIDADES NEGRAS

A desmitificação não somente da Abolição, mas também do mito da democracia racial foi e continua sendo o pilar da luta política dos movimentos negros contemporâneos desde os anos 1970. Influenciada pelos acontecimentos internacionais da luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e pelo processo de descolonização na África e na Ásia, uma nova geração de militância negra emergiu na primeira metade dos anos de 1970 através da criação de entidades culturais, jornalísticas e sociais, delineando uma conjuntura política e cultural efervescente que assumira um formato unificado e organizado na criação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 em São Paulo.<sup>356</sup> O MNU foi fundado por meio de um ato público nas escadarias do Teatro Municipal da capital paulista, onde entidades negras de São Paulo e do

<sup>354</sup> O GLOBO. Nota explica mudanças no itinerário da passeata. *Grande Rio*, Quinta-feira, 12 de maio de 1988, p.8.

<sup>355</sup> JORNAL DO BRASIL. Marcha dos negros mobiliza grande aparato militar. *Cidade*, Quinta-feira, 12/05/88, p.14.

<sup>356</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, 2007.

Rio de Janeiro expuseram sua pauta de luta contra a discriminação racial através da leitura da Carta Aberta à População.

Conforme argumenta Domingues, a conjuntura de (re)emergência dos movimentos negros na década de 1970 foi constituída por dois sentidos que se interrelacionaram: um movimento político antirracista desenvolvido por estratégias de luta pela inclusão social do negro e pela superação do racismo e um movimento cultural de construção da identidade racial, de modo a contrapor o ideal do branqueamento propalado pelos discursos oficiais e a exaltação da mestiçagem enraizado no imaginário social.<sup>357</sup> Articulando essas duas dimensões, o MNU consistiu, na avaliação de Gonzalez, “no mais importante salto qualitativo nas lutas da comunidade negra brasileira, na década de setenta”.<sup>358</sup>

Desse modo, a proposição de uma história e cultura do negro deve ser entendida na relação com a postura de denúncia do mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento, uma vez que implica em efeitos no plano simbólico ao determinar a configuração de um modelo contra hegemônico de interpretação e representação da história nacional.<sup>359</sup> Conforme Nilma Lino Gomes:

Ao emergir no cenário nacional e político destacando a especificidade da luta política contra o racismo, o *Movimento Negro* buscou na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro. Assim, a necessidade de negar a história oficial e de contribuir para a construção de uma nova interpretação da trajetória dos negros no Brasil são aspectos que distinguem o Movimento Negro dos demais movimentos sociais e populares da década de 1970.<sup>360</sup>

Por isso, a mobilização pelo MNU da data do Vinte de Novembro a partir do Grupo Cultural Palmares teve por objetivo proposital o deslocamento do “protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos”.<sup>361</sup> Conforme testemunhou Gonzalez, uma das mulheres fundadoras do MNU, o Dia Nacional da Consciência Negra foi estabelecido em Assembleia Nacional no dia 4 de novembro em Salvador.<sup>362</sup> Dessa forma, a partir de 1978, marchas e passeatas foram realizadas anualmente no Vinte de Novembro, atividades em praça pública que foram colocando o tema do racismo e da condição

---

<sup>357</sup> Ibid.

<sup>358</sup> GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.64.

<sup>359</sup> DOMINGUES. Op, cit.

<sup>360</sup> GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.50-51 (grifos meus).

<sup>361</sup> PEREIRA, Amílcar A. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010, 268f. *Tese* (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010, p.99.

<sup>362</sup> GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

social do negro no Brasil no debate público e nacionalizando-o conforme o MNU foi ramificando-se para as demais regiões do país.

Para José Antônio dos Santos, a mobilização de uma história e cultura do afro-brasileiro indicava o desejo do movimento negro em integrar-se à nacionalidade a partir da demanda pelo respeito à diferença cultural e racial da população negra como formadora da nação.<sup>363</sup> A alternativa utilizada pelo MNU, assim, constituiu-se na construção de uma memória coletiva e de uma consciência racial próxima às referências africanas, de modo a contrapor o imaginário da democracia racial calcado no modelo da mestiçagem. Conforme Santos, “mais do que a morada dos ancestrais e dos orixás, a África passou a ser a fonte de inspiração política e intelectual. O mito de origem do negro brasileiro passou a se remeter à África, não mais ao escravismo”.<sup>364</sup>

Entretanto, o modo como se estabeleceu o sentido à herança africana foi motivo de disputa e conflito entre os militantes negros da década de 1970, expressando as tensões entre os objetivos políticos e objetivos culturais das organizações negras. No Rio de Janeiro, essa problemática pautou a rivalidade entre a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Como mostrou Paulina Alberto, a criação do SINBA em 1974 foi resultado da união de jovens negros e negras de classe média, estudantes de universidades federais, que se reuniam para estudar e discutir a história de resistência negra no Brasil no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) ligado à Universidade Cândido Mendes.<sup>365</sup> Adotando uma postura crítica com relação à folclorização e mercantilização da origem africana e de manifestações culturais negras tanto pelo regime militar quanto por demais organizações negras, o Jornal do SIMBA vinculava notícias relacionadas à África contemporânea e as lutas socialistas pela emancipação política dos países africanos, assim como denunciava a segregação socioeconômica, a violência policial e o racismo sofrido pela população negra no Brasil.<sup>366</sup>

Segundo Abreu, o IPCN surgiu de membros dissidentes do SIMBA, os quais tinham o interesse concentrado em temas culturais e acadêmicos.<sup>367</sup> Abreu destaca que enquanto o

---

<sup>363</sup> SANTOS, José Antônio dos. História e Cultura Afro-Brasileira e Movimento Negro. *Momento* (Rio Grande), v. 22, 2013.

<sup>364</sup> Ibid.p.54.

<sup>365</sup> ALBERTO, Paulina Laura. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in twentieth-century Brazil*. North Carolina Press, North Carolina (USA), p. 245-296, 2011.

<sup>366</sup> Ibid.

<sup>367</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SIMBA projetava a relação com a África a partir do interesse na luta contra o apartheid e no tema do afro-marxismo, o IPCN “buscava uma reinterpretação e uma renovação do conhecimento acadêmico sobre o continente, como uma forma de criar bases identitárias mais sólidas que, no futuro, poderiam conduzir a uma luta com maiores possibilidades de sucesso”.<sup>368</sup> Essa perspectiva adotada pelos membros do IPCN é importante de ser destacada pois representou um espaço político e cultural de reinterpretação de fatos históricos brasileiros realizada a partir do amálgama de referências acadêmicas com as experiências de vida dessa juventude negra com o racismo da sociedade brasileira e a escuta de relatos orais transmitidos por antepassados libertos.<sup>369</sup> Nesse sentido, a centralidade da figura de Zumbi dos Palmares conforme proposto pela Grupo Cultural Palmares em Porto Alegre no início da década de 1970 já era referência para o IPCN. Segundo Alberto e Abreu, ainda que testemunhos orais de militantes negros destaquem as rivalidades e divergências entre SINBA e IPCN em meados dos anos 70, as pautas do Vinte de Novembro, a figura histórica de Zumbi dos Palmares e a luta pela incorporação do termo “negro” no Censo populacional de 1980 aglutinou ambas as organizações, de modo que ocorreu a unificação quando membros do SINBA foram convidados a compor a direção do IPCN:

A partir de 1978, depois da fusão, muitos quadros das duas entidades tiveram participação ativa na fundação do MNU, em São Paulo e em outros estados brasileiros, além das atividades típicas do IPCN. *Nos anos de 1980, alguns membros passaram a diversificar sua atuação participando de órgãos estatais e partidos políticos e organizando eventos públicos de protesto, como foi o caso da Marcha contra a Farsa da Abolição de 1988.* SINBA e IPCN fizeram parte da enorme quantidade de movimentos negros surgidos no Brasil a partir dos anos de 1970, sendo considerados os mais destacados em eventos que marcaram esse movimento social no Rio de Janeiro.<sup>370</sup>

Na sua dissertação de mestrado, Abreu aborda a trajetória de idealização da Marcha contra a Farsa da Abolição<sup>371</sup> no interior do IPCN através de entrevistas com militantes negros

<sup>368</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.75.

<sup>369</sup> ALBERTO, Paulina Laura. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in twentieth-century Brazil*. North Carolina Press, North Carolina (USA), p. 245-296, 2011.

<sup>370</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.75. p.79 (grifos meus).

<sup>371</sup> Convém esclarecer ao leitor (a) que o foco nas iniciativas de contra-comemoração organizadas pelo Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) do Rio de Janeiro constitui uma possível abordagem de análise dentre a diversidade de iniciativas construídas por organizações negras, tendo uma ampla possibilidade de estudo dos coletivos de mulheres negras nessa conjuntura dos anos 1980. Nesse sentido, cabe destaque ao projeto nomeado Tribunal Winnie Mandela elaborado pelas mulheres integrantes do Conselho Estadual da Condição Feminina de

da época, mostrando que a sua realização foi o resultado do acúmulo de experiências de militância negra na capital carioca e no subúrbio fluminense em torno da conscientização racial e na luta contra o racismo e a desigualdade. É importante destacar, conforme definiu Aderaldo Gil, um dos organizadores da Marcha e entrevistado por Abreu, que o IPCN na década de 1980 representou o “guarda-chuva institucional” do movimento negro do Rio de Janeiro, isto é, sua sede foi o centro de trânsito e aglutinação de várias organizações e militantes negros e negras<sup>372</sup>. Esse teria sido, portanto, um dos fatores que permitiram a idealização de uma manifestação de massa conformada por milhares de militantes que se comprometeram com a divulgação e organização através dos comitês negros distribuídos no subúrbio fluminense, mobilizando a população através de performances públicas e panfletagem.<sup>373</sup>

Conforme descrito acima, não somente o objetivo de promover uma mobilização massiva foi atingido, como o destacamento policial e militar que buscou intimidar os manifestantes implicou na ampla cobertura midiática do conflito, dando visibilidade ao protesto negro. Na interpretação de Abreu, longe de ser a expressão de um caso isolado, a tensão simbólica entre Duque de Caxias e Zumbi dos Palmares foi o ponto culminante de um longo *processo de antagonismo* entre o discurso da mestiçagem como unidade nacional propalada pelo regime ditatorial e os discursos e representações construídas no interior do movimento negro.<sup>374</sup> Para chegar a essa consideração, Abreu analisou uma ampla documentação de órgãos de informação ligados ao Sistema Nacional de Informação (SNI), demonstrando que não somente as organizações negras foram monitoradas diariamente desde os anos 70, como a Marcha foi objeto de cerca de 20 relatórios de informação em pleno governo civil de José Sarney. Entre os fatores políticos, sociais e culturais que colocaram as organizações negras no alvo do SNI, Abreu destaca a relação de proximidade ideológica com movimentos de esquerda e comunistas, mas sobretudo a preocupação se dirigia à pauta de desmitificação do paradigma da democracia racial e da ideologia da mestiçagem, o que implicava a tematização das mazelas sociais e raciais enfrentadas diariamente pela população negra.<sup>375</sup> Para os militares, os

---

São Paulo (CEFC) que visava a elaboração da análise das consequências da Lei Áurea para a população negra e, especialmente, para as mulheres negras. Ver: SILVA, Tauana Olivia Gomes; WOLFF, Cristina Scheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). *Cadernos Pagu*, v. 55, 2019.

<sup>372</sup> ABREU. Op.cit.,.

<sup>373</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.75.

<sup>374</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.75.

<sup>375</sup> Ibid.

movimentos negros promoviam a discriminação racial no Brasil criando conflitos raciais que inexistiam conforme se percebe na nota emitida pela PM.

A partir da observação da potencialidade dos movimentos negros em desestabilizar a linguagem nacional da democracia racial do regime ditatorial, Abreu pontua que a tensão do dia 11 de maio no Rio de Janeiro condensou esse processo, explicitando a centralidade do antagonismo entre uma “história oficial” e uma “história alternativa”:

*Defende-se que o episódio não deve ser interpretado somente através dos fatos ocorridos no dia 11 de maio de 1988, e a análise feita apontou, com relativa nitidez, que o que se viu foi o ponto culminante de um antagonismo construído ao longo dos anos de 1970 e que permaneceu muito ativo nos anos de 1980, mesmo após o encerramento do regime civil-militar. (...) O período da abertura é, sobretudo, onde se expressam mais fortemente as batalhas pelos bens simbólicos, pois estava claro que o regime falhara em muitos de seus projetos, ao mesmo tempo em que o abrandamento das práticas repressoras foi, gradativamente, permitindo a expressão de memórias e apropriações simbólicas concorrentes pelos movimentos sociais e pela imprensa. (...) A Marcha, no sentido exposto, não foi desviada somente por conta de uma suposta ameaça de vandalismo por parte dos ativistas mais radicais do Movimento Negro. Tratou-se, fundamentalmente, de um confronto quase físico, mas sobretudo simbólico, onde as figuras heroicas abandonaram seus suportes concretos e materializaram-se em formas vivas, para cada qual, defender um projeto de identidade e um projeto de nação.<sup>376</sup>*

Retomando aspectos das cenas descritas acima, evidencia-se que além do seu caráter emancipatório que contestou as políticas de comemoração, a Marcha pode ser entendida como uma manifestação que foi conformada por elementos discursivos e performáticos que introduziram na esfera pública comemorativa determinados conhecimentos identitários, políticos e estéticos comprometidos com o combate ao racismo, a legitimação da identidade negra e a reivindicação de melhores condições de vida.

Divulgado ainda nos primeiros meses de 1988 pela direção nacional do MNU, o manifesto “Centenário da Abolição” foi declarado que:

*Para nós do Movimento Negro Unificado, 13 de maio não é um dia de festa, é o DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO. Denúncia da forma golpista como foi realizada a Abolição da Escravatura, sendo o negro desalojado do processo produtivo da nação, sem trabalho para garantir o seu sustento, sem terra para morar e produzir, sem escolas para garantir a sua educação, enfim, sem condições de realmente se integrar na nova sociedade que surge a partir de 1888. (...) Denunciaremos a situação do negro em toda a história do nosso país, bem como a atual, de como fomos e continuamos sendo escravizados, espezzinhados e dominados”.<sup>377</sup>*

A denúncia do manifesto assumiu concretude na Marcha contra a Farsa da Abolição no Rio de Janeiro, quando a manifestação se utilizou da presença policial para explicitá-lo através

<sup>376</sup> Ibid. pp.97-100 (grifos meus).

<sup>377</sup> Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado: Centenário Da Abolição. Coleção Abolição do Acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ.

do grito em uníssimo “nós vamos até onde o racismo deixar”. Na avaliação de Flavia Rios, os protestos negros no contexto das comemorações do Centenário da Abolição manifestaram o “segundo marco nacional do protesto anti-racista” na história dos movimentos negros contemporâneos, uma vez que conformaram diversas marchas de protesto nas capitais brasileiras.<sup>378</sup> Baseada nos relatos de Lilia Schwarcz que observou etnograficamente a marcha organizada pelo Movimento Negro Unificado em São Paulo, Rios considera que:

a comemoração da abolição teria sido uma espécie de palco em que se encenavam várias narrativas que disputavam um significado legítimo para o centenário. Em pólos opostos, encontravam-se as narrativas do movimento negro e a do Estado. Enquanto a primeira apregoava a falsa abolição; a segunda narrativa queria tornar o 13 de maio uma grande data comemorativa; no entremeio dos eventos, muitas outras interpretações eram construídas. No final de uma das passeatas de São Paulo, ouve-se uma palavra de ordem transcrita por Lilia Schwarcz: “o protesto venceu a comemoração”. Esta foi a interpretação do movimento negro paulista.<sup>379</sup>

A vitória simbólica do protesto negro contra a comemoração significou, como afirmou Abreu, o cumprimento do objetivo de “expor para a sociedade o tema da exclusão dos negros, forçando a discussão sobre os indicativos socioeconômicos, sobre os estereótipos, sobre a discriminação e sobre o racismo”<sup>380</sup> enquanto realidades enfrentadas diariamente pela população negra, sendo não somente efeitos da escravidão como também (re) produzidas pelo regime cívico-militar.

---

<sup>378</sup> RIOS, Flavia. Institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia), 218f. 2009. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

<sup>379</sup> *Ibid.* p.116.

<sup>380</sup> ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. *Dissertação* (Mestre em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p.80.

### 2.6.3 BRASÍLIA (DF), PORTO SEGURO (BA), COROA VERMELHA (BA), ABRIL DE 2000

A atmosfera ufanista verde-amarela difundida pela abundância de slogans dos “500 anos do Brasil” nas propagandas de empresas nos jornais, nos spots televisivos, nas vitrines das livrarias abafa o clima de preocupação em Brasília, onde, Michel Temer, presidente da Câmara de Deputados, aguarda a chegada de representantes indígenas das regiões Norte e Sudeste na rampa do Congresso Nacional.<sup>381</sup> O Relógio dos 500 anos, localizado na Torre da TV, marca em contagem regressiva os nove dias para a comemoração dos V Centenário do Descobrimento do Brasil. É 13 de abril do ano 2000, dia em que povos indígenas de cerca de 20 localidades distintas aportam no Distrito Federal organizados em Caravanas, reunindo cerca de mil e quinhentas pessoas na Praça dos Três Poderes.<sup>382</sup> Na estrada desde o início do mês, homens, mulheres, jovens e idosos indígenas deslocam-se a partir dos estados de Amazonas, Amapá, Acre, Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul enunciando nas praças públicas das localidades em que passavam o objetivo de refazer o caminho da invasão portuguesa no sentido inverso com a finalidade de “retomar o Brasil”.<sup>383</sup>



FIGURA 4: Protesto indígena em Brasília (Fonte: CarlosEduardo/Folhapress)

Os grandes jornais cobriram e relataram a invasão dos “índios” à Brasília no dia seguinte. Reportando a presença de bárbaros na capital federal, a edição do jornal O Globo descreveu as ações dos povos indígenas durante seu cronograma que contou com a presença em sessão extraordinária na Câmara de Deputados e uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>384</sup>. Antes do encontro com a classe política, a notícia descreve a primeira ação dos invasores em Brasília: “Os índios iniciaram sua marcha no Eixo Monumental, por volta das 9h30min, já mostrando que estavam dispostos a radicalizar no protesto, com as

<sup>381</sup> JUNGBLUT, Cristiane; MAIA, Monica Torres. Um dia de índios em Brasília, *O Globo*, O País, 500 anos, Sexta-feira, 14 de abril de 2000, p. 3.

<sup>382</sup> VASCO, K. Caravanas vão sair de todas as regiões. *Jornal Porantim*, Brasília, Jan/Fev - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p.4.

<sup>383</sup> HECK, Egon. Manifestações ocorrem em todo o país. *Jornal Porantim*, Brasília, Abril - 2000, Encarte Brasil Outros 500, p.2

<sup>384</sup> JUNGBLUT, Cristiane; MAIA, Monica Torres. Um dia de índios em Brasília, *O Globo*, O País, 500 anos, Sexta-feira, 14 de abril de 2000, p. 3.

pinturas de guerra, muitos arcos, flechas e lanças. Ao se aproximar do relógio da TV Globo comemorativo dos 500 anos, a marcha parou. Índios ficaram em posição de ataque e atiraram cerca de 15 flechas contra o relógio. Os ponteiros marcavam 10h35min e continuaram rodando. Três índios foram para a parte de trás do relógio e lançaram mais duas flechas”<sup>385</sup>.

Mas a barbárie não terminou na disparada de flechas no relógio dos 500 anos, pois “o momento mais tenso da marcha” é retratado nas capas dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* que estampam fotos do exato momento em que um dos representantes do povo Suruí, driblou a segurança no plenário Nereu Ramos e apontou uma flecha para Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado Federal. Agitando a flecha com a ponta dentada a uma distância de menos de um metro do peito de Antônio Carlos, o índio Henrique Suruí, de Rondônia, cobrou providências para retirar a Polícia Militar da Baía de Coroa Vermelha, na Bahia. E, ainda, em tom exaltado, pediu a demarcação das terras indígenas e a aprovação do Estatuto do Índio pelo legislativo. Sentado ao centro da mesa no palco do auditório Nereu Ramos, Antônio Carlos ficou com o rosto vermelho e reagiu com irritação. Levantou-se e, dedo em riste para o índio, devolveu: - Não aceito isso! Vou falar e vocês vão me ouvir! E exijo respeito!<sup>386</sup>”.



FIGURA 5: ACM reage à ameaça de Suruí. Givaldo Barbosa/Acervo O Globo

Ainda que FHC tenha tentado acordar a realização da festa dos 500 anos em Porto Seguro através da negociação com representantes dos povos Pataxós e líderes da Marcha, o saldo do dia foi a confirmação de que, após a ameaça de flechada em ACM, o presidente da República não visitaria a terra indígena de Coroa Vermelha<sup>387</sup>. Dois dias após o encontro com parlamentares e FHC, as caravanas indígenas chegam ao Monte Pascoal, no extremo sul do litoral baiano. A região havia sido ocupada pelos povos Pataxós e Pataxós Hã Hã em 1999, tornando-se o ponto de encontro e das primeiras reuniões entre as delegações indígenas que haviam protestado em Brasília com as Caravanas do Sul e Sudeste. No dia 17 de abril as

<sup>385</sup> JUNGBLUT, Cristiane; MAIA, Monica Torres. Um dia de índios em Brasília, *O Globo*, O País, 500 anos, Sexta-feira, 14 de abril de 2000, p. 3.

<sup>386</sup> Idem.

<sup>387</sup> FRANCO, I. MALA, M, T. LINS, L. FH não vai mais inaugurar monumento. *O Globo*, quarta-feira, 12 de abril de 2000. Caderno O País, p.10.

delegações reunidas no Monte Pascoal encontraram a Caravana do Nordeste que contava com cerca de 500 representantes, dando início à Conferência Nacional Indígena no território dos Pataxós, o que correspondeu a uma reunião de cerca de 3.600 representantes de comunidades durante quatro dias.<sup>388</sup>

Ao ser entrevistado durante a Conferência por repórteres locais e de órgãos indigenistas, Aurivan Truká, representante do povo Truká, habitantes da Ilha da Assunção no rio São Francisco, sintetiza os objetivos do encontro nacional indígena: “essa conferência, não só nós do povo Truká, mas como todos os 232 povos indígenas do país vem através dela criar uma nova política indigenista diferente dessa atual do governo que está aí. Que a gente vê que mesmo nesses 500 anos que o governo está preocupado com tanta comemoração, as nações indígenas desse país continuam sofrendo massacres, continuam sofrendo perseguições. Nossas crianças que têm nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal educação diferenciada, isso não é cumprido. Temos a saúde também que não é cumprida. Então, através dessa conferência, a gente vem pra cá não simplesmente como ato de repúdio aos 500 anos, mas dessa conferência a gente quer tirar uma política que garanta que o que está na Constituição não fique somente no papel, mas que passe a ser prática e que garanta a não só o povo indígena desse país, mas como aos negros e movimentos populares, aos sem-terra e sem-teto, o direito e a dignidade de viver nesse país”.<sup>389</sup>

No entanto, os povos indígenas foram impedidos de se aproximar da festa nacional. Na manhã do dia da efeméride, centenas de policiais militares aguardavam, na estrada que liga Santa Cruz Cabrália à Porto Seguro na Bahia, o avançar da Marcha de milhares de indígenas que portavam faixas, arcos e flechas e entoavam cantigas e danças pertencentes as mais variadas comunidades do Brasil. Quando a manifestação - que também era composta por manifestantes do Movimento Negro e de movimentos estudantis – atingiu o oitavo quilômetro da rodovia, bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha barraram o andamento da Marcha<sup>390</sup>. Em meio à repressão da Polícia Militar da Bahia, a reação de Gildo Terena, 18 anos, da tribo Terena de Campo Novo do Mato Grosso do Sul, foi capturada por fotógrafos que cobriam a manifestação e estampou a manchete da Folha de S. Paulo no dia seguinte<sup>391</sup>. Terena ajoelhou-se em frente à tropa de choque e com os braços levantados implorou pelo fim do avançar das forças policiais

<sup>388</sup> MALDOS, Paulo. Monte Pascoal: Confraternização entre os povos. *Porantim*, Brasília, DF, ano XXII, n. 225, p. 8, maio 2000. Edição Especial.

<sup>389</sup> Retirado do documentário “Povos Indígenas do Brasil. O Relógio e a Bomba e os Outros 500” (Cirineu Kuhn 2000) – Documentário. Direção: Cireneu Kun, Produção: *Verbo Filmes*. YouTube.

<sup>390</sup> VITA, Marcos. Protesto do Descobrimento deixa 141 detidos na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 2000. Brasil, p. 4.

<sup>391</sup> CAPA. Conflito marca festa dos 500 anos. *Folha de São Paulo*. 23 de abril de 2000.

sobre a marcha, sendo pisoteado pelas botas militares. Ao fim, o saldo da repressão policial na festa de aniversário do Brasil consistiu em sete indígenas feridos e cerca de 140 manifestantes presos.<sup>392</sup>



FIGURA 6 e 7: Polícia Militar reprimi manifestantes/Lula Marques/FolhaPress



FIGURA 8: Índios xavantes são barrados na entrada de Porto Seguro. Domingos Peixoto/As. Globo.

Já no dia 26 de abril, outro jovem indígena, Jerry Adriani de Jesus, Matalawê Pataxó, 24 anos, se referiu à repressão sofrida pela Marcha a partir do palco da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil realizada pelo cardeal Ângelo Sodano, secretário do Vaticano, na Terra Indígena de Coroa Vermelha. Descumprindo o lugar de ouvinte e de figuração do índio, Matalawê aproveitou-se de uma brecha da teatralidade e manifestou-se:

Hoje é um dia que poderia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra. Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito porque essa terra pertence a nós. Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente? Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos dessas terras, que vivem em harmonia com a natureza: Tupi, Xavante, Tapuia, Kaiapó, Pataxó e tantos outros. Séculos depois,

<sup>392</sup> VITA, Marcos. Protesto do Descobrimento deixa 141 detidos na Bahia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 abr. 2000. Brasil, p. 4.

estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões, de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar. São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas diferentes, mas apenas em 500 anos esses 990 povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350 mil. Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturamento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão. Hoje querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do descobrimento. Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo. Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás. Com o nosso sangue comemoraram mais uma vez o descobrimento. Com tudo isso não vão impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase seis mil organizações indígenas em todo o Brasil. Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos. Teremos resultado a médio e longo prazo. A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais dizendo que clama por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis. Pelas agressões aos povos indígenas. Estamos de luto. Até quando? Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração? Nós vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade.<sup>393</sup>



FIGURA 9: Pronunciamento de Matalawê / Antonio Alberguini.

<sup>393</sup> DA REDAÇÃO. Leia abaixo a íntegra do discurso do índio pataxó. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 de abril de 2000, s/p.

## 2.6.4 HISTORICIDADES INDÍGENAS

Para João Mitia Barbosa e Marcelo Gonzalez Fagundes, a emergência de organizações políticas indígenas teve como um dos principais condicionante históricos antecedentes os movimentos de luta pelos Direitos Humanos no âmbito internacional.<sup>394</sup> A Convenção 107 da Organização Internacional do Trabalho ocorrida em 1957 em que se debatia a favor da autonomia e autodeterminação indígena, bem como a Declaração de Barbados ocorrida em 1971 a favor do reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos políticos atuantes favoreceram a formação de um cenário nacional “próprio ao surgimento de movimentos de apoio e a ocorrência de assembleias que colocaram na pauta o tema da representatividade política dos povos indígenas”.<sup>395</sup> Outro fator de influência indicado diz respeito à nova linha pastoral da Igreja Católica no Brasil influenciada pela Teologia da Libertação, aproximando a Igreja das populações indígenas na década de 1970, contexto em que ocorreu a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão que estimulou e apoiou institucional e financeiramente a realização de *assembleias indígenas* com representantes de diversos povos e comunidades do Brasil.

A partir do primeiro encontro que reuniu 17 líderes realizado em 1974, as assembleias não somente representaram espaços de enfrentamento às políticas do regime ditatorial, mas também se constituíram como uma pedra fundamental para a construção de laços de solidariedade nacional entre diferentes povos com trajetórias históricas e culturalmente distintas. Segundo Daniel Munduruku, a reunião de lideranças indígenas na década de 1970 possibilitou que os representantes se deslocassem de uma percepção isolada e local dos problemas da sua comunidade e percebessem que havia problemas e demandas comuns entre as comunidades indígenas do Brasil concentradas principalmente em torno das invasões de terra, precariedade dos serviços de saúde e educação e a reivindicação de demarcação de terras.<sup>396</sup> Em vista disso, a mobilização estratégica da noção de “índio” consistiu no elo que estruturou a construção de uma consciência indígena nacional, isto é, uma identidade indígena cultivada entre as centenas de comunidades indígenas do Brasil.<sup>397</sup> Krenak afirma que a reivindicação da identidade indígena “é afirmar a existência e o direito à existência dos índios

---

<sup>394</sup> BARBOSA, João Mitia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018.

<sup>395</sup> Ibid. p.194.

<sup>396</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

<sup>397</sup> Ibid.

no Brasil”,<sup>398</sup> a partir da qual o Movimento Indígena passou a elaborar um projeto coletivo para estabelecer uma nova relação política e social com o Estado e a sociedade brasileira baseada na afirmação da diferença e diversidade cultural.

Conforme Munduruku:

Era a primeira vez que os povos indígenas podiam propor uma verdadeira política que tinha uma identidade própria, fazendo, inclusive, frente ao pensamento indigenista que predominava à época e que era baseado na incorporação do índio à sociedade nacional através das frentes de trabalho. Dentro dessa visão, os índios eram considerados um estorvo para o desenvolvimento do país, que vivia o boom dos projetos de colonização na região norte.<sup>399</sup>

Em vista desse cenário da década de 1970, Barbosa e Fagundes, afirmam que “a soma desses fatores possibilitou a ascensão de um movimento indígena nacional, exemplificado pela atuação da UNI”.<sup>400</sup> A União das Nações Indígenas (UNI) foi criada no início da década de 1980 coordenadas pelas lideranças de projeção nacional da causa indígena como: Álvaro Tukano, Mário Juruna, Marçal de Souza, Marcos Terena, Ailton Krenak.<sup>401</sup> Tais lideranças foram responsáveis pela construção de alianças com outros segmentos politizados da sociedade civil como os seringueiros, aproximação que originou a “Aliança dos Povos da Floresta”, assim como com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Ademais, concentrados em Brasília e São Paulo, esse grupo de lideranças indígenas influenciou a construção de entidades com o Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo (CTI), a Comissão Pró-Índio de São Paulo, o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI).<sup>402</sup>

Essa unidade dos vários povos em torno de uma organização e suas alianças com a sociedade civil foram fundamentais para a aprovação das demandas políticas, sociais e culturais exigidas durante na Assembleia Nacional Constituinte. Naquele contexto o discurso proferido por Krenak no dia 4 de setembro de 1987 foi um dos marcos do processo de concepção da Carta Magna, ao defender a Emenda Popular enviada pela UNI no plenário da Assembleia, a qual propunha a elaboração do capítulo sobre as populações indígenas. Damiana Jaenisch recupera o contexto do pronunciamento para propor a compreensão do ato protagonista de Krenak para

<sup>398</sup> KRENAK, Ailton. Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir. *Revista Lua Nova*. v. 1, n.4. São Paulo: CEDEC/ Ed. Braziliense, 1985. p.88.

<sup>399</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p.46.

<sup>400</sup> BARBOSA, João Mítia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018, p.194.

<sup>401</sup> *Ibid.*

<sup>402</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

a aprovação dos artigos 231 e 232 na Constituinte como uma *ação performática*.<sup>403</sup> Nesse sentido, demonstra que o discurso, em um primeiro momento, teve a função de pressionar a Assembleia para a aprovação da Emenda Popular, tendo em vista que naquela semana grandes meios de comunicação como o jornal O Estado de São Paulo divulgou acusações difamatórias contra instituições nacionais e internacionais de apoio à causa indígena, denunciando-as como ameaças aos interesses do Brasil.<sup>404</sup> Assim, o discurso de Krenak buscou reverter a conjuntura desfavorável na Assembleia instaladas pelas acusações que buscavam criminalizar os interesses indígenas:

Eu espero não agredir com a minha manifestação o protocolo desta casa. Mas eu acredito que os senhores não poderão ficar omissos, os senhores não terão como ficar alheios a mais essa agressão movida pelo poder econômico, pela ganância, pela ignorância do que significa ser um povo indígena. Povo indígena tem um jeito de pensar, tem um jeito de viver. Tem condições fundamentais para sua existência e para a manifestação da sua tradição, da sua vida e da sua cultura que não coloca em risco e nunca colocaram a existência sequer dos animais que vivem ao redor das áreas indígenas, quanto mais de outros seres humanos. Eu creio que nenhum dos senhores nunca poderia apontar atos, atitudes da gente indígena do Brasil que colocaram em risco seja a vida, seja o patrimônio de qualquer pessoa, de qualquer grupo humano nesse país. E hoje nós somos alvo de uma agressão que pretende atingir na essência a nossa fé, a nossa confiança de que ainda existe dignidade, de que ainda é possível construir uma sociedade que sabe respeitar os mais fracos, que sabe respeitar aqueles que não têm o dinheiro para manter uma campanha incessante de difamação. Que saiba respeitar um povo que sempre viveu à revelia de todas as riquezas. Um povo que habita casas cobertas de palha, que dorme em esteiras no chão, não deve ser identificado de jeito nenhum como um povo que é inimigo dos interesses do Brasil, inimigo dos interesses da nação, e que coloca em risco qualquer desenvolvimento. O povo indígena tem regado com sangue cada hectare dos oito milhões de quilômetros quadrados do Brasil. E os senhores são testemunha disso. Eu agradeço a presidência desta casa, agradeço os senhores e espero não ter agredido com as minhas palavras os sentimentos dos senhores que se encontram nesta casa.<sup>405</sup>

Krenak realizou esse pronunciamento juntamente com o gesto de pintar seu rosto completamente com tinta preta, o que segundo Jaenish, consiste em uma referência à pintura indígena de jenipapo.<sup>406</sup> Essa ação que articulou manifestação política com performance estética frente à ameaça aos interesses da UNI foi fundamental para a aprovação da mudança jurídica do estatuto dos povos indígenas retirando-os da condição de tutela do Estado brasileiro. Ademais, o ato de Krenak possui uma complexidade simbólica e pedagógica que permite sintetizar a luta indígena empreendida desde os anos 70. Segundo Jaenish:

O terno e gravata de cores claras e o discurso bem articulado - familiares e adequados ao contexto em questão - contrasta com o gesto da pintura de seu rosto com tinta preta,

<sup>403</sup> Jaenisch, Damiana Bregalda. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 215-239, jan/jul, 2017.

<sup>404</sup> *Ibid.*

<sup>405</sup> Pronunciamento de Ailton Krenak na Assembleia Nacional Constituinte. Canal Índio Cidadão? – o Filme. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM\\_Q&ab\\_channel=%C3%8DNDIOCIDAD%C3%83O%3F-OFILME](https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&ab_channel=%C3%8DNDIOCIDAD%C3%83O%3F-OFILME). Acesso em: 29 jan. 22.

<sup>406</sup> Jaenisch, Damiana Bregalda. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 215-239, jan/jul, 2017.

causando estranhamento e ruptura com aquele contexto e vinculando-o a *um modo de ser específico*. A fala de Krenak, que descreve a histórica relação dos indígenas com o Estado, a sociedade brasileira e seus territórios, somada a seu gesto - marcador da diferença - condensam a um só tempo as capacidades de resiliência e resistência dos povos indígenas e a demanda que sejam reconhecidos e respeitados na sua condição de sujeitos (lembrando que até a constituição de 1988 eram tutelados pelo estado) e na sua diferença.<sup>407</sup>

Desse modo, para a antropóloga, a ação de Krenak ativou elementos referenciais das práticas culturais indígenas em plena Assembleia Nacional Constituinte não somente através da realização do pronunciamento, mas também como um ritual de passagem, sendo a corporalidade como um meio de produção de conhecimento. Mobilizando referências teóricas dos estudos de performance, Jaenisch argumenta que a ação realizada por Krenak configurou um momento de separação, isto é, estabeleceu a demarcação do lugar de fala indígena enquanto um sujeito ativo e autônomo frente ao Estado brasileiro, rompendo a condição jurídica de tutelado conforme pregava juridicamente o regime ditatorial. Desse modo, o gesto de pintura e o discurso se fundiram, constituindo-se em um conhecimento incorporado que ativa uma identidade e memória coletiva, sendo a liderança indígena naquele momento a representação dos povos indígenas autodeterminados.<sup>408</sup>

A partir desse acontecimento do discurso de Krenak enquanto afirmação da identidade indígena na conjuntura de redemocratização, nos deparamos com a situação que pautou os primeiros anos do Movimento Indígena. Conforme Munduruku: “o desafio de organizar a *memória*, manter a *identidade* em situação de conflito e ordenar um *projeto* que fosse funcional e livre das amarras do desenvolvimento capaz de desestruturar a vida social dos povos indígenas”.<sup>409</sup> A partir dessa chave conceitual baseada em estudos do antropólogo Gilberto Velho, Munduruku ressalta que o processo de produção da identidade indígena coletiva se deu através da luta do Movimento Indígena, representando a soma de memórias e identidades comunitárias forjadas em torno das condições de vida enfrentadas e suas experiências de relações de dominação e subordinação com não-indígenas, órgãos indigenistas e congregações religiosas. A respeito das dimensões identitárias e memoriais considera-se fundamental a atenção às experiências de tempo que conformam a relação dos povos indígenas com o passado, presente e futuro.

---

<sup>407</sup> Jaenisch, Damiana Bregalda. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 215-239, jan/jul, 2017. p.18 (grifos meus).

<sup>408</sup> *Ibid.*

<sup>409</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p.47.

Munduruku nos ensina que a produção de identidade e memória entre os indígenas está diretamente vinculado aos rituais de passagem e práticas de convivência, sendo os cantos, os sonhos e as narrativas orais os meios de transmissão de conhecimento que fundamentam a educação do corpo, da mente e do espírito. Dentre tais dimensões educativas, a forma de dar sentido ao estar no mundo (educação da mente) depende de noções não-ocidentais de passado, presente e futuro, uma vez que a noção de tempo está fundamentada no passado memorial, na ideia de presente como “dádiva” e numa ideia vazia de futuro:

O passado é memorial e o futuro uma especulação que quase não entra na esfera mental dos povos indígenas. Isso serve para refletir como isso se choca frontalmente com a concepção linear, histórica que o Ocidente desenvolveu. Para o indígena o tempo é circular, holístico, de modo que vez ou outra os acontecimentos se encontram sem, no entanto, se chocarem. *O passado e o presente ganham dimensões semelhantes e se auto reforçam mutuamente.* Por isso, o discurso indígena se apossa de elementos aparentemente distantes entre si, mas perfeitamente compreensíveis no contexto em que se encontram. *É a lógica da resignificação dos símbolos que permite às gentes indígenas passearem pelo passado utilizando instrumentos do presente, e vice-versa também.* É o momento em que a memória se atualiza e absorve elementos novos, fazendo com que a cultura se autorresignifique e dê respostas às novas demandas.<sup>410</sup>

Conforme Thamara Rodrigues, esse entendimento implica considerar que memória não somente tem a função de recordação do passado como uma realidade distante, pelo contrário, a memória é uma prática de (re) experiência constante com passado ancestral e fundacional que o atualiza para a reprodução dos sentidos existenciais.<sup>411</sup> Desse modo:

É, pois, através do ato de ouvir histórias, contadas pelos guardiões da memória, que nossa gente educa sua mente, de modo que o indígena vive no corpo aquilo que sua mente elabora pela silenciosa e constante atenção aos símbolos que as histórias nos trazem. O corpo que vive o tempo presente alimenta-se, preenche o vazio, através daquilo que a memória evoca do tempo imemorial. Não é, portanto, uma vida sem sentido, próxima ao reino animal, como queriam os colonizadores de antigamente. Pelo contrário, é uma vivência plena de significações que reverberam pelo corpo. Nossos povos são, portanto, leitores assíduos dos sentidos da existência. Educa-se, portanto, para a compreensão do mundo, tal qual ele nos foi presenteado pelos espíritos ancestrais. Educa-se para viver esta verdade que, para nossa gente, é plena e nos mostra o caminho do bem-estar, da alegria, da liberdade e do sentido.<sup>412</sup>

Atentar para dimensão holística e cíclica que fundamenta a experiência de tempo dos povos indígenas implica em uma relativização parcial da estrutura tripartite e segmentada entre passado, presente e futuro da temporalidade moderna ocidental, ainda que considere ser importante compreender que não há nessa experiência uma negação das três ordens de tempo,

<sup>410</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p.70 (grifos meus).

<sup>411</sup> RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa. *Revista de Teoria da História*, v. 23, p. 156-177, 2020.

<sup>412</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p.71.

mas sim a diferença repousa nos seus sentidos e principalmente na ausência da demarcação da distância entre passado e presente característica da temporalidade moderna. Essa relação com o tempo permite o *passeio* pelo passado conforme apontou Munduruku, servindo justamente para as necessidades existenciais do presente, já que “existe uma memória puxando o sentido das coisas, relacionando o sentido dessa fundação do mundo com a vida, com o comportamento nosso, com aquilo que pode ser entendido como o jeito de viver”.<sup>413</sup>

Como afirma Clóvis Brighenti, “a identidade se constrói e se desconstrói de acordo com o contexto, ou seja, está em permanente movimento. E foi a construção da identidade indígena que possibilitou ao movimento indígena avançar na conquista das terras na luta por direitos”.<sup>414</sup> Embora demarque-se o seu caráter coletivo, cabe enfatizar que não há um consenso em torno da definição do movimento indígena enquanto uma unidade, justamente pelos povos indígenas serem diversos tanto em sua dimensão étnica quanto organizativa. Conforme Poliene Bicalho afirma que:

Em princípio, não é conveniente pensar o MIB como um todo homogêneo, pois se trata de uma realidade na qual convivem mais de duzentos povos com especificidades linguísticas, culturais, religiosas e organizacionais. Trata-se de um Movimento fragmentado no sentido de que estes povos estão espalhados pelos quatro cantos do território nacional - embora a maioria esteja concentrada na região amazônica, onde “vivem aproximadamente 60% da população indígena do país” -, com especificidades socioculturais próprias e sob condições de sobrevivência diversas. Nem no sentido sociocultural, nem no sentido de demandas desse Movimento, é cabível qualquer ideia de homogeneidade.<sup>415</sup>

Não obstante a diversidade que marca a existência indígena no Brasil, a enunciação da identidade coletiva foi fundamental nas últimas décadas para a contraposição à identidade e memória nacional brasileira fundada na narrativa do descobrimento. Conforme afirma Krenak,

para o governo, para todos os governos que se sucederam através da história deste país, o problema está resolvido: *ignora-se o direito à existência dos índios*. A própria imagem que nos é passada na escola conta a seguinte história: “quando Cabral chegou, o Brasil era habitado por índios”. Aí, fecha rápido a cortina e pronto: “não há mais índios!”. Acontece que há. O Estado prefere continuar ignorando o direito à existência de índios no Brasil, mas eles começam a se fazer representar junto às instituições.<sup>416</sup>

Tal afirmação enunciada na conjuntura de transição política na década de 1980 demonstra como a deslegitimação da história oficial e principalmente o mito de fundação do

<sup>413</sup> KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Tempo e História*. SP: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

<sup>414</sup> BRIGHENTI, Clovis Antônio. Movimento Indígena no Brasil. In: Wittmann, Luisa Tombini (org.) *Ensino (d)e História Indígena*. Brasil, Autêntica Editora, 2015, p.168.

<sup>415</sup> BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). 2010, 468f. *Tese*. (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Brasília, 2010, p.252.

<sup>416</sup> KRENAK, Ailton. Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir. *Revista Lua Nova*. v. 1, n.4. São Paulo: CEDEC/ Ed. Braziliense, 1985, p.88 (grifo meu).

Brasil foi essencial para a luta indígena e a enunciação da legitimação da identidade indígena, o que concretamente ficou manifestado no contexto das comemorações do V Centenário do Descobrimento.

A mobilização do protesto indígena no contexto dos 500 anos do Brasil refletiu a dinâmica organizacional assumida ao longo dos anos de 1990 pelo Movimento Indígena, a qual se reestruturou frente à mudança de realidade para os povos indígenas a partir da aprovação da Constituição de 1988. Conforme Munduruku, o caráter nacional da UNI representada por lideranças das comunidades indígenas ao longo da década de 1980 deslocou-se para uma dimensão regionalizada, já que a partir do novo marco constitucional as demandas regionais e locais tornaram-se privilegiadas.<sup>417</sup> Nesse sentido, a UNI foi diluída, sendo formado o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas Brasileiras (CAPOIB), ainda que organizações de caráter regionalizado como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) detinham grande autonomia. Foram essas organizações indígenas que tiveram o papel de protagonismo na idealização da Marcha e Conferência Indígena, juntamente com o apoio histórico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), iniciativas que se mesclaram com a agenda do Movimento Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular.<sup>418</sup>

Farias realizou um trabalho primoroso de reconstituição detalhada dos eventos de concepção da Conferência Nacional Indígena e da Marcha Indígena, mostrando como as organizações indígenas estiveram na gênese do Movimento Brasil Outros 500, sendo, portanto, difícil a dissociação entre este e o Movimento Indígena brasileiro.<sup>419</sup> Conforme traçou o historiador, o primeiro movimento coletivo de estabelecimento do projeto de marcação do posicionamento contrário aos sentidos oficiais do V Centenário do Descobrimento do Brasil foi realizado na VI Assembleia Geral da COIAB em maio de 1998, na qual foram estabelecidos os objetivos de “organizar um encontro de lideranças indígenas, conjuntamente com o CAPOIB no estado da Bahia (Porto Seguro), primeiro local de desembarque dos colonizadores”, “elaborar diversos materiais de informação que revelam a verdadeira história dos povos indígenas e de sua luta” e “ articular-se para a efetiva conclusão do processo de demarcação dos territórios indígenas”.<sup>420</sup>

---

<sup>417</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

<sup>418</sup> Ibid.

<sup>419</sup> FARIAS, Lucas da Mota. *Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000)*. 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

<sup>420</sup> Ibid.

Transcorridos apenas alguns meses desse evento, as organizações indígenas estabeleceram uma prática já observada desde a década de 1980, isto é, o arranjo de alianças com entidades e organizações sociais, sendo realizada a primeira reunião da Campanha Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Farias demonstra que entre os anos de 1998 e 1999, a pauta da campanha foi sendo constituída em torno dos lemas “Outros 500” e “Resistência Indígena, Negra e Popular” que buscava demarcar não somente o repúdio às comemorações oficiais, mas também continha “contornos políticos, propositivos e reivindicatórios, pautadas no respeito à diversidade, diante de um governo neoliberal”.<sup>421</sup> Assim, com a proximidade do ano 2000, o amplo leque de movimentos sociais de esquerda aglutinou-se em torno do lema dos “Outros 500”, congregando a participação de: setores progressistas da Igreja Católica, organizações indígenas, movimentos negros e movimentos de mulheres negras, movimentos camponeses, movimentos sindicais, movimentos anarquistas e anarcopunks, partidos políticos, movimento estudantil e associações e grupos vinculados às universidades.<sup>422</sup>

Divergências ideológicas e políticas com relação à condução das iniciativas levaram à fragmentação das atividades que, conforme Farias, dividiram-se em três eixos: a Marcha e Conferência Nacional Indígena, o Abril Vermelho do MST e o Acampamento Quilombo dos Palmares.<sup>423</sup> Todas essas atividades foram programadas para acontecer na semana do dia Vinte Dois de Abril na Bahia, de modo a realizar-se a marcha unificada, a qual não sucedeu devido a repressão policial e militar conforme descrito. Ainda que peça central desse movimento unificado, as organizações indígenas articuladas nacionalmente através da CAPOIB e demais organizações regionais, realizaram eventos e manifestações autônomas de protesto e lançamento de manifestos. Portanto, foi no bojo de uma ampla mobilização nacional que a Marcha e a Conferência Indígena foram concebidas enquanto práticas e espaços de produção de memória e afirmação identitária subsumidas na pauta política crítica ao governo FHC. Pode-se observar esse processo no Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil “O Brasil que a gente quer são Outros 500” lançado no dia 21 de abril de 2000 em Coroa Vermelha:

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos. Somos mais de 3.000

---

<sup>421</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018. p.75.

<sup>422</sup> Ibid.

<sup>423</sup> Ibid.

representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e poder. Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas. Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indigna. Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência. Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular. (...) Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos em direção ao futuro. *Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500".* A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo dos cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

A partir desse manifesto final da Conferência pode-se destacar os componentes da crítica do Movimento Indígena e sua contribuição para a formação de uma mobilização nacional ampla entre diversos segmentos sociais a partir do desvelamento do apagamento dos “massacres, violências, genocídios, escravizações e repressões que marcaram a trajetória brasileiras, mas também sobre as resistências e lutas históricas, os agenciamentos e projetos de vida alternativos promovidos pelos povos indígenas, populações negras e camadas populares”.<sup>424</sup> Portanto, o passado de genocídio, escravidão e etnocídio e seus efeitos presentes como racismo, discriminação, marginalização e desigualdade constituíram a base comum para a enunciação de uma aliança coletiva, de modo que a construção da memória de resistência funciona enquanto: “instrumento político e cultural, capaz de fortalecer uma identidade coletiva com um projeto político de transformação social, fundado em ideias de democracia, cidadania e pluralidade étnica e cultural”.<sup>425</sup>

Nesse sentido dialogamos com Eduardo Viveiros de Castro, o qual afirma que a luta indígena na Nova República não se limita a uma dimensão de recuperação de uma

<sup>424</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

<sup>425</sup> *Ibid.*, p.133.

memória de resistência, mas também na afirmação da indianidade como um projeto de futuro que, por sua vez, não significa o desejo de inclusão na lógica do Estado-Nação.<sup>426</sup> À vista disso, cabe mencionar o texto fundamental de Ailton Krenak “O eterno retorno do encontro” publicado em 1999. Krenak reivindica a necessidade de compreender que o encontro dos povos do Ocidente e a cultura do continente americano expôs a diferença “própria de cada cultura e de cada povo”<sup>427</sup>, sendo que a partir das narrativas do seu povo e dos seus parentes, os Yanomami, o fato de que os brancos - Kraí para os primeiros e Napë para os segundos:

(...) sempre aparecem nas nossas narrativas marcando um lugar de oposição constante no mundo inteiro, mostrando a diferença e apontando aspectos fundadores da identidade própria de cada uma das nossas tradições, das nossas culturas, nos mostrando a necessidade de cada um de nós reconhecer a diferença que existe, diferença original, de que cada povo, cada tradição e cada cultura é portadora, é herdeira. Só quando conseguirmos reconhecer essa diferença não como defeito, nem como oposição, mas como diferença da natureza própria de cada cultura e de cada povo, só assim podemos avançar um pouco o nosso reconhecimento do outro e estabelecer uma convivência mais verdadeira entre nós.<sup>428</sup>

Em vista disso, entende-se que os sentidos das experiências indígenas de subalternização e dominação se articulam como a produção de uma memória coletiva emancipatória como reivindica Krenak a fim de se construir uma narrativa crítica sobre a realidade coletiva dos povos indígenas no Brasil em relação aos processos e estruturas de dominação.

## 2.7 TEMPO, MEMÓRIA E POLÍTICA

A intenção até aqui consistiu em destacar os processos de constituição das identidades negras e indígenas elaboradas através de protestos públicos e manifestações discursivas dos movimentos negros e indígenas, focalizando em um elemento chave que ambos compartilham em sua pauta de luta: a construção e enunciação de um discurso de memória que vincula uma determinada interpretação histórica para denunciar a condição subalternizada de negros e indígenas no Brasil do final do século XX. Em vista disso, entende-se que a Marcha contra a Farsa da Abolição de 11 de maio de 1988 no Rio de Janeiro e a Marcha e Conferência Indígena ocorridas em abril de 2000 consistiram em ações performáticas pedagógicas em que os gritos de protesto, as danças e cânticos afro-indígenas e as narrativas históricas que produziram as

---

<sup>426</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro concedida à Pádua Fernandes. *Prisma Jur.*, São Paulo, v.10, n°2, p.257-268, jul./dez. 2011.

<sup>427</sup> O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.24.

<sup>428</sup> Ibid.p.24-25.

marchas compõe a trajetória da luta contemporânea pela reeducação histórica da sociedade brasileira, do Estado nacional e da universidade. Se o MNU buscou desvelar o racismo encoberto pelos discursos nacionais reproduzidos em torno da comemoração do Centenário da Abolição, a Marcha Indígena percorreu o território brasileiro enunciando a identidade indígena, a partir da qual centenas de representantes e lideranças buscaram cobrar seus direitos em Brasília e na Bahia enquanto cidadãos brasileiros, desfazendo as imagens de incivilidade e atraso que interdita a nacionalidade e a cidadania aos povos indígenas.

Portanto, proponho ir além da constatação das dimensões inventadas das identidades e memórias negras e indígenas e *observar o valor epistemológico das narrativas históricas mobilizados pelos movimentos negros e indígenas*, de modo que suas emergências durante a conjuntura de redemocratização são compreendidas como a expressão da luta social pela democratização dos espaços de produção de narrativas e representações do passado na sociedade brasileira. Essa concepção da memória enquanto um lugar de enunciação crítico sobre o mundo em que o passado é constantemente atualizado para (re)criar narrativas sobre o presente e embasar projetos de futuros se relacionados com a noção de memória coletiva apresentada por Catherine Walsh. A partir da proposição da perspectiva das *pedagogias da decolonialidade*, pode-se pensar os protestos negros e indígenas como práticas pedagógicas que questionam e desafiam a razão única ocidental e o poder colonial pois “abrem caminhos e condições radicalmente “outras” de pensamento através da enunciação da memória coletiva entendida como “um espaço entre outros onde se entretete na prática mesma o pedagógico e o decolonial”.<sup>429</sup> Em vista disso, pode-se estender a compreensão dos cenários comemorativos nacionais menos como uma arena de disputa pela fixação de novos sentidos e interpretações do passado do que prismas que expressam a condensação da tensão entre lugares assimétricos de enunciação de narrativas e modos de estabelecer relação com o passado que são condicionados pela linguagem nacional do Estado-Nação.

Para desenvolver essa perspectiva diálogo com os trabalhos de Gomes<sup>430</sup> e Munduruku<sup>431</sup>, uma vez que tais pesquisadores partem do pressuposto de que os movimentos negros e indígenas contemporâneos surgidos nos anos 1970 constituem-se como *sujeitos coletivos de conhecimento* que reelaboraram a interpretação da trajetória histórica de negros e

---

<sup>429</sup> WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya Yala. Equador, 2017. (introdução do volume I), p.28.

<sup>430</sup> GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

<sup>431</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

povos indígenas a partir da chave da memória e identidade coletiva calcadas na premissa da politização da diferença étnico-racial brasileira. Nesse sentido, os pesquisadores chamam a atenção para o caráter educativo, democrático e emancipatório subsumidos nas lutas negras e indígenas manifestadas nas suas diversas práticas, discursos, mobilizações, performances e manifestações públicas.

Como considera Gomes, o movimento negro no Brasil constitui um ator político e coletivo conformado por um conjunto diverso de entidades e grupos políticos e culturais que historicamente “atua como um educador que educa o Estado, a sociedade, a educação e reeduca a si mesmo no trato da questão racial” a partir da politização emancipatória da noção de raça que permite a mobilização de identidades, ancestralidades e saberes. Já Munduruku observa que a mobilização e politização do termo “índio” por lideranças indígenas na década de 1970 representou o “processo de apoderamento do mecanismo ou instrumento teórico ocidental”, possibilitando a construção de uma consciência nacional pan-indígena entre a multiplicidade de povos das cinco regiões do Brasil. Em torno desse processo, um projeto educativo foi sendo gestado pelo Movimento Indígena brasileiro apontando para duas direções: “a da formação de quadros para sua continuidade e a da formação da sociedade brasileira para a existência dos diferentes povos indígenas brasileiro”.<sup>432</sup>

Como destaca Boaventura de Sousa Santos no prefácio do livro de Santos, a consideração do valor epistemológico do conhecimento produzidos pelos movimentos sociais representa a valorização do “conhecimento nascido na luta”:

À medida que se consolida, esse conhecimento transforma a própria percepção e representação sociais a respeito dos temas e problemas que motivam as lutas. Contribui de forma decisiva para legitimar e fortalecer as lutas ao permitir aos movimentos sociais construir argumentos novos para sustentar as suas reivindicações, conhecimento próprio capaz de enfrentar, contrapor ou dialogar com o conhecimento convencional, crítico ou não, construído sobre os movimentos e suas lutas. A diferença fundamental entre o conhecimento nascido nas lutas e o conhecimento elaborado a respeito delas é que o primeiro é um *conhecer-com*, enquanto o segundo é um *conhecer-sobre*.<sup>433</sup>

Assim, os estudiosos brasileiros destacam que os movimentos negros e indígenas contemporâneos são os responsáveis por pautar os temas do racismo, discriminação e desigualdade étnico-racial e marginalização social na sociedade brasileira, objetivando a desconstrução das imagens e estereótipos de negros e indígenas enquanto grupos inferiores construídos pelo Estado-Nação e o pensamento social brasileiro durante principalmente o

<sup>432</sup> MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012, p.50.

<sup>433</sup> SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. Prefácio. In: GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p.9-10.

período republicano a partir das teses e políticas institucionais baseadas nos paradigmas de assimilação e tutela, branqueamento e democracia racial. Portanto, Gomes e Munduruku entendem os movimentos negros e indígenas como espaços educativos e políticos, onde se produzem saberes emancipatórios compromissados com uma educação das relações étnico-raciais. Desse modo, evidenciam que os coletivos negros e indígenas não somente expressaram a emergência de novos atores políticos na esfera pública brasileiras, mas representaram a construção e inserção de novas interpretações e conceitos sobre questões históricas e sociais da sociedade brasileira. Por fim, a construção e a enunciação de identidades e memórias negras e indígenas apontam para a educação antirracista em que a alteridade não representa um valor de hierarquia, mas sim de edificação da coexistência de modos de vida e tradições culturais distintas.

Esse valor ético-político emancipatório compõe a enunciação do posicionamento crítico nos cenários de comemoração que age enquanto um ato de “torsão a História” tal como narrada pelo Estado-Nação, sua linguagem comemorativa e a retórica da nacionalidade.<sup>434</sup> A enunciação da experiência subalterna, desse modo, implicaria na deslegitimação da política de tempo moderna das comemorações que, baseada na linearidade e progressividade temporal, figura a imagem nacional do progresso e da integração nacional. Nesse sentido, “a memória do subalterno se instala na linguagem da autoridade e fala desde ali”<sup>435</sup> por meio da construção de um relato baseado no *proceso de pérdida* que se conforma em três movimentos:

por um lado falar desde dentro da historia-tempo (nação, progresso e capital), mas inaugurando *uma versão ordenadora diferente do acontecimento* (a postura de um tempo afetado pela *história-experiencia*, explicado por ela). Por outro, *mostrar as formas de continuidade como marca do ordenamento colonial no presente*. Por último, *produzir uma torsão na linguagem da História*, cancelando a autoridade do termo e dismantelando os processos de criação e reprodução da diferença e inequidade. *Habitar as histórias nacionais, pretender usá-las, mostrar que a continuidade está na hierarquização de sujeitos, unidades políticas e trajetórias temporais, e no constante deslocamento o de sujeitos e experiencias.*<sup>436</sup>

O conjunto de protestos e manifestos analisados produziram essa torsão da linguagem da História que nos fala Rufer através da ocupação do espaço-tempo comemorativo realizada pela enunciação de uma narrativa histórica crítica que não foi somente narrada e escrita, mas também performatizada por meio da presença dos corpos indígenas e negros nas estradas e avenidas do Brasil. No caso do Centenário, a própria nota do Comando Militar do Leste indicou preocupação com a deslegitimação da história oficial protagonizada por “ativistas” que visavam

---

<sup>434</sup> RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc/Bogotá* (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

<sup>435</sup> *Ibid.* p.28.

<sup>436</sup> *Ibid.* p.29 (grifos meus).

“mudar fatos reais sem que estejam escudados com qualquer dado histórico-científico e sim apenas em malas-verdades e omissões, divulgando para o povo deturpações com propósitos impatrióticos de criar antagonismos e até ódios entre irmãos de qualquer raça e cor”. No contexto do V Centenário, a ocupação do espaço-tempo comemorativo se apresenta ainda mais concreto não somente com a Marcha e a Conferência Indígena realizados no litoral baiano, mas principalmente com o discurso de Matalawe na Missa dos 500 anos, cuja fala/performance consistiu em um “contraponto, um outro marco, certamente inaugural, quando, ao invés de permitir ao sacerdote regrar o uso da palavra no evento da missa; simbolicamente, os pataxós colocam-se no centro do altar, tomam sob seu controle o ritual, fazem o sacerdote e os seus convidados, entre perplexos e constrangidos, ouvi-los”.<sup>437</sup> Contudo, considera-se que a observação da “torsão da História” é uma parte do elemento da crítica contra comemorativa, pois sua potencialidade está justamente em denunciar não somente os efeitos da colonização e da escravidão, mas explicitar o papel tanto dos regimes autoritários quanto das democracias republicanas liberais na manutenção das estruturas e práticas de discriminação, hierarquização e violência historicamente sofridos por negros e povos indígenas no Brasil.

Conforme Rufer, a dimensão política da memória está mais próxima de um uso político estratégico do passado enquanto uma ocasião para a luta política do presente do que uma disputa pela fixação de uma determinada visão do passado.<sup>438</sup> Enunciar a continuidade entre passado e presente, portanto, apresenta-se como elemento que constitui a temporalidade das intervenções dos movimentos negros e indígenas que, não obstante suas particularidades, exigem o fim da discriminação e da violência policial, a igualdade de acesso à universidade e aos postos superiores de trabalho, políticas públicas para a educação negra e indígena idealizadas por representantes dos movimentos. Nesse sentido, considera-se que a observação das consignas “A Farsa da Abolição” e “Os povos indígenas retomam o Brasil” não somente manifestam os sentidos da memória subalterna, como também representam uma determina politização do tempo que busca expor a continuidade histórica.

Isso nos direciona novamente para a questão da experiência de tempo contemporânea pós-Guerra Fria no sentido de observar de que modo os diagnósticos como o presentismo apreendem a conjuntura político e social brasileira das últimas décadas. Para tanto, diálogo aqui com a leitura crítica de Luisa Rauter Pereira em torno não somente da hipótese do presentismo

---

<sup>437</sup> CESAR, América Lúcia Silva. Lições de Abril: Construção de Autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. 2002, 217 f. *Tese* (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p.42.

<sup>438</sup> RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc/Bogotá* (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

como também de demais diagnósticos da experiência temporal contemporânea como do “presente amplo”, da “hiperaceleração da vida e compreensão do espaço tempo” e da “crise da política como capacidade de ação coletiva planejada”, as quais apontam para os fenômenos de “despolitização” da ação humana e de “destemporalização” da experiência coletiva a partir dos anos 80.<sup>439</sup> Atenta aos atos ético-políticos que constroem os sentidos ao tempo histórico, Pereira se afasta das dimensões universalizantes de tais diagnósticos que tomam o tempo enquanto uma experiência coletiva compartilhada e aponta para a necessidade de observar os fenômenos de disputa pela politização do tempo histórico. Esse enfoque implica, por um lado, a consideração de que antes do presentismo refletir uma nova experiência temporal coletiva deve-se compreendê-lo enquanto diagnóstico que descreve uma “ação performática de ordenamento temporal fruto, em grande medida, da estabilização de um certo projeto de mundo vencedor: o capitalismo neoliberal e a liberal democracia”. Para Pereira, as características e indícios políticos, sociais e culturais usados por Hartog para compor a hipótese do regime de historicidade presentista são indesejáveis da experiência de estabilidade institucional e política, observada, de modo geral, em grande parte dos países ocidentais após a queda do Muro de Berlim. Se essa observação aponta para um aspecto em comum entre países da Europa Ocidental e o Brasil, tendo em vista a sequência de estabilidade institucional de duas décadas dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT), Pereira destaca a importância de “deixar nossas análises do contemporâneo serem permeadas pelas tensões que constituem todas as situações históricas, seus múltiplos projetos e modos de vida em disputa, a fim de que a realidade possa ser considerada, não como a implantação inequívoca de um modo de vida”.<sup>440</sup>

A partir disso, pode-se compreender como a luta dos movimentos negros e indígenas no Brasil desde a redemocratização envolvem uma disputa pelo (re) estabelecimento das fronteiras entre passado, presente e futuro, uma vez que os efeitos de determinada disposição da ordem do tempo incidem diretamente nas condições de legitimidade das suas pautas políticas. Tendo em vista o exposto acima, parece ser possível identificar que o aspecto da politização do tempo está subsumido na dimensão de mediação social e política assumida pelos grupos coletivos sociais. Assim, no que diz respeito à relação entre movimentos sociais e universidade e especificamente entre discursos identitários e memoriais e conhecimento

---

<sup>439</sup> PEREIRA, Luisa Rauter. Fissuras do Presentismo: Mudança Histórica nos Protestos Políticos Contemporâneos. *Tempo e Argumento*, v. 13, 2021.

<sup>440</sup> *Ibid.* p.10.

histórico científico, considera-se que a questão da temporalidade representa um dos principais fatores que sustentam a dicotomia concorrencial entre história e memória.

Como afirma Chakrabarty, o apelo à experiência como dimensão estruturante dos discursos de memória implicou em uma reação coletiva<sup>441</sup> de historiadores e historiadoras a partir da década de 1990 em defesa da chamada “objetividade histórica”.<sup>442</sup> A motivação da reação, na avaliação do historiador, residiu no fato de que a enunciação da experiência colapsa a distância entre passado e presente, a qual fundamenta a base epistemológica do discurso de objetividade e distanciamento dos historiadores e historiadoras. Com relação a essa questão, recentes estudos<sup>443</sup> da teoria da história embasadas em perspectivas pós/decoloniais e com o perspectivismo ameríndio têm apontado para o fato de que historicamente a disciplina histórica está assentada sob uma concepção homogeneizante e universal do tempo, sendo assim uma questão impensada na operação historiográfica.

Em uma perspectiva semelhante de problematização das bases epistemológicas do conhecimento científico, Gomes questiona os motivos e efeitos da invisibilização produzida nas produções acadêmicas em torno da dimensão pedagógica e epistemológica do movimento negro contemporâneo, ou seja, enquanto um sujeito produtor de conhecimento.<sup>444</sup> No próximo capítulo buscarei explorar essas duas questões levantadas acima a partir da observação da intervenção de historiadores nos contextos comemorativos, de modo a tematizar as correspondências com os discursos de memória analisados acima, considerando igualmente as relações assimétricas de poder entre o discurso historiográfico e as produções de história dos movimentos sociais.

---

<sup>441</sup> Aqui Chakrabarty se refere a publicações de historiadores como Eric Hobsbawm, Carlo Ginzburg, Jacques Le Goff, Natalie Davis. No caso do Brasil, reações semelhantes foram analisadas, por exemplo, por Caroline Silveira Bauer e por Arthur Ávila de Lima. Ver: Povoando o Presente de Fantasmas: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. AVILA, Arthur Lima de. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 7, p. 189-209, 2016; BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Paco Editorial, 2017.

<sup>442</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). *Manifestos for History*. Routledge, New York, 2007.

<sup>443</sup> Faço referência principalmente às teses de Ana Carolina Barbosa Pereira (2013) e Guilherme Bianchi (2020) e ao artigo “Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa” de autoria de Thamara Rodrigues (2019).

<sup>444</sup> GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

### CAPÍTULO III: POR QUE COMEMORAR? OS HISTORIADORES (AS) NA ESFERA PÚBLICA DOS USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Conforme foi delimitado na introdução desta dissertação, o objetivo geral de análise consiste na reflexão em torno da consonância entre os discursos dos historiadores e as ações dos movimentos negros e indígenas na crítica às políticas comemorativas oficiais. Para a apreensão das condições de possibilidade de formação dessa relação silenciosa, e principalmente dos seus efeitos e ressonâncias a partir da redemocratização brasileira, a noção de *feridas históricas* parece ser útil, pois demarca o caráter dialógico das relações entre historiografia e coletivos sociais para o estabelecimento da legitimidade pública de enunciação do legado do colonialismo e escravidão nas sociedades contemporâneas. Chakrabarty mobiliza a noção de *ferida* a partir do filósofo Charles Taylor, concebendo-a como *o ato de autoidentificação de um grupo coletivo enquanto “ferido” ao longo da história*, ação de enunciação que o historiador considera ter tido suas condições de emergência atreladas à retórica antirracista de luta da descolonização africana das décadas de 1950 e 1960.<sup>445</sup>

A base política de tal retórica residiria nas desvantagens sociais, discriminações e opressões raciais sofridas por negros e indígenas, as quais são interpretadas como consequências do passado colonial e escravista. Para desenvolver a noção, Chakrabarty parte do caso australiano marcado pela emergência do discurso dos povos aborígenes que denunciavam a retirada de crianças da posse de seus familiares pelos governos coloniais e missões jesuíticas, nomeando-as como “gerações roubadas”. A partir desse caso, o historiador argumenta que a inserção da luta aborígene na pauta pública australiana através da narrativa histórica esteve em consonância com o desenvolvimento da escrita da história subalterna pró-aborígene nos departamentos de história de universidades australianas a partir da década de 1980. Nesse sentido, afirma que as investigações históricas que comprovaram as ações coloniais denunciadas foram um dos elementos constituintes da expressão “gerações roubadas”, ainda que o epíteto “roubado” que qualifica a “verdade histórica” (empiricamente verificável) inscreve-a uma intensidade emocional e experiencial própria dos grupos aborígenes.

Para a conformação de tal conjuntura, tanto a escrita da história comprometida ético-politicamente com a história aborígene quanto a luta social contemporânea foi produto de condições políticas e sociais favoráveis que permitiram a constituição e consolidação deste

---

<sup>445</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). *Manifestos for History*. Routledge, New York, 2007.

discurso de ferida histórica desde as últimas décadas do século XX na Austrália. Em vista disso, considera-se válida a possibilidade de pensar as semelhanças entre o caso australiano e a conjuntura brasileira entre as décadas de 1970 e 2000, questionando de que modo as expressões “farsa da Abolição”, “conquista” e invasão portuguesa” enunciadas pelos movimentos negros e indígenas se articularam com as renovações historiográficas da história do Brasil Colonial, da história da escravidão e da história indígena ocorridas concomitantemente com a institucionalização dos programas de pós-graduação a partir da década de 1970 e o processo de redemocratização brasileiro.

A constatação de que o contexto geral da redemocratização no país influenciou as renovações historiográficas tanto nas suas dimensões teórico-metodológicas quanto no seu compromisso ético-político é uma premissa destacada em vários estudos que se concentram em refletir sobre as mudanças ocorridas com o processo de profissionalização da historiografia brasileira, principalmente nos campos da história da escravidão e da história indígena. Maria Regina Celestino de Almeida considera que o movimento de luta dos povos indígenas e a manifestação de identidade e memória étnica teve como implicação nas ciências humanas o movimento de revisão de teorias e conceitos, o que permitiu a ampliação de novas perspectivas para a redefinição do lugar do indígena na escrita e no ensino de história do Brasil.<sup>446</sup> Contudo, estudos mais recentes como as reflexões de Sousa apontam para a carência de aprofundamento da compreensão das relações entre *os novos temas, as novas abordagens e as novos objetos* com o contexto político e social desde a redemocratização do Brasil.<sup>447</sup> A historiografia da escravidão é um caso de destaque nesse sentido, pois ao longo dos anos 1980 a área atravessou intensas disputas internas em torno da conformação do paradigma de análise social e cultural do escravizado enquanto *sujeito histórico* em detrimento da visão do *escravo-coisa* empreendida pelos historiadores econômicos e marxistas das décadas de 1960 e 1970. Em torno dessa questão, Roberto Adolfo recapitulou vários textos e artigos de historiadores e historiadoras publicados entre 1988 e 2015 que apresentaram uma análise dos significados de tais renovações e revisões propostas pelas abordagens da história social e cultural da escravidão, constatando que:

várias questões interiores à produção historiográfica da escravidão até agora foram tratadas. Aos poucos vai se configurando um caminho cujo percurso aponta para o aprofundamento da compreensão acerca das principais características e problemáticas que marcaram a massa de estudos sobre a escravidão no Brasil. Um eixo temático,

---

<sup>446</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, no 75 • pp. 17-38, 2017.

<sup>447</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)*, v. 24, p. 159-181, 2018.

contudo, ainda não foi explorado. Trata-se do contexto da produção historiográfica em questão. Nenhum destes estudos tiveram como preocupação central o tema das articulações e ressonâncias entre a escrita da história e as instituições de saber, assim como *as relações entre o contexto histórico, social e político, e as preocupações e temáticas – até mesmo teóricas – que foram privilegiadas entre os historiadores da escravidão.*<sup>448</sup>

Para o historiador, a verificações de tais relações parece ser uma tarefa complexa que exige ir além do apontamento do “vínculo causal entre contexto e discurso historiográfico”. A partir da leitura de obras historiográficas de historiadores da escravidão como Jacob Gorender, Kátia Mattoso, João José Reis e Silvia Lara, Adolfo aponta para a mudança de concepção da utilidade política concebida ao conhecimento histórico para o encaminhamento da problemática, sublinhando que:

As pesquisas, de fundamentação teórica marxista, produzidas neste período, tinham como intenção *definir a natureza da formação social brasileira*, de modo que isto definiria *a estratégia política que a esquerda deveria empregar para alcançar o socialismo*. Tal intenção política, por sua vez, não é alimentada pelos historiadores dos anos 1980. O que transparece de político nestes autores, antes, é, por meio da fragmentação do poder, *um depósito de esperança na capacidade política dos agentes históricos e uma valorização de lutas diversificadas, como as travadas pelos operários, negros, mulheres, homossexuais, sem tetos, etc.*<sup>449</sup>

A consideração desse pano de fundo ético-político e as diferenças na concepção de “utilidade” da produção historiográfica parece ser uma questão fundamental, pois articula-se com problemáticas como a relação entre o campo histórico e a sociedade, a conexão entre objetividade da escrita da história e engajamento político e a legitimidade social da historiografia e da figura do historiador. Ademais, a tematização do contato entre mídia impressa e universidade está subsumida neste capítulo, a partir do qual pretende-se analisar os modos de atuação de historiadores acadêmicos a partir da demanda jornalística, verificar as características das suas intervenções e observar de que modo tais posicionamentos estabeleceram pontos de contato com os discursos elaborados no interior dos movimentos negros e indígenas.

Nesse sentido, o capítulo está estruturado em duas partes, sendo a primeira focada em contextualizar e descrever alguns processos e características que marcaram a institucionalização da historiografia profissional, acadêmica entre os anos de 1970 e 1980, tendo como preocupação teórico-metodológica o diálogo com Ohara para a delimitação da

---

<sup>448</sup> ADOLFO, Roberto. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1, p.4 (grifos meus).

<sup>449</sup> Ibid. p.17 (grifos meus).

análise do conjunto de textos selecionados.<sup>450</sup> Ademais, recupero alguns debates historiográficos em torno do tema do colonialismo e escravidão, porém menos preocupado em delimitar e aprofundar temáticas teórico-metodológicas do que observar como esse processo e tais discussões reverberam e foram utilizados nas intervenções públicas dos historiadores e historiadoras nos contextos comemorativos. Realizada a análise do conjunto de fontes estabelecidas, o segundo movimento consiste em retomar o diálogo teórico com autores como Chakrabaty, Nicolazzi, Taylor e A. Assmann a fim de propor alguns encaminhamentos em torno das relações entre a historiografia canônica e os movimentos sociais na crítica à linguagem nacional comemorativa nas duas últimas décadas do século XX no Brasil.

### 3.1 ESCRITA DA HISTÓRIA E ENGAJAMENTO POLÍTICO

O interesse na análise da atuação de historiadores e historiadoras na imprensa através da leitura de textos e entrevistas relacionadas à temática comemorativa do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil se justifica pelo desejo de aprofundar o estudo das conexões entre historiadores, espaço público e ativismo político. Embora essa problemática possa ser observada através da investigação de obras historiográficas e seu contexto de produção, principalmente no período em questão pois caracteriza-se por uma enorme gama de produções em torno da temática do processo de colonização e escravidão no Brasil, entende-se ser necessário uma abordagem que possibilite apreender como as dimensões institucionais, epistemológicas e teóricas-metodológicas interferira na atuação pública do historiador.

Essa é uma questão que tem sido pensada atualmente por Rodrigo Perez Oliveira, cujas investigações apontam para a necessidade de compreender como os processos de institucionalização dos programas de pós-graduação em História conformada pelas diretrizes do I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) e a gradativa consolidação do que o historiador denomina “ambiente epistemológico “neo-historicista”” fundamentaram novas relações entre intelectuais e sociedade, ciência e política a partir do final da década de 1970 no Brasil.<sup>451</sup> Em um primeiro plano, as condições institucionais ofertadas pelo plano de expansão dos programas de pós-graduação da ditadura civil-militar junto a efervescente conjuntura de ascensão dos movimentos trabalhistas, negros, indígenas, feministas teriam por um lado

---

<sup>450</sup> OHARA, João. Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. *Tese* (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis. 2017.

<sup>451</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

motivado o *engajamento político direto* de intelectuais em instituições como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), além da promoção de consultorias políticas junto a essas organizações e sindicatos. Oliveira identifica o envolvimento ativo de parte de filósofos, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos vinculados aos espaços universitários como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade São Paulo.<sup>452</sup> Esses professores e pesquisadores acadêmicos teriam como objetivo a elaboração de “estratégias de ativação da sociedade civil” entendidas como condições para o confronto contra o regime militar e projetos populistas na década de 1970. Essa aposta política na participação de atores sociais teria não somente se refletido na aproximação de parte de intelectuais na luta social cotidiana, como também nos ambientes e práticas de pesquisa nos programas de pós-graduação. Foi nesse espaço de produção de pesquisa que Oliveira afirma ter ocorrido o maior envolvimento político dos historiadores, consistindo em uma segunda modalidade de engajamento realizada através de investigações que começavam a se concentrar no estudo dos trabalhadores urbanos, rurais e escravizados, conforme o historiador pôde observar na análise da série de dados das publicações de dissertações e artigos do final da década de 1970 e nas comunicações apresentadas nos eventos nacionais da ANPUH entre 1976 e 1979.<sup>453</sup>

Assim, Oliveira identifica uma *tensão complementar entre o engajamento político direto tímido de historiadores no espaço público e o intenso engajamento historiográfico* no período de substanciais mudanças no ambiente universitário brasileiro, afirmando que as características desse duplo engajamento se mantiveram constantes ao longo do processo de constituição da historiografia brasileira profissional que se acelerou ao longo dos anos 1980 e 1990.<sup>454</sup> A afirmação do caráter “tímido” do envolvimento de parte de historiadores com os movimentos e instituições vinculadas ideologicamente com a esquerda não significa relativizar o componente e a intervenção política da historiografia no período. Nesse sentido, mais do que destacar as diferenças entre esses dois tipos de engajamento, interessa considerar a função e os efeitos da produção historiográfica na interação construída entre a agenda de investigação das ciências humanas e os movimentos sociais. Conforme Marco Antônio Perusso, a constituição

---

<sup>452</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

<sup>453</sup> Ibid.

<sup>454</sup> Ibid.

dessa agenda acadêmica próxima ao emergente campo popular incidiu fortemente na crítica à tradição estruturalista e marxista que ancorava a produção do pensamento social brasileiro até os anos 1960, impondo-se uma *inflexão à empiria* fundamentada por três “fontes cognitivas”: a sociologia, a antropologia e a história.<sup>455</sup> Assim, essa mudança de paradigma que fundamentou o engajamento historiográfico deve ser entendida na sua *interação* com a esfera pública.

A partir disso, Oliveira desenvolve considerações a respeito das implicações desse deslocamento nos modelos de investigação para o caso específico da historiografia, articulando-o com a dimensão epistemológica de construção do conhecimento histórico.<sup>456</sup> Valorizo essa abordagem porque permite a continuação da reflexão em torno dos usos do passado a partir da consideração dos lugares de enunciação epistêmico conforme já realizado para o estudo das historicidades negras e indígenas. Nesse sentido, é fundamental a observação de como o movimento de crítica aos pressupostos estruturalistas e marxistas ortodoxos introduziu uma nova fundamentação epistêmica nas práticas historiográficas configurando os modelos teórico-metodológicos e incidindo nas concepções de utilidade social do conhecimento histórico, uma vez que “tanto a timidez no engajamento político direto como a contundência no engajamento historiográfico podem ser explicadas a partir dos ventos teóricos que na época começavam a soprar na cena intelectual brasileira”.<sup>457</sup>

Segundo Oliveira, o fundamento epistemológico “neo-historicista” assumiu na historiografia brasileira as seguintes premissas: 1. Valorização da pesquisa empírica; 2. Tematização dos “novos sujeitos” com rígido recorte temporal e espacial; 3. Rejeição à rigidez conceitual atribuída às teorizações estruturalistas; 4. Princípio teórico basilar fundamentado no conceito de cultura a partir da perspectiva de Clifford Gertz; 5. Objetificação do passado como um *lugar* separado do presente. Em vista disso, o historiador define o neo-historicismo como “uma ciência experimental de teor empírico com pretensões teóricas propositalmente modestas” que:

não deve ser tratado como uma fenomenologia vulgar, mas sim como a percepção de que apenas *o estudo atento das práticas* permite a compreensão do significado simbólico das *ações dos atores sociais*. Não se trata de considerar a prática como um

---

<sup>455</sup> PERRUSO, Marco Antonio. Articulações entre Intelectuais e Movimentos Populares nos anos 1970/80. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, p. 175-194, 2011.

<sup>456</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

<sup>457</sup> *Ibid.* p.208.

mero epifenômeno das estruturas, mas como *a força de mobilização de redes simbólicas, cujo significado é sempre cultural*.<sup>458</sup>

Convém ressaltar que, embora tal ambiente epistemológico estivesse presente em pesquisas de alguns historiadores na segunda metade dos anos 1970 - não sendo a tendência hegemônica nas pesquisas historiográficas -, a consolidação de tais premissas teórico-metodológicas apontadas teria se estabelecido como modelo hegemônico de investigação junto ao processo de consolidação institucional e profissional da historiografia profissional brasileira nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Nesse sentido, conforme defendeu Santos, o entendimento desse processo que configurou a ideia de historiografia brasileira precisa ser historicizado, desvelando-se as relações de poder e disputas envolvidas que se manifestaram na conformação da legitimidade da universidade como espaço de produção do conhecimento histórico e determinados princípios teóricos e protocolos metodológicos, além da conformação da identidade profissional do historiador acadêmico o que, por consequente, inviabilizou e excluiu outros modos de investigação, escrita da história e de “ser historiador”.<sup>459</sup>

Tendo em vista essas considerações de Oliveira e Santos, pretende-se continuar a abordagem desse processo de definição das hierarquias de espaços de produção de saber histórico conjugado à legitimidade de certas áreas e modelos de investigação a partir de algumas dimensões que caracterizaram as revisões das histórias sociais da escravidão e indígena no final do século passado. A historiografia da escravidão nesse processo assumiu, como já sinalizado, um lugar paradigmático, pois segundo Santos foi uma das primeiras áreas de investigação que condensou as mudanças tanto institucionais quanto teórico-metodológicas subsumidas no movimento de profissionalização da historiografia brasileira. Na última década de 2010 foram produzidas investigações<sup>460</sup> em torno desse tema a partir de situações específicas como o debate conflituoso dos professores da UNICAMP, Silvia Lara e Sidney Chalhoub, “representantes” da história social da escravidão, com Jacob Gorender, historiador não vinculado ao espaço da pós-graduação, que teve o seu ponto auge no espaço da Folha de São Paulo entre 1990 e 1991, ainda

---

<sup>458</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018, p.212 (grifos meus).

<sup>459</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>460</sup> RAMOS, Igor Guedes. Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. 543 f. *Tese* (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014; QUADROS, Carlos Fernando. *A polêmica historiográfica como um espaço de embate teórico e político: o caso Jacob Gorender, Sidney Chalhoub e Silvia Lara*. (Monografia de Conclusão de Curso em História). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

que seu início possa ser localizado no contexto comemorativo do Centenário da Abolição em 1988.<sup>461</sup>

Não se trata aqui de retomar e reconstituir tal debate em detalhes, mas sim ressaltar que em meio ao contexto de comemorações do Centenário da Abolição ocorriam disputas políticas e teóricas em torno da legitimidade de modelos de investigação da escravidão. Conforme avaliou Geminiano a respeito do debate historiográfico na Folha:

(...) esta polêmica expressa as lutas por validação institucional do conhecimento histórico produzido na década de 1980 e a busca de afirmação da pós-graduação como lugar privilegiado, senão o único a poder dizer e a produzir ou apto a oferecer as condições necessárias para uma narrativa válida, pois científica, controlada, sobre o passado, e o historiador profissional, o sujeito deste lugar institucional, o único capaz de o fazê-lo. A história e os historiadores profissionais acadêmicos em busca da hegemonia sobre o conhecimento do passado, tentando legitimar-se socialmente como os únicos capazes de elaborar narrativas verdadeiras sobre “aquilo que foi”. Chalhoub e Lara, portanto, fazem, por um lado, *a defesa de dois lugares de poder*, um institucional (a pós-graduação e a universidade) e outro de sujeito (o do historiador profissional, acadêmico) como os únicos legítimos para produção do conhecimento histórico; e, por outro, deslegitimam o saber produzido fora destes lugares ao denunciarem a militância política marxista stalinista de Gorender e suas ligações com o PCB e a construção da ação política em prol da revolução.<sup>462</sup>

Assim, essa leitura de Geminiano sobre o debate em torno do tema da escravidão destaca a importância de observar que as propagadas renovações de abordagens e inclusão de novas fontes expressavam um conflito de fundo em torno das condições de legitimidade da pós-graduação enquanto oficina do historiador profissional, acadêmico. Portanto, as disputas e renovações teóricas relacionadas ao ambiente neo-historicista estão intimamente ligadas às relações de poder e disputas institucionais e ao contexto político de redemocratização em que ocorreram a profissionalização da produção historiográfica no Brasil. Ademais, a própria retórica de renovação historiográfica deve ser contextualizada no sentido de compreendê-la como parte das disputas institucionais, teóricas e políticas, entre os programas de pós-graduação da Universidade São Paulo e Universidade Estadual de Campinas pela hegemonia da *geografia disciplinar* da historiografia brasileira ao longo da década de 1980 e 1990, nas quais não se

---

<sup>461</sup> SANTOS, Wagner G. A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012). Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>462</sup> Ibid., p.80 (grifos meus).

pode deixar de considerar que determinações raciais e de gênero igualmente fundamentaram esse processo de profissionalização da historiografia brasileira.<sup>463 464 465</sup>

Isto posto, convém deter-se nas implicações no âmbito das temáticas de estudo da escravidão que estiveram concentradas na redefinição do entendimento das relações entre senhores e escravizados nos períodos colonial e imperial, assim como nas noções de escravo e resistência. Conforme demonstra Adolfo essas revisões refletiram as divergências teóricas e políticas entre duas abordagens da historiografia da escravidão nas décadas finais do século XX. A primeira delas tem como obras fundamentais *Da Senzala à Colônia* (1966) de Emília Viotti da Costa, *Sobre os Modos de Produção Colonial da América* (1975) de Ciro Flamarion Cardoso e *O Escravismo Colonial* (1978) de Gorender. De modo geral, essas obras compartilham as correntes estruturalistas marxistas e o viés econômico, buscando a partir do objeto de estudo da escravidão compreender a dinâmica do modo de produção escravista e denunciar a violência das relações de dominação. Desse modo, a figura do escravo é retratada estritamente enquanto propriedade do senhor e engessada na dinâmica de violência e domínio da estrutura social e econômica.<sup>466</sup> Já a segunda vertente desenvolvida a partir da década de 1980 tem como marcos as obras *Ser escravo no Brasil* (1982), de Kátia Mattoso, *Rebelião escrava no Brasil* (1986) de João José Reis, *Crime e escravidão* (1987) de Maria Helena P. T. Machado, *Campos da violência* (1988) de Silvia Lara e *Visões da liberdade* (1990) de Sidney Chalhoub.

Essa perspectiva caracteriza-se não tanto na ênfase nos problemas estruturais do Brasil, mas na reconstituição das experiências dos sujeitos escravizados conformadas nas suas relações de dominação e nos espaços de sociabilidade construídos nos períodos colonial e imperial. É destacável a centralidade concedida ao historiador britânico E.P Thompson nos trabalhos de revisão ou genealogia da história social da escravidão por parte de historiadores e historiadoras, considerando-o como uma das principais influências teóricas e metodológicas. Em um primeiro ponto, a apropriação e o uso das obras de Thompson por historiadores e historiadoras da escravidão nos permitem retomar a discussão em torno do “ambiente epistemológico do neo-

---

<sup>463</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>464</sup> OLIVEIRA, M. da Glória de.. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA*, v. 11, p. 104, 2018.

<sup>465</sup> TRAPP, R. P.. Historia, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, v. 22, p. 52-77, 2019.

<sup>466</sup> ADOLFO, Roberto. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.

historicismo”, uma vez que o entrelaçamento das dimensões sociais com os elementos culturais e simbólicos foi a base de sustentação da escrita da história social da escravidão sob o ponto de vista dos escravizados. A respeito disso, Adolfo agrega que:

No geral, então, evidencia-se uma perspectiva analítica que inicialmente busca destacar *as experiências vivenciadas pelos escravos*, e, a partir disso, o modo pelo qual eles assimilavam suas experiências, isto é, *a leitura que faziam das relações sociais coloniais nas quais estavam inseridos*. Trata-se de uma abordagem dentro da *dimensão cultural*, pois, tanto o escravo quanto seu ambiente social são codificados em termos de tradições, sistemas de valores, ideais etc. Em outras palavras, o cativo cria consciência de suas experiências a partir de sua bagagem cultural.<sup>467</sup>

Não obstante esse deslocamento do viés econômico e estruturalista nos estudos da escravidão em direção ao cultural e social, sua característica fundamental residiu no *esforço de trabalho empírico* através da frequência dos arquivos e no uso de fontes diversificadas como testamentos, inventários de heranças, cartas de alforria, processos judiciais, o que permitiu a ampliação do entendimento dos modos de resistência dos escravizados, ultrapassando o enfoque das reações coletivas contra os maus-tratos através da formação dos quilombos e considerando igualmente as estratégias e táticas individuais por meio da codificação da gramática de dominação e de suas brechas.<sup>468</sup>

Embora a compreensão dessa dinâmica na historiografia da escravidão tenha muitas outras dimensões e contornos institucionais, teórico-metodológicos e políticos, entre os quais se inserem o próprio processo de construção da *memória disciplinar* em torno da ênfase em determinados influências estrangeiras e da retórica de renovação, o que gostaria de reter diz respeito ao surgimento das condições oportunizaram a emergência dos enunciados do escravo como coisa e o escravizado como agente ao longo das décadas de 1970 e 1980.<sup>469</sup> Como afirma Santos, essa dinâmica foi gradativamente pendendo para a consolidação da última abordagem a partir da década de 1990, representando a hegemonização de um modus de investigação historiográfico ligado às habilidades empíricas, os enfoques sociais e culturais e a abordagem da agência dos sujeitos históricos subalternizados que se espalhou para outras subáreas de investigação.<sup>470</sup>

---

<sup>467</sup> ADOLFO, Roberto. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1, p.67 (grifos meus).

<sup>468</sup> Ibid.

<sup>469</sup> Ibid.

<sup>470</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento do campo da história indígena no Brasil tomou rumos similares, contudo, assumindo sua consolidação a partir da década de 2000, na qual tem como obra de referência a tese *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo* defendida por John Monteiro<sup>471</sup> em 2001. Conforme propôs Celestino de Almeida, a trajetória dos estudos sobre os povos indígenas no Brasil seguiu um rumo marcado inicialmente pela denúncia da violência e extermínio desde a conquista e colonização portuguesa no período colonial, complexificando as abordagens em direção ao entendimento das agências, estratégias de resistência e construção de alianças construídas pelos povos indígenas enquanto sujeitos históricos na sua relação com os colonizadores e posteriormente na interrelação com os demais grupos sociais da sociedade brasileira através dos processos de etnogênese.<sup>472</sup>

Em vista disso, gostaria de esclarecer que não pretendo avançar com relação a reconstituição de marcos institucionais, teórico-metodológicos e políticos que conformaram a história social indígena, pois como será abordado posteriormente, o debate histórico conformado em torno do V Centenário do Descobrimento do Brasil não se constituiu em torno das relações de conquista, colonização e dominação entre colonizadores e povos indígenas, mas sim se restringiu a questões estruturais da colonização e escravidão e principalmente concentrou-se nas questões da identidade nacional e as relações entre Brasil e Portugal. Entende-se que essa observação representa um dado para a análise, isto é, considera-se fundamental o questionamento das razões pelas quais o tema da história dos povos indígenas antes e após a conquista não se consolidou enquanto uma questão central nos “500 anos do Brasil”. Retomarei esse tópico adiante, no entanto, realizo essa observação para justificar a decisão por não aprofundar a descrição da trajetória do campo da história indígena no Brasil, o que implicaria a observação das relações entre as disciplinas da historiografia e antropologia, por exemplo.

Tendo isto posto, as considerações tecidas até o momento foram desenvolvidas com o objetivo de descrever algumas dimensões institucionais e historiográficas para, a partir delas, estabelecer a análise das intervenções dos historiadores profissionais nos contextos comemorativos em questão. Desse modo, é fundamental a atenção para a premissa de que “no Brasil da redemocratização, a empiria e as críticas à generalização estruturalista estiveram a

---

<sup>471</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo. Tese (Livre docência em História)* – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

<sup>472</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, no 75 • pp. 17-38, 2017.

serviço de uma contundente agenda política”.<sup>473</sup> A reflexão em torno desse serviço prestado pela historiografia será uma das preocupações do tópico seguinte com base na análise da atuação de historiadores e historiadoras na mídia impressa.

### 3.2 CRÍTICA, HISTORIOGRAFIA E JORNALISMO CULTURAL

Conforme já apontado, tais intervenções foram realizadas de dois modos distintos de acordo com a especificidade dos seus suportes. No contexto do Centenário da Abolição selecionei *cinco publicações* em suplementos culturais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo, sendo de autoria dos seguintes historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos: Francisco Iglesias, Vera Lúcia Amaral Ferlini, Luiz Felipe de Alencastro, José Murilo de Carvalho e Ciro Flamarion Cardoso. Já na conjuntura do V Centenário do Descobrimento do Brasil foi escolhida *uma coluna* publicada por José Murilo de Carvalho na seção “Brasil d.C” do suplemento *Mais!*, além de selecionadas *quatro entrevistas* de historiadores e historiadoras que foram publicadas no mesmo periódico na seção *Brasil por Historiadores*. Os referidos pesquisadores foram: Emilia Viotti da Costa, Fernando Novais e João José Reis. O critério que pautou a seleção de tais publicações esteve concentrado em observar elementos e indícios nos conteúdos das publicações que possibilitariam o desenvolvimento da problemática da pesquisa.

De início, cabe considerar que o conjunto de ensaios e entrevistas selecionadas possuem duas características centrais: se por um lado diferenciam-se enquanto *tipo* de intervenção no ambiente da mídia impressa, por outro lado são publicações cuja autoria é majoritariamente de historiadores e historiadoras profissionais vinculados às universidades da região Sudeste do Brasil. No que se refere ao formato da intervenção, no contexto Centenário da Abolição observa-se textos extensos, assemelhando-se a sínteses de artigos acadêmicos, publicados no espaço do suplementos especiais dos periódicos, o que não se verifica nas intervenções do V Centenário constituídas por entrevistas concedidas presencialmente a jornalistas ou respostas escritas de questionários enviadas por e-mail. Todas essas intervenções estiveram inseridas em espaços “etiquetados” com o selo comemorativo nos periódicos, isto é, faziam referência às efemérides em questão. Contudo, se as intervenções relacionadas ao Centenário da Abolição da Escravidão estiveram reunidas em suplementos especiais publicados ao longo da semana do dia

---

<sup>473</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018, p.213.

Treze de Maio, os textos e entrevistas selecionadas foram publicadas dispersamente entre os meses de março e novembro de 2000.



FIGURA 10: Capa da edição comemorativa – 13 maio. 1988



FIGURA 11: Capa do suplemento Folhetim – 12 de mai.1988

A partir do corpus de fontes estabelecido, portanto, o suporte principal de atuação e intervenção dos historiadores no contexto do Centenário da Abolição ocorreu nos espaços dos *suplementos* que se caracterizam por ser um produto jornalístico segmentado inserido dentro do periódico. Conforme depreende-se pela imagem acima, a capa da edição comemorativa veiculada pelo O Estado de S. Paulo foi montada com ilustrações que tematizam a violência sofrida por escravizados juntas ao texto de anúncio da abolição do sistema no mesmo veículo de comunicação, na época denominado “Província de São Paulo”, publicado na edição de 13 de maio de 1888, seguido pelo título “Cem anos de Liberdade”. Nessa montagem pode-se perceber como os sentidos dados à escravidão enfatizam a violência do regime escravista articulada à reciclagem de significados precedentes que ressaltam o “grande ato de soberania popular” e a “generosidade da raça branca”, atualizando a imagem da escravidão em que concomitantemente se celebra como um grande acontecimento da história nacional e repercute a brutalidade da escravidão. No canto inferior direito da capa, delimita-se os tópicos abordados naquela edição comemorativa: “A Herança da Escravidão”, “As origens da servidão negra”, “Trabalho escravo e imigração”, “As leis do regime servil”, “Quilombos e rebeldias”, “A luta de um jornal”. Esses temas foram abordados por quatorze acadêmicos das áreas de história, ciência política e sociologia, contabilizando-se uma maior participação de historiadores e

historiadoras que totalizaram nove publicações<sup>474</sup>. Já a capa da edição publicada pela Folha de São Paulo estampou desenhos do artista Bob Wilson e os nomes dos intelectuais que contribuíram para o suplemento. Se o número de publicações que compuseram a edição foi menor se comparado com a produção do O Estado de S. Paulo, percebe-se uma maior diversificação de perspectivas disciplinares que abordaram o tema: teoria literária, história<sup>475</sup>, antropologia, filologia e demografia.

Ao analisar o suplemento *Cultura* (1980-1991) vinculado ao jornal O Estado de São Paulo, Alicy Simas mostrou que os suplementos passaram a ser produzidos pelos diários brasileiros a partir da década de 1950, momento da transição do modelo jornalístico francês para o norte-americano, representando a tendência de ofertar um determinado conteúdo temático (literário, cultural, feminino, agrícola) destinado ao seu público específico.<sup>476</sup> Nesse sentido, o público leitor dos segmentos literários e culturais caracterizava-se pelo letramento, familiarização com referenciais bibliográficos e literatura ocidental, o que recobria os suplementos de um caráter “desacelerado” marcado por textos extensos com viés formativo, reflexivo e opinativo e não apenas informativo.<sup>477</sup> Dessa forma, a abordagem analítica dos suplementos culturais implica reconhecer o papel do jornalismo cultural na formação crítica de leitores e leituras durante a segunda metade do século XX no Brasil. A partir do referencial dos dois modelos ideais de leitor de Umberto Eco, Marcelo de Lima afirma que:

No Brasil, o jornalismo cultural se voltou, tradicionalmente, ao leitor-modelo de primeiro tipo: artistas, professores universitários, jornalistas, alunos dos cursos de pós-graduação das áreas de ciências humanas e sociais compõem esse grupo. A princípio, são leitores preparados para esse tipo de leitura, que passaram por aprendizagem, já que a leitura é uma forma de diferenciação social e requer treinamento.<sup>478</sup>

Esse tipo de leitor baseado na imagem do intelectualizado concebido como referencial na conformação do produto jornalístico implicava na presença frequente de contribuições autorais de especialistas nas páginas dos suplementos, caracterizando uma relação estreita entre

---

<sup>474</sup> Os autores e autoras das publicações não analisadas acima foram: Suely de Queiroz (USP), Maria Lúcia Lamounier (UNESP), Julita Scarano (UNESP), Luiz Henrique Dias Tavares (UFBA), Maria Beatriz Nizza da Silva (USP).

<sup>475</sup> Robert Slenes, historiador vinculado à UNICAMP, contribui também com uma publicação no suplemento Folhetim.

<sup>476</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

<sup>477</sup> *Ibid.*

<sup>478</sup> LIMA, Marcelo Fernando de. Figurações do leitor no suplemento cultural: um estudo de caso do caderno Mais!, da Folha de S. Paulo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 121-129, maio/ago. 2012, p.124.

jornalismo, intelectuais e universidades brasileiras e, por conseguinte, assumindo igualmente a função de promoção de debates, críticas, divulgação científica e produção acadêmica.

Entende-se que os suplementos de análise em questão expressaram tais características gerais apontadas que conformaram o caráter dos suplementos culturais da imprensa periódica brasileira da segunda metade do século XX. É importante destacar que os suplementos em análise se particularizaram por terem sido *edições especiais* dos suplementos *Cultura* e *Folhetim*, em virtude da circunstância da comemorativa, o que deslocou suas publicações para os dias de semana. O fato do Suplemento Especial “Abolição: cem anos de liberdade” do Estadão e a edição especial do Folhetim “100 anos da Abolição” da Folha de São Paulo terem aparecido nas bancas de jornais respectivamente nos dias 12 de maio (quinta-feira) e 13 de maio (sexta-feira) de 1988, indica a sua função enquanto *dispositivos de catalisação comemorativo*, a fim de inserir o leitor na pauta da efeméride e sincronizá-lo com a sua temporalidade, o que não poderia ser atingido posteriormente à data central. Em vista disso, convém realizar algumas considerações em torno das particularidades dos suplementos *Cultura* e *Folhetim*, assim como das relações entre os periódicos, intelectuais e universidades brasileiras.

É importante inicialmente esclarecer que uma abordagem aprofundada dos meios de comunicação impressos nas décadas de 1980 e 1990 não será realizada devido aos limites de desenvolvimento da pesquisa. Em vista disso, a interlocução com a pesquisa de Simas foi fundamental para o estabelecimento da abordagem tanto no que diz respeito à relação entre a atuação de historiadores nos espaços jornalísticos quanto ao fato do compartilhamento de referenciais teóricos-metodológicos e objetos de estudo.<sup>479</sup> Simas analisou quarenta e duas publicações de historiadores e historiadoras no suplemento *Cultura* do jornal O Estado de S.Paulo entre 1980 e 1991, as quais consistiram sobretudo em resenhas, ensaios e artigos bibliográficos publicadas no espaço jornalístico. Sucedendo cronologicamente o *Suplemento Cultural* produzido ao longo dos anos 1970, o *Cultura* teve sua primeira edição publicada em 15 de junho de 1980 seguindo como espaço de divulgação acadêmica das ciências humanas até 1991, quando foi integralmente incorporado ao Caderno 2, assumindo novos objetivos editoriais. A respeito da sua função durante a década de 1980, período em que abarca o Centenário da Abolição, Simas concluiu que:

Cultura atuou, sobretudo, na divulgação do mercado editorial nacional e internacional, com foco nas *produções acadêmicas das áreas das Ciências Sociais e Humanas*, tendo como divulgadores desses nichos, *especialistas* das próprias áreas. Privilegiando a investigação da colaboração de historiadores e historiadoras,

<sup>479</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

observou-se a *presença majoritária de intelectuais da Universidade de São Paulo*, aspecto que foi compreendido a partir de dois pontos. O primeiro por conta da própria *historicidade do suplemento Cultura e, de modo geral, do Estadão, no que tange à reconhecida articulação entre o grupo do jornal e os universitários uspianos*, sobretudo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde os dirigentes do Estadão foram importantes idealizadores de sua criação na década de 1930. *O outro ponto diz respeito ao próprio contexto brasileiro da década de 1980, em que a USP ainda era o grande centro irradiador de formação e produção historiográfica.*<sup>480</sup>

Antes de avançar nos tópicos destacados, cabe esclarecer que não há indicação que a edição comemorativa da Abolição se tratou de uma edição especial do Cultura. Não obstante, entende-se ser possível considerá-lo já que foi observada a presença majoritária de pesquisadores de ciências sociais e humanas ligados à USP. Além disso, Simas afirmou que foram realizadas edições especiais ao longo da trajetória do suplemento cultural do Estadão. Assim, a principal diferença entre uma edição comum do Cultura e a edição especial comemorativa diz respeito à natureza das intervenções dos historiadores, uma vez que naquela eram publicadas resenhas de livros e nesta foram realizadas contribuições como artigos opinativos e argumentativos, conforme será exposto adiante.

No tocante ao Folhetim da Folha de São Paulo, esse suplemento foi criado e idealizado por Tarso de Castro, famoso editor de *O Pasquim* na década de 1970, cujo objetivo inicial foi tematizar assuntos de arte e cultura de modo descontraído e bem-humorado. Circulou entre janeiro de 1977 e março de 1989, tendo sua criação articulada, segundo Raíssa de Freitas, ao “projeto maior de reformulação administrativa e editorial da Folha de São Paulo para se consolidar como o jornal de maior circulação do país e se adaptar às mudanças no contexto político e econômico do país”.<sup>481</sup> De acordo com Patrícia Polacow, a trajetória de doze anos do suplemento teve três fases distintas. O primeiro período compreendido entre 1977 e 1979 correspondeu ao momento de direção de Castro, quando o Folhetim se assemelhava com o caráter da imprensa alternativa.<sup>482</sup> A partir de 1979, sob o comando de Oswaldo Mendes, o suplemento passou a tematizar questões sociais e políticas sintonizadas com o cenário de redemocratização e a promover uma aproximação com a Universidade de São Paulo, tendo inclusive a presença do historiador Carlos Guilherme Mota como membro da comissão editorial. Posteriormente, entre 1982 e 1989, o *Folhetim* esteve sob direção de Mario Sergio

<sup>480</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020, p.127 (grifos meus).

<sup>481</sup> FREITAS, R.H.K. A crítica de televisão no Folhetim (FSP 1977-1989): pensando a TV e o telespectador na redemocratização. *Domínios da Imagem*, vol.14, número 26, jan/jun.2020, p.1.

<sup>482</sup> POLACOW, Patrícia. O caderno Folhetim e o jornalismo cultural da Folha de S. Paulo (1977-1989). *Tese*. Universidade Metodista de São Paulo. 2007.

Conti e Rodrigo Naves, caracterizando-se pela publicação de ensaios especializados a partir do deslocamento editorial que se afastou de temáticas sociais.

Cerca de dois anos após o encerramento do Folhetim, foi criado o caderno *Mais!* que, embora representasse a continuação dos objetivos editoriais de tematização da cultura, sua proposta se articulou fundamentalmente com renovações estruturais no campo jornalístico brasileiro, de modo geral ocorrido a partir dos anos 1990. Em esse sentido, cabe a realização de algumas considerações a respeito desse produto jornalístico primeiramente pelo fato de ter sido nele em que foram publicados dez artigos de Carvalho no contexto do V Centenário do Descobrimento. Além disso, considera-se que a tematização das transformações estruturais no jornalismo brasileiro permite compreender o espaço destinado aos historiadores profissionais no âmbito da imprensa e como tal espaço condicionou suas intervenções, o que auxiliará a compreensão dos objetivos editoriais da Folha de São Paulo ligados à realização das entrevistas na seção *Brasil por Historiadores*.

Em vista disso, interessa demarcar que a imagem do leitor intelectualizado e letrado utilizada como base para a produção do conteúdo dos suplementos no jornalismo cultural brasileiro entre 1950 e 1980 modificou-se na última década do século XX, o que engendrou a redefinição das relações entre mídia impressa, universidade e intelectuais. De acordo com Lima:

O avanço da indústria cultural no país nos anos 1990, as medidas neoliberais do governo Collor – que reduziram o papel do Estado no patrocínio à produção cultural – e o agravamento de problemas educacionais contribuíram para *a mudança do modelo de leitor nos suplementos*. De uma forma geral, essas publicações começaram a se ater ao leitor jovem, interessado por cultura pop consumista, mas com pouco repertório de alta cultura. *Os jornais deram destaque à informação, diminuindo o espaço dos textos mais longos e (ou) reflexivos*. Em muitos casos, os cadernos tornaram-se roteiros de consumo de bens culturais simbólicos.<sup>483</sup>

A observação dessa multiplicidade de fatores, principalmente a mudança de concepção do modelo de leitor privilegiado, ocasionou o distanciamento entre a crítica produzida na universidade e o jornalismo, no qual acelerava-se a lógica empresarial de serviço, focalizado menos na dimensão formativa e crítica do que informacional. Não obstante, Lima considera que a criação do caderno *Mais!* pela Folha de São Paulo em 1992 representou a aposta do periódico na afirmação enquanto espaço jornalístico do público intelectualizado a partir de uma estratégia dúbia que buscou equilibrar as características dos suplementos culturais antecessores com a consideração da nova concepção do público leitor.<sup>484</sup> Nesse processo foi identificado três fases distintas do caderno ao longo da sua trajetória que perdurou até 2010, as quais marcariam

<sup>483</sup> LIMA, Marcelo Fernando de. Figurações do leitor no suplemento cultural: um estudo de caso do caderno *Mais!*, da Folha de S. Paulo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 121-129, maio/ago. 2012, p.123 (grifos meus).

<sup>484</sup> *Ibid.*

o movimento oscilatório ora no enfoque no público leitor jovem e consumidor da indústria cultural de massa (1992-1999 e 2004-2010) ora na produção voltada para o leitor intelectualizado (1999-2004). Desse modo tal movimento oscilatório correspondeu aos momentos de maior proximidade ou afastamento de pesquisadores acadêmicos no espaço jornalístico, uma vez que as premissas editoriais e a concepção de leitor interferiram na frequência de participação de especialistas ou de jornalistas na produção de conteúdo o que, por sua vez, expressou a variação entre a quantidade de publicação de ensaios e realização de entrevistas de colaboradores externos e a presença de reportagens informativas assinadas por jornalistas.<sup>485</sup>

Para essa dissertação, importa a atenção na segunda fase delimitada por Lima, na qual foi abandonada em parte a estratégia de contemplar os interesses do leitor-médio e retomar a aproximação com a universidade e o público intelectualizado, já que foi nesse período em que a Folha de São Paulo cobriu e tematizou o V Centenário do Descobrimento do Brasil, sendo, conforme apontou a pesquisa quantitativa de Cogo, um dos principais veículos de comunicação que pautaram a efeméride.<sup>486</sup> Uma das estratégias dessa fase consistiu na formação de uma equipe de articulistas nacionais e internacionais de diversos campos disciplinares, entre os quais destaque Marilene Chauí, Jacques Rancière, Slavoj Žižek, Peter Burke, Evaldo Cabral de Mello, Bóris Fausto, Manolo Florentino, Kenneth Maxwell, Luiz Costa Lima, Jorge Coli.<sup>487</sup> Tendo em vista essa estratégia, compreende-se que para o contexto comemorativo, os editores dos suplementos decidiram reunir um grupo específico de intelectuais para refletir sobre temas relacionados ao V Centenário, seção que foi intitulada “Brasil 500 d.C” e composta por oito nomes: Marilene Chauí, Bento Prado Jr, Milton Santos, Evaldo Cabral de Mello, Jurandir Freire da Costa, José Murilo de Carvalho, Hermano Vianna e Luiz Costa Lima. Conforme definido pelo editorial, “a reunião pela Folha desses importantes pesquisadores em um projeto de colaboração regular com o jornal constitui uma das iniciativas mais sólidas, nos últimos anos no Brasil, de participação acadêmica na imprensa e de intervenção intelectual no debate público”. Portanto, a análise da atuação de Carvalho nesse contexto comemorativo está inserida nos objetivos editoriais e na concepção de leitor conforme as premissas que estabeleceram o caráter de suplemento cultural do Mais! entre 1999 e 2004, o que representou:

---

<sup>485</sup> LIMA, Marcelo Fernando de. Figurações do leitor no suplemento cultural: um estudo de caso do caderno Mais! da Folha de S. Paulo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 121-129, maio/ago. 2012.

<sup>486</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

<sup>487</sup> LIMA. Op, cit.,

(...) uma nova compreensão do leitor-modelo no jornal. O jornalista deixava de ser o intermediário entre o leitor e o tema especializado do universo cultural. Agora, o especialista falava direto ao leitor, por meio do ensaio, gênero textual híbrido geralmente relacionado a um tipo de leitor mais qualificado. No lugar das reportagens e entrevistas (news) entraram os ensaios analíticos (views). A divulgação da cultura dá lugar à reflexão sobre ela, num formato que é, ele próprio, um bem cultural. Os olhos do leitor são puxados para o jogo entre forma e conteúdo que está na linguagem, e não apenas para o que está fora dela (os bens culturais).<sup>488</sup>

Se os artigos de Carvalho representam essa intervenção através do texto ensaístico, a realização da sequência de entrevistas<sup>489</sup> entre março e abril de 2000 com historiadores e historiadoras pode ser enquadrado, por um lado, nessa proposta editorial da segunda fase numa tentativa de aproximação com a intelectualidade acadêmica para a tematização dos “500 anos do Brasil”, e, por outro, o formato de entrevista sinaliza a intenção de tornar a intervenção acadêmica menos densa. Em vista disso, tomo essa observação enquanto dado para análise, considerando que essa modificação no formato de diálogo do historiador com a imprensa pode representar um estreitamento do espaço concedido ao intelectual universitário para a exposição do conhecimento produzido no ambiente acadêmico.

Isto posto, é possível afirmar que o problema de fundo que reside nas modificações das relações entre jornalismo cultural, universidade e intelectuais nas últimas décadas do século XX no Brasil se articula em torno do lugar de enunciação legítimo da crítica e da tematização do debate na esfera pública, isto é, entre o jornalista e a pesquisador acadêmico ligado aos programas de pós-graduação<sup>490</sup>. Dentre as várias possibilidades de encaminhar essa problemática, o rumo que gostaria de tomar se relaciona novamente com o processo de institucionalização e profissionalização da historiografia e da figura do historiador profissional, acadêmico, observando a articulação política entre a USP e jornalismo cultural paulista destacado por Simas.<sup>491</sup> O fato de ter como fontes de análise os dois maiores veículos de comunicação do estado de São Paulo já justificaria a tematização dessa relação, todavia, o foco que interessa diz respeito também ao processo de construção da geografia disciplinar da

---

<sup>488</sup> LIMA, Marcelo Fernando de. Figurações do leitor no suplemento cultural: um estudo de caso do caderno Mais!, da Folha de S. Paulo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 121-129, maio/ago. 2012, p.127.

<sup>489</sup> Dezesete entrevistas foram realizadas pela seção “O Brasil por historiadores”, sendo, além dos nomes já citados, os seguintes historiadores e historiadoras entrevistadas: Raquel Glezer, Kenneth Maxwell, Enrique Krauze, Katia Mattoso, Armelle Enders, Laura de Mello e Sousa, Manuela Carneiro da Cunha, Jacob Gorender, Nicolau Sevcenko, Celso Castro, Romero Magalhães, José Gonçalves, Robert Slanes, Manolo Florentino.

<sup>490</sup> JANUÁRIO, Marcelo. As Transformações do Jornalismo Cultural em São Paulo na Passagem para o Século XXI. 267 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo. 2005.

<sup>491</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

historiografia brasileira entre os anos 1980 e 2000 que teve inicialmente o seu centro hegemônico de produção de conhecimento histórico nos programas de pós-graduação da USP e UNICAMP.

### 3.3 O HISTORIADOR(A) NA ESFERA PÚBLICA DOS USOS DO PASSADO

Conforme Santos, a historiografia brasileira consiste em uma ideia, um conceito e um território em constante disputa política, institucional, intelectual, econômica e cultural, sendo que uma concepção territorial e discursiva nacional mais ou menos homogênea e unitária somente pode ser concebida a partir dos anos 1980.<sup>492</sup> Nesse sentido, afirma que a constituição da atual configuração do campo de saber histórico fundado no lócus de produção epistemológico, teórico-metodológico nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras é derivada da tensão entre os processos de espacialização e hierarquização de lugares de produção do saber histórico (geografia disciplinar) com a temporalização do discurso histórico (memória disciplinar). Analisando a composição das diretorias nacionais da ANPUH, do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História (RBH) e as autorias dos textos publicados nesse periódico desde a sua fundação no início da década de 1980, Santos demonstra que as instituições paulistas da USP e UNICAMP com suas respectivas redes institucionais e políticas de pesquisadores-professores hegemonizaram o lugar de enunciação discursivo de produção do conhecimento histórico no Brasil através de práticas corporativas e paroquiais, produzindo o silenciamento das práticas historiográficas de tradicionais instituições cariocas, baianas e pernambucanas entre 1980 e os primeiros anos do século XXI. De acordo com o historiador:

O projeto político e institucional que a RBH encampa ao longo destas duas décadas para definir, ou melhor, para construir a imagem da historiografia brasileira é um projeto eminentemente paulista. É a historiografia produzida nas instituições de São Paulo, são os professores e historiadores a elas ligados, são os seus estudantes de graduação e, sobretudo, de pós-graduação liderados por uma gama bem particular de mestres e orientadores que foram os responsáveis por definir, nas páginas da RBH, os caminhos que deveriam ser trilhados por aquilo que eles chamavam, primeiro de “moderna historiografia brasileira” e, posteriormente só de “historiografia brasileira”. *A historiografia e os historiadores notadamente ligados a USP e a UNICAMP serão vistos e ditos como nacionais, enquanto outros de outras instituições e espaços do país vão receber a pecha de regionais, de historiadores paroquiais, localistas.*<sup>493</sup>

A consideração dessa problemática é fundamental para a análise do conjunto de intervenções não somente pelo fato de que ocorreram no recorte temporal em que Santos

---

<sup>492</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>493</sup> Ibid. p.121-122 (grifos meus).

identifica como hegemônico dos centros paulistas, como também pela majoritária presença de historiadores e historiadoras vinculadas à região do Sudeste do país. Todavia, conforme ressalta o historiador, tal hegemonização não significou a estabilidade e harmonia de relações, mas sim constantes disputas entre distintos modelos teórico-metodológicos e modos de escrita da história, diversidade que somente passou a representar a abertura institucional e democratização dos espaços institucionais como a ANPUH no século XXI.

Nesse sentido, a edição comemorativa “Abolição: cem anos de liberdade” do Estado de S. Paulo contou com a participação de nove historiadores, dentre os quais oito historiadores eram vinculados a instituições do Sudeste. Dentre o conjunto selecionado, Ferlini, lecionava e pesquisava na USP; Alencastro, Cardoso e Iglesias estavam vinculados respectivamente à UNICAMP, UFF, UFMG. Já com relação ao suplemento Folhetim da Folha de SP, Carvalho, na época, atuava como pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e na Casa Rui Barbosa. No contexto do V Centenário do Descobrimento, Fernando Novais atuava na UNICAMP; Carvalho era professor da UFRJ; Viotti da Costa estava vinculada à Universidade de Yale nos Estados Unidos e João José Reis à UFBA.

Conforme tem sido sinalizado, os pressupostos teórico-metodológicos delimitados nessa pesquisa estão ancorados na perspectiva que objetiva historicizar a ideia de historiografia profissional e a identidade do historiador profissional, acadêmico, o que implica o estabelecimento de critérios de análise e classificação como a consideração da atribuição do reconhecimento social do sujeito como historiador e a questão da titulação. Para tanto, diálogo com a pesquisa de Simas que estabeleceu tais parâmetros, explorando suas potencialidades e limites para a análise das publicações de historiadores e historiadoras no suplemento Cultura.<sup>494</sup> Embora o objeto de análise da historiadora consiste no conjunto de discursos de avaliação, diferindo do tipo de publicação analisado nessa pesquisa, considera-se ser possível a utilização de tais critérios para a abordagem da diversidade de perfis, trajetórias e identidades entre os historiadores e historiadoras em questão.

Em vista disso, convém destacar que não se trata de realizar uma análise detalhada da trajetória profissional e acadêmica de cada historiador e historiadora citado acima, mas sim evidenciar que nesse conjunto de intervenções estavam emaranhados diferentes *tipos de formação* em História e trajetórias formativas, de tal modo a ser considerado a coexistência de gerações. Nesse sentido, no conjunto de identidades e trajetórias que conformam as

---

<sup>494</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020

intervenções no contexto do Centenário da Abolição observa-se a coexistência de três regimes de formação: no sistema de cursos de História e Geografia das Faculdades de Filosofia na década de 1940 (Iglésias), durante a transição do sistema de cátedras para o regime de pós-graduação entre 1960 e 1970 (Alencastro, Cardoso, Carvalho) e no sistema de pós-graduação totalmente institucionalizado (Ferlini). Já no contexto do V Centenário do Descobrimento do Brasil, somente Viotti da Costa teve sua formação realizada totalmente no sistema de cátedras, tendo Novais defendido suas teses de doutorado na década de 1970. Reis realizou sua formação no sistema de pós-graduação, ainda que com doutoramento nos Estados Unidos.

Não obstante essa dimensão das condições de formação, o fundamental consiste em apreender a coexistência de diferentes formações entre os historiadores e historiadoras na historiografia entre 1980 e 2000, já que, como destaca Simas, a relação entre os três regimes formativos não fora excludente.<sup>495</sup> Ademais, a consideração do perfil formativo é uma questão complexa que envolve também a dimensão heterogênea das trajetórias profissionais e acadêmicas tanto a nível disciplinar quanto espacial (nacional ou estrangeiro). Por exemplo, Carvalho teve formação inicial na Ciência Política e realizou seu doutorado no exterior, já Viotti da Costa, embora tenha realizado sua formação no curso de História no Brasil, profissionalmente atuou nos Estados Unidos.

Essas ressalvas apontam para a necessidade de observar que o reconhecimento da identidade do historiador ocorre igualmente através de diferentes práticas de avaliação e validação entre os pares acadêmicos, assim como a presença de marcas discursivas na produção de pesquisadores que as legitimam-nas enquanto prática historiográfica, de modo que “compreender enquanto historiador apenas aqueles indivíduos que fizeram sua formação em história são insuficientes para delimitar o campo historiográfico, pelo menos no Brasil dos anos 80 e 90 do século XX”.<sup>496</sup> Com relação a esse ponto, Simas chama a atenção para a prática de reconhecimento e validação do sujeito enquanto historiador pelo periódico através da atribuição do estatuto de “historiador”, “professor de História”, “vinculado ao Departamento de tal Universidade” ao final das publicações, o que indica a *qualidade de especialista* assumida pelos historiadores e historiadoras a partir da demanda jornalística.

Em vista disso, para além de questões institucionais e formativas, a abordagem metodológica do conjunto de intervenções que selecionei está focada na dimensão

---

<sup>495</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

<sup>496</sup> *Ibid.* p.57.

epistemológica que será realizada a partir do uso histórico das categorias de *virtude epistêmica* e *persona acadêmica* conforme propôs Ohara:

Enquanto elementos mais fundamentais desse processo, as virtudes epistêmicas delineiam *disposições e faculdades cognitivas* cuja posse e exercício permite ao historiador realizar bem seu trabalho; já a *persona* designa diferentes *configurações dessas virtudes em relação a outros aspectos (objetivos epistêmicos, motivações extra epistêmicas, virtudes morais, etc.)*, formando como que fisionomias socialmente reconhecíveis, que permitem a um indivíduo ser reconhecido enquanto historiador.<sup>497</sup>

De certa forma, algumas questões já foram discutidas em relação à primeira noção a partir da delimitação das premissas que constituem o “ambiente epistemológico neo-historicista” no tópico anterior como a valorização da pesquisa empírica com as fontes primárias. Assim, cabe doravante analisar como tais virtudes epistêmicas foram mobilizadas nas intervenções selecionadas, uma vez que se determinado arranjo de premissas teórico-metodológicas implica na constituição de modelos de conduta e concepções de história, convém investigar como essa articulação operou no engajamento do historiador no espaço público comemorativo. Embora Ohara e Simas tenham utilizado tais categorias para analisar discursos de avaliação como resenhas e obituários, o que implica questões internas à historiografia, a base da abordagem analítica do conjunto de ensaios e entrevistas selecionadas seguirá os mesmos pressupostos no sentido de entendê-lo enquanto *uma série discursiva de virtudes e personas*.<sup>498</sup> Desse modo, a análise se afasta da consideração dos historiadores enquanto sujeitos individuais alinhados a determinadas correntes teórico-metodológicas para focalizá-los como *formações discursivas e enunciados*, de modo que no exercício metodológico de investigação “não se trata de revelar algum sentido oculto por trás das palavras, mas de descrever as relações discursivas estabelecidas na superfície dos textos”.<sup>499</sup>

Em vista disso, a tarefa que proponho consiste em pensar como determinadas virtudes epistêmicas condicionaram a atuação da *persona* do historiador acadêmico com o ambiente externo da produção historiográfica. Essa questão foi mencionada por Ohara em um artigo publicado em 2016, no qual o historiador sugere que essa abordagem também pode ser utilizada:

(...) para as discussões em torno de como o historiador deveria se colocar em disputas políticas – como no caso do debate em torno do impeachment/ golpe de Dilma Rousseff, ou da proposta “Escola sem partido” – *que mobilizam discussões antigas em torno das relações entre comprometimento político e escrita da história, dos temas*

<sup>497</sup> OHARA, João. Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis. 2017, p.100 (grifos meus).

<sup>498</sup> Ibid.

<sup>499</sup> Ibid. p.56.

*da objetividade; em suma, em torno de “modos de ser” historiador, ligados a concepções distintas de história.*<sup>500</sup>

Seguindo a indicação do historiador, busca-se verificar *as relações estabelecidas entre a produção do conhecimento histórico com o horizonte político da redemocratização* como pano de fundo, a qual, por sua vez, definiu certos modos de atuação e engajamento nos debates públicos comemorativos, os quais exigiram dos historiadores e historiadoras *a inscrição de sentidos aos legados do colonialismo e da escravidão* na realidade brasileira do final do século XX. A problemática de análise da série discursiva, portanto, consiste em retomar a questão do horizonte político do processo de redemocratização brasileiro, contudo, doravante a partir da perspectiva da historiografia canônica.

### **3.4 OS HISTORIADORES(AS) NOS CENÁRIOS COMEMORATIVOS: ENTRE A COMPLEXIFICAÇÃO DO PASSADO E A DESMITIFICAÇÃO**

Foi visto no capítulo anterior que a dialética entre o novo e velho que conformou o cenário político de luta social dos movimentos negros e indígenas na transição dos anos 1980 estabeleceu determinadas historicidades propositivas que projetavam a refundação das condições de vida de negros e indígena no Brasil, apontando para além das demandas estritamente relacionadas ao regime democrático. Não obstante, nesse contexto a noção de democracia enquanto um projeto a ser construído condensou a abertura de distintos futuros e outras formas de estabelecer sentido ao passado nacional, dentre as quais a historiografia não somente teve papel fundamental na inscrição de determinada modalidade de produção de conhecimento histórico, como também demandou e reagiu ao contexto de redemocratização. Portanto, a pergunta colocada por Sousa é fundamental nesse momento: “como a historiografia e a democracia se redefiniram?”<sup>501</sup>

O historiador encarou tal questionamento pensando em um primeiro momento como a redemocratização deslocou a figura do intelectual/historiador e em segundo lugar como a relação com o passado histórico também se modificou. Para ambos os casos, a dissolução do conceito de ideologia como unidade foi central, pois teve sua causa na identificação da perda do horizonte de inteligibilidade do futuro de acordo com os projetos revolucionários derrotados pela repressão na década de 1970 no Brasil e, de modo geral, com a dissolução da URSS. As implicações teórico-metodológicas desse processo na historiografia consistiram na discussão já

<sup>500</sup> OHARA, João R.M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica. *História da historiografia*, v. 22, p. 170-183, 2016, p.181 (grifos meus).

<sup>501</sup> SOUSA, Francisco. G. Historiografias em tempos de redemocratização. Apresentação oral transcrita. *II Congresso da Rede Internacional de Teoria da História*. Ouro Preto, 2016. p.2.

apresentada a partir das redefinições da historiografia da escravidão, sendo mais importante destacar as ressonâncias na natureza da intervenção do historiador e sua relação com o espaço público. Aqui é importante definir a noção de *passado arcaico* mobilizado por Sousa, entendido como ingrediente fundamental do horizonte de redemocratização, pois em vista da dissolução das utopias revolucionárias e modelos de inteligibilidade estruturalistas, “no debate público, não estava em jogo incidir sobre o passado recente, sobre a força que os herdeiros dos regimes militares visivelmente tinham na redemocratização, mas sobre *um passado visto como unidade, como arcaico*”.<sup>502</sup> Assim, a homogeneização da história nacional caracterizada pela onipresença do autoritarismo e da ausência da sociedade civil dava identidade ao projeto de redemocratização porque se projetava nela a função de superação desse fardo do passado que ameaçava permanecer. Nesse cenário, “historiadores se portaram de outra forma. Parece que tinham mais sensibilidade sobre o quanto é difícil de se desfazer do passado”,<sup>503</sup> demarcando a sua contingência e especificidade em relação ao presente. Assim, Sousa compartilha das premissas que compõe o diagnóstico do tímido engajamento político dos historiadores apontado por Oliveira a partir da década de 1980:

As respostas dos historiadores ao presente [da redemocratização] não eram respostas diretas ou programáticas. Pelo contrário, eram indiretas e oblíquas, cabendo ao leitor/auditório enfrentar a herança. Mais do que respostas, a historiografia impunha perguntas. O passado arcaico, pelo contrário, já impunha por si um programa, uma direção e, principalmente, uma realidade. Não existe constrangimento algum com a presença do passado no presente, ele é a própria justificativa do projeto.<sup>504</sup>

Em vista disso, o cerne da particularidade do tímido engajamento político dos historiadores residiria na tensão entre *o passado arcaico* enquanto elemento fundamental do projeto de redemocratização e *o passado histórico* produzido nos programas de pós-graduação, fundamentando a particularidade de atuação dos historiadores e historiadoras no debate público através do *exercício de complexificação do passado*. Articulando tais problemáticas parte-se para a análise da série discursiva selecionada.

Ferlini abordou a questão da documentação do período escravista a partir do ensaio intitulado “Ruy e o Mito da queima dos arquivos”, tendo como objetivo principal a desconstrução da ideia de que a decisão de Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda do governo provisório de Deodoro da Fonseca, de incinerar as provas fiscais da propriedade escrava teria tornado inviável a escrita da história da escravidão. O texto de Ferlini assemelha-se ao gênero

---

<sup>502</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018, p.167 (grifos meus).

<sup>503</sup> Idem. *Historiografias em tempos de redemocratização*. Apresentação oral transcrita. II Congresso da Rede Internacional de Teoria da História. Ouro Preto, 2016, p.11.

<sup>504</sup> Ibid.

de escrita acadêmica pois realiza a citação de referências bibliográficas e fontes primárias, estruturando-o em três seções. Na primeira parte intitulada “A pressão indenizacoinista” a historiadora realiza uma breve contextualização histórica do período 1870-1890, abordando desde as disputas legislativas em torno da decisão de indenização dos proprietários de escravizados em momentos prévios à abolição do regime até o lobby realizado pelo movimento pró-indenização após a aprovação da Lei Áurea. Essa contextualização serve como base para a sua argumentação de que a solicitação da incineração da documentação do período escravista somente foi concretizada em relação a um tipo específico de documentação produzida em dois momentos da segunda metade do século XIX:

(...) Quais os documentos incinerados entre 1891 e 1893? A execução da ordem de Ruy Barbosa foi efetivada sendo ministro da Fazenda seu sucessor, Tristão de Alencar Araripe, que em 13 de maio de 1891 expediu a circulação nº29, ordenando apenas às Tesourarias da Fazenda que providenciassem a incineração de livros de lançamento e as declarações feitas para a cobrança da taxa de escravos. *Basicamente foram destruídos os livros das matrículas especiais de escravos de 1872-73 e de 1886-87.* Esses registros consistiam em folhas padronizadas, preenchidas em duas vias (e semelhantes nos dois censos), onde os senhores indicavam o nome, a idade, o estado civil, a naturalidade, a filiação, a aptidão para o trabalho e a profissão de seus cativos. (...) Dessa forma, a documentação perdida constituía importante peça para se traçar, com maior segurança, o perfil da população escrava no final do século XIX. Além desses registros, a ordem determinava a incineração da documentação referente ao pagamento das taxas de escravos, acreditando-se que, de algumas localidades, tenha sido enviada para a destruição parte dos comprovantes alfandegários de entrada de escravos, anteriores a 1850. *Uma coisa, porém, é clara. Mesmo que toda a documentação determinada nas portarias fazendárias de 1890 e 1891 houvesse sido destruída, apenas os registros referentes a parte do século XX teriam sido incinerados.*<sup>505</sup>

Em vista disso, Ferlini contestou o caráter generalizado da ordem de Barbosa, mostrando inclusive que a prática de queima de arquivos e documentação era tradicional durante o período imperial, de tal modo que a recusa de realizar o pagamento indenizatório aos ex-senhores não se constituiu em fato isolado. Contudo, de modo sutil, a historiadora apresentou a condenação à atitude de Barbosa qualificando-a de “excessivamente pragmática e geradora de danos irreparáveis ao Patrimônio Histórico”.<sup>506</sup> Ademais, ao analisar as disposições e justificativas da Portaria de 14 de dezembro de 1890, afirmou que “sob aparência de ato de pureza ética e romantismo político, a passar uma esponja no passado, apagando a escravidão da nossa história, destruíam-se as provas fiscais da propriedade escrava”.<sup>507</sup>

<sup>505</sup> FERLINI, Vera Lúcia A. Ruy e o mito da queima dos arquivos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. nº34.726, p.11.

<sup>506</sup> Ibid. p.12 (grifo meu).

<sup>507</sup> Ibid. p.12 (grifo meu).

A partir disso, pode-se observar a proeminência da virtude epistêmica central no exercício da escrita da história e na identidade da persona do historiador acadêmico das décadas de 1980 e 1990: o trato empírico com um conjunto extenso de fontes documentais. Essa premissa é apontada tanto por Ohara, de modo que aquele afirma que “parece aceitável dizer que o terreno sobre o qual o historiador opera em fins do século XX ainda é aquele do historiador arquivista, que deve se debruçar sobre pilhas de documentos em busca de subsídios para contar uma história”.<sup>508</sup> O fato de Ferlini ter realizado sua publicação no suplemento comemorativo do Estadão com um texto nos moldes acadêmicos e mantendo as marcas discursivas da prática historiográfica (contextualização histórica e citação de fontes primárias) pode ser pensado como índice para compreender como as intervenções do debate público eram concebidas pelos historiadores e como eram condicionadas e demandadas pelo espaço jornalístico. Não obstante, a partir da segunda parte o texto assume um viés mais propositivo, o que se relaciona com a valorização do sentimento histórico observada na condenação de Ferlini à atitude de Barbosa. Entende-se essa noção enquanto uma determinada virtude epistêmica conforme utilizou Simas na sua pesquisa, onde a historiadora se deparou com considerações semelhantes a respeito do caso de Ruy Barbosa em uma entrevista concedida por José Honório Rodrigues no suplemento Cultura no ano de 1982. Essa categoria exprime a conexão entre a prática historiográfica e a valorização da documentação arquivística ou do “Patrimônio Histórico” conforme as palavras de Ferlini, de modo que o ato de incineração dos comprovantes fazendários das matrículas dos escravizados consistiu-se em uma demonstração de ausência de “sentimento histórico”.<sup>509</sup>

Nesse sentido, esse valor epistêmico somado à habilidade de análise empírica conformou a conduta da persona historiadora arquivista, a partir da qual Ferlini reivindica a criação de políticas públicas em prol da preservação da documentação do período imperial:

O grande volume de documentos pesquisados nos últimos anos, gerando novos trabalhos historiográficos, fizeram cair esse mito sobre o escravismo brasileiro: o de que toda a documentação oficial tinha sido queimada por ordem de Ruy Barbosa. É preciso ter em mente que, como grande parte da documentação estava espalhada por fazendas, comarcas e vilas, provavelmente a burocracia do Estado não se empenhou demais em cumprir as ordens do Ministério. *A verdade é que, até hoje no Brasil, cujos arquivos e bibliotecas não possuem inventários completos de seus acervos, não se pode avaliar, com precisão, a riqueza e a variedade das fontes existentes e do que efetivamente foi destruído.* Muitos documentos estão irremediavelmente perdidos mais pela ação corrosiva do tempo, pelos acontecimentos naturais, *pela ausência de uma política de arquivos*, que pela destruição consciente promovida por ordens

<sup>508</sup> OHARA, João. Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis. 2017, p.49.

<sup>509</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

governamentais. *Quase quatro séculos de escravidão nos legaram incrível massa de registros. Assim, o problema fundamental a impedir o aprofundamento dos estudos sobre o negro até a abolição tem sido o descaso na organização da documentação nos diversos órgãos públicos e privados brasileiros. E a precariedade e a impossibilidade do acesso ao material serviram, pois, por muitos anos, para emperrar a pesquisa. (...) Os arquivos brasileiros estão aí, a desafiar os pesquisadores, exigindo que se resgatem, através de trabalho paciente, as informações ralas e fragmentadas, reunindo dados dispersos, escondidos, muitas vezes, nas entrelinhas dos documentos.*<sup>510</sup>

A partir dessa demanda pelo aprimoramento dos órgãos públicos de conservação documental, entende-se a razão pela qual a historiadora realizou a desconstrução de “uma das falácias correntes sobre a dificuldade de se escrever a história do escravismo no Brasil”<sup>511</sup>, já que a sua desmitificação significa chamar a atenção para o fato de que ainda havia muito passado para ser pesquisado. Embora Ferlini não tenha especificado se tal falácia era mais corrente no âmbito público ou acadêmico, entende-se, novamente a partir do diálogo com Simas, que a desmitificação de memórias e abordagens hegemônicas consistiu em uma virtude valorizada da prática historiográfica nos anos 1980, tendo em vista as tensões entre abordagens estruturalistas e perspectivas sociais e culturais.<sup>512</sup> Desse modo, se por um lado a prática de revisão de temas e abordagens consiste em exercício básico e corrente na historiografia, por outro lado a inscrição da desmitificação da narrativa da queima dos arquivos na conjuntura do ano de 1988 exprimia a centralidade do tema da escravidão condensada pelo protesto negro, pela Centenário da Abolição e pela Assembleia Nacional Constituinte. O que interessa destacar é que o potencial desmistificador do trabalho historiográfico passava invariavelmente pelo arquivo<sup>513</sup>, por isso, a intervenção de Ferlini no suplemento comemorativo do Centenário da Abolição representou uma reivindicação disciplinar e política para o aprimoramento das condições de pesquisa da escravidão no Brasil.

Como já discutido, a valorização da pesquisa empírica no estudo dos períodos coloniais e imperiais escravistas era parte do repertório das virtudes dos historiadores e historiadoras que buscaram romper, em alguns aspectos, com a perspectiva econômica e estruturalista, o que foi impulsionada pela retórica da renovação historiográfica. Na avaliação de José Murilo de Carvalho, tal revisão historiográfica no campo da escravidão representava um dos sentidos em circulação em torno da efeméride do Treze de Maio na conjuntura comemorativa do Centenário

<sup>510</sup> FERLINI, Vera Lúcia A. Ruy e o mito da queima dos arquivos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.12.

<sup>511</sup> Ibid.

<sup>512</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

<sup>513</sup> Ibid.

da Abolição. No seu ensaio intitulado “A abolição aboliu o quê?” publicado na edição especial do suplemento Folhetim, Carvalho iniciou sua reflexão ressaltando que cada grupo social ou geracional atribui o seu próprio significado às datas históricas, de modo que:

Há hoje vários 13 de Maio competindo por corações e mentes. Há o 13 de Maio tradicional, o da Princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. *Trata-se de espécie em extinção*. Sobrevive em cartilhas escolares, na fala de homens de governo e, queiram ou não os militantes negros, em setores populares da população negra. No polo oposto, há o 13 de Maio maldito, o 13 de Maio engodo, empulhação, golpe branco contra o avanço da população negra. *É espécie em ascensão*. Foi gerado e expande-se especialmente dentro dos movimentos negros. Para substituí-lo na mitologia social constrói-se outra data histórica, o 20 de Novembro, morte de Zumbi. *Enfim, há o 13 de Maio crítico, espécie também em ascensão*. O valor positivo da data é mantido mas sob luz diferente. A ênfase deixa de cair sobre a ação da princesa, ou do governo em geral, e se transfere para o movimento popular, aí incluída a reação dos próprios escravos. Em vez de doação real, a data é vista como conquista popular. *Tal versão germina nos meios acadêmicos envolvidos na revisão da historiografia da escravidão*.<sup>514</sup>

Conforme depreende-se, o estilo e o propósito do texto de Carvalho são distintos se comparados com a publicação de Ferlini, uma vez que apresenta uma escrita mais ensaística e irônica, sem qualquer uso de fontes e citação de referencial bibliográfico. Considera-se que esse diagnóstico apresentado com relação aos três sentidos da efeméride coincide com os encaminhamentos realizados até o momento, uma vez que tematiza o deslocamento da legitimidade da narrativa histórica ancorada na figura da Princesa Isabel e na ideia de doação da liberdade condicionada pela postura reativa e propositiva dos movimentos negros e historiografia. Todavia, a partir do trecho citado acima, observa-se que os lugares de enunciação “em ascensão” não estavam interligados na visão do historiador, pelo contrário, Carvalho parece entender a sua relação a partir da chave entre mito versus crítica, uma vez que pressupõe que a concepção do dia Vinte de Novembro não corresponde a uma crítica à efeméride, mas sim compõe a “mitologia social”. Essa justificativa para a relação dicotômica e concorrencial é explicada do seguinte modo:

A primeira versão deve ser deixada morrer em paz. A segunda estabelece *oposição falsa* entre o 13 de maio e o 20 de novembro, *ao caricaturar o primeiro e mitificar o segundo*. A terceira abre perspectivas de debates que me parecem mais promissoras se o problema negro for visto, como creio deve ser, *como problema nacional* e não apenas dizendo respeito a minoria oprimida. Mas *na revisão do sentido da data é preciso ir além da estéril dicotomia doação/conquista*. É preciso explorar outros sentidos que tornam o 13 de Maio mais inteligível e mais relevante para os dias de hoje.<sup>515</sup>

<sup>514</sup> CARVALHO, José M. A abolição aboliu o quê? Folha de São Paulo, São Paulo. *Folhetim*. 13 de maio. 1988, ed. n° 21.590, p.8 (grifos meus).

<sup>515</sup> *Ibid.*, p.9 (grifos meus).

O rumo tomado por Carvalho para complexificar a questão foi direcionada para a tematização das hierarquias sociais do período imperial e da manutenção do estado de carência de cidadania que envolveu o processo de transição do trabalho escravo para o livre. Com base na comparação entre as sociedades escravistas dos Estados Unidos e do Brasil e das particularidades dos processos políticos que desencadearam a abolição nos dois contextos nacionais, Carvalho realiza uma argumentação que aponta para os laços contraditórios e porosos entre senhores e escravizados, escravizados com escravizados, libertos com escravizados, afirmando que “era uma sociedade em que a escravidão como prática, senão como valor, era amplamente aceita”.<sup>516</sup> Desse modo, a internalização da lógica escravista na diversidade dos grupos sociais, inclusive entre libertos e escravizados, teria produzido uma desigualdade tão grande que “a igualdade decretada pela lei tinha escassa consequência”, pois “havia hierarquia de condição social (livre/escravo), de sexo (homem/mulher), de cor (branco/mulato/negro), de educação (bacharel/alfabetizado/analfabeto), de classe (proprietário/não-proprietário)”, desse modo “a passagem da condição de escravo para a condição de livre não era um salto para a cidadania. Era apenas pequeno passo numa longa escada hierárquica”.<sup>517</sup> Em vista disso, os sentidos formulados para o Centenário da Abolição deveriam considerar a herança hierárquica e desigual herdada pela República que a perpetuou através do descaso estatal e social pós-abolição.

A partir de tais premissas, Carvalho justifica sua posição de que a abolição deve ser entendida enquanto um “problema nacional”:

O 13 de Maio não deve ser descartado porque teve sentido positivo. Não pode, por exemplo, ser comparado com as proclamações da Independência e da República a que o povo assistiu bestializado. O 13 de Maio foi o coroamento da primeira mobilização nacional da opinião pública, mobilização a que aderiram escravos, libertos, estudantes, jornalistas, advogados, intelectuais, empregados públicos, setores do operariado. Como tal, sua importância não pode ser ignorada. Mas como vimos, em termos de resultados, a abolição aboliu muito pouco. A distância que separava o escravo da condição de cidadão era enorme, como continua enorme até hoje a distância que separa a população negra da mesma condição. (...) Ela [a abolição] tem a ver com os valores hierárquicos e sua carga de preconceitos que estruturam nossa sociedade, bloqueiam a mobilidade, impedem a construção de uma nação democrática. A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, devem ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século 19, não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.<sup>518</sup>

---

<sup>516</sup> CARVALHO, José M. A abolição aboliu o quê? *Folha de São Paulo*, São Paulo. Folhetim. 13 de maio. 1988, ed. n° 21.590, p.9.

<sup>517</sup> Ibid.

<sup>518</sup> Ibid.

Não obstante as possibilidades de relacionar esse ensaio com a teoria geral de Carvalho publicado no seu livro *Os Bestializados* de 1987 e, para além disso, com o próprio contexto político e social em torno da luta por cidadania, interessa enfatizar que o texto consistiu em uma resposta crítica à pauta política e identitária dos movimentos negros, ainda que comungue de alguns pontos em relação à leitura histórica. Esse posicionamento também foi reproduzido no ensaio de Francisco Iglésias publicado na edição comemorativa do Estadão com o título “O trabalho e o negro: cem anos depois”, texto que assumiu um tom de síntese abordando cinco pontos, delimitado da seguinte forma pelo historiador: 1) O significado da presença negra no Brasil; 2) A luta contra a escravidão; 3) Insuficiências da lei emancipadora; 4) Significado da data 1888; 5) O 13 de maio deve ser comemorado?

Ao longo dos dois primeiros tópicos, Iglésias tematiza a presença negra através de duas “notas”, isto é, o negro enquanto forma de trabalho e o negro como componente do quadro étnico miscigenado brasileiro. Nesse sentido, percorre sinteticamente a trajetória concreta de trabalho escravo ao longo dos quase quatro séculos, assim como aborda os modos que a historiografia e as ciências sociais conceberam o lugar do negro na história e na sociedade brasileira desde autores como Von Martius à Sérgio Buarque de Holanda, citando inclusive Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos. No ponto seguinte, Iglésias descreve as condições sociais, políticas e econômicas que conformaram a conjuntura que favoreceu a abolição da escravidão no final do século XX, quadro que se destaca pela ausência de consideração do escravizado enquanto agente ativo nesse processo, sendo sua resistência remetida apenas ao quilombo de Palmares. Realizada as considerações históricas, os pontos finais do texto são interpretativos em torno da conexão entre as insuficiências da lei, o significado da Lei Áurea e o posicionamento frente ao cenário de comemoração do Centenário:

Decerto, a lei era insuficiente. Não tinha sentido abolir a escravidão sem uma reforma agrária, um redimensionamento da sociedade e da economia. (...) Abolir o sistema, pura e simplesmente, sem outras providências, significava deixar os ex-escravos no abandono, sem local para viver, expulsos da terra, sem possível função, uma vez que não se prepararam para a vida urbana, desqualificados para as tarefas exigidas. O resultado é o êxodo, a vinda para as cidades, onde ocupam a periferia, os morros ou áreas insalubres, tendo de aceitar qualquer emprego, sem condições, aviltam o mercado de trabalho. (...) *Quando se lembra agora o primeiro centenário do fim do escravismo deve-se ter em conta mais de uma realidade. Deve-se considerar não só o caso do negro, mas também o do trabalho.* Com a lei, suprimia-se uma forma de produção – a escravista -, instituindo-se o assalariado. É o caso de indagar: cem anos depois, qual a situação de quem vive de salário, tem de vender sua força de trabalho? Este é livre ou subordinado a uma engrenagem que o desconfigura?<sup>519</sup>

---

<sup>519</sup> IGLESIAS, Francisco. O trabalho e o negro, cem anos depois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.2 (grifos meus).

Observa-se que Iglésias estabelece a “ponte” entre a escravidão e a condição social de vida dos negros e negras no Brasil da década de 1980, ressaltando que o peso do passado (arcaico) ainda ressoa integralmente na dignidade da população que descende da escravidão, considerações realizadas através do diálogo com a obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco, o principal interlocutor do historiador no texto. É nesse sentido que o posicionamento de Iglésias sobre o significado do Centenário da Abolição se aproxima de Carvalho ao defender a sua reflexão enquanto um problema nacional – do trabalho brasileiro –, uma vez que a escravidão ceifou as suas possibilidades de ascensão social. É a partir disso que o historiador responde à pergunta colocada no início do texto “O 13 de maio deve ser comemorado?”:

Se o trabalho não foi redimido ainda, também não foi a raça negra. Os preconceitos continuam, com as sabidas discriminações. Leis que condenam tais práticas como criminosas são facilmente burladas. (...) *O homem de cor tem muito ainda a conquistar para ter a liberdade prometida pela lei de 1888.* Daí a negação de certos grupos de cor a comemorar o 13 de maio. Entende-se o raciocínio que os leva a tanto. *Parece-nos, contudo, inexistirem motivos para tal radicalização, que poderia levar a uma luta de raças.* Que denunciem certa impostura na afirmativa de que o negro é livre – como na do trabalho livre –, entende-se. *Pode-se aproveitar a lembrança da data para denunciar mais vivamente os conhecidos fatos. Com a denúncia, é possível sensibilizar a maioria do povo para a realidade, sem enfeites ou desfigurações.* Relembre-se Nabuco mais uma vez ao dizer “acabar com a escravidão não basta, é preciso destruir a obra da escravidão”. Ou em passagens de seu livro de 83, já aqui invocado, sobre o Abolicionismo: “O nosso caráter, o nosso temperamento, a organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira. A empresa de anular essas influências é superior, por certo, aos esforços de uma só geração, mas, enquanto, esta obra não estiver concluída, o Abolicionismo terá sempre razão de ser”. Para ele, a campanha nasce do pensamento de “reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”. Encampando a pregação do estadista pernambucano, *vê-se que a campanha deve continuar, pois os objetivos de 1883 não foram ainda atingidos. O 13 de maio não deve ser visto como comemoração de uma efeméride, à maneira de festas oficiais, apenas discurso e retórica, mas como o exame de quanto ocorreu ao longo de um século na colocação do trabalho e do trabalhador e no relacionamento interétnico, de modo a caminhar para uma sociedade justa, igual e livre, da qual o País está ainda longe, apesar dos cem anos de lei só em parte emancipadora.*<sup>520</sup>

Para Iglésias, assim como para Carvalho, o Centenário da Abolição deve ser rememorado criticamente enquanto um problema de relações interétnicas e trabalhistas que interferem na democratização da cidadania no Brasil e, portanto, uma questão que exige *a união de todas as raças*. O posicionamento de ambos os historiadores parece situar-se em uma encruzilhada de parte do pensamento social brasileiro e, especificamente da historiografia canônica, naquele contexto de redemocratização e construção de uma nova Constituição em que perpassava o tema das relações étnico-raciais e do passado nacional. Essa encruzilhada diz respeito à manutenção e reprodução do paradigma da miscigenação enquanto matriz de entendimento das relações raciais na sociedade brasileira, embora modifique-se o olhar retrospectivo ao passado inscrevendo-se no debate público e na escrita da história os efeitos da

<sup>520</sup> IGLESIAS, Francisco. O trabalho e o negro, cem anos depois. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.2 (grifos meus).

dominação, hierarquização, racialização no presente, ressignificando o *topos* do progresso nacional. Nesse cenário, Carvalho e Iglésias parecem estar atentos e cientes da pauta de luta dos “militantes negros”, dos “movimentos negros”, dos “grupos de cor” e, embora compartilhem do rechaço às práticas de discriminação e da “insuficiência” da Lei Áurea, a *racialização do “problema nacional”* implica não somente o rechaço aos discursos movimentos negros, mas principalmente ao passado idealizado e os sentidos atribuídos por tais organizações ao Treze de Maio e ao Vinte de Novembro. Transparece aqui uma posição ambivalente dos historiadores em que se posicionaram ético-politicamente contra as formas contemporâneas de discriminação racial, o que não impediu de enunciarem o rechaço à politização das categorias de raça e, por consequente, da deslegitimação da releitura do passado nacional e da matriz da miscigenação a partir dessa abordagem demandada pelos movimentos negros.

Percebe-se, portanto, que a leitura política e histórica dos historiadores continua fincada nas premissas da composição racial tripartite brasileira de Von Martius que estruturam a base da disciplinarização da historiografia brasileira no século XIX, de modo que a questão nacional condiciona a reflexão histórica. Todavia, essa reprodutibilidade da matriz nacional naquele contexto implica algumas contradições que se manifestam na visão decadentista dos mitos da democracia racial e do Isabelismo, conforme cada um pontuou. Nesse sentido, destaco o diagnóstico de Carvalho de que “o 13 de Maio tradicional, o da Princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. Trata-se de espécie em extinção” que “deve ser deixada morrer em paz”<sup>521</sup>, assim como a afirmação de Iglésias quanto à obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freire, a qual “chega mesmo a falar em democracia racial, cunhando o conceito de acidentada trajetória, que fez muito mal, conceito hoje arquivado entre as curiosidades da ciência social”<sup>522</sup>. Assim, entre as narrativas dos movimentos negros, os mitos nacionais e antigas teses acadêmicas, ambos os historiadores parecem ter a intenção de legitimar a historiografia profissional brasileira no espaço público, o que fica implícito no diagnóstico de Carvalho ao qualificá-la enquanto lugar de produção de sentido sobre o Treze de Maio “em ascensão”. Em torno disso, cabe destacar que obras historiográficas produzidas a partir da perspectiva da história social da escravidão publicadas naquele contexto, traziam como justificativa e legitimidade social a contribuição da abordagem das experiências de resistência

---

<sup>521</sup> CARVALHO, José M. A abolição aboliu o quê? Folha de São Paulo, São Paulo. *Folhetim*. 13 de maio. 1988, ed. n° 21.590, p.8.

<sup>522</sup> *Ibid.* p.2.

e estratégias de sobrevivência de escravizados no seu cotidiano. Conforme destacam Martha Abreu, Hebe Mattos e Carolina Dantas:

O poder da pesquisa histórica sobre a experiência escrava para desestabilizar determinados enquadramentos da memória coletiva sobre a sociedade escravista não é exatamente uma novidade. Um bom exemplo foi o artigo acadêmico ‘Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia’, publicado em 1989 por dois também importantes historiadores da escravidão, João José Reis e Eduardo Silva. Os autores, com sua pesquisa e reflexão, dialogaram com o maniqueísmo das construções memoriais em torno do escravo submisso (Pai João) ou rebelde (Zumbi). Desafiaram a construção memorial em torno de Zumbi, cuja luta representaria a única forma possível de combate à escravidão, ao colocaram um relevo a resistência cotidiana presente na vida dos que permaneceram na escravidão. Historicamente, em momentos diferentes, Pai João e Zumbi poderiam ser a mesma pessoa.<sup>523</sup>

Uma amostra dessa intervenção via obra historiográfica citada pelas historiadoras pode ser vista no epílogo do livro “Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte” de Sidney Chalhoub, versão da tese defendida em 1988, publicado em 1990. Ao finalizar o livro, o historiador reafirma a sua intenção de se contrapor às visões do escravo-coisa sustentadas tanto por “autores-protótipo” como Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender quanto pelas figurações de Zumbi dos Palmares:

*Enquanto o escrevia, passou o bonde do centenário da Abolição. Passou cheio, lotado daquilo que se tornou lugar-comum: a teoria do escravo-coisa. Tal teoria apareceu principalmente na sua versão “progressista” de escravo-rebelde, e deu o tom nas longas questões a respeito do significado das datas e das personagens históricas; maio ou novembro, princesa ou Zumbi dos Palmares? É um fato incontestável que questões políticas importantes podem ser debatidas sob o pretexto de uma discussão sobre o significado de certas datas históricas: são leituras do passado, ou mecanismos de produção social da memória histórica, que podem ser desmontados ou explicitados no processo de discussão. Assim, por exemplo, o 13 de maio está cada vez mais desmoralizado enquanto uma data de “concessão” ou “doação” da liberdade aos negros por um ato de humanidade de uma princesa, ou mesmo de toda uma classe dominante. Também está crescentemente desmoralizado enquanto data de redenção do trabalho, momento de emergência de um tempo de liberdade na história. A desmoralização dessa última leitura do 13 de maio continua em curso numa sociedade que, em tempos alarmantes, substitui os açoites pelos acidentes de trabalho como uma das formas cruciais de disciplinarização e mutilação dos corpos dos trabalhadores. E o 20 de novembro? Zumbi continua sendo uma marca essencial em toda esta guerra de ideias. Uma das formas de se combater um mito histórico é tentar destruí-lo em seu próprio campo de luta: aceitando a necessidade de mitos históricos com certas características e funções, o que se faz é reforçar um outro mito que represente valores diametralmente oposto àqueles estampados no mito que se quer destruir. Essa é sem dúvida uma forma historicamente recorrente de conduzir lutas sociais, e implica certamente conduzir a luta num campo de possibilidades que é, em larga medida, uma criação dos adversários. (...) O processo histórico que resultou no 13 de maio foi significativo para uma massa enorme de negros que procurou cavar seu caminho em direção à liberdade explorando as vias mais ou menos institucionalizadas na escravidão dos brasis no século XIX - penso aqui, é claro, no pecúlio, na alforria por indenização, nas autorizações para “viver sobre si”, e em tudo o mais que procurei reconstituir neste texto. O fato de muitos escravos terem seguido esse caminho não*

<sup>523</sup> ABREU, M. C.; MATTOS, H.; DANTAS, C. V. . Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: Helenice Rocha; Rebeca Gontijo, Marcelo Magalhaes. (Org.). *A Escrita da História Escolar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, v., p. 190.

significa que eles tenham simplesmente “espelhado” ou “refletido” as representações de seus “outros” sociais. Os cativos agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e seus movimentos estiveram sempre firmemente vinculados a experiências e tradições históricas particulares e originais. E isso ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão – e lutavam então para alargar, quiçá transformar, esse campo de possibilidades. Algumas pessoas ficarão decepcionadas com as escolhas desses escravos que lutaram pela liberdade, resolutamente por certo, mas sem nunca terem se tornado abertamente rebeldes como Zumbi. *Essa é uma decepção que temos de absorver, e refletir sobre ela, pois para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégia mais ou menos previstas pela mudança, em seu benefício, de aspectos institucionais daquela sociedade.* E que os defensores da teoria do escravo-coisa não me venham com a afirmação de que tais opções de luta não são importantes: afinal, combater no campo das possibilidades largamente mapeado pelos adversários é exatamente o que fazem ao insistirem em Zumbi e na rebeldia negra. *A inversão de mitos resulta antes de tudo em mitos invertidos, e estes repetem os originais em aspectos essenciais.* Não sei se há, ou mesmo se pode haver, uma alternativa para isso. O fato, porém, é que não cabe se embriagar com o alcance das próprias ideias. *Seria trágico se não conseguíssemos entender o quanto nossas disputas historiográficas aparentemente banais – com uma simples querela de datas – explicitam os limites do nosso próprio “fazer” político. Mas, se aqui não há lugar para delírios de grandeza ou ilusões de novidade revolucionária, também não é preciso pensar em rendição: afinal, o que acabamos de ver foram exemplos seguidos de sujeitos históricos que conseguiram politizar a rotina e, assim, transformá-la.* O resultado se revelou aos poucos algo muito diferente daquilo com o que haviam sonhado, e a transformação do sonho em pesadelo tomou logo a forma de golpe militar e, paradoxalmente, República. Isso, porém, é uma outra história, e ainda é a nossa história.<sup>524</sup>

As considerações de Chalhoub sobre a resistência dos escravizados a partir do campo de possibilidades dadas na lógica da sociedade escravista transparece “um depósito de esperança na capacidade política dos agentes históricos e uma valorização de lutas diversificadas”,<sup>525</sup> manifestando o laço entre a produção historiográfica com o horizonte de (re)democratização naqueles anos finais da década de 1980. Não obstante, o interesse com essa citação se justifica em pensar nesse diagnóstico comum do enfrentamento que a produção historiográfica projetava para si frente aos mitos que conformavam a memória coletiva e a tradição acadêmica. O reconhecimento de que o “13 de Maio maldito”, a “versão progressista” do escravo-coisa produzido no interior dos movimentos negros, assim como o diagnóstico de que a historiografia consiste em uma “espécie em ascensão” denota o entendimento tanto da concorrência entre memória e história quanto sua relação opositiva (política) naquele contexto por parte dos historiadores. As intervenções variavam entre o objetivo de “desmanche” dos mitos, mostrando a equivalência entre o mito da Princesa Isabel e o mito e Zumbi dos Palmares e no exercício de complexificação do passado, modalidade que se manifestou nos artigos como

<sup>524</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011, p.317-319 (grifos meus).

<sup>525</sup> ADOLFO, Roberto. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1, p.17.

“As origens da escravidão africana”, “Escravidão e economia no Brasil”, de autoria, respectivamente, de Luiz Felipe de Alencastro, Ciro F. Cardoso.

Ambos os historiadores ligados à História Econômica da escravidão tematizaram as condições e contexto histórico colonial de implementação dos sistemas de tráfico e comércio de escravizados entre Brasil, África e Portugal através de uma narrativa acadêmica extensa, não estabelecendo relação direta e evidente ou referência ao contexto presente e tampouco ao tema de comemoração do Centenário da Abolição. Organizados em sequência sucessória no suplemento especial comemorativo do Estadão, os textos se complementam em termos de temática, uma vez que Alencastro explica como as relações comerciais que envolviam a venda e compra de escravizados no litoral africano no século XIV paulatinamente transformou-se em uma “complexa organização comercial e marítima em cima do trato e tráfico de escravos”<sup>526</sup> no final do século XVI, enquanto Cardoso defende a tese de que a economia escravista colonial e imperial “é um dos fatores centrais na explicação do subdesenvolvimento persistente ou do desenvolvimento e socialmente iníquo das regiões afro-americanas”.<sup>527</sup>

Para além da questão das diferenças de abordagem teórico-metodológicas que poderia ser aprofundado, interessa refletir em torno da função de tais intervenções historiográficas com forte densidade empírica e erudição no espaço jornalístico. Não se considera que a simples ausência de uma linguagem acessível e ensaística, semelhante aos textos de Iglésias e Carvalho, denotem um desinteresse por si só no debate público e divulgação historiográfica. Ao contrário, parece que a intenção ético-política de Alencastro e Cardoso mantém coerência com as intervenções de Iglésias e Carvalho no sentido de legitimação institucional e pública da historiografia profissional através do *exercício de complexificação do passado*. Nesse sentido, o texto publicado por Cardoso é representativo, uma vez que o historiador apresenta o percurso temático dos estudos da escravidão desde o final da década de 1970 até pesquisas que estavam em andamento naquele ano de 1988 por meio de citação e diálogo com um amplo leque de historiadores e historiadoras. Observa-se marcas discursivas que buscam afirmar a renovação historiográfica da escravidão através de novos entendimentos a respeito da economia escravista, por exemplo:

Escravidão, latifúndio e monocultura: eis aí o que se apresentava quase invariavelmente aos estudantes de escolas e faculdades há 25 anos como tripé no qual se assentava a economia colonial e mesmo imperial. Ainda naquela época, tal fórmula usual era uma simplificação; mais exato seria falar de escravidão, grande unidade

---

<sup>526</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. As origens da escravidão africana. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.6.

<sup>527</sup> CARDOSO, Ciro F. Escravidão e Economia no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.7.

produtora e monoprodução. Seja como for, esta concepção desembocava, sob a influência de Roberto Simonsen, numa periodização econômica do conjunto territorial que corresponde ao Brasil atual, do início da presença portuguesa até fins do século passado, cujo aspecto era de uma sucessão de “ciclos”, cada um deles dominado pela monoprodução de um “produto-rei” – sempre em grandes unidades de produção e sempre à base do trabalho de escravos negros: os ciclos do açúcar, do ouro e do café. (...) *A pesquisa histórica, neste último quarto de século, abalou consideravelmente aquela visão.* A interpretação baseada em ciclos, como alegaram muitos autores, era uma simplificação excessiva e deformante. *Quem lesse, por exemplo, o que se dizia corretamente nos manuais acerca do ciclo de ouro (1698-1760), com sua febre mineradora exclusivista e mesmo com o desvio dos escravos da agricultura para a mineração, sem dúvida acharia difícil explicar o fato, conhecido há muito tempo no entanto, de que o valor das exportações auríferas legais nunca superou, no período colonial, o das exportações legais de açúcar!*<sup>528</sup>

Percebe-se novamente a afirmação da superação de determinadas teorias e memórias outrora hegemônicas na historiografia que se realizou por meio da expansão do número de pesquisas empíricas em arquivos e na diversificação de objetos conforme Cardoso divulgou por meio da tematização de questões como “Por que a escravidão de africanos?” e “Quantos africanos foram transportados para o Brasil pelo tráfico, do século XVI até meados do XIX?”. A partir desses questionamentos, atualiza as recentes pesquisas sobre a história da escravidão, citando brevemente as pesquisas desde Caio Prado Jr, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni até seus pares como Alencastro, Viotti da Costa, João Fragoso, Fernando Novais, além de historiadores formados ao longo da década de 1980 como José Jobson Arruda e uma série de outros nomes a partir dos quais demonstrava a expansão de temáticas dos estudos da escravidão em termos de investigações nos espaços urbanos e rurais e elencava possíveis novos campos de estudo.

Portanto, a partir da análise destas quatro intervenções, pode-se afirmar que *a tarefa de desmitificação* direcionada seja às teorias acadêmicas consideradas ultrapassadas seja às narrativas oficiais e dos movimentos sociais enquadradas a partir do rótulo de “mitologia social” foi projetada como a principal função política no contexto comemorativo do Centenário da Abolição, isto é, desmitificar significava “des-celebrar” a efeméride. Desse modo, essa tarefa de desmitificação era conformada pela virtude epistêmica do trato empírico com as fontes, de tal forma que a persona do historiador arquivista transparecia nos textos através de múltiplas referências a documentos primários e inclusive na demanda por políticas públicas de arquivos. Esse repertório epistêmico, portanto, fundamentou uma modalidade de intervenção marcada pelo exercício de complexificação do passado. Entende-se que esse tipo de intervenção pode

---

<sup>528</sup> CARDOSO, Ciro F. Escravidão e Economia no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.7 (grifos meus).

ser classificado como um “engajamento político tímido” conforme propôs Oliveira.<sup>529</sup> Além disso, pode ser estabelecida a relação entre esse exercício de complexificação do passado com o estilo de escrita do historiador, a qual passou a se distanciar dos modelos ensaísticos, da síntese e do estabelecimento de longas diacrônicas.<sup>530</sup> Não obstante, a potencialidade política do engajamento se manifestou no posicionamento crítico e na leitura densa do passado histórico nacional, marcando as relações de poder e conflito e as práticas de silenciamento e invisibilização da agência histórica das populações escravizadas frente às narrativas oficiais, embora isso não significasse uma aproximação “direta” com setores sociais como os movimentos sociais tão ativos e participantes naquela conjuntura do ano de 1988.

Com relação a esse ponto, novamente as conclusões apontadas por Simas na sua pesquisa permitem o diálogo com as questões analisadas nesta dissertação, uma vez que a historiadora observou as resenhas historiográficas sobre o tema da escravidão publicadas no *Cultura* ao longo do ano de 1988. Simas avaliou que:

embora os historiadores estivessem atentos às demandas de memória tão latentes na década de 1980, o foco de suas análises é para o campo historiográfico. *Uma defesa da história e do conhecimento produzido por meio de métodos e técnicas que não descartem a memória, mas que também não se submetam ou se coloquem a serviço dela.*<sup>531</sup>

Segundo Sousa, a defesa da produção do conhecimento histórico regulado através do método científico condicionou *o gesto cético* dos historiadores e historiadoras na conjuntura da redemocratização com relação à possibilidade de superação do fardo do passado arcaico mobilizado no projeto de defesa da democracia e expresso nos usos públicos do passado.<sup>532</sup> Esse posicionamento de desconfiança e cautela, tratando de respeitar a contingência do passado e encarando seriamente possibilidade da sua permeância no presente aparece no fechamento do texto de Cardoso, após a revisão do tema do escravismo colonial:

Independentemente do fato de que pôde, às vezes, garantir ganhos importantes aos proprietários de escravos, a economia escravista, quando considerada globalmente, é um dos fatores centrais na explicação do subdesenvolvimento persistente ou do desenvolvimento desequilibrado e socialmente iníquo das regiões afro-americanas. A vigência do escravismo implicava, com efeito, um nível tecnológico baixo no conjunto (mesmo se, setorialmente, pudesse apresentar grandes progressos, como se depreende de estudos como os de Eul Soo- Pang, Antonio B. de Castro e Almir C. El-

<sup>529</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História Da Historiografia*, v. 01, p. 127-222, 2018.

<sup>530</sup> Ibid.

<sup>531</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento *Cultura* do jornal *O Estado de S. Paulo* (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020, p.106 (grifos meus).

<sup>532</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018.

Kareh), um mercado interno limitado – ainda sendo verdade que os escravos dele participavam, vendendo e comprando, bem mais do que creem muitos autores -, uma economia cuja expansão era mais extensiva do que qualitativa, a prosperidade de um punhado de privilegiados apoiada na degradação da maioria absoluta da população. *Estas e outras razões prolongam até nossos dias as repercussões de algo que terminou há um século. Queiramos ou não, convivemos quotidianamente com consequências do escravismo que nem somos capazes de perceber.*<sup>533</sup>

A consciência da permanência do subdesenvolvimento, da economia extrativista, da reprodução da desigualdade abismal e do espólio social da maioria da população brasileira colocava o historiador, sedento pela complexificação do passado, em uma situação de *constrangimento*, visto a incontornável presença das estruturas do passado colonial e imperial na sociedade brasileira que lutava pela redemocratização. Retoma-se assim a problemática da continuidade entre passado e presente, de tal modo que se a conjuntura que entrelaçou o Centenário da Abolição e Assembleia Nacional Constituinte projetava esse olhar retrospectivo ao passado nacional, parece ser possível afirmar que o vínculo contingente ente “500 anos do Brasil” com a virada do século XX para o XXI igualmente estimulou as avaliações do passado enquanto um grande bloco monolítico que pressionava as expectativas para o novo século.

As intervenções realizadas no contexto do V Centenário do Descobrimento do Brasil apresentam indícios que possibilitam a verificação de como os historiadores e historiadoras se relacionaram com o problema das relações entre passado e presente tanto no que se refere a dimensão da permanência das estruturas históricas quanto com relação à celebração da identidade nacional. Essa questão aparece não somente a partir das suas reflexões, mas principalmente como pauta jornalística ao *especialista em história*. Conforme foi definido no site da Folha de São Paulo, a série de entrevistas realizadas entre março e abril de 2000 denominada “O Brasil por Historiadores” convidou os pesquisadores para “tratar de temas referentes ao *legado* cultural, social, político e econômico do passado para a formação da atual sociedade brasileira”. Em torno dessa solicitação do historiador para debater os “500 anos do Brasil”, convém citar o cenário descrito por Déa Fanelon, Heloísa de Faria Cruz e Yara Aun Khoury na apresentação do dossiê “Sentidos da Comemoração” do periódico Projeto História vinculado ao departamento de História da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e publicado no primeiro semestre de 2000:

Incitada pelos relógios da Globo que, desde abril de 1999, em horário nobre e nas diferentes regiões brasileiras, lembravam que “faltavam *n* dias para os 500 anos do Brasil”, a universidade brasileira entrou no *clima das comemorações*. No decorrer de 1999, o Programa de Pós-Graduação e o Departamento de História da PUC-SP *oscilaram entre a quase náusea diante das incontáveis solicitações que demandavam professores a participarem de mesas-redondas, encontros, programas de rádio e*

<sup>533</sup> CARDOSO, Ciro F. Escravidão e Economia no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.8 (grifos meus).

*televisão, para falar sobre os descobrimentos, as especiarias, as navegações, os momentos fundantes da nacionalidade, e o reconhecimento de que, como historiadores, era impossível a omissão. Nunca tivemos dúvida de que essa proposta de comemorar “Brasil 500 anos”, em sua dimensão oficial e em curso na mídia brasileira, expressava a necessidade de reforçar e de continuar a impor uma memória única, alimentada por uma volta obsessiva ao passado como ocultamento do presente. Uma memória única marcada pelo ufanismo de um passado inventado, construído pelo branco europeu, pelos índios e negros escravos irmanados, deixando-nos como herança a perfeita harmonia e cordialidade de nossa gente, sempre pronta a construir um país glorioso e um futuro promissor.*<sup>534</sup>

Conforme depreende-se, os historiadores e as historiadoras foram convidados para uma festa, cujo clima não era nem um pouco agradável, mas não conseguiram, por dever ético-político, recusá-lo. Comparecer à festa dos “500 anos do Brasil” implicava constantemente enveredar para os temas e discursos nacionalistas e deparar-se com narrativas há muito tempo superadas pela historiografia profissional brasileira, porém que insistentemente eram catalisadas diariamente naquele contexto. Conforme destacou Cogo, a demanda jornalística pela intervenção do intelectual foi fundamentada pela questão nacional:

*As colunas assinadas e os artigos são igualmente o principal espaço de convocação, pelas mídias, das “vozes intelectuais”, cujas presenças parecem ter reinstaurado, no campo midiático contemporâneo, aquilo que, segundo a historiadora gaúcha Sandra Pesavento, foi, a partir da Independência do Brasil, em 1822, incumbência do campo intelectual no país: encontrar respostas à ambivalência e ambigüidade das questões identitárias básicas como imperativo para a construção da nacionalidade ou de um projeto de nação. A principal delas faz referência à recomposição do mito das origens, cuja mestiçagem é a metáfora definidora por excelência de um Brasil que “já nasce como mestiço e cuja alma já vem marcada pela cor”. No caso dos 500 anos, o mito fundador foi conduzido aos espaços de opinião dos jornais para possibilitar que historiadores, sociólogos, antropólogos, filósofos, psicanalistas, escritores, etc. oferecessem distintos posicionamentos em torno especialmente de três questões identitárias básicas: as distintas temporalidades ou as lógicas da inclusão/exclusão que configuram nossa comunidade nacional; as repercussões, nessas lógicas, dos embates entre identidade nacional e multiculturalidade e seus desdobramentos em torno de mitos como o da democracia racial ou o do brasileiro cordial e, por último, a inserção do Brasil na sociedade global.*<sup>535</sup>

Percebe-se, assim, que o contexto do V Centenário do Descobrimento do Brasil projetou aos historiadores e historiadoras a tarefa de debater a identidade e memória nacional e inclusive de apresentar respostas sobre o presente e o passado nacional, o que deixava transparecer a relação umbilical entre o Estado-Nação e a historiografia, promovendo uma tensão com a função social contemporânea da historiografia profissional. A resposta da historiografia, antes de inserir-se na sua linguagem comemorativa, consistia em problematizá-la, colocando a

<sup>534</sup> FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; KHOURY, Yara Aun. Apresentação. *Proj. História*, São Paulo, (20), abr. 2000, p.7 (grifos meus).

<sup>535</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: COLÓQUIO PAN-AMERICANO INDÚSTRIAS CULTURAIS E O DIÁLOGO DAS CIVILIZAÇÕES DAS AMÉRICAS, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p.8.

questão “por quê comemorar?”<sup>536</sup>, isto é, interessava desmitificar os discursos nacionais e ufanistas na sua base de dominação e apontar para os silenciamentos subsumidos na identidade e memória nacional.

A questão da exclusão/inclusão de negros e indígenas enquanto sujeitos históricos nos cinco séculos de história foi um dos eixos de problematização, o que exigiu dos pesquisadores a abordagem do processo de construção da identidade e memória nacional no século XIX e, por consequente, da tarefa dos historiadores ligados ao IHGB nesse processo. Tal questão foi abordada ou tangenciada em várias intervenções a partir da mobilização das noções de “invenção do passado”, “comunidade imaginada” ou “invenção das tradições” para a explicação dos processos de conformação da “memória única”. No artigo “A memória nacional contra a história”, publicado após os acontecimentos de abril de 2000 em Porto Seguro, Carvalho mobilizou as categorias de “plesbício nacional” de Ernest Renan e “comunidade imaginada” de Benedict Anderson para abordar o tema da construção da memória nacional brasileira e apontar as razões dos protestos de setores sociais e indígenas em Porto Seguro. Nessa explicação, foi pontuado o papel desempenhado pelo historiador no século XIX e projetado o dever contemporâneo da historiografia:

A memória é a história ajustada às necessidades da construção da identidade nacional. Renan já antecipara tal idéia em sua conferência, ao dizer que a criação de uma nação exigia o esquecimento e até mesmo o erro histórico. A unidade nacional se constrói quase sempre, é ainda ele quem fala, mediante o uso de muita violência. Foi assim na França, onde a união do Norte e do Sul se fez após um século de extermínio e terror. No caso brasileiro, basta citar as revoltas do Primeiro Reinado e da Regência, algumas de violência inaudita como a Cabanagem, para ilustrar a tese. As violências têm que ser esquecidas ou interpretadas de maneira a não impedir o sentimento de unidade, a permitir, para usar outro jargão de hoje, a produção de uma narrativa coerente, uma escritura, da nação. *É por isso, prossegue Renan, que o progresso dos estudos históricos constitui um perigo para a nacionalidade, na medida em que os historiadores podem insistir em lembrar aspectos incômodos, em desmascarar excessos de esquecimentos e de erros. Não foi esse o caso da maioria dos historiadores do século 19, aí incluídos os brasileiros, pois quase todos estavam dedicados à tarefa de construir a memória de seus respectivos Estados-nação. Mas o importante é notar que Renan já percebera a distinção entre história e memória e indicara a tensão existente entre as duas.*<sup>537</sup>

O desvelamento dos conflitos e violências da história nacional ocultados pela memória da nação, portanto, impunha-se como tarefa da história no final do século XX, de modo que o conflito em torno da comemoração do “500 anos do Brasil” expressou que:

Há esquecimento demais e há muito erro. Uma cerimônia com memória menos seletiva teria incluído na festa os que pagaram o preço de nossa história, como índios

<sup>536</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000). *Práticas da História*, n.º 8 (2019).

<sup>537</sup> CARVALHO, José Murilo. A memória nacional contra a história. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Caderno Mais! 12 de novembro de 2000. Ed. n.º 26.157, p.18 (grifos meus).

e sem-terra (barrados pela polícia baiana), teria, idealmente, reconhecido as violências e injustiças cometidas contra esses excluídos, teria incorporado outras religiões, teria convidado presidentes de outros países que contribuíram para a formação do Brasil, como Itália, Alemanha, Angola, Nigéria, Moçambique etc. *O plebiscito nacional de hoje exigia essa alteração da memória.* O plebiscito falou exatamente pela voz dos que foram deixados de fora da festa, os índios e os sem-terra, tomando os últimos, sociologicamente, como os descendentes dos escravos africanos. O protesto, embaraçoso para os organizadores, teve o sentido positivo de apontar as falhas da memória construída que se tentou reiterar, seu distanciamento da realidade social do Brasil de hoje, seu divórcio dos sentimentos de parte importante do país. *Mostrou a necessidade de reescrever a narrativa nacional.* (...) Houve muito esquecimento no mito de uma história pacífica, houve erro na idéia de democracia racial, houve fuga na exaltação da natureza como principal motivo de orgulho nacional. *Muita imaginação e pouco plebiscito. O desastre das celebrações oficiais e as críticas que elas despertaram mostram que é hora de mais plebiscito, é hora de falarem os Brasileiros de todos os quadrantes sociais.* As vozes serão desafinadas e o coral será cacofônico. E haverá, sem dúvida, reação dos que só admitem uma idéia de Brasil, aquela que eles mesmos criaram e que gostariam de impor numa reedição cultural do ame-o ou deixe-o. *Mas, se a nação não se imagina a partir dessa diversidade, posto que cacofônica, ela jamais se firmará em bases sólidas, na medida em que pode haver solidez nesses domínios. Os mitos cairão por terra, reduzidos às simples mistificações que são.*<sup>538</sup>

Embora reconheça a pluralidade de vozes que se manifestam na diversidade da identidade brasileira, Carvalho não considera o protagonismo mútuo na inscrição da releitura da narrativa nacional no Brasil do ano 2000 compreendida entre os estudos históricos que insistem em “lembrar aspectos incômodos, em desmascarar excessos de esquecimentos e de erros” e dos movimentos sociais que não respeitam o contrato do “plebiscito nacional”. Esse foi um ponto explorado pelos jornalistas que realizaram as entrevistas com os historiadores e historiadoras, indagando João José Reis e Emília Viotti da Costa a respeito dos seus entendimentos com relação aos movimentos negros e a identidade negra:

*Folha* - O que acha do movimento negro no Brasil hoje? Acha que o fato de grupos negros evocarem sua tradição cultural é uma forma de encarar a massificação apontada pela globalização?

*Reis* - *O movimento negro tem desempenhado papel fundamental ao alertar o país para o racismo, algo que não deve ser esquecido neste momento em que uma visão ingênua da miscigenação tende a ser revitalizada.* Um dos negócios da comemoração dos 500 anos é enfatizar a imagem de um país que, porque é miscigenado, não tem clivagens raciais. *Quando os negros celebram suas tradições culturais não estão exatamente se posicionando contra a massificação globalizante, mas contra o racismo doméstico.* Usam também para tal fim informações facilitadas pela globalização, o caso do reggae na Bahia e no Maranhão e o do rap em São Paulo e no Rio. Globalização tem seu lado bom.<sup>539</sup>

*Folha* - Como se mantém a identidade cultural africana, sobrevivente da diáspora causada pela escravidão, num cenário de globalização?

*Viotti* - O que se tem visto por toda parte é o que Hobsbawn chamou de "a invenção da tradição". Os povos africanos de origens diversas, que pertenceram no passado a

<sup>538</sup> CARVALHO, José Murilo. A memória nacional contra a história. *Folha de São Paulo*, São Paulo. Caderno Mais! 12 de novembro de 2000. Ed. n° 26.157, p.18 (grifos meus).

<sup>539</sup> COLOMBO, Sylvia "Não creio em solução", diz João José Reis. *Folha Online*. Brasil por historiadores. *Folha Online*, p.6 (grifos meus).

grupos étnicos distintos, com culturas e religiões diversas, foram transportados para a América, onde foram transformados em escravos. No Novo Mundo, eles criaram aos poucos uma nova identidade, que transcendeu muitas vezes as diferenças étnicas que originalmente os dividiam. Brancos e negros, cada um à sua maneira e por motivos diversos, inventaram uma África. Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pela cultura de massa e pela mídia, multiplicaram-se os grupos que invocam a tradição africana. *Invocar a tradição e a cultura tornou-se uma forma de resistência*. Ultimamente se tem visto, por toda parte, um renovado interesse pela cultura. Por toda parte, os grupos que se sentiram excluídos tentam criar um espaço próprio. Às tendências globalizadoras, que supostamente pretendem uniformizar a experiência humana, eles opõem suas "tradições". Dessa forma, globalização e multiculturalismo não se excluem. São os dois lados de uma mesma moeda.<sup>540</sup>

A leitura sobre os movimentos negros diferencia-se, por um lado, da retórica da concorrência com relação às interpretações históricas produzidas nos movimentos negros, conforme se percebeu nas fontes analisadas do Centenário da Abolição, assim como foram reconhecidas a legitimidade das suas lutas. Por outro lado, a correspondência percebida entre o mito nacional e o mito social parece ser reproduzida aqui através da nomenclatura da “invenção” das narrativas nacionais e da “tradição” e “cultura” negra. Esse “embate entre identidade nacional e multiculturalismo” como definiu Cogo,<sup>541</sup> no qual os historiadores procuraram tomar distância tanto da invenção do mito nacional quanto da tradição cultural negra, foi manifestado na leitura dos historiadores e historiadoras através da *problematização do eurocentrismo/etnocentrismo* da festa promovida pelo governo e pela mídia, condensada no repúdio à expressão “descobrimento”. Nesse sentido, convém destacar que *a tematização da história indígena* foi pouco explorada nas intervenções selecionadas, diferenciando-se do debate público suscitado nas comemorações do V Centenário da Chegada de Cristóvão Colombo na América nos países da América do Sul e no Caribe, onde os temas do genocídio indígena ou formas de resistência ao colonialismo centralizaram o debate historiográfico e público.<sup>542</sup> Não obstante, o modo como o historiador Fernando Novais abordou a relação entre a crítica ao eurocentrismo colonizador das representações oficiais e a abordagem do etnocentrismo indígena sumariza o modo como entendia-se o lugar habitável da historiografia nesse debate em torno das identidades. Reproduzo abaixo grande parte da entrevista, tendo em vista a amplitude das respostas concebidas por Novais para as problemáticas privilegiadas até o momento de análise:

<sup>540</sup> COLOMBO, Sylvia. Brancos e negros inventaram uma África, diz Viotti. Brasil por historiadores. *Folha Online*, p.1 (grifos meus).

<sup>541</sup> COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: *Colóquio Pan-Americano Indústrias Culturais e o Diálogo Das Civilizações Das Américas*, 2002, São Paulo. *Anais...* Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

<sup>542</sup> FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. *Dissertação* (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

*Folha* - O Brasil está comemorando efetivamente 500 anos?

*Fernando Novais* - Não há nenhuma nação que não tenha comemorações. *Toda nação necessita de memória e de passado para se legitimar.* As comemorações são lembradas de duas formas: uma pelo governo, por discursos, por inaugurações, e outra pelo mundo acadêmico, em simpósios e congressos. No Brasil e em Portugal têm havido os dois tipos de comemoração. Uma das maneiras que meus colegas historiadores inventam para discutir o assunto é falar de outros assuntos, mas eu preferia falar apenas de Descobrimento. Caracterizar a viagem de Cabral como a do "Descobrimento do Brasil" e a carta de Pero Vaz de Caminha como uma "certidão de batismo" tem pressupostos que precisam ser discutidos. Há um etnocentrismo evidente que expressa a visão do conquistador, do vencedor. Os portugueses seriam o agente e os índios, os "descobertos", os protagonistas passivos do episódio.

*Folha* - Seria então necessário também levar em conta o ponto de vista dos índios?

*Novais* - A crítica do etnocentrismo é verdadeira e não é nova. Mas isso não deve levar à ideia de que nós temos de reconstituir a história do ponto de vista dos vencidos. Nós não podemos nos transformar em índios. *Uma coisa é fazer o estudo da visão dos índios e outra é reconstituir a história a partir do seu ponto de vista.* Há estudos recentes de etno-história, como o que Padden fez no México e Wachtel no Peru, em que se estuda como os índios perceberam o descobrimento, a conquista e a colonização. *São estudos de mentalidades. A história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencido e do vencedor e dizer alguma coisa a mais.* Como nação, somos herdeiros dos europeus, dos índios e dos negros, mas todos não participam da mesma maneira na nossa formação. *Um foi o vencedor e os dois outros foram os vencidos.*

*Folha* - Em 1500 não há, então, um "nascimento"?

*Novais* - Não há. Acreditar nisso seria incorrer num anacronismo, que é a segunda observação que queria fazer. Curiosamente, os historiadores têm discutido há bastante tempo o etnocentrismo, mas raramente discutem o anacronismo. Quando se fala "Descobrimento do Brasil", o etnocentrismo está no Descobrimento, e o anacronismo, na palavra Brasil.

*Folha* - O que é o anacronismo?

*Novais* - Para reconstituir determinado segmento do passado, o historiador precisa esquecer o que ele sabe que aconteceu depois. O historiador incorre no anacronismo quando ele imputa aos protagonistas o conhecimento sobre os acontecimentos posteriores. A reconstituição se torna uma "profecia do passado".

*Folha* - É o que está acontecendo agora?

*Novais* - Em todo o discurso historiográfico há o problema do anacronismo. Porém, quando a nação é o objeto do discurso do historiador, o perigo do anacronismo é muito maior, porque a nação precisa de passado para se legitimar. Quanto maior o passado, melhor a legitimação. Os franceses, por exemplo, vêem seu passado mais remoto na Gália romana. No caso do Brasil, reconstituir a viagem de Cabral como Descobrimento do Brasil pressupõe imaginar que ele já sabia que iria se constituir no século 19 uma nação com esse nome. Isso é anacronismo. E a viagem se torna fundadora, isto é, um mito.

*Folha* - O que é, então, o Brasil?

*Novais* - O Brasil é um povo que se constituiu numa nação, que por sua vez se organizou como Estado. Em 1500 não havia nenhuma dessas três coisas. Logo, não houve Descobrimento do Brasil, porque o Brasil não existia nem estava encoberto. O que naquele momento surgiram foram as bases da colonização portuguesa, a qual por sua vez é a base da nossa formação. A história do Brasil é essencialmente a de uma colônia que se transformou numa nação. Logo, a colonização é a base de nossa história e nesse sentido Cabral é importante.

*Folha* - O sentimento da diferença do colonizador é então bem posterior?

*Novais* - Exatamente. Isso ocorreu quando a população começou a se pensar como diferente de seus antecessores. Primeiro, luso-brasileiros. Depois, menos lusos e mais brasileiros. Até se sentirem somente brasileiros. Isso ocorre só a partir da segunda metade do século 18, e não antes.

*Folha* - Até então as pessoas não se sentiam "brasileiras"?

*Novais* - Até o início do século 19, "brasileiro" era o comerciante do pau-brasil. É uma das diferenças entre os hispano-americanos e os luso-americanos. Na América espanhola, desde o fim do século 16, os espanhóis nascidos na colônia se chamavam de "criollos". Não há no Brasil palavra equivalente. Havia no Nordeste a palavra "mazombo". A partir do século 17 usava-se por aqui a palavra "reino" para designar os portugueses nascidos em Portugal. Logo, diferentemente dos hispano-americanos que se identificavam por aquilo que julgavam ser ("nosotros somos criollos"), os luso-americanos identificavam-se negativamente por aquilo que sabiam não ser ("nós não somos reinóis"). Isso é importante para compreendermos porque na América espanhola o processo foi muito mais revolucionário. Por aqui foi uma transição dinástica.

*Folha* - Os portugueses não queriam criar uma nação, mas sim uma colônia.

*Novais* - Exato. A colonização não começou com Cabral. Começou em 1532, com Martim Afonso de Souza. Reitero: a viagem de Cabral é importante, mas não é "Descobrimento".<sup>543</sup>

Essa intervenção de Novais permite observar questões como o entendimento do historiador sobre o fenômeno comemorativo, a dimensão eurocêntrica da linguagem nacional, os deveres ético-políticos da historiografia e a função social do conhecimento histórico. Como já sinalizado, interessava aos historiadores e historiadoras colocar em questão o próprio ato comemorativo, deslegitimando-o através da explicitação das relações de poder que envolvem a celebração de um passado "inventado". O caminho seguido por Novais para a problematização esteve centrado nas questões do *etnocentrismo* e do *anacronismo*. Ao tematizar o "etnocentrismo evidente que expressa a visão do conquistador, do vencedor" por meio da noção de "descobrimento", o entrevistador coloca a questão do "ponto de vista dos índios", a partir do qual o historiador assume para a historiografia o compromisso de produção do conhecimento histórico legítimo a partir da visão indígena, entendidos como "vencidos", e interdita a legitimidade histórica da "percepção" dos povos indígenas, enquadrando-a como "mentalidades", o que consistiu na produção do silenciamento da coexistência contemporânea dos povos indígenas enquanto sujeitos coletivos de produção de conhecimento. Desse modo, percebe-se que o historiador ao mesmo tempo que reivindica a legitimidade da crítica do eurocentrismo da linguagem nacional comemorativo a partir da historiografia, igualmente reproduz seus traços ao invisibilizar o lugar de enunciação dos povos indígenas. Embora a chave de leitura proposta pelo historiador esteja centrada em termos da história dos vencedores *versus* história dos vencidos, Novais projeta como tarefa mais importante a complexificação do

---

<sup>543</sup> NATALI, João Batista. "Não podemos nos transformar em índios", diz Fernando Novais. Brasil por historiadores. *Folha Online*, p.6 (grifos meus).

passado, isto é, “a história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencido e do vencedor e dizer alguma coisa a mais”. Esse aprofundamento parece ser a denúncia do anacronismo que a efeméride impõe enquanto modo de estabelecer relação com o passado.

A enunciação da questão do anacronismo parece ser uma novidade na intervenção dos historiadores em comparação ao contexto do Centenário da Abolição. Nesse sentido, se o anacronismo é visto como um “pecado” na prática historiográfica entre os pares, aqui ele apareceu como um elemento na estratégia de intervenção crítica de “des-celebração” do V Centenário do Descobrimento do Brasil juntamente à tematização da história dos “vencidos”. Todavia, há uma diferença considerável no que se refere à defesa de certa “união nacional” através da abordagem do “problema nacional” para a compreensão do descobrimento, pois não se percebe traços de comprometimento com essa questão, pelo contrário, a comemoração em si deveria ser deslegitimada. Desse modo, no Centenário da Abolição as disputas residiram no conflito de sentidos do Treze de Maio e na divergência de abordagens da escravidão enquanto um problema nacional, já no V Centenário do Descobrimento o debate esteve mais concentrado na legitimidade ou não do ato de comemoração da efeméride.

Não obstante, parece ser possível afirmar que a base epistemológica, institucional e ético-política da historiografia brasileira permaneceu a mesma, de modo que a tarefa de “des-celebração” através da desmitificação fundamentou as intervenções dos historiadores e historiadoras. Considera-se que tanto as permanências quanto as diferenças observadas podem ser explicadas através da questão do processo de legitimação institucional da historiografia profissional acadêmica no espaço público. Se partirmos das considerações de Santos, a geografia disciplinar brasileira ainda estava em formação no final da década de 1980, o que envolvia disputas pela legitimidade do conhecimento histórico produzido nos programas de pós-graduação. O conflito entre Lara e Chalhoub com Gorender parece ter expressado as disputas internas, ao passo que, de modo sutil, as historicidades negras também pareciam ser combatidas e silenciadas na dimensão externa dessa disputa, tendo em vista a lógica concorrente observado no caso do Centenário da Abolição. Transcorridos cerca de doze anos entre os dois contextos comemorativos e o surgimento de novas temáticas de estudo no campo historiográfico ao longo dos anos de 1990, Santos afirma que no início do século já se poderia mencionar uma historiografia brasileira com uma geografia disciplina bem definida, a qual ainda possuía como centro hegemônico a USP<sup>544</sup>. Tal estabilização institucional interna parece

---

<sup>544</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

ter afetado a necessidade e os modos da historiografia se legitimar externamente.<sup>545</sup> Se o compromisso da tematização da “história dos vencidos” e o gesto cético da complexificação do passado são observados nos dois contextos, parece que no início do século XXI se podia afirmar o distanciamento e a objetividade da prática historiográfica com as disputas de memória no espaço público, demarcando-se a hierarquia entre o que eram estudos historiográficos e o que representava as “invenções” do passado.

Em torno dessa questão, cito abaixo uma das considerações conclusivas de Simas a respeito das resenhas historiográficas produzidas por historiadores e historiadoras da escravidão no suplemento Cultura ao longo do ano do Centenário da Abolição, entendendo que a sua avaliação pode ser explicativa igualmente para o contexto do “500 anos do Brasil”:

Se existiu pressões populares por essas renovações [teórico-metodológicas] – e, de fato, é correto afirmar que sim –, o que parece ser colocado nessas narrativas de historiadores e historiadoras no suplemento Cultura no ano do centenário da Abolição, não são as renovações historiográficas afinadas com as reivindicações sociais “de rua”, e sim *uma preocupação geral com o próprio desenvolvimento interno da disciplina de história*. Nem Scarano, na resenha supracitada, nem em narrativas de outros historiadores e historiadoras nesse ano de 1988 fizeram qualquer tipo, de menção às manifestações, lutas, derrotas ou conquistas contemporâneas que envolveram a questão racial. Isso certamente não desqualifica os estudos, mas demonstra que, ao menos para o grupo de historiadoras e historiadores que escreviam para o Cultura, o foco se encontrava na própria disciplina. *Assim, as pressões sociais desse período parecem ser colocadas para as historiadoras e historiadores no suplemento Cultura como formas de se pensar demandas de memória a serviço da história, mais do que o contrário: colocar a história a serviço das lutas e conflitos identitários firmados por tais demandas.*<sup>546</sup>

Concorda-se com esses postulados, os quais denotam a importância de observar como o estado interno da historiografia profissional brasileira entre os anos 1980 e 1990 fundamentou sua legitimação e relacionamento externo com outros modos de produzir e estabelecer sentido entre passado e presente. Conforme esclarecido na introdução desta dissertação, a ausência de menções ao contexto político e social foi um ponto de motivação para elaboração da problemática da pesquisa, de modo que se parte doravante para o exercício de proposição de alguns encaminhamentos em torno da aproximação entre os três capítulos, tendo como objetivo de tematização a interação entre historiografia e movimentos sociais.

<sup>545</sup> SANTOS, Wagner G. *A invenção da historiografia brasileira profissional: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Editora Milfontes, Vitória, 2020.

<sup>546</sup> SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020, p.116.

### 3.5 HISTORIADORES (AS) E MOVIMENTOS SOCIAIS: RELAÇÕES DE PODER, LUGARES EPISTÊMICOS E CULTURAS DE PASSADO

Um dos pontos de partida da pesquisa consistiu no pressuposto de que a denúncia das dimensões eurocêntricas e dos apagamentos constituintes da linguagem nacional brasileira teve como atores protagonistas nesse processo a historiografia profissional, acadêmica juntamente aos movimentos negros e indígenas. Nesse sentido, ao longo da pesquisa buscou-se verificar as relações ético-políticas que conformaram as conexões funcionais entre escrita da história e historicidades negras e indígenas, tendo o desafio de desenredar as relações de poder que conformam o aparente ponto cego de tal imbricamento que consolidou as feridas históricas do colonialismo e da escravidão no debate público no Brasil há pelo menos desde a década de 1970.

Espera-se ter tornado compreensível ao longo do desenvolvimento do texto que o compartilhamento da crítica aos discursos oficiais comemorativos esteve caracterizado pela enunciação da violência dos processos históricos coloniais e imperiais no que diz respeito à exterminação e escravização dos povos indígenas e população de africanos e afro-brasileiros e na tematização do ponto de vista do subalternizado nas relações de dominação ao longo da história brasileira. Essas intervenções foram justificadas como atitudes de *desmitificação* de narrativas e memórias hegemônicas que, por sua vez, fundamentaram a enunciação da *descelebração* das efemérides do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril.

A observação das consignas “A Farsa da Abolição” e “Invasão portuguesa” expressam esses sentidos comungados, embora os historiadores e historiadoras não mobilizassem os “epítetos” nas suas explicações históricas, manifestando as questões epistemológicas que caracterizam e particularizam o conhecimento histórico crítico produzido profissional e academicamente nos programas de pós-graduação. Desse modo, a análise dos dois contextos comemorativos permitiu a verificação das formas em que o conhecimento histórico se entrelaçou com outras modalidades de discursos e representações no processo de disputa pela gestão da memória coletiva brasileira.

Entende-se que essas relações podem ser observadas a partir de dois ângulos. O primeiro diz respeito à conjugação entre a memória arquivada informada pelo lugar epistêmico do arquivo nacional e o repertório performático-ritualístico que conformam as práticas comemorativas

nacionais.<sup>547</sup> Assim, a linguagem comemorativa tem como rede semântica primordial a retórica da nacionalidade constituída pela herança historiográfica das oficinas do IHGB no século XIX.<sup>548</sup> A partir dessa chave de conjugação entre ritualização da história e retórica da nacionalidade, pode-se afirmar que as comemorações atualizaram o repertório de narrativas e imagens, exclusões e hierarquias construídas por uma modalidade disciplinar de escrita da história que teve como finalidade prática “persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação nacional, compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade”.<sup>549</sup>

Nessa modalidade de conjugação entre arquivo e repertório que compõe a linguagem comemorativa nacional, as práticas comemorativas fizeram um “uso reverente” do conhecimento histórico ao ser acionado e animado pelas performances e discursos de celebração nacional.<sup>550</sup> As condições históricas que conformaram as lutas sociais e políticas do Brasil desde a década de 1970 parecem ter acionado e animado o “uso insubmisso” do arquivo motivado pelos movimentos negros e indígenas, o que implicou, dentre outras questões, nas intervenções críticas dos historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos frente às políticas comemorativas oficiais, inscrevendo a *inclusão* de negros e indígenas como sujeitos da história na linguagem comemorativa nacional que os excluiu e hierarquizou. Os historiadores e historiadora estiveram assim em “uma luta com e contra a tradição [historiográfica]” como definiu Turin.<sup>551</sup>

Em vista disso, pode-se inserir esse movimento ético-político no longo processo de democratização e autonomização da historiografia brasileira na sua relação umbilical como o Estado-Nação que se acelerou com a institucionalização dos programas de pós-graduação, tornando-a cada vez mais complexa e tensa.<sup>552</sup> Entendendo como a manifestação de uma aposta na democratização como consciência crítica da história, Turin situa o processo de redemocratização ocorrido no final do século XX e as políticas de ações afirmativas das universidades implementadas ao longo das primeiras duas décadas do século XXI como dois momentos políticos e sociais que impulsionaram os historiadores e historiadoras a revisar temas

---

<sup>547</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. , p. 251-275.

<sup>548</sup> CEZAR, Temistocles. *Ser historiador no século XIX. O caso Varnhagen*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 253p.

<sup>549</sup> Ibid.p.20.

<sup>550</sup> Ibid.

<sup>551</sup> TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. *Almanack*, V. -, P. 1-39, 2020.

<sup>552</sup> Ibid.

consagrados, desvelar silenciamentos herdados e ressignificar conceitos como cidadania. As comemorações do Centenário da Abolição em 1988 e o V Centenário do Descobrimento do Brasil em 2000 situaram-se nesse primeiro marco em que ocorreu, como visto, a complexificação da leitura dos períodos coloniais e imperiais através da tematização do sistema colonial, do papel estrutural da escravidão e o início do investimento na história indígena. À vista disso, interessa destacar que nessa reconfiguração das relações entre cientificidade, representação historiográfica e o conceito de cidadania, “as frágeis fronteiras entre um “passado prático” e um “passado histórico” ficaram cada vez mais tênues, suscitando, inclusive, debates e revisões de protocolos disciplinares consagrados, como o de “distanciamento”.<sup>553</sup>

Entende-se que os apontamentos realizados nessa pesquisa coincidem com essa observação da porosidade entre “passado prático” e “passado histórico”, o que, no limite, aponta para o esgotamento da reprodução cômoda da dicotomia concorrencial entre história e memória. Contudo, é importante destacar que a definição das fronteiras entre “saber científico” e “saber prático” está baseado no problema de fundo da relação entre o regime de autonomia do discurso histórico com outras formas de historicidade, sendo disputada e negociada pela historiografia brasileira desde o século XIX. De acordo com Araujo:

Parece-me que a ênfase hoje dada no debate a uma explosão da demanda por história e de novas formas de representação tende a exagerar o seu aspecto recente, pois desde o XIX, pelo menos, que a história disciplinar teve de disputar e conviver com inúmeras outras fontes de história. Nesse sentido, *uma tarefa atual da História da Historiografia tem sido repensar essa relação que foi silenciada como parte da estratégia discursiva da disciplina.*<sup>554</sup>

Tendo em vista essa produção do silenciamento como parte da legitimação do discurso histórico frente ao espaço público, o encaminhamento da problemática desta pesquisa parece rumar para a observação de que a interação entre historiografia e movimentos sociais foi efetiva no estabelecimento das feridas históricas do colonialismo e da escravidão desde a redemocratização, sendo que a dificuldade de encontrar o elo entre os dois lugares de enunciação se deve à ordem discursiva no ambiente historiográfico que tratou de invisibilizar o caráter político de tal reciprocidade para salvaguardar a legitimidade científica da produção do conhecimento histórico nos programas de pós-graduação. Os contextos comemorativos, assim, de intensa catalisação da história nacional, são momentos em que as relações funcionais se tornam mais evidentes.

---

<sup>553</sup> TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. *Almanack*, V. -, P. 1-39, 2020, p.11.

<sup>554</sup> ARAUJO, Valdei. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.204 (grifo meu).

Nessas conexões, a função das historicidades negras e indígenas consistiu em orientar, motivar e politizar a produção historiográfica, a qual se autoprotegeu a tarefa de verificação crítica da memória que, por um lado, se manifestou principalmente na busca da desmitificação de mitos e narrativas hegemônicas e, por outro lado, esteve atenta e absorveu as críticas dos discursos produzidos no interior dos movimentos sociais. Como afirma Sousa, ““a história dos vencidos”, antes de ser escrita da história, foi uma crítica à produção acadêmica”.<sup>555</sup> Assim, parece que um dos efeitos do alinhamento na tarefa de desmitificação da narrativa da miscigenação e do mito da democracia racial consistiu na desconstrução de diversos estereótipos históricos e discriminatórios étnico-raciais na sociedade brasileira. No entanto, em diálogo com Araújo, entende-se que o reconhecimento da pluralidade de vozes do passado que caracteriza a historiografia brasileira há décadas não implicou necessariamente na consideração da coexistência contemporânea de lugares epistêmicos de enunciação sobre o passado.<sup>556</sup>

Em vista disso, questiono como dissociar as críticas do MNU e das organizações indígenas aos sentidos das políticas de comemoração com relação às próprias bases epistemológicas e temporais da disciplina histórica, a despeito do comprometimento crítico dos historiadores e historiadoras acadêmicos brasileiros. Nesse sentido, é fundamental as considerações de Ana Carolina Barbosa Pereira sobre a reprodução de práticas de ocultamento do locus epistêmico de enunciação da historiografia que invisibiliza produções e lugares de enunciação que destoam da pretensa universalidade do modelo europeu, branco e masculino, uma vez que o campo disciplinar historiográfico é fruto do contexto da formação do Estado-Nação na Europa e da expansão imperialista do século XIX.<sup>557</sup> Dessa forma, dentre as heranças do cânone oitocentista, a historiadora destaca o traço do lugar de enunciação universalista que reveste tais postulados teóricos da disciplina. Como afirma Pilar Cuevas Marín, a pertinência da crítica aos modelos eurocêntricos de pensamento ocorre na observação de que:

a configuração dos saberes modernos se manifesta no interior do processo de disciplinamento do conhecimento, o qual conduziu uma dinâmica que impulsionou a hierarquização, diferenciação e exclusão de outras formas de produção de conhecimento. A partir disso que esta via interpretativa, a moderno-colonial, propõem não somente analisar criticamente os pressupostos epistemológicos convencionais sobre os quais se fundaram as ciências sociais, mas também reconhecer a presença de

<sup>555</sup> SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. *Anos 90* (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018, p. 170.

<sup>556</sup> ARAUJO, Valdei. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.204.

<sup>557</sup> BARBOSA, Ana Carolina. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, v. 10, p. 88-114, 2018.

“outros” lugares não necessariamente acadêmicos e institucionais que produzem conhecimento.<sup>558</sup>

Nesse sentido é que parece ser necessária a observação de que a maneira como a história interroga a memória social não pressupõe apenas uma questão teórico-metodológica, mas tal operação é condicionada por relações de poder imbricadas com as dimensões étnico-raciais que autoriza e legitima determinados modos epistemológicos e ontológicos de produzir as relações entre passado, presente e futuro.<sup>559 560</sup> A partir das fontes analisadas, a intervenção no espaço público via denúncia do anacronismo é representativa dessa problemática, uma vez que expressa um determinado posicionamento que estabelece os historiadores e historiadoras como “patrulheiros de fronteira” das fronteiras da relação entre passado e presente.<sup>561</sup> Tal postura de normatização das relações temporais manifesta a relação objetificada com o passado estabelecida partir de um lugar universal que tem como meta compreendê-lo na sua lógica própria, fazendo com que “os historiadores se considerassem, e fossem considerados pelo restante da comunidade intelectual, como profissionais especializados exclusivamente no passado”.<sup>562</sup>

Considera-se que tal posicionamento indicou a dificuldade dos historiadores e historiadoras de pensar a historiografia como uma modalidade que compõe um conjunto de formas de dar sentido político ao passado e à temporalidade no espaço público. Embora tenha a preocupação de demarcar seu posicionamento crítico, conforme observado nas fontes analisadas, os historiadores e historiadoras se colocaram somente como analistas da esfera pública dos usos políticos do passado e especialistas do passado no contexto comemorativo e não como atores ativos dela, estabelecendo indiretamente uma hierarquia de modos de estabelecer sentido entre passado e presente.

---

<sup>558</sup> MARÍN, Pilar Cuevas. La (re) construcción colectiva de la historia: una contribución al pensamiento latinoamericano. In: WALSH, Catherine (ed). *Pensamiento Crítico y matriz (de)colonial*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2005, p.171.

<sup>559</sup> MARÍN, Pilar Cuevas. La (re) construcción colectiva de la historia: una contribución al pensamiento latinoamericano. In: WALSH, Catherine (ed). *Pensamiento Crítico y matriz (de)colonial*. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2005.

<sup>560</sup> WALSH, Catherine. Pedagogías Decoloniales. *Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya Yala. Ecuador, 2017. (introdução do volume I).

<sup>561</sup> LORENZ, Chris. BEVERNAGE, Berber. Dividir el tiempo. Explorando las fronteras entre presente, pasado y futuro. In: *Entre filosofía e historia*. Volumen 1: Exploraciones en filosofía de la historia. Prometeo Libros, 2015, p. 269.

<sup>562</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). *História da Historiografia*, v. 01,2018. p.209.

Conforme Rufer um dos elementos que estabelecem a hierarquia entre história e memória são as formas de uso do tempo nos dois regimes discursivos.<sup>563</sup> Enquanto a produção do saber histórico se relaciona com uma concepção de tempo mecanizada, concebendo-o como substrato natural da narrativa histórico, os discursos de memória explicitam a relação política com a maneira de estabelecer as fronteiras entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, retomando o argumento de Chakrabarty, o que está em jogo na tensão citada entre historiadores e discursos de memória reside na “legitimidade” da experiência enquanto “evidência” para a reconstrução histórica, o que contraria diretamente a “evidência” do arquivo.<sup>564</sup> Para Rufer, a memória enquanto exposição discursiva da experiência é rejeitada como relação legítima com o passado justamente porque expõe um uso anacrônico do tempo: “para os discursos de memória, o tempo não preexiste nem se coloca como estrutura. A memória parasita o tempo, o transforma em uma pergunta e em uma ocasião para a prática, o retira da estratégia mecânica e o coloca na tática”.<sup>565</sup> Assim, se os discursos de memória expõem as relações entre poder, política e tempo enunciando passados-presentes, a historiografia se diferenciaria, entre outras questões, pelo ocultamento da temporalidade do seu lugar de enunciação moderno: o tempo na história se reveste através da categoria do processo histórico (progressivo) amparado sob as evidências do arquivo e do encadeamento factual dos eventos *que demarca o passado como distância*.

Em torno dessa objetificação do passado pela prática historiográfica, Arthur Lima de Ávila, a partir das considerações de Ethan Kleinberg, considera que a compreensão epistemológica do passado na historiografia disciplinada brasileira está assentada sob a compreensão da realidade ontológica do passado, embasando a política de tempo historiográfica que se manifesta nas advertências com relação à apreciação da “distância histórica”, da condenação do anacronismo, do respeito à “integridade do passado”. Posicionando-se, assim, como um crítico das concepções presumidamente ontológicas de tempo, o historiador defende que:

A construção de continuidades, as afirmações de ruptura, as declarações de presença: todas estas são opções políticas, mais do que observações empíricas, sobre a qualidade e a “natureza” do tempo histórico e carregam consigo toda uma série de feitos igualmente políticos e éticos para nossas práticas.<sup>566</sup>

<sup>563</sup> RUFER, Mario, La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc/Bogotá* (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

<sup>564</sup> CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). *Manifestos for History*. Routledge, New York, 2007.

<sup>565</sup> RUFER, Mario, La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Mem.soc/Bogotá* (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010, p.13.

<sup>566</sup> AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In. AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, p.37.

A partir disso, cabe afirmar que determinadas concepções de passado informam possíveis políticas de tempo que interferem no modo como se construiu os sentidos dos legados do colonialismo e da escravidão no final do século XX no Brasil, de maneira que os movimentos negros e indígenas e historiadores e historiadoras profissionais mobilizaram diferentes formas ético-políticas de construção da temporalidade, o que possibilitou pontos de contato que atuaram na desconstrução de narrativas e representações acadêmicas e nacionais e de estereótipos discriminatórios e racistas, assim como na restituição da agência histórica de grupos subalternizados social, invisibilizados na historiografia e na memória social.

Não obstante, essa interação não ficou ausente de pontos de tensão, os quais foram observados nessa pesquisa somente a partir da perspectiva dos historiadores e historiadoras. Nesse sentido, a partir das análises das fontes selecionadas, o “desencontro” mais evidente parece ter sido o rechaço observado de parte de historiadores ao uso político do passado para a afirmação identitária seja a identidade nacional seja a identidade negra e indígena. Com relação a última, observou-se a produção de silenciamento/deslegitimação das historicidades negras e indígenas manifestado na ausência de explicitação do diálogo historiográfico com as lutas sociais e políticas dos movimentos sociais, o que deve ser entendida como a expressão de determinadas convicções epistemológicas, teórico-metodológicas e políticas que prezavam pela intervenção cética e distanciada no debate público. Em torno disso, parece que a questão de fundo que os historiadores e historiadoras estavam tangenciando se relacionou com o problema da legitimidade dos historiadores e historiadoras em “intervir no julgamento sobre eventos do passado que possam justificar ou não, no presente, os direitos de grupos sociais”.<sup>567</sup>

Retomando a categoria de culturas de passado<sup>568</sup>, observou-se um fenômeno de interação assimétrica que assumiu uma relação tanto complementar quanto conflitiva entre uma *cultura histórica de passado* com uma *cultura memorial de passado*, dependendo da perspectiva de enfoque. Pode-se qualificar ambos os modos de relação do passado através do binômio quente-frio de Levi-Strauss, uma vez que o antropólogo reconheceu no final do século XX que a emergência da luta indígena parecia indicar a inversão do modelo das sociedades

---

<sup>567</sup> ABREU, M. C.; MATTOS, H. ; DANTAS, C. V. . Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: Helenice Rocha; Rebeca Gontijo, Marcelo Magalhaes. (Org.). *A Escrita da História Escolar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, v. , p.189.

<sup>568</sup> NICOLAZZI, Fernando. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento*. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 211-245.

quentes e sociedades frias proposto na década de 1960, formulado para pensar a relação entre ordem social e experiência de tempo:

(...) Acontece também que as sociedades frias esquentam quando a história as despedaça e as atropela. É o que se passa nessas duas Américas, onde as populações indígenas se rebelam contra o destino que lhes foi imposto pelos colonizadores, tomando consciência de seus interesses comuns, se reagrupam para defendê-los e, não sem sucesso, às vezes reivindicam as terras e as liberdades perdidas. Movimento inverso daquele que inspira as sociedades, antigamente ou recentemente quentes, no desejo de congelar um futuro que não lhes anuncia nada de bom. Talvez seja preciso compreender dessa maneira os sinais perceptíveis de um resfriamento que parece nos atacar nesse final de século.<sup>569 570</sup>

Assim, as noções de “quente” e “frio” podem também ser associadas aos modos de usos do passado, no sentido de qualificar a grandeza de mobilização do passado enquanto dimensão mais ou menos constituinte do presente no que concerne a permanência das marcas estruturais de opressão, dominação, discriminação.<sup>571</sup> Aqui cabe a retomada do texto de Hamburger sobre a conjuntura comemorativa dos “500 anos do Brasil”, pois encaminha uma argumentação, possivelmente inspiradas nas considerações de Levi-Strauss, sobre a mobilização indígena:

E cheios de uma dignidade invejável, índios diversos, nos diferentes canais, afirmaram o seu distanciamento das comemorações dos 500 anos. Do alto de seu etnocentrismo, índios estiveram presentes nas mais diferentes situações. Índios ameaçando políticos, índios fazendo manifestações, prestando declarações, fazendo protestos que deixaram claros seus pontos de vista específicos. A busca de vestígios indígenas de milhares de anos atrás, como o reconhecimento da legitimidade do ponto de vista do índio contemporâneo, *ilustra que a história e a cultura deixaram de ser o objeto de trabalho exclusivo de especialistas universitários para se tornar matéria prima do cotidiano das pessoas*. A história que em geral foi tratada no Brasil como disciplina-fria, onde não adiantava futurar porque o passado era sempre pensado como indigno, inadequado, desprezível, morno frente a padrões ideais definidos com base em parâmetros estrangeiros, *agora é tratada de maneira construtiva*. É conhecida a esperança clássica do Brasil no futuro. Aos 500 anos do ano de 1500, o “país do futuro” reconstrói sua identidade. E, nessa redefinição, a história emerge como um assunto quente, tema que, com a cultura, oferece narrativas plausíveis para justificar ou não paradoxos.<sup>572</sup>

Entende-se que Hamburger não somente parte do pressuposto que o binômio manifesta os níveis de mobilização política do passado, o que estava sendo feito pelos povos indígenas naquela conjuntura, mas também põe em evidência o modo como o passado faz sentido no e para o presente, de modo que a cultura histórica de passado indica uma relação “fria” (distanciada) e a cultura memorial de passado uma relação “quente” (o passado constitui o presente).

<sup>569</sup> LÉVI-STRAUSS. Claude. Un autre regard. *L'Homme*, vol. 33, n. 126, Paris, 1993, p.9.

<sup>570</sup> Tradução de Iegelski.

<sup>571</sup> IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? - Crítica da modernidade, história intelectual, história política. *Revista de História*, v. 1, p. 385-414, 2016.

<sup>572</sup> HAMBURGUER, Esther. Ressaca dos 500. *TV Folha, Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 2000, p.1.

Essa questão pode ser encaminhada para pensar como ambas as culturas de passado fundamentaram modos distintos de construção da temporalidade do legado histórico do colonialismo e escravidão nos cenários comemorativos. Nesse sentido, Trouillot questiona se o “legado do passado” pode não ser legado *pelo* passado, mas construído posteriormente aos seus acontecimentos através da sua ativação e mobilização por atores sociais, no sentido de se recusar a separação entre os acontecimentos do colonialismo e da escravidão do presente contemporâneo.<sup>573</sup> Essa parece ter sido o ponto de fundo de divergência, já que o passado da escravidão esteve entrelaçado ao processo de constituição da luta dos movimentos negros contra as formas de dominação e discriminação contemporâneas, de modo que para a pauta política antirracista enunciada no Centenário da Abolição, a escravidão não “precede” o presente, mas a construção do coletivo é paralela à construção do legado da escravidão. De forma semelhante, quando os povos indígenas enunciaram “a retomada do Brasil” refazendo “os caminhos da grande invasão” o legado do colonialismo estava intimamente ligado às invasões contemporâneas dos territórios indígenas e à inoperante burocracia estatal que negava os direitos conquistados na Constituição de 1988. Já os historiadores e historiadoras realizaram intervenções críticas *sobre* o colonialismo e a escravidão enquanto objetos fixos do passado que, apesar de reconhecidas as permanências do passado no presente, importava mais a compreensão da sua realidade ontológica e não relação com o pós-colonialismo e o pós-abolição.<sup>574</sup>

Desse modo, a diferença recai na continuidade entre passado e presente, isto é, na manutenção do racismo estrutural no ínterim entre 1888 e 1988 e no permanente avanço da estrutura colonialista de dominação sob os territórios indígenas entre 1500 e 2000, continuidade que não demarca o tempo transcorrido cronologicamente, mas sim “a cadeia de momentos, práticas e símbolos desarticulados que compõem a trama das relações históricas entre os eventos e a narrativa”.<sup>575</sup> Por isso, nas historicidades negras e indígenas estavam incluídos não somente os efeitos do colonialismo e da escravidão, mas a própria reprodutibilidade das suas marcas e formas contemporâneas pelos regimes políticos do século XX, sendo assim um legado *não derivado* do passado, mas permanente e constituinte do presente. Parafrazeando as afirmações do historiador haitiano sobre a latência da escravidão nos Estados Unidos, é possível afirmar que nos cenários comemorativos do Centenário da Abolição da Escravidão e do V

---

<sup>573</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

<sup>574</sup> SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. Prefácio. In: GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

<sup>575</sup> Op, cit., p.234.

Centenário do Descobrimento do Brasil, as estruturas do colonialismo e da escravidão eram fantasmas que assombravam o presente como figura pretérita, mas viva no presente, de maneira que a questão era menos a representação histórica das conjunturas da chegada das caravelas de Cabral e da assinatura da Lei Áurea do que o desafio de representar esses fantasmas que driblavam os patrulheiros das fronteiras entre passado e presente, do que é vivo e do que é morto. Por isso, justamente pelas suas latências no presente das efemérides, suas celebrações foram recusadas e suas trivializações denunciadas.

### 3.6 TEORIA DA HISTÓRIA, DESCOLONIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE HISTÓRIA

Tendo como bases de inspiração as indicações de Trouillot de que os estudos de Teoria da História necessitam se debruçar sobre os processos de produção de histórias no sentido de compreender menos o que a história é do que como funciona, incluindo nisso a historiografia em uma analítica da historicidade, convém, por fim, indagar qual o lugar desse campo no debate crítico sobre o eurocentrismo disciplinar e as problemáticas étnico-raciais.<sup>576 577</sup> Orientada na última década pelas discussões suscitadas pelo *giro ético-político*<sup>578</sup> enquanto tematização do problema da diferença/alteridade no processo de produção do conhecimento histórico e, mais recentemente, na dimensão da *(in)disciplina* da historiografia<sup>579</sup>, autores e autoras como Pereira<sup>580</sup>, Oliveira<sup>581</sup>, Marcello Assunção e Rafael Trapp<sup>582</sup> têm apontado que a discussão sobre a produção de história e analítica da historicidade passa necessariamente pelas problemáticas da assimetria dos lugares epistêmicos de produção de conhecimento fundamentadas por questões de geopolítica e a hegemonia do horizonte epistêmico branco, masculino e eurocentrado.

Seguindo essas linhas de problematizações, afirma-se que a abordagem dos ativismos negros e indígenas desde os anos 1970 implica a consideração da importância dos coletivos dos

<sup>576</sup> TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História*. Curitiba: Huya, 2016.

<sup>577</sup> ARAUJO, V. L. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, v. 12, p. 34-44, 2013.

<sup>578</sup> RANGEL, MARCELO DE MELLO. A urgência do giro ético-político: o giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta De Lança (UFS)*, v. 13, p. 27-46, 2019.

<sup>579</sup> ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento*. Editora Milfontes, Vitória, 2019

<sup>580</sup> PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 88-114, abr/jun. 2018.

<sup>581</sup> OLIVEIRA, M. da Glória de.. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. *História da Historiografia*, v. 11, p. 104, 2018.

<sup>582</sup> ASSUNÇÃO, Marcello de; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiáspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História* (Online), v. 41, p. 229-252, 2021.

movimentos negros e indígenas no processo de proposição de narrativas e discursos críticos e descolonizadores sobre o passado nacional. Assim, a investigação da dinâmica de produção de histórias de “desmitificação” da identidade e memória nacional no Brasil nas últimas quatro ou cinco décadas deve estar orientada para o processo de politização da racialidade e etnicidade enquanto categorias epistêmicas que se reconfiguraram a partir da luta social e política dos ativismos negros e indígenas. Isso significa reconhecer que a crítica à linguagem nacional e ao eurocentrismo colonizador branco da historiografia brasileira ocorreu menos pelas renovações teórico-metodológicas da historiografia profissional, acadêmica do que um movimento de assimilação e recepção das lutas étnico-raciais externas ao ambiente universitário, o que permite relativizar o papel da historiografia somente como centro de irradiação de conhecimento histórico e da crítica ao eurocentrismo.

Assim, a questão parece exigir a atenção à ambiguidade das duas historicidades que fundamentam a produção de história na linha de raciocínio de Trouillot, no sentido que os ativismos negros e indígenas analisados estiveram comprometidos não somente como atores no processo histórico da redemocratização brasileira, mas também como narradores da história, produzindo suas próprias narrativas e influenciando igualmente a escrita da história. As formas como essas duas dimensões se entrelaçam e sobrepõem-se devem ser explicadas pelas lógicas do exercício do poder, de modo que a estrutura de poder que fundamentou o campo disciplinar da história no final do século XX definiu a inclusão de negros e indígenas enquanto *agentes* da história *no processo histórico*, viabilizando as escritas da história dos sujeitos subalternizados, porém a sua condição de *narradores* foi silenciada pela mesma estrutura de poder disciplinar e repertórios canônicos. Em torno dessa última questão, estudos como de Maria Lídia de Godoy Pinn<sup>583</sup>, Trapp<sup>584</sup> e Assunção e Trapp<sup>585</sup> tem pautado a discussão sobre a invisibilização da crítica indisciplinada da intelectualidade negra como Beatriz Nascimento e Clóvis Moura nas investigação de teoria e história da historiografia, assim como na ausência das problemáticas raciais e de gênero, apontando, portanto, a produção de silenciamento de determinada crítica produzida por intelectuais negros e negras às bases eurocêntricas, masculinas e brancas ao longo da profissionalização da historiografia brasileira.

---

<sup>583</sup> PYNN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 11, p. 140-156, 2019.

<sup>584</sup> TRAPP, R. P.. História, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. *Revista de Teoria da História*, v. 22, p. 52-77, 2019.

<sup>585</sup> ASSUNÇÃO, Marcello de; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiáspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História (Online)*, v. 41, p. 229-252, 2021.

Conforme discorrido ao longo dos capítulos, pode se afirmar, a partir do corpus de fonte analisado e do recorte temporal-espacial selecionado, que a produção de silenciamento à crítica eurocêntrica e étnico-racial ocorreu igualmente com os ativismos dos movimentos sociais enquanto sujeitos coletivos de produção de conhecimento, reverberando posicionamentos de aversão às dimensões “identitárias” dos discursos de memória. Em vista disso, importa aqui reconhecer que essa conjugação entre ativismo-intelectualidade continha elementos discursivos descolonizadores que problematizavam os pressupostos ontológicos e universais da escrita da história, de modo que uma pesquisa com maior fôlego implicaria no estudo das articulações entre os movimentos sociais, a historiografia e intelectuais negros e indígenas que atuaram nos ambientes universitários ou não, observado as determinações de gênero subsumidas nesse processo.

Assim, a tematização do silenciamento entre a relação da historiografia com os movimentos sociais no período estudado na pesquisa permite considerar que as relações de poder e condições institucionais naquele contexto permitiram uma “neutralização pela assimilação”<sup>586</sup> dos discursos de memória enunciados pelos movimentos negros e indígenas, no sentido de pautaram tematicamente as pesquisas historiográficas, tendo, porém, seu potencial de indisciplinarização e descolonização neutralizado. Essa capacidade parece ter se modificado com as políticas de ações afirmativas conforme apontam Araújo<sup>587</sup> e Turin<sup>588</sup> na última década, de modo que uma investigação comparativa em torno das demandas “externas” que os contextos da década de 1980 e 2010 exigiram à historiografia poderia lapidar algumas questões deixadas em aberto nessa pesquisa. Além disso, considera-se fundamental demarcar a importância da realização de estudos a partir das problemáticas da Teoria da História na investigação dos processos de produção de historicidades a partir de suportes e práticas não grafocêntricas e logocêntricas conforme destaca Abreu,<sup>589</sup> investigando as dimensões

---

<sup>586</sup> AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). *A História (in)Disciplinada*. Vitória: Editora Milfontes, 2019, pp. 19-51.

<sup>587</sup> ARAUJO, Valdei. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In: Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017

<sup>588</sup> TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. *Almanack*, V. -, P. 1-39, 2020.

<sup>589</sup> ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). *Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações*. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. , p. 251-275.

performáticas que compõe o protesto social, assim como a dimensão do corporalidade enquanto fonte de produção de história, o que foi realizado de modo bastante limitado nessa pesquisa.<sup>590</sup>

Para tanto, a reprodução do paradigma que opõe história e memória como dois polos concorrenciais parece ser uma perspectiva bastante limitada. Como mostraram Mateus Pereira e Alexandre Avelar, a tradição sociológica francesa fundamentou diversas áreas de estudos da memória no Brasil desde os anos 1990, tendo como característica o uso diversificado de referenciais europeus e a baixa tendência de debate e inovação teórica.<sup>591</sup> Nesse sentido, a problematização dessa perspectiva parece ser uma tarefa fundamental tanto no que diz respeito ao desvelamento das bases eurocentradas que fundamentam essa perspectiva teórico-metodológica quanto para que as interações entre historiografia e memória ao longo da Nova República constituam um eixo de orientação e análise para a escrita da história do tempo presente no Brasil.<sup>592</sup> Como afirma Taylor, a relação entre arquivo e repertório que traduz as interações entre história e memória não devem ser pensadas como dicotomias entre verdade e falso, mediado e não mediado, moderno e primordial, hegemônico e contra hegemônico, mas como dois modos armazenar e transmitir conhecimento que informam e conjugam tanto estratégias de subversão quanto de dominação.<sup>593</sup>

Desse modo, um desafio para a Teoria da História e História da Historiografia parece ser a tarefa de pautar a importância de que as pesquisas historiográficas *sobre o passado* considerem igualmente fundamental a compreensão de como o exercício de poder atua ao mesmo tempo das investigações nas dinâmicas de funcionamento e interação entre determinadas culturas de passado conformadas pelas produções de história dos movimentos

---

<sup>590</sup> ASSUNÇÃO, Marcello de; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiáspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. *Revista Brasileira de História* (Online), v. 41, p. 229-252, 2021.

<sup>591</sup> AVELAR, A. S.; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria,. Memory, ethics and the present time of Brazilian journals of History. (1981-2014). *Historiein*, v. 17, p. 1-19, 2018.

<sup>592</sup> A investigação da constituição dos estudos da memória no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990 parece ser uma pesquisa fundamental, tendo como problema a verificação de como o ambiente epistemológico neo-historicista e as premissas ético-políticas informaram a recepção dos debates sobre memória. Francisco Santiago Júnior tem se debruçado sobre essa questão, apresentando considerações que se assemelham com o que foi verificado nessa dissertação em relação ao ativismo negro e indígena. De acordo com o historiador: “O interesse da historiografia parece ter sido transformar a memória em fonte histórica, apreciando o fenômeno mais pelo aspecto dos métodos e limites desta “nova” fonte (discussão fundamental da história oral, metodologia de investigação por excelência), e menos por sua dimensão processual. Por meio do testemunho oral, os subalternos poderiam ter ‘o direito à memória’ e os historiadores poderiam se aproximar do presente. Este ‘direito’ consolidou uma nova perspectiva das ciências humanas, as quais se aproximaram das questões da memória por meio de um princípio ético-epistemológico de fazer dela a matéria prima por meio da qual os subalternos poderiam adquirir visibilidade social, participando inclusive do reforço de uma cultura cidadã” SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História* (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.p. 246, grifos meus).

<sup>593</sup> TAYLOR, Diana. *O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

sociais, de comunidades quilombolas e indígenas, das escolas de samba, da historiografia, das políticas de identidade e memória do Estado-Nação, da mídia impressa e televisiva, da indústria de novela e cinema, nas redes sociais, verificando como elas se conectam e se antagonizam a partir de diferentes usos, reciclagens, atualizações e produções de silenciamento na construção e enunciação de narrativas sobre o passado. Essa orientação epistemológica, teórico-metodológica pode contribuir - juntamente ao fortalecimento das políticas de ações afirmativas e descolonização dos currículos - para as reformulações da identidade da historiografia no século XXI, que precisa ser praticada concomitantemente ao reconhecimento das exclusões e silenciamentos produzidos por sua base histórica e epistemológica eurocêntrica, branca e masculina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo dos cenários de comemorações do Centenário da Abolição da Escravidão em 1988 e do V Centenário do Descobrimento do Brasil em 2000 foi possível verificar que esses dois fenômenos comemorativos expressaram a condensação da tensão entre lugares assimétricos de enunciação de narrativas e modos de estabelecer relação com o passado nacional. Especificamente, essa dissertação se concentrou na análise de como os movimentos negros e indígenas e os historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicos se inseriram criticamente nas conjunturas de celebração das efemérides do Treze de Maio e Vinte e Dois de Abril.

Para tanto, inicialmente os esforços foram concentrados na compreensão do fenômeno comemorativo e suas particularidades enquanto determinada modalidade de produção de história, focalizando na sua função particular no processo de conformação da memória e identidade nacionais. Assim, foi observado que as comemorações de efemérides nacionais são definidas pela potencialidade de (re) presentificação do passado ao atualizarem os sentidos dos acontecimentos históricos por meio de atos coletivos que são constituídos por práticas discursivas e performáticas. Ademais, são fenômenos em que se entrecruzam facetas ritualizadas que reencenam o passado e apelam para as dimensões sensoriais do público a fim de transmitir e reforçar os sentimentos de comunhão nacional e o compartilhamento de um passado comum.

A partir da perspectiva teórica da memória cultural foi abordada as relações entre identidade, memória e nação, tematizando os aspectos pedagógicos e as produções de silenciamento e estigmatização de alteridades inerentes à linguagem comemorativa. Nesse sentido, foram destacadas as conexões entre a linguagem nacional e o estabelecimento da temporalidade moderna manifestadas nos fenômenos comemorativos por meio da construção de uma determinada continuidade entre passado (objeto de celebração) e o presente (que comemora). Ademais, os estudos de Nora Rabotnikof e Diana Taylor permitiram a visualização da dupla dimensão que caracteriza a linguagem nacional comemorativa, ao estar assentada em um determinado roteiro precedente que informa determinados sentidos e repertórios fixos que devem ser atualizados periodicamente. Não obstante, foi considerado que cada contexto político fundamenta disputas em torno dos sentidos de tal atualização, o que torna os cenários comemorativos suscetíveis a conflitos pela conformação de determinada memória coletiva. Essa faceta foi desenvolvida a partir das tradições francesas e latino-americanas de estudo da

memória social que privilegiam os conflitos em torno das comemorações de efemérides e focalizam a agência de atores coletivos na disputa e proposição de novos sentidos à linguagem comemorativa nacional. Além disso, por meio do debate com os fundamentos do projeto historiográfico Lugares de Memória de Pierre Nora e do diagnóstico do presentismo de François Hartog, pode-se compreender os traços mais recentes dos fenômenos comemorativos nas sociedades ocidentais que perderam sua capacidade de reforçamento da coesão nacional, tornando-se conjunturas em que se transparece a expansão de lugares de enunciação sobre o passado que rivalizam com o lugar hegemônico nacional.

Com base nesses pressupostos teóricos, passou-se à tematização das efemérides do Treze de Maio e do Vinte e Dois de Abril, traçando uma breve trajetória das datas no calendário cívico brasileiro com seus respectivos significados hegemônicos. Com relação à data da assinatura da Lei Áurea, foi observado como os seus sentidos foram construídos por meio da moralização da figura da Princesa Isabel e a sua ascensão ao Pantheon nacional ao longo da história republicana. Já com relação ao Vinte e Dois de Abril, foi observada uma trajetória ambígua ao longo do século XX, caracterizando-se por uma ausência de tradição comemorativa, porém com forte presença na sustação do imaginário da identidade nacional informada pela origem do brasileiro como a fusão de europeus e *índios*, simbolizada pela iconografia do quadro *A Primeira Missa* de Victor Meirelles que, por sua vez, foi informada pela Carta de Pero Vaz de Caminha.

Essas considerações serviram de base para a tematização das políticas comemorativas oficiais do Centenário da Abolição e do V Centenário do Descobrimento do Brasil, a partir das quais foram analisados documentos oficiais que embasaram as diretrizes das comissões organizativas e os discursos dos presidentes José Sarney e Fernando Henrique Cardoso a respeito das efemérides. Em síntese, a análise das fontes permitiu a compreensão de que ambas as políticas comemorativas oficiais não alcançaram sucesso na tarefa de celebração e confraternização nacional em torno da Lei Áurea e do Descobrimento, uma vez que episódios de repressão policial contra as manifestações dos movimentos negros e indígenas denunciaram o conflito existente em torno do passado e no presente nacional. Com base nessas considerações, foi possível estabelecer algumas problematizações em torno dos diagnósticos de Nora e Hartog sobre os fenômenos comemorativos contemporâneos e os discursos memória, afirmando-se que a incapacidade de celebração da história nacional diz respeito à intensificação das lutas políticas e sociais de coletividades subalternizadas que estabelecem novas relações

com o passado, presente e futuro e propuseram novos significados aos passados que compõe a história da nação.

Com base nesse pressuposto, foi analisado os protestos negros e indígenas nas conjunturas comemorativas em questão. Antes, contudo, foram realizadas algumas considerações panorâmicas em torno da circulação pública das temáticas comemorativas do Centenário da Abolição e dos “500 anos do Brasil”, destacando o papel dos suportes midiáticos na catalisação da pauta comemorativa a partir de pesquisas quantitativas e qualitativas realizadas por Maggie e Cogo. Essa tematização de construção das atmosferas comemorativas em torno das efemérides permitiu analisar a função e os efeitos dos protestos de organizações negras e indígenas que foram analisados por meio da descrição de cenas como a Marcha contra a Farsa da Abolição organizada pelo IPCN no dia 11 de maio de 1988 e a realização da Marcha Indígena e Conferência Nacional Indígenas ocorridas em abril de 2000. Com base na observação de tais protestos, pode-se estabelecer uma reflexão sobre a construção das historicidades negras e indígenas na conjuntura de (re) democratização nas décadas de 1970 e 1980 juntamente ao processo de enunciação da identidade negra e indígena frente aos discursos nacionais de miscigenação e democracia racial. A perspectiva adotada buscou compreender tais fenômenos enquanto processos de construção de conhecimento atrelados à luta por dignidade e cidadania das pautas de luta negra e indígena que concomitantemente subverteram as bases eurocentradas e brancas do discurso nacional e os pressupostos epistêmicos do saber histórico disciplinar.

A problemática das diferenças epistêmicas entre os discursos históricos dos movimentos negros e indígenas e o conhecimento histórico construído nas práticas historiográficas, assim como suas proximidades políticas foi abordada a partir da noção de feridas históricas a fim de compreender como a enunciação das violências coloniais e escravistas e sua persistência nas estruturas do tecido social brasileiro foram estabelecidas no debate público nas últimas duas décadas do século XX no Brasil. Para tanto, foi abordado o processo de institucionalização e profissionalização da historiografia brasileira a partir da segunda metade da década de 1970, focalizando principalmente na constituição de renovações epistemológicas, teórico-metodológicas que passaram a informar as bases de produção do conhecimento histórico produzido nos programas de pós-graduação no Brasil.

Essa contextualização serviu para compreender as implicações disso na escrita da história de grupos subalternizados, dedicando principalmente a atenção ao campo da história social da escravidão e as ressignificações das noções de escravo e resistência. Com base nisso,

foi realizada a análise de um conjunto de intervenções de historiadores e historiadoras em suplementos culturais dos jornais O Estado de SP e Folha de São Paulo, a fim de compreender como as bases epistemológicas e ético-políticas informaram as suas intervenções em relação à linguagem comemorativa nacional. Foi verificado, assim, o compartilhamento do posicionamento crítico com os movimentos negros e indígenas no sentido de repudiar as celebrações das efemérides a partir da retórica da “desmitificação” dos estereótipos e inviabilizações produzidas pelos discursos comemorativos nacionais. Todavia, esse compartilhamento não foi enunciado, de modo que se entende que os historiadores e historiadoras reforçaram nas suas intervenções a autonomia do discurso da história produzido nos programas de pós-graduação, o que teve como um dos efeitos políticos concretos o silenciamento desse compartilhamento crítico apontado.

Portanto, foi verificado que os contextos de comemoração de efemérides foram concomitantemente momentos de intensa invocação coletiva pela atualização dos paradigmas narrativos e imagéticos da experiência histórica nacional e oportunidades em que os atores sociais as contestaram, enunciando novos sentidos de continuidade ou ruptura entre passado e presente. A partir dos casos dos ativismos negros e indígenas e dos historiadores profissionais, acadêmicos foi observado que os fenômenos comemorativos estudados expressaram o conflito entre lugares epistêmicos de produção de histórias a partir de condições assimétricas de poder e expressaram como a definição dos legados do colonialismo e da escravidão no final do século XX no Brasil foi atravessada pela politização das noções de raça e etnicidade subsumidas na luta social e política pela reconfiguração das bases racistas e coloniais da linguagem nacional brasileira.

As motivações para a realização desta pesquisa foram influenciadas por discussões no campo da Teoria da História e História da Historiografia no Brasil que têm pautado a necessidade de complexificação das relações complementares entre história e memória na esfera pública e da observação da dimensão de produção e circulação do passado através narrativas, representações e performances públicas produzidas e enunciadas desde distintos espaços e práticas sociais não-historiográficas. Ademais, conforme descrito na introdução, as minhas motivações ético-políticas se relacionam com o desconforto com a observação no início da pesquisa a respeito da ausência de menções de historiadoras e historiadores sobre os movimentos sociais nas suas intervenções nos cenários comemorativos, o que reverberou as inquietações surgidas ao longo da minha trajetória recente enquanto graduando do curso de licenciatura em História entre 2015 e 2019.

Enquanto cursava História, incontáveis sentidos e modos de estabelecer relação entre passado e presente foram mobilizados por movimentos negros e indígenas, grupos neoliberais e de extrema-direita, atravessando, assim, o meu cotidiano de estudos guiado pelo currículo cronológico linear e eurocentrado que iniciou na disciplina de Pré-História e teria data marcada de encerramento na História Contemporânea. Além disso, minha formação ao longo daqueles anos foi igualmente atravessada por discussões de reforma curricular entre o corpo docente e discente e em torno das versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Logo, em meio a uma conjuntura diariamente imprevisível, a obsolescência da grade curricular parecia ser uma certeza. A divisão quadripartite da história, a periodização da história do Brasil em Pré-Colombiana, Colônia, Império e República, a explicação histórica baseada na evidência do arquivo, os debates sobre as diferenças entre história e memória davam a impressão de ser insuficientes frente à complexidade do conflito público que se apresentava e que tinha o passado como um dos tópicos mais disputados na década de 2010 no Brasil.

Essa impressão tornou-se uma certeza bastante convicta enquanto a extrema-direita chegava ao poder com um discurso nacionalista que oscila entre a exaltação dos períodos de repressão e violência institucional e a mentira descarada e os vídeos da empresa Brasil Paralelo atingiam milhões de visualizações no Youtube. Contudo, o assombro era reforçado também pelas posturas frequentes de historiadores e historiadoras em torno desse cenário baseadas somente no reforço do fetichismo factual e documental do conhecimento histórico ou em posicionamentos que flertavam com o deboche das leituras simplistas ou ultrapassadas dos setores conservadores. A realização de disciplinas de Teoria da História, os debates nos grupos de iniciação científica e no Laboratório de Estudos sobre os Usos Políticos do Passado (LUPPA), a participação em duas edições do encontro A história (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico e no X Seminário Nacional de História da Historiografia foram momentos em que se imaginavam novas configurações da identidade do historiador e função do conhecimento histórico e principalmente se historicizava o próprio campo de saber disciplinar a partir das problemáticas de raça e gênero.

Essa bagagem de experiências ao longo da minha formação foi canalizada para a concepção da problemática de pesquisa apresentada acima, sendo fundamentada por uma postura ético-política de historicização das formas de inserção social da historiografia profissional brasileira através das relações conformadas pelos historiadores e historiadoras com outras culturas de passado. Nesse sentido, as condições de formulação da problemática da pesquisa se relacionam com os desafios enfrentados atualmente nos modos de produção e

reprodução da historiografia no Brasil, de modo que a tematização de como os historiadores e historiadoras se relacionaram com os debates públicos comemorativos foi uma maneira de contribuir para a compreensão do esgotamento da legitimidade de determinadas formas de intervenção e posicionamento historiográfico no Brasil. Ademais, é importante a enunciação de que tal problemática foi fundamentada pelo meu limitado e privilegiado horizonte epistêmico de pesquisador branco e masculino para tratar de questões e temas de racismo e desigualdades sociais e raciais, mas que apreendi a delimitá-lo a partir das vivências com a diversidade da universidade pública e com a presença das diretrizes de educação das relações étnico-raciais que fundamentaram minha trajetória de formação como historiador.

Conforme busquei ressaltar ao longo do terceiro capítulo, os efeitos políticos da escrita da história dos subalternizados foi fundamental para o combate discriminações raciais, invisibilizações e esquecimentos em torno da história do Brasil. Não obstante, as premissas epistêmicas, teórico-metodológicas que conformaram a persona do historiador profissional do Brasil inserem-se no “espaço-problema”<sup>594</sup> da redemocratização, cujas determinadas virtudes parecem insuficientes para as demandas e desafios atuais, o que exige, conforme propuseram Ávila, Turin e Nicolazzi, um movimento de (in)disciplina no sentido de “enfrentar as suas tradições na busca de novas formas de identidade disciplinar e de inserção social”.<sup>595</sup> Em vista disso, cabe afirmar que os pressupostos que balizaram essa pesquisa de modo algum se relacionam com o desejo de licenciosidade teórica e empírica na produção do conhecimento histórico, a renúncia das particularidades da pesquisa acadêmica ou a reivindicação do abandono da integridade da tradição disciplinar. O fundamento das críticas tecidas se relaciona com uma postura que busca historicizar os modos de relação da historiografia com o passado e reconhecer a dimensão epistemológica, as relações de poder, étnico-raciais e de gênero e as premissas ético-políticas que informam a prática historiográfica a fim de que nossas habilidades e justificativas de legitimidade do ofício não sejam ontologizadas.

Em vista disso, convém igualmente reconhecer que os encaminhamentos e considerações realizadas estão baseados na análise de um conjunto de intervenções de historiadores e historiadoras profissionais, acadêmicas bastante reduzidas, de modo possibilitaram dados para reflexão sobre as relações de interação e tensionamento entre

---

<sup>594</sup> A categoria de “problema-espaço” formulada por David Scott se refere a determinado contexto discursivo e histórico (conceitos, ideais, significados) relacionados a “um conjunto de perguntas e respostas em torno das quais paira um horizonte de desafios identificáveis (desafios políticos tanto conceituais como ideológicos)”. SCOTT, David. *Conscripts of Modernity: the tragedy of Colonial Enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004. p. 4.

<sup>595</sup> ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento*. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p.12.

historiografia e as historicidades negras e indígenas nos espaços públicos comemorativos em questão. Desse modo, não considero que os dados extraídos dessa pesquisa possam fundamentar generalizações sobre a historiografia brasileira enquanto uma dimensão unitária. Da mesma forma, as considerações tecidas devem ser tomadas como pontos de partida para novas pesquisas, uma vez que considero que foram abordadas muitas questões que poderiam ter sido complexificadas e por questões de espaço e tempo não puderam ser realizadas. Ressalto, por exemplo, a luta coletiva dos feminismos negros na proposição das historicidades negras, assim como as particularidades, similaridades e diferenças entre estas e as historicidades indígenas na proposição de uma narrativa da história do Brasil, assim como as transformações nas relações entre os historiadores e historiadoras com os espaços culturais jornalísticos.

Por fim, convém afirmar que essa dissertação foi escrita integralmente durante a atual situação pandêmica de COVID-19 que o mundo enfrenta. Isso significa reconhecer que o “espaço-problema” de concepção do projeto de pesquisa no final de 2019 foi radicalmente alterado, trazendo novos desafios e temas para a produção do conhecimento histórico que essa pesquisa não pôde considerar. Ademais, o processo de pesquisa e de realização das disciplinas de mestrado foram atravessadas pelos picos dos níveis de óbito, sendo esse texto um resultado produzido e afetado por esse sombrio evento histórico que, indiretamente, também narra a sua história.

## FONTES

### Fontes Governamentais:

BRASIL, Presidente (1995-2002: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso nas comemorações dos 500 anos de Descobrimento**. Rio de Janeiro, 31 de dez. 1999. 5 f. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/89.1.pdf/view>>.

BRASIL, Presidente (1985-1990: José Sarney). **Discurso de Abertura das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura**. Brasília, 21 de março, 1988a. 7f.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988>>.

\_\_\_\_\_. **Discurso Comemoração do Centenário da Abolição da Escravatura**. Brasília, 13 de maio, 1988b.

Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1988>>.

BRASIL. **Centenário da Abolição: considerações e propostas**. Ministério da Cultura, 1988. Brasília. 20f. Coleção Abolição do Acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq\\_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828)>.

### Manifestos:

**MANIFESTO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO**. Coleção Abolição do Acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Disponível em:

<[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq\\_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828)>.

**13 de maio de 1988: A Princesa Isabel esqueceu de assinar nossa Carteira de Trabalho**.

Manifesto do Movimento Negro Unificado, Ilê Aiyê e Grupo Ginga. Coleção Abolição do Acervo do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ. Disponível em:

<<[http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq\\_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828](http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Arq_Cultura&pasta=Rela%C3%A7%C3%B5es%20Raciais\Centen%C3%A1rio%20da%20Aboli%C3%A7%C3%A3o&pesq&pagfis=21828)>>.

**MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA e POPULAR**. Manifesto. Brasil: 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. Proj. História, São Paulo, (20), abr. 2000.

Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/752/showToc>>.

**MOVIMENTO BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR**. Marcha Indígena 2000. Os Povos Indígenas Retomam o Brasil.

**DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL**. Jornal Porantim, Brasília, maio de 2000, p.13. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=183>.

**Jornais:**

DA REDAÇÃO. Leia abaixo a íntegra do discurso do índio pataxó. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de abril de 2000, s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2704200004.htm>>. Último acesso: 29 jan. 22.

HECK, Egon. Manifestações ocorrem em todo o país. **Porantim**, Brasília – DF, ano XXI, n. 224, abril-2000. Encarte. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=182>. Último acesso: 29 jan. 22.

JUNGBLUT, Cristiane; MAIA, Monica Torres. Um dia de índios em Brasília, **O Globo**, O País, 500 anos, Sexta-feira, 14 de abril de 2000, p. 3. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FP%E2%80%A6>. Último acesso em: 29 jan. 22

JORNAL DO BRASIL. Marcha dos negros mobiliza grande aparato militar. **Caderno Cidade**, Quinta-feira, 12/05/88, p.14. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19880512&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>. Último acesso em: 29 jan. 22.

O GLOBO. Nota explica mudanças no itinerário da passeata. **Grande Rio**, Quinta-feira, 12 de maio de 1988, p.8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FP%E2%80%A6>>. Último acesso em: 29 jan. 22

TRIBUNA DA IMPRENSA. Exército mostra a cor do racismo. **Caderno Geral**, 12 de maio de 1988, p. 8. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_04&Pesq=%22marcha%20contra%20a%20farsa%20da%20aboli%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=34854](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_04&Pesq=%22marcha%20contra%20a%20farsa%20da%20aboli%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=34854)>. Último acesso em: 29 jan. 22.

VASCO, Kátia. Caravanas vão sair de todas as regiões. **Porantim**, Brasília-DF, ano XXI, n. 222, p. 2-3, jan./fev, 2000a, Encarte. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HemeroIndio&PagFis=18>. Último acesso: 29 jan. 22.

MALDOS, Paulo. Monte Pascoal: Confraternização entre os povos. **Porantim**, BrasíliaDF, ano XXII, n. 225, p. 8, maio 2000b. Edição Especial. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=HemeroIndio&pagfis=197>. Último acesso: 29 jan. 22.

**Filmagens e Documentários:**

CULTNE ACERVO. Marcha de 88 – Reflexão 125 anos. Produção: Enugbarijô Comunicações. Reedição: Filó Filho **YouTube**. 15min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxx4&ab\\_channel=CultneAcervo](https://www.youtube.com/watch?v=gbbm0MeNxx4&ab_channel=CultneAcervo)>. Último acesso em: 29 jan. 22.

CULTNE. 100 anos da Abolição. 2017. **Acervo Digital da Cultura Negra**. Disponível em: <https://cultne.tv/movimentos-sociais/movimento-negro/279/100-anos-da-abolicao>. Último acesso em: 29 jan. 22.

POVOS INDÍGENAS DO Brasil. O Relógio e a Bomba e os Outros 500 (Cirineu Kuhn 2000) – Documentário. Direção: Cireneu Kun, Produção: Verbo Filmes. **YouTube**. 23min. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=h\\_QYe2w0yZQ&ab\\_channel=PovosInd%C3%ADgenasnoBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=h_QYe2w0yZQ&ab_channel=PovosInd%C3%ADgenasnoBrasil). Último acesso em: 29 jan. 22.

ÍNDIO CIDADÃO? O Filme. Índio Cidadão? Grito 3 – Ailton Krenak. Direção: Rodrigo Siqueira. **YouTube**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM\\_Q&ab\\_channel=%C3%8DNDIOCIDAD%C3%83O%3F-OFILME](https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q&ab_channel=%C3%8DNDIOCIDAD%C3%83O%3F-OFILME)>. Último acesso em: 29 jan. 22.

**Publicações e artigos de historiadores/as:****Centenário da Abolição da Escravidão:**

ALENCASTRO, Luiz Felipe. As origens da escravidão africana. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.6. Disponível em: <<<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880512-34726-nac-0001-999-1-not>>>.

CARDOSO, Ciro F. Escravidão e Economia no Brasil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.2. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880512-34726-nac-0001-999-1-not>>.

CARVALHO, José M. A abolição aboliu o quê? **Folha de São Paulo**, São Paulo. Folhetim. 13 de maio. 1988, ed. n° 21.590, p.8. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10232&anchor=4121614&origem=busca&originURL=>>>.

FERLINI, Vera Lúcia A. Ruy e o mito da queima dos arquivos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.2. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880512-34726-nac-0001-999-1-not>>.

IGLESIAS, Francisco. O trabalho e o negro, cem anos depois. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. Suplemento Especial. 12 de maio. 1988, ed. n°34.726, p.2. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880512-34726-nac-0001-999-1-not>>.

### V Centenário do Descobrimento do Brasil:

CARVALHO, José Murilo. A memória nacional contra a história. **Folha de São Paulo**, São Paulo. Caderno Mais! 12 de novembro de 2000. Ed. nº 26.157, p.3.

COLOMBO, Sylvia. Brancos e negros inventaram uma África, diz Viotti. Brasil por historiadores. **Folha Online**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2404200008.htm>>.

\_\_\_\_\_. "Não creio em solução", diz João José Reis. **Folha Online**. Brasil por historiadores. **Folha Online**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2404200008.htm>>.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa de Faria; KHOURY, Yara Aun. Apresentação. **Proj. História**, São Paulo, (20), abr. 2000.

NATALI, João Batista. "Não podemos nos transformar em índios", diz Fernando Novais. Brasil por historiadores. **Folha Online**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2404200008.htm>>.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). **Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações**. 1aed. Curitiba: CRV, 2021, v. , p. 251-275.

ABREU, Marcelo; BIANCHI, Guilherme; PEREIRA, Mateus. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279-315, abr./jun. 2018.

ABREU, M. C.; MATTOS, H. ; DANTAS, C. V. . Em torno do passado escravista: as ações afirmativas e os historiadores. In: Helenice Rocha; Rebeca Gontijo, Marcelo Magalhaes. (Org.). **A Escrita da História Escolar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, v. , p. 181-198.

ABREU, Rodrigo B. A Marcha contra a Farsa da Abolição na transição democrática brasileira. **Dissertação** (Mestrado em História). 175f. 2015. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

ADOLFO, Roberto. A historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980: escrita, contexto e instituição. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Janeiro - Junho de 2017 Vol.14 Ano XIV nº 1.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil. Depoimentos ao CPDOC.** Rio de Janeiro; Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBERTO, Paulina Laura. **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in twentieth-century Brazil.** North Carolina Press, North Carolina (USA), p. 245-296, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A necessária presença do outro, mas qual outro? reflexões acerca das relações entre memória, história e comemorações. In: \_\_\_\_\_. **O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história).** São Paulo, 2019. Intermedios. pp. 179-190.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. **Revista Brasileira de História**, vol. 37, no 75 • pp. 17-38, 2017.

\_\_\_\_\_. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: Rachel Soihet; Maria Regina Celestino de Almeida; Cecília Azevedo; Rebeca Gontijo. (Org.). **Mitos, Projetos e Práticas Políticas - Memória e Historiografia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v., p. 207-230.

ÁLVAREZ, Sebastian Vargas. **Después del bicentenario: políticas de la conmemoración, temporalidad y nación. Colombia y México, 2010. (2018).** Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANKERSMIT. F.R. Commemoration and National Identity. **Textos de História**, vol.10, nº 1/2, 2002.

ARAUJO, Ana Lúcia. Memória pública comparada da emancipação e da abolição da escravidão: Abraham Lincoln e Princesa Isabel. In: MACHADO, Maria Helena P.T.; CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se Livre: agentes Históricos e lutas Sociais no processo de Abolição.** EDUSP, 2018, p. 465-473.

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus. **Atualismo: como a ideia de atualização mudou o século XXI.** Mariana, MG: Editora SBTHH, 2018.

ARAUJO, V. L.. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

\_\_\_\_\_. O direito à História: o(a) historiador (a) como curador (a) de uma experiência socialmente distribuída. In Gécica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017, pp. 191-216.

ARRUDA, J.J. de Andrade. **O trágico 5º Centenário do Descobrimento do Brasil: comemorar, celebrar, refletir.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

ARRUTI, José Maurício. A emergência dos remanescentes: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 7-38, 1997.

ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. Tradução de Méri Frotscher. **História Oral**, vol.19, n.1, p.115-127, jan/jun. 2016.

ASSMANN, Aleida. Memory, individual and collective. In: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles (Ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 210-224.

\_\_\_\_\_. Theories of Cultural Memory and The Concept of “Afterlife”. In: TAMM, Marek (ed). **Afterlife of events. Perspectives on mnemohistory**. England: Palgrave MacMillan, 2015. p.79-94.

\_\_\_\_\_. Memória funcional e memória cumulativa – dois modos de recordação. In: ASSMANN, A. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Editora Unicamp, Campinas, 2ºed. 2018, trad. Paulo Soethe (coord).

ASSUNÇÃO, Marcello de; TRAPP, Rafael. É possível indisciplinar o cânone da história da historiografia brasileira? Pensamento afrodiaspórico e (re)escrita da história em Beatriz Nascimento e Clóvis Moura. **Revista Brasileira de História (Online)**, v. 41, p. 229-252, 2021.

AVELAR, A. S.; PEREIRA. Mateus Henrique de Faria,. Memory, ethics and the present time of Brazilian journals of History. (1981-2014).. *Historiein*, v. 17, p. 1-19, 2018.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). Apresentação. **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

AVILA, Arthur Lima de. O que significa indisciplinar a história? In. AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs.). **A História (in)Disciplinada**. Vitória: Editora Milfontes, 2019, pp. 19-51.

\_\_\_\_\_. Povoando o Presente de Fantasmas: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 7, p. 189-209, 2016.

BAQUERO, Rafael. Memória, narrativa e conflito em escrever o passado quando os historiadores estão sujeitos a tensões éticas e políticas. **Hist. Historiogr.**, Ouro Preto, v. 13, n. 32 p. 47-81, jan.-abr. 2020.

BARBOSA, Ana Carolina Pereira. Na Transversal do Tempo: Natureza e Cultura à Prova da História. 2013, 226f. **Tese** (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **TEMPO E ARGUMENTO**, v. 10, p. 88-114, 2018.

BARBOSA, João Mítia Antunha; FAGUNDES, Marcelo Gonzalez Brasil Fagundes. Uma revoada de pássaros: o protagonismo indígena no processo Constituinte. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS** Vol. 10 Nº 20, Julho - Dezembro de 2018.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Paco Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura. **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS**, v. 45, p. 91, 2019.

BERTELLI DUARTE, André Luis. A Muralha: (ainda) os bandeirantes e a identidade nacional na “festa” dos 500 anos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 232-249, jan./jul. 2021.

BHABHA, Homi K. **Nación y Narración: entre la ilusión de una identidad y las diferencias culturales**. Siglo Veintiuno Ediciones. Buenos Aires, 2010.

BIANCHI, Guilherme. Historicidade em deslocamento: tempo e política entre os Ashaninka da Amazônia peruana e os Misak dos Andes colombianos. 2020, 253f. **Tese** (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.

BONALDO, Rodrigo Bragio. Comemorações e efemérides: ensaio episódico sobre a história de dois paralelos. 2014. 314f. **Tese** (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

\_\_\_\_\_. Presentismo e Presentificação do Passado: a Narrativa Jornalística da História na Coleção Terra Brasilis de Eduardo Bueno. 2010. **Dissertação** (Mestrado em História) 169f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias: delineamentos para investigar palimpsestos mediatizados de memória étnica na recepção. **Revista Fronteira**, v. 8, p. 133-143, 2006.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Movimento Indígena no Brasil. In: Wittmann, Luisa Tombini (org). **Ensino (d)e História Indígena**. Brasil, Autêntica Editora, 2015.

CAPELATO, Maria. Helena. R. História do Brasil e revisões historiográficas. **Anos 90 (Online) (Porto Alegre)**, v. 23, p. 21-37, 2016.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1ª reimpressão, 2018. p.73-79.

CESAR, América Lúcia Silva. Lições de Abril: Construção de Autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. 2002, 217 f. **Tese** (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CEZAR, Temistocles. **Ser historiador no século XIX**. O caso Varnhagen. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. 253p.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

\_\_\_\_\_. História social do trabalho, história pública. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 3, p. 219-228, 2009.

CHAKRABARTY, Dipesh. History and politics of recognition. In: JENKINS, Keith; MORGAN, Sue; MUNSLOW, Alun. (eds). **Manifestos for History**. Routledge, New York, 2007.

COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: narrativas sobre os 500 anos de descobrimento do Brasil. In: COLÓQUIO PAN-AMERICANO INDÚSTRIAS CULTURAIS E O DIÁLOGO DAS CIVILIZAÇÕES DAS AMÉRICAS, 2002, São Paulo. **Anais...** Montreal: Université de Montréal au Québec, 2002, p. 1-16.

COHEN, David W. Preface; The production of history. **The Combing of History**. University of Chicaco Press. 1994.

COLI, Jorge. Primeira missa e a invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto (org). **A descoberta do homem e do mundo**. Companhia das Letras. 1998. p.107-122.

CONNERTON, Paul. Commemorative ceremonies. **How societies remember**. Cambridge University Press. 1989, p.41-71.

DAIBERT JR. Robert. Isabel, a “Redentora” dos Escravos: um estudo das representações sobre a Princesa. 2001. 208f. **Dissertação** (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

DAGNINO, E. Construção democrática, Neoliberalismo e Participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n.5, p. 137-161, 2004.

DEVOTO, Fernando J. Conmemoraciones poliédricas: acerca del primer Centenario em la Argentina. In: PAGANO, Nora; RODRIGUEZ, Martha (comp). **Conmemoraciones, patrimonio y usos del pasado: la elaboración social de la experiencia histórica**. Miño y Dávila Editores. Ciudad de Buenos Aires, Argentina, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, 2007.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FARIAS, Lucas da Mota. Marchas e manifestos contra a colonialidade da história: Movimentos indígenas diante das comemorações oficiais dos 500 anos (1998-2000). 2018, 193f. **Dissertação** (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2018.

FREIXO, Andre de Lemos. Passados privados, ou privados do passado? Nostalgia, in - diferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. **Revista do NUPEM**, v. 11, p. 59-80, 2019.

FREITAS, R.H.K. A crítica de televisão no Folhetim (FSP 1977-1989): pensando a TV e o telespectador na redemocratização. **Domínios da Imagem**, vol.14, número 26, jan/jun.2020.

FELTRIN, T. ; BATISTA, N. L. ; CORREA, G. C. . Do encobrimento da memória e do outro: uma analítica acerca dos relatos da colonização. **Percursos (Udesc)**, v. 22, p. 10-36, 2021.

FERNANDES, Guilherme Moreira. Identidade negra e abolição da escravatura nas telenovelas da TV Globo: a manutenção de estereótipos. In: Miguel Rodrigues Netto. (Org.). **Diálogos em Comunicação: reflexões em cenários contemporâneos**. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, v. 1, p. 122-156.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da Nova República (1985-2016)**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Representações, representatividades e dismorfias: midiaticização das identidades. **Extraprensa (Usp)**, v. 14, p. 341-352, 2020.

\_\_\_\_\_. Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa (ISSN 0103-9989). **REVISTA USP**, v. 69, p. 80-91, 2006.

FERNANDES, G. M.. Identidade negra e abolição da escravatura nas telenovelas da TV Globo: a manutenção de estereótipos. In: Miguel Rodrigues Netto. (Org.). **Diálogos em Comunicação: reflexões em cenários contemporâneos**. 1ed.São Paulo: Pimenta Cultural, 2021, v. 1, p. 122-156.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiae** (impresso), v. v.3, p. 27-46, 2012.

GONZAGA, Gabriel. Para que fazer um doutorado em história agora? reflexões sobre os públicos e os passados, políticas de tempo e a crise da História. **Medium**. Porto Alegre, 30 jan.2021. Disponível em: <https://gabrielgonzaga.medium.com/por-que-fazer-um-doutorado-em-hist%C3%B3ria-agora-24bcda46c07a>. Último acesso em> 15.jun.2021.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs). **Por um feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ºed. Rio de Janeiro, Zahar, 2020, pp. 232-241.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, pp.9-11.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GILLIS, John R. Memory and Identity: the History of a relationship. In: GILLIS (ed) **Commemorations: the politics of national identity**. Published by Princeton University Press, 1994. p.3-26.

GUIMARAES. Manoel Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História**. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 24-41.

HAMBURGUER, Esther. Ressaca dos 500. **TV Folha**, Folha de S. Paulo, 30 de abril de 2000, p.1.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&a Editora, 11° ed. 2006.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HERSHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. E la nave va... As celebrações dos 500 anos do Brasil: afirmações e disputas no espaço simbólico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.14, n°26, p.203-215.

HEYMANN, Luciana Quillet; ARRUTI, José Maurício. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: Márcia de Almeida Gonçalves; Helenice Rocha; Luís Reznik; Ana Maria Monteiro. (Org.). **Qual o valor da História hoje?** 1ed.Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

HOBSBAWM, Eric; TERENCE Ranger. **A invenção das tradições**. Editora Paz & Terra, 2012.

IEGELSKI, Francine. Resfriamento das sociedades quentes? - Crítica da modernidade, história intelectual, história política. **Revista de História**, v. 1, p. 385-414, 2016.

JANUÁRIO, Marcelo. As Transformações do Jornalismo Cultural em São Paulo na Passagem para o Século XXI. 267 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes da Universidade São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. São Paulo. 2005.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**.- 1ª ed.- Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017. Siglo Veintiuno Editora, 2017.

\_\_\_\_\_. Introducción. In: JELIN, Elizabeth (comp.). **Las conmemoraciones: las disputas em las fechas “in-felices”**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2002. p.1-8.

\_\_\_\_\_. Memoria y democracia. Una relación incierta. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales** | Universidad Nacional Autónoma de México Nueva Época, Año LIX, núm. 221 | mayo-agosto de 2014 | pp. 225-242 |.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Editora Contraponto, 2012.

KRENAK, Ailton. Os índios não estão preparados para votar, para trabalhar, para existir. **Revista Lua Nova**. v. 1, n.4. São Paulo: CEDEC/ Ed. Braziliense, 1985.

\_\_\_\_\_. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (Org.) **Tempo e História**. SP: Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

\_\_\_\_\_. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Un autre regard**. L'Homme, vol. 33, n. 126, Paris, 1993.

LIMA, Marcelo Fernando de. Figurações do leitor no suplemento cultural: um estudo de caso do caderno Mais!, da Folha de S. Paulo. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 13, n. 31, p. 121-129, maio/ago. 2012.

LISBOA, João Francisco. Etnogênese e movimento indígena: lutas políticas e identitárias na virada do século XX para o XXI. **Interethnico - Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, v. 20, p. 68-86, 2017.

LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; van VREE, Frank; WINTER, Jay (eds). **Performing the past: memory, history, and identity in Modern Europe**. Amsterdam University Press, 2010, p. 11-34.

LORENZ, Chris. BEVERNAGE, Berber. Dividir el tiempo. Explorando las fronteras entre presente, pasado y futuro. In: **Entre filosofía e historia. Volumen 1: Exploraciones en filosofía de la historia**. Prometeo Libros, 2015, p. 251-280.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, v. 2, p. 111-153.

MACHADO, Michelli. Entre a história e a ficção - Estudo das minisséries Abolição e República. In: **I Seminário Internacional de Pesquisa em Mídiação e Processos Sociais**, 2017, São Leopoldo. I Seminário Internacional de Pesquisa em Mídiação e Processos Sociais, 2017.

MAGGIE, Yvonne. Cor, hierarquia e sistema de classificação: a diferença fora do lugar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.7, n.14, 1994, p.149-160.

MARCELINO, Douglas Attila; CALDEIRA, A. P. S. Apresentação. In: MARCELINO, Douglas Attila; CALDEIRA, A. P. S. (Org.). **Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações**. Ebook. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021.

MARCELINO, Douglas Attila. Os funerais como liturgias cívicas: notas sobre um campo de pesquisas. **Revista Brasileira de História (Impresso)**, v. 31, p. 125-144, 2011.

MARÍN, Pilar Cuevas. La (re) construcción colectiva de la historia: una contribución al pensamiento latinoamericano. In: WALSH, Catherine (ed). **Pensamiento Crítico y matriz (de)colonial**. Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2005.

MATTOS, H. História e Movimentos Sociais. In: Ciro Flamarion Cardoso Ronaldo Vainfas. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, v. , p. 95-112.

MELMAN, Billie. **The culture of history**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. **Anos 90** (Online) (Porto Alegre), v. 19, p. 1-36, 2012.

MONTAÑO, Eugenia. Los Lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. **Historia y Grafía**, núm. 31, 2008, pp. 165-192.

MONTEIRO, John Manuel. Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo. **Tese** (Livre docência em História) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, 2001.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, Identidades discursivas e espaço público. **Revista Sociologia & Antropologia** | v.02.04: 81 –101, 2012.

MUDROVIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿ quiénes son mis contemporáneos? **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Editora Autêntica, 2ªed, Belo Horizonte, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Prof. História**. São Paulo, dez, 1993.

NICOLAZZI, Fernando. SOLETTI, Eduarda. Pedal pela Memória. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Fazendo história pública**. Vitória: Milfontes, 2020.

NICOLAZZI, F. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. **História. Questões e Debates**, v. 53, p. 229-257, 2010.

\_\_\_\_\_. Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tlátoc. In: ÁVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo. **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento**. Editora Milfontes, Vitória, 2019, p. 211-245.

OHARA, João R.M. Virtudes Epistêmicas na Prática do Historiador: o caso da sensibilidade histórica. **História da historiografia**, v. 22, p. 170-183, 2016.

\_\_\_\_\_. Virtudes Epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990). 2017. 154f. **Tese** (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis da - Universidade Estadual Paulista. Assis. 2017.

ORIÁ, Ricardo, O direito à memória: a análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). **II Seminário de Políticas Culturais**, 2011. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2011/11/06/artigosdo-ii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez. O engajamento político e historiográfico no ofício dos historiadores brasileiros: uma reflexão sobre a fundação da historiografia brasileira contemporânea (1975-1979). **HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA**, v. 01, p. 127-222, 2018.

OLIVEIRA, M. da Glória de.. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA**, v. 11, p. 104, 2018.

PALTI, Elias. The nations as a problem.: historians and the “national question”. **History and Theory**. (October 2001), 324-346. Wesleyan University 2001.

PEREIRA, Amilcar A. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). 2010, 268f. **Tese** (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Luisa Rauter. Fissuras do Presentismo: Mudança Histórica nos Protestos Políticos Contemporâneos. **TEMPO E ARGUMENTO**, v. 13, p. e0301, 2021.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24,p. 88-114,abr/jun. 2018.

PEREIRA, Luisa Rauter.; GAIO, G. G. Ativismo, Movimentos Sociais e Politização do Tempo: Possibilidades dos Feminismos no Brasil Contemporâneo. In: Daniel Pinha; Géssica Guimarães; Marcelo de Mello Rangel. (Org.). **Diante da Crise. Teoria, História da Historiografia e Ensino de História Hoje**. 1ed.Vitória: Milfontes, 2021, v. 1, p. 51-69.

PERRUSO, Marco Antonio. Articulações entre Intelectuais e Movimentos Populares nos anos 1970/80. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, p. 175-194, 2011.

POLACOW, Patrícia. O caderno Folhetim e o jornalismo cultural da Folha de S. Paulo (1977-1989). **Tese**. Universidade Metodista de São Paulo. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989, p.3-15.

PYNN, Maria Lúcia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. Aedos: **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação m História da UFRGS (Online)**, v. 11, p. 140-156, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, VI, 2, Summer/Fall 2000, 342-386.

RABOTNIKOF, Nora. Pensar la conmemoración: política y tempo. **Sociohistórica / Cuadernos del CISH** 26 | segundo semestre 2009 | p.179-212.

RAMOS, A. R.. O pluralismo brasileiro na berlinda. **Etnográfica** (Lisboa), v. 8, p. 165-183, 2004.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. Editora Unesp, São Paulo, 2014.

Reis FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RILLA, José. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Ediciones Trilce, trad. Laura Masello. Montevideo, 2008.

RODRIGUES, L. R. A.. Intelectuais, Mídia e Estado nas comemorações dos 500 anos do Brasil. **Tensões Mundiais** (Impresso), v. v. 3, p. 170-201, 2008.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. Outros modos de pensar e sonhar: a experiência onírica em Reinhart Koselleck, Ailton Krenak e Davi Kopenawa. **Revista de Teoria da História**, v. 23, p. 156-177, 2020.

RUFER, Mario. The Bicentennial Stamp: nation and difference in 2010 Argentinian Celebrations. *International Journal of Latin American Studies*. July-December 2012.

\_\_\_\_\_. **Nación en escenas: memória pública y usos del pasado en contextos poscoloniales**. México: El Colegio de México, 2009.

\_\_\_\_\_. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Mem.soc/Bogotá** (Colombia), 14 (28): 11-31/ enero-junio/2010.

\_\_\_\_\_. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. **Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente** (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).

SALOMON, Marlon. Heterocronias. In. SALOMON, Marlon (org). **Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos**. Edições Recochete, Goiânia, 2018.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência de transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História** (PUCSP), v. 52, p. 245-279, 2015.

SANTOS, Fernanda Barros dos. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 144 - 182, jul./set. 2018.

SANTOS, José Antônio dos. História e Cultura Afro-Brasileira e Movimento Negro. **Momento** (Rio Grande), v. 22, p. 48, 2013.

SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. Prefácio. In: GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SCOTT, David. **Conscripts of Modernity: the tragedy of Colonial Enlightenment**. Durham: Duke University Press, 2004. p. 1-57.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000). **Práticas da História**, n.º 8 (2019): 49-83.

SCHMIDT, B. B.. De quanta memória precisa uma democracia?: uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. **Anos 90 (Online)** (Porto Alegre), v. 22, p. 153-177, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Identidades Políticas/Alteridades Históricas: Uma Crítica A Las Certezas Del Pluralismo Global. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 97, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438 2002.

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de “comemoração dos 500 anos do Brasil”. **RBCS**, Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003.

SIMAS, Alicy de Oliveira. “Praça pública do pensamento”: historiadoras e historiadores no suplemento Cultura do jornal O Estado de S. Paulo (1980-1991). **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas e da Educação. Programa de Pós-Graduação em História. 2020.

SILVA, Tauana Olivia Gomes ; WOLFF, Cristina Scheibe . O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **CADERNOS PAGU**, v. 55, p. e195512, 2019.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVÉRIO, Valter Roberto [org.]. **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003, p. 23-42.

SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **ANOS 90 (ONLINE) (PORTO ALEGRE)**, v. 24, p. 159-181, 2018.

\_\_\_\_\_. Historiografias em tempos de redemocratização. Apresentação oral transcrita. II Congresso da Rede Internacional de Teoria da História. Ouro Preto, 2016. Disponível em: <  
[https://www.academia.edu/30992631/Historiografias\\_em\\_tempos\\_de\\_redemocratiza%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/30992631/Historiografias_em_tempos_de_redemocratiza%C3%A7%C3%A3o)>.

SUMARTOJO, Shanti. Commemorative atmospheres: memorial sites, collective events and the experience of national identity. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Vol. 41, No. 4 (2016), pp. 541-553.

TAYLOR, Diana. **O Arquivo e o Repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

TRAPP, R. P.. Historia, raça e sociedade: notas sobre descolonização e historiografia brasileira. **Revista de Teoria da História**, v. 22, p. 52-77, 2019.

TEIXEIRA, Carla Cristine. Chamaram-me “nova”! Experiência, expectativa e consciência democrática no Brasil a partir da Constituinte de 1987-88. **Trabalho de Conclusão de Curso** (História). 59f. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o Passado: Poder e a Produção da História**. Curitiba: Huya, 2016.

TURIN, Rodrigo. Os tempos da Independência: entre a História Disciplinar a História como serviço. **Almanack**, V. -, P. 1-39, 2020.

\_\_\_\_\_. 'Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades'. **Tempo** (Niterói. Online), v. 24, p. 168-205, 2018.

VAN DE MIEROOP, Kenan. The 'age of commemoration' as a narrative construct: a critique of the discourse on the contemporary crisis of memory in France, **Rethinking History**, 2016.

VERSIANI, Maria Helena. Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a Constituinte de 1987/1988. 284f. **Tese** (Doutorado em História). Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir**. Serie Pensamiento Decolonial. Editora AbyaYala. Equador, 2017. (introdução do volume I).

## ANEXOS

## ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO OFICIAL – PROGRAMAÇÃO NACIONAL DE COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

PROJETO ABOLIÇÃO  
ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO  
DD - 6050  
Pasta 05.1

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

13.02.1986

Título: Decreto n. 91345, de 19.06.85.

MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições que lhe conferiu o Decreto n.º 91.345, de 19 de junho de 1985 e,

N.º 059 -

Considerando que o dia 13 de maio de 1988, assinala o centenário da Abolição da Escravatura;

Considerando que, a par das solenidades pertinentes, faz-se imprescindível a mais profunda reflexão sobre as causas e os efeitos que marcaram tal circunstância histórica;

Considerando que incumbe ao País resgatar os valores sócio-culturais decorrentes do trabalho e do sacrifício, da inteligência e da determinação, onde sobrelevam as contribuições da raça negra;

Considerando a índole do povo brasileiro, em cujo sentimento se perfaz um anseio de integração nacional, resolve

I - Designar CARLOS ALVES MOURA para articular-se com entidades representativas do movimento negro e entidades afins; com organismos públicos e privados, e com associações culturais, visando a preparar as solenidades do evento e receber a indicação dos nomes que devem compor um Grupo de Trabalho com os objetivos de:

a) Normatizar ações e procedimentos, consequentes das articulações, a fim de submetê-los à apreciação e aprovação do Ministro da Cultura;

b) Apresentar no prazo de 50 dias, relatório circunstanciado dos eventos e de sua avaliação.

II - Determinar que o Grupo de Trabalho a ser instituído, considere, além de outros temas sugeridos, em virtude das audiências os seguintes aspectos:

a) A luta contra a discriminação racial, em sua amplitude;

b) A reformulação de currículos escolares, no sentido de que nele sejam inseridos os conhecimentos social, econômico e político do Brasil;

c) A edição ou a reedição de obras culturais, produzidos por personalidades da raça negra;

d) A reconstituição da verdade histórica sobre a escravidão no Brasil;

e) O direito e o dever de ascensão social, econômica, política do negro;

f) A discriminação do preconceito de cor;

g) A promoção de solenidades, de qualquer natureza, que evidenciem a absorção nacional, dos componentes espirituais da raça negra;

h) Iniciar a seleção de textos para a publicação da "Antologia de Autores Negros".

III - Recomendar os estudos para a realização, em 20 de novembro de 1986, (Dia Nacional da Consciência Negra) de Encontro Nacional da Cultura Afro-Brasileira, incluindo a participação de todos os segmentos da sociedade.

IV - Promover divulgações publicitárias e sobretudo a realização de Concurso de Monografia concernente aos aspectos multiraciais, no Ano Internacional da Paz.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INTERMUNICIPAL DE ESTUDOS CONTINUAÇÃO  
6050  
CENTRO

PROJETO ABOLIÇÃO  
ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

DD-6049

Pasta 05.1

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

13.05.1987



Decreto nº 94.326, de 13 de maio de 1987

Dispõe sobre a coordenação do programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81, item III, da Constituição,

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O programa nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, a ser executado durante o ano de 1988, será coordenado pelo Ministério da Cultura.

Art. 2º - Para o cumprimento do disposto no art. 1º, o Ministério da Cultura articular-se-á com os demais Ministérios, governos dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, governos Municipais e representantes da sociedade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ABOLIÇÃO  
ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

DD - 6048

Pasta 01.1

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

14.07.1987

Título: Portarias de 10.07.87; Secre -  
to n. 94326, de 13.05.87.

INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS  
6048

PORTARIAS DE 10 DE JULHO DE 1987

O Ministro de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o disposto no Decreto nº 94.326 de 13 de maio de 1987, resolve:

Nº 311 - I - Instituir a Comissão do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura, sob a presidência do Ministro de Estado da Cultura.

II - Nomear, para integrá-la, os seguintes membros: ABI GAIL PÁSCOA ALVES DE SOUZA; ANTONIO OLYMPIO DE SANT'ANA; CARLOS ALVES MOURA; LOURIEDES FIUZA DOS SANTOS; OLYMPIO TRINDADE SERRA; ZEZITO ARAÚJO; ~~ESTES MEMBROS SERÃO REMOVIDOS~~ E HENRIQUE RODRIGUES VALLE JÚNIOR.

III - Designar CARLOS ALVES MOURA, Coordenador de Programas, LT DAS 101.3, da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, para, sem prejuízo de suas atribuições, coordenar os trabalhos da referida Comissão.

IV - Delegar ao Coordenador, observado o disposto neste Ato, competência para organizar grupos de trabalho que executarão tarefas relacionadas com as atividades da Comissão, ouvido o Ministro de Estado da Cultura.

V - Determinar que a Comissão apresente ao Ministro de Estado da Cultura, no prazo de 60 (sessenta) dias, proposta circunstanciada de eventos e atividades permanentes a serem implementadas por ocasião do Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil.

VI - Recomendar que, no desenvolvimento de seus trabalhos, a Comissão observe os seguintes aspectos:

- a) o caráter pluriétnico da sociedade brasileira;
- b) a recuperação da verdade histórica sobre a escravidão no Brasil;
- c) a promoção de eventos que evidenciem a decisiva contribuição do negro à formação sócio-cultural do Brasil;
- d) a realização de atividades destinadas a preservar bens e manifestações culturais ligados à história do negro no Brasil;
- e) a desmistificação do preconceito racial;
- f) o apoio a todas as iniciativas que tenham por objetivo a ascensão cultural, social, econômica e política do negro na sociedade brasileira.

VII - Considerar a participação nesta Comissão relevante serviço público, não ensejando remuneração específica.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ABOLIÇÕES  
 ABOLIÇÕES DA ESCRAVIDADE  
 DD-6047  
 Pasta 01.1

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

16.07.1987

Título: Portaria n. 314 - 14.07.87; de-  
 creto n. 94326 - 13.05.87. Diário  
 Oficial da União, Brasília, 16  
 jul. 1987.

INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS  
 6047  
 ENTRAR

PORTARIA Nº 314, DE-14 DE JULHO DE 1987

O Ministro de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 94.326, de 13 de maio de 1987, resolve:

I - Instituir o Conselho Consultivo do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravidade, com os seguintes membros: Rev. ANTONIO OLYMPIO DE SANT'ANA; Pe. ANTONIO APARECIDO DA SILVA; ANTONIO OLINTO; AGUINALDO BEZERRA DOS SANTOS; ANGELO OSWALDO DE ARAÚJO SANTOS; ABDIAS DO NASCIMENTO; ANA CÉLIA DA SILVA; ADÃO VENTURA PEREIRA REIS; AFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO; ALBERTO RAJÃO; ALBERTO DA COSTA E SILVA; ALOÍSIO PIMENTA; ABIGAIL PÁSCOA ALVES DE SOUZA; BARBOSA LIMA SOBRINHO; BENEDITA DA SILVA; CLEANTO DE PAIVA LEITE; CLIMÉRIO JOAQUIM FERREIRA; CLÓVIS MOURA; CLÓVIS ANTUNES; CRISTOVAM BUARQUE; CÂNDIDO A. MENDES DE ALMEIDA; CONCEIÇÃO LEAL; DORA ALCÂNTARA; DEOSCO REDES MAXIMILIANO DOS SANTOS; DÉCIO FREITAS; EFIGÊNIA CARLOS PIMENTA; FÁBIO LUIZ PEREIRA DE MAGALHÃES; FRANCISCO SOARES ALVIM NETO; FERNANDO DO MOURÃO; FELIPE D'ALENCASTRO; GILBERTO PASSOS GIL MOREIRA; GUSTAVO PAIVA; HERMÓGENES ALMEIDA SILVA FILHO; IVAIR AUGUSTO ALVES DOS SANTOS; JOÃO BATISTA BORGES; JOMAR MORAES; JANUÁRIO GARCIA FILHO; JORGE PRATA; JOSUÉ MONTELLO; JOÃO JORGE RODRIGUES; JOSÉ THOMAZ; JORGE AMADO; JOSÉ CARLOS CAPINAM; JOAQUIM SALLES DE OLIVEIRA ITAPARY FILHO; JOAQUIM BEATO; JOAQUIM CAMPELLO; JOEL RUFINO DOS SANTOS; JUSTO CARVALHO DA SILVA; D. JOSÉ MARIA PIRES; LYDIA AVELAR ESTANISLAU; LOURIER DES FUIZA DOS SANTOS; LYDIA G. B. DE MELLO; MAGNUS ROBERTO DE MELLO PEREIRA; MARCOS TERENA; MARTINHO DA VILA; MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA; MARCELO CÂMARA TORRES; MARIA MANUELA CARNEIRO DA CUNHA; MARIA RAIMUNDA DE ARAÚJO; MARIA STELLA DE AZEVEDO SANTOS; MARISA RICUPERO; MARIA NELLY DOS SANTOS; MILTON NASCIMENTO; MILTON CONÇALVES; OSWALDO RIBEIRO; ORLANDO COSTA; OLYMPIO TRINDADE SERRA; OCTAVIO IANNI; PAULO MOURA; PAULINHO DA VIOLA; PAULO ROBERTO DOS SANTOS; RUTH DE SOUZA; SEBASTIÃO PRATA; SEBASTIANA ARRUDA; SILVETE GALDINO DA SILVA; SEVERINO RAMOS PEDRO DA SILVA; VERA REGINA SANTOS TRIUMPHO; WAGNER DO NASCIMENTO; ZÉLIA ANADOR DE DEUS; ZEZITO DE ARAÚJO, e ZEZÉ MOTA.

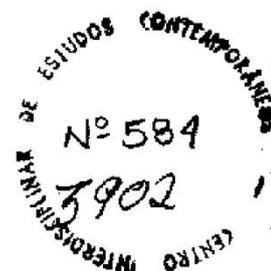
II - Dispor que o Conselho Consultivo deverá acompanhar as atividades da Comissão do Programa Nacional do Centenário da Abolição.

III - Determinar que, no desempenho de suas atribuições, este Conselho Presidido pelo Ministro de Estado da Cultura, observe o disposto nos incisos VI e VII da Portaria Ministerial nº 311/87.

CELSO FURTADO

ANEXO B – MANIFESTO NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO –  
CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

**MNU**  
MANIFESTO NACIONAL DO  
**MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO**



**"CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO"**

1988 – Ano do Centenário da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de Maio de 1888. Um final feliz para a classe dominante que com a assinatura desta Lei, desobrigava os senhores de escravos de pesados encargos. A economia baseada no trabalho escravo passava por grandes dificuldades devido a proibição do tráfico de escravos, encarecendo a compra de mão-de-obra escrava e sofrendo fortes pressões das potências coloniais.

Já nesta época, a grande maioria de negros eram "livres", e os escravos

eram minoria em todo o país. As lutas contra o trabalho escravo avançavam, com a massa escrava lançando mão de vários meios para combater a escravidão compra de carta de alforria para livrarem do trabalho escravo, fugas em massa, suicídios, greves de fome (banzo), assassinatos de senhores de escravos, assaltos e formação de quilombos.

LUIZ GAMA, negro abolitionista, que morreu em 13 de Maio de 1882, dizia que todo escravo que mata seu senhor, seja em que circunstância for, mata em legítima defesa. Este era o clima em

que viviam os senhores de escravos da época, e entendemos porque as classes dominantes fazem festa nos dias atuais.

Para nós do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 13 de Maio não é um dia de festa, é o DIA NACIONAL DE DENÚNCIA CONTRA O RACISMO. Denúncia da forma golpista como foi realizada a Abolição da Escravatura, sendo o negro desalojado do processo produtivo da nação, sem trabalho pra garantir o seu sustento, sem terra para morar e produzir, sem escolas para a garantir a sua educação, enfim, sem condições de realmente se integrar na nova sociedade que surge a partir de 1888.

A vida da maioria negra após A Lei Aurea passa de trabalhador escravizado para a de marginalizado social, entregue a sua própria "sorte". Nada foi feito para retirar a população negra do atraso social, econômico, político e cultural, resultado de quatro séculos de escravidão. Nestes 100 anos da malfadada abolição pouca coisa mudou na essência.

A grande maioria negra habita as regiões mais pobres e insalubres do país, constituindo 77% na Região Norte, 73% no Nordeste, 50% no Centro-oeste, 32% na Sudeste e 15% no sul. Mesmo sendo contingente majoritário em tão vastas regiões como o Norte/Nordeste, inexistente como proprietária de terras, integrando a Categoria de posseiros, meeiros, invasores, favelados, sem terras e outras formas precárias de ocupação de terras e

moradias. Nós negros somos ainda apenas 30% dos que conseguem concluir o curso primário, 25% dos que concluem o segundo grau e somente 1% dos que chegam às universidades. Somos ainda 60% dos que recebem até meio salário mínimo enquanto os brancos são 42%: somos 10% dos que ganham até 10 salários mínimos enquanto os brancos são 87%.

As polícias e os grupos para-militares funcionam sobre nós como agentes repressores do Estado, praticando toda a sorte de violências; crueldades, humilhações, torturas.

As mulheres negras, nas sua grande maioria são empregadas como domésticas, realizando trabalhos de semi-escravidão, recebendo baixos salários e sem os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores como carteira assinada, assistência médica, férias e 13º salário. Em outros tipos de trabalho são pessimamente remuneradas e sempre desrespeitadas.

Abolição de fato pressupõe transformações profundas na sociedade brasileira como acesso ao trabalho e uma justa distribuição de renda, reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, devolução aos seus descendentes das terras conquistadas pelos quilombolas e estabelecimento de uma nova ordem de comunicação.

Antes dos discursos, carecemos do fim à violência policial, fim ao desemprego, fim às doenças e a mortalidade infantil. Torna-se óbvio então, nossa ausência e falta do entusiasmo ao reverenciar

os "cem anos da abolição", uma vez que, entre o enunciado e o resultado prático da frase não existe praticamente nenhum elo.

Os homens e Mulheres negras, as entidades negras culturais, religiosas, beneficentes, recreativas e políticas — têm que tomar consciência da nossa situação e não participar das festas de comemoração do centenário da abolição. Devemos aproveitar este ano para refletir sobre nossa situação, denunciá-la e criar novas formas de combater o racismo e a exploração. Devemos mobilizar a comunidade negra para avançar nossa luta e organizar o Movimento Negro tornando-o cada vez mais forte, representativo e combativo.

Os vários agrupamentos de poder político da sociedade brasileira já se preparam para intervir no centenário da Abolição. A Nova República, a Igreja Católica, os Partidos Políticos, cada um a sua forma. Mas por experiência Histórica, sabemos, salvo raras exceções, quais são seus interesses em relação à população negra.

O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO fará atividades próprias, independentes. Denunciaremos a situação do negro em toda a história do nosso país, bem como a atual, de como fomos e continuamos sendo escravizados, espezinhados e dominados. Trabalharemos em conjunto com o Movimento Negro Independente e as organizações democrá-

ticas e progressistas de todo o país, no sentido de que a população negra e nossos aliados não-negros se conscientizem efetivamente da necessidade de profundas transformações neste país, para que uma sociedade livre se construa, onde as diferenças raciais e sexuais não sejam usadas para a exploração de um ser sobre o outro e sejam abolidas as diferenças de classe.

Nossas atividades no "Centenário da Abolição" se realizarão nas ruas, nas manifestações públicas, nas indústrias, nas escolas, associações de moradores e nas entidades negras em geral, realizando grandes concentrações de negros e trabalhadores, setores oprimidos dessa sociedade que realmente têm interesse que se acabe com todo tipo de opressão.

Convocamos a todos que participem das reuniões e encontros municipais, estaduais, regionais e nacionais, locais onde se dão importantes discussões para se aprofundar projetos que realmente mude a vida dos negros e de todos os oprimidos. Convocamos pessoas e organizações que junto conosco levam à frente lutas comuns do Programa de Ação do MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, programa amplo que busca a libertação para todos, independente de sexo, raça ou cor.

Temos que dar um basta definitivo a esta situação e o tal centenário da Abolição pode ser um importante começo para pormos fim a esta dominação.

*Instituições apo. unificadas*

372 ANOS DE ESCRAVIDÃO  
 + 100 ANOS DE "ABOLIÇÃO"  
 = 472 ANOS DE OPRESSÃO

### BASTA DE RACISMO

Comissão Executiva do Movimento Negro Unificado  
 Belo Horizonte, 09 e 10 de Janeiro de 1988.

MNU – São Paulo  
 Rua Régio Freitas, 474 - V. Buarque  
 CEP 01220 - São Paulo - SP

MNU – Campinas  
 Caixa Postal 6.144  
 CEP 13.100 - Campinas - SP

MNU – Rio de Janeiro  
 Caixa Postal 794  
 CEP 20.001 - Rio de Janeiro

MNU – Pernambuco  
 Caixa Postal 692  
 CEP 50.000 - Recife - PE

MNU – Minas Gerais  
 Caixa Postal 526  
 CEP 30.000 - Belo Horizonte - MG

MNU - Rio Grande do Sul  
 Caixa Postal 771  
 CEP 90.000 - Posto Alegre - RS

MNU – Bahia  
 Caixa Postal 6.423  
 CEP 40.000 - Salvador - BA

MNU – Distrito Federal  
 Caixa Postal 111.192  
 CEP 70.084 - Brasília - DF

MNU – Juazeiro - BA  
 Caixa Postal 78  
 CEP 48.900 - Juazeiro - BA

MNU – GO  
 Caixa Postal 1.290  
 CEP 74.000 - Goiânia - GO

## ANEXO C – MANIFESTO MARCHA INDÍGENA 2000

CIMI - SETOR DOCUMENTAÇÃO

 **BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR**

**MARCHA INDÍGENA 2000  
OS POVOS INDÍGENAS RETOMAM O BRASIL**

No início da década de 90 foi criado o Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, um espaço de mobilização e contestação das comemorações do chamado "descobrimento" das Américas. Integraram este Movimento organizações indígenas, negras e entidades populares.

Este espaço de reflexão foi retomado em torno da luta contra as programações triunfalistas oficiais dos 500 anos da chegada dos europeus ao Brasil. Formaram-se comitês e fóruns por todo o país articuladas no Movimento "Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular". O seu objetivo é mobilizar a sociedade brasileira e refletir sobre as novas formas de colonialismo alimentadas pelos meios de comunicação, em especial a Rede Globo- veículo que sempre esteve a serviço das elites. Nos últimos meses vários eventos foram realizados, tais como debates, seminários e atos públicos. Em abril do ano 2000, está programada uma grande mobilização indígena a partir de uma marcha de abrangência nacional.

(A Marcha indígena 2000 é um movimento simbólico de retomada do Brasil, traçando um caminho inverso ao da invasão europeia. Caravanas partirão dos quatro cantos do país rumo ao litoral baiano, onde iniciou-se, em 1500, toda a história de violência e colonização.)

(Esta Marcha simboliza a resistência indígena, a luta pela garantia dos seus direitos historicamente negados, especialmente à demarcação dos territórios. É sinal de confiança no futuro, a ser tecido pela ação dos oprimidos, dos marginalizados, das classes populares.)

Estão previstas diversas manifestações no caminho traçado pelas caravanas, para dar eco às vozes indígenas silenciadas nesses 500 anos e para mobilizar a sociedade nacional em torno das lutas indígenas, negras e populares.

Esse processo culmina numa grande Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil em Coroa Vermelha, Bahia, para onde serão levadas as propostas indígenas para os "outros 500 anos". (A Conferência pretende ser espaço onde estes povos definirão estratégias comuns de ação e a sua contribuição para o projeto de um novo Brasil, radicalmente diferente, onde os direitos dos povos indígenas, dos negros e dos setores populares sejam respeitados.)

**Objetivos**

**LEMBRAR A RESISTÊNCIA PARA REAFIRMAR O PROJETO**  
No marco dos 500 anos do chamado "descobrimento do Brasil", com suas leituras elitistas e comemorações governamentais, em seu conjunto mentirosas e triunfalista, lembrar, que a diversidade cultural dos povos indígenas foi e continua sendo a raiz de sua resistência para reafirmar seu projeto de libertação em curso.)

**FORTALECER A SOLIDARIEDADE INTER-ÉTNICA PARA DEFENDER OS DIREITOS ORIGINÁRIOS E CONSTITUCIONAIS**  
Fortalecer, através do intercâmbio da caminhada, o espírito comunitário e a solidariedade entre os povos indígenas para garantir na luta comuns direitos originários e constitucionais/territoriais, de educação e saúde diferenciadas e desenvolvimento autônomo.

**COSTURAR ALIANÇAS COM MOVIMENTOS SOCIAIS AFINS PARA TRANSFORMAR A SOCIEDADE**  
Aprofundar e ampliar as nossas relações e alianças com outros setores e movimentos sociais afins (negros, sem terra, populares, refugiados, por exemplo) no Brasil e no mundo inteiro para a



**BRASIL: 500 ANOS DE RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR**

construção de sociedades democráticas, justas, multiétnicas e pluriculturais que garantem de fato o exercício da cidadania e protegem os projetos indígenas.

**CONTRIBUIR, COM A NOSSA MANEIRA DE VER O MUNDO, PARA O PROJETO DE UM MUNDO HABITÁVEL PARA TODOS**  
 Difundir as cosmovisões dos povos indígenas, as suas reservas espirituais e valores alternativos que representam contribuições importantes e complementares para o projeto de uma humanidade que se empenha na construção de um mundo habitável para todos.

**Manifestações**

Abril de 2000  
 13 e 14 - Brasília (DF)  
 17 - Salvador (BA)  
 19 - Monte Pascoal (BA)  
 22 - Porto Seguro (BA)

Conferência Indígena  
 18 a 22 - Coroa Vermelha (BA)

**Promoção**

APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo  
 COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira  
 CAPOIB - Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil

**Apoio**

Comitês dos 500 Anos  
 Cimi - Conselho Indigenista Missionário  
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico

## ANEXO D – MANIFESTO DA CONFERÊNCIA NACIONAL INDÍGENA DE 2000

## Conferência Indígena

## Documento final

Texto estabelece diretrizes para uma nova política indígena a ser implementada no país

Chegamos na aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, no dia 17 de abril. Cumprimos o compromisso de refazer os caminhos da grande invasão sobre nossos territórios, que perdura já 500 anos.

Somos mais de 3.000 representantes, de 140 povos indígenas de todo o país. Percorremos terras e caminhos dos rios, das montanhas, dos vales e planícies antes habitados por nossos antepassados. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas dominavam e construíam o futuro, ao longo de 40 mil anos. Olhamos com emoção as regiões onde os povos indígenas tombaram defendendo a terra cortada por bandeirantes, por aventureiros, por garimpeiros e, mais tarde, por estradas, por fazendas, por empresários com sede de terra, de lucro e de poder.

Refizemos este caminho de luta e de dor, para retomar a história em nossas próprias mãos e apontar, novamente, um futuro digno para todos os povos indígenas.

Aqui, nesta Conferência, analisamos a sociedade brasileira nestes 500 anos de história de sua construção sobre os nossos territórios. Confirmamos, mais do que nunca, que esta sociedade, fundada na invasão e no extermínio dos povos que aqui viviam, foi construída na escravidão e na exploração dos negros e dos setores populares. É uma história infame, é uma história indígena.

Dignidade tiveram, sempre, os perseguidos e os explorados, ao longo destes cinco séculos. Revoltas, insurreições, movimentos políticos e sociais marcaram também nossa história, estabelecendo uma linha contínua de resistência.

Por isso, voltamos a recuperar essa marca do passado para projetá-la em direção ao futuro, nos unindo aos movimentos negro popular e construindo uma aliança maior: a Resistência Indígena, Negra e Popular.



Plenária aprovou, por unanimidade, o documento

## Nossas principais exigências e propostas:

São as seguintes as principais exigências e propostas dos povos indígenas para o Estado brasileiro, destacadas por esta Conferência:

**1** Cumprimento dos direitos dos povos indígenas garantidos na Constituição Federal:

- a. Até o final do ano 2000 exigimos a demarcação e regularização de todas as terras indígenas;
- b. Revogação do Decreto 1.775/96;
- c. Garantia e proteção das terras indígenas;
- d. Devolução dos territórios reivindicados pelos diversos povos indígenas do Brasil inteiro;
- e. Ampliação dos limites das áreas insuficientes para a vida e o crescimento das famílias indígenas;
- f. Desintrusão (retirada dos invasores) de todas as terras demarcadas, indenização e recuperação das áreas e dos rios degradados, como por exemplo o rio São Francisco;
- g. Reconhecimento dos povos ressurcidos e seus territórios;
- h. Proteção contra a invasão dos territórios dos povos isolados;
- i. Desconstituição dos municípios instalados ilegalmente em área indígena;
- j. Respeito ao direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais contidos nas áreas indígenas, com atenção especial à biopirataria;
- k. Paralisação da construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias, gasodutos em andamento e indenização pelos danos causados pelos projetos já realizados;
- l. Apoio a auto-sustentação, com recursos financeiros destinados a projetos agrícolas, entre outros, para as comunidades indígenas.

**2** A imediata aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);

**3** Aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que tramita no Congresso Nacional conforme aprovado pelos povos e

organizações indígenas (PL 2.057/91);

**4** O fim de todas as formas de discriminação, expulsão, massacres, ameaças às lideranças, violência e impunidade. Apuração imediata de todos os crimes cometidos contra os povos indígenas nos últimos 20 anos e punição dos responsáveis. Exigimos o respeito às nossas culturas, tradições, línguas, religiões dos diferentes povos indígenas do Brasil;

**5** A punição dos responsáveis pela esterilização criminosa das mulheres indígenas a critério da comunidade;

**6** Que a verdadeira história deste país seja reconhecida e ensinada nas escolas, levando em conta os milhares de anos de existência das populações indígenas nesta terra;

**7** Reestruturação do órgão indigenista, seu fortalecimento e sua vinculação à Presidência da República, através de uma Secretaria de Assuntos Indígenas, consultando-se as organizações de base quanto a escolha dos secretários;

**8** Que o presidente da Funai seja eleito pelos povos indígenas com indicação das diferentes regiões do Brasil;

**9** A educação tem que estar a serviço das lutas indígenas e do fortalecimento das nossas culturas;

**10** Que seja garantido o acesso dos estudantes indígenas nas universidades federais sem o vestibular;

**11** Reforma, ampliação e construção das escolas indígenas e oferta de ensino em todos os níveis, garantido-se o magistério indígena e educação de segundo grau profissionalizante;

**12** Fiscalização da aplicação das verbas destinadas às escolas indígenas, criando um Conselho Indígena;

**13** A educação escolar indígena e o atendimento à saúde deve ser de responsabilidade federal. Rejeitamos as tentativas de estadualização e municipalização;

**14** A Lei Arouca, que instituiu um subsistema de atenção à saúde dos povos indígenas, deve ser aplicada;

**15** Fortalecer e ampliar a participação ativa das comunidades e lideranças nas instâncias decisórias das políticas públicas para os povos indígenas, em especial, que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas tenham autonomia nas deliberações;

**16** O atendimento de saúde deve considerar e respeitar a cultura do povo. A medicina tradicional deve ser valorizada e fortalecida;

**17** Formação específica e de qualidade para professores, agentes de saúde e demais profissionais indígenas que atuam junto às comunidades;

**18** Que seja elaborada uma política específica para cada grande região do país, com a participação ampla dos povos indígenas e de todos os segmentos da sociedade, a partir dos conhecimentos e projetos de vida existentes;

**19** Fortalecer o impedimento da entrada (e retirada) das polícias Militar e Civil de dentro das áreas indígenas sem autorização das lideranças;

**20** Exigimos a extinção dos processos judiciais contrários a demarcação das terras tradicionais ocupadas pelos povos indígenas.

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro.

Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos "Outros 500".

A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre.

Coroa Vermelha, Bahia, 21 de abril de 2000.



## ANEXO E – MANIFESTO BRASIL OUTROS 500: RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

### DOCUMENTOS



### RESISTÊNCIA INDÍGENA, NEGRA E POPULAR

A REFLEXÃO SOBRE ESSES 500 ANOS DEVE PERMITIR UMA LEITURA CRÍTICA DE NOSSA HISTÓRIA DO PONTO DE VISTA DAQUELES QUE SOFRERAM E LUTARAM CONTRA A ESPOLIAÇÃO E A EXPLORAÇÃO.

**A**proxima-se a data – 22 de abril de 2000 – que nos fará refletir sobre o dia, 500 anos atrás, em que um grupo armado de portugueses desembarcou nestas terras, com a meta de anexá-la como território colonial.

Aqui viviam, há mais de 40 mil anos, mais de 5 milhões de pessoas, pertencentes a cerca de 970 diferentes povos. Eram os legítimos donos destas terras, possuidores de tudo – menos de anticorpos para doenças européias, de armas mortais à base de pólvora e chumbo, nem do impulso de violência, exploração, depredação e saque. Disto, eram portadores privilegiados aquele grupo de homens maltrapilhos e doentes que desceu na praia da hoje Cabralia, sul da Bahia, cinco séculos atrás, dizendo que estavam “descobrimdo um Novo Mundo” e que para estas terras trariam sua noção de civilização, progresso e evangelização.

Naquele dia foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, através da sua brutalidade letal e organizada, pronta para projetar-se contra tudo e contra todos que estivessem em seu caminho. Aquele 22 de abril de 1500 foi um dia mítico, matriz de uma história violenta e desumana, que continua até aos nossos dias.

#### NOSSA LEITURA HISTÓRICA

Nós, povos indígenas, movimento negro, movimentos sociais e entidades articuladas no movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* fazemos uma leitura da nossa história a partir de um lugar bem definido – dos que sofreram e lutaram contra a espoliação colonial e a exploração de classe, dos condenados da terra, das periferias das cidades e da história oficial.

Não acreditamos numa história escrita pelas classes dominantes, em que estas se colocam como protagonistas únicos e vencedores incontestáveis, tendo seus personagens guindados à posição de heróis de uma versão mistificadora e falsa do processo histórico. Pretendemos, através do nosso movimento, desmistificar a construção da mentira oficial e revelar a verdade histórica vivida pelos povos indígenas, pelos povos escravizados, pelas classes sociais e setores populares explorados e excluídos:

– a verdade dos povos indígenas que, ao longo destes cinco séculos, vem sofrendo um processo contínuo de extermínio e abandono, não obstante as lutas heróicas e desiguais que sempre travou – e continua travando – para preservar seus territórios, suas culturas, suas identidades, suas religiões, seus projetos de vida;

– a verdade dos povos africanos aprisionados, sequestrados para cá, escravizados e que, durante quase 400 anos, viveram neste país a afonia de um sistema de produção então já condenado pela história. Protagonistas de gestos também heróicos, fundaram aqui territórios livres – os quilombos – que até os dias de hoje são provas vivas da afirmação da dignidade humana frente a um poder infame; e

– a verdade dos setores populares que, durante toda a nossa história lutaram para mudar o seu curso, na busca da constituição de uma sociedade justa e fraterna. Os setores populares foram os protagonistas maiores da nossa recente luta contra a ditadura militar e contra a implantação entre nós do modelo neoliberal. Hoje, a luta pela reforma agrária e a luta contra o desemprego em massa são dois de seus combates maiores no rumo da construção de uma nova sociedade.

Durante a difícil constituição da sociedade brasileira nestes 500 anos, a violência sempre permaneceu, mudando sempre de forma. De igual maneira, os exemplos de generosidade, criatividade e de vontade de construir um território livre e independente e uma sociedade justa e humana sempre existiram e quem os legou a nós foram os povos indígenas, os povos escravizados e os setores populares. São estes, também, os que nos dias de hoje continuam a nos dar exemplos constantes de que é possível transformar a vida e a sociedade, em benefício de todos.

Pretendemos, através do nosso movimento, expor nossa divergência clara e transparente com relação às comemorações oficiais. Estas irão festejar os 500 anos da construção de uma nação supostamente unida e harmônica, erguida, na sua visão, com a "contribuição voluntária" dos povos indígenas, dos africanos "traslados" para estas terras e dos brancos europeus. Para as comemorações oficiais, não existe a noção de conflito, hoje como no passado. Para nós, pelo contrário, a noção de conflito é central na história como no presente, projetando-se no futuro.

A brutalidade do genocídio indígena capitaneado pela empresa colonial e responsável pela extinção de povos inteiros, a barbárie da sociedade escravocrata que espoliou os povos africanos sacrificando e desagregando famílias e comunidades, a crueldade atroz, que vitimou e vítima quotidianamente os setores populares, marca uma das sociedades mais desiguais do planeta: a sociedade brasileira até os dias de hoje. Todas essas realidades históricas não podem ser compreendidas sem a noção central de conflito – conflito entre povos, entre classes, entre ideologias, entre concepções de vida, de mundo, do humano, da própria história.

#### NOSSAS CELEBRAÇÕES

O nosso movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular* pretende celebrar sim, mas celebrar as vitórias conquistadas ao longo dos séculos, através das lutas coletivas, através das iniciativas populares, plenas de heróis anônimos, que nunca terão os seus nomes inscritos nos livros de história. Vamos celebrar sim, mas as vitórias que nos custaram tanto sangue e tantos mártires, tanto sofrimento e

esperança nos corações de gente que nada tinha para lutar, senão a sua fé num mundo menos desumano.

Vamos celebrar sim, as vitórias e derrotas de uma luta sempre desigual: de um lado a riqueza, o poder, as armas, o desprezo pela vida e a arrogância de classe; de outro lado, a vida coletiva, o trabalho humano, os despossuídos de tudo, a solidariedade de classe, a humildade e generosidade anônimas, a infinita esperança.

No quadro destes 500 anos, vamos celebrar também o futuro. Herdeiros de um passado de resistência e luta, trazemos a certeza de que, apesar de tantas desigualdades e injustiças que permanecem, construiremos uma sociedade livre e justa, marcada pela igualdade e pela fraternidade, sociedade sonhada que tanto buscamos e que tantos buscaram antes de nós.

#### NOSSAS AÇÕES

Para atingir os nossos objetivos de refletir e celebrar a resistência indígena, negra e popular nestes 500 anos de história brasileira, comprometemo-nos com as seguintes ações:

- desencadear, em todos os movimentos e entidades nos quais participamos o processo de reflexão, atividades culturais e de luta que tenham como referência a questão dos 500 anos;

- lançar, durante a semana de 18 a 24 de Abril de 1999, de forma simultânea e articulada, em todo o país, por parte de todos os movimentos sociais que se engajarem, o movimento *Brasil: 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular*;

- durante o mês de Abril do ano 2000, realizar diversas ações no extremo sul da Bahia – marcha conjunta, ato ecumênico e ato cultural – para estimular a sociedade brasileira a refletir sobre o significado destes 500 anos de história do ponto de vista indígena, negro e popular; e

- articular o nosso movimento com as lutas sociais já existentes no âmbito local, regional e nacional e projetá-lo no âmbito internacional, tanto na América Latina como na Europa, particularmente em Portugal.



LANÇAM ESTE DOCUMENTO O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI), A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), A CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES (CMP), A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), O CONSELHO DE ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO BRASIL (CAPOIB), O GRUPO DE TRABALHO MISSIONÁRIO EVANGÉLICO (GMTE), O STUDIO R DE FOTOGRAFIA E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES NEGRAS (CONEN).

# ANEXO F – Publicação de Francisco Iglésias no Suplemento Especial Abolição.

13/04/2022 22:04

about:blank

ANEXO F. SUPLEMENTO ESPECIAL

ANEXO F

REDAÇÃO DE SÃO PAULO — 1928

## TRABALHO E O NEGRO, CEM ANOS DEPOIS

A campanha abolicionista nasceu do pensamento de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade

Francisco Iglésias

...dado ao papel decisivo da escravidão no processo brasileiro. Não se trata de uma tese nova, mas o fato de que a escravidão foi o fator de formação da sociedade brasileira é uma verdade que não se discute. A escravidão foi o fator de formação da sociedade brasileira, e a escravidão foi o fator de formação da sociedade brasileira. A escravidão foi o fator de formação da sociedade brasileira, e a escravidão foi o fator de formação da sociedade brasileira.

...indivíduo com o negro, há quem negue. Há quem negue a existência do indivíduo com o negro, há quem negue a existência do indivíduo com o negro. Há quem negue a existência do indivíduo com o negro, há quem negue a existência do indivíduo com o negro.

...Luzes e trevas. O Brasil não nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia, o Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia, o Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia, o Brasil nasceu de um dia.

...Segundo as leis. 1. Vinte e três. Segundo as leis, 1. Vinte e três.

...Basta lembrar. Basta lembrar o Brasil. Basta lembrar o Brasil. Basta lembrar o Brasil. Basta lembrar o Brasil. Basta lembrar o Brasil.

...O grande erro do pensamento brasileiro é o erro de não reconhecer a escravidão como o fator de formação da sociedade brasileira. O grande erro do pensamento brasileiro é o erro de não reconhecer a escravidão como o fator de formação da sociedade brasileira.

...A grande tarefa da sociedade brasileira é a tarefa de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade. A grande tarefa da sociedade brasileira é a tarefa de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.



## COMO GERMINOU A IDÉIA ABOLICIONISTA

Com a ilustração começam a estabelecer-se as críticas à escravidão, mas somente no século XIX a condenação do castigo se torna consistente

Soely Bablos Reis de Queiroz

...O grande erro do pensamento brasileiro é o erro de não reconhecer a escravidão como o fator de formação da sociedade brasileira. O grande erro do pensamento brasileiro é o erro de não reconhecer a escravidão como o fator de formação da sociedade brasileira.

...A grande tarefa da sociedade brasileira é a tarefa de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade. A grande tarefa da sociedade brasileira é a tarefa de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.

...O Brasil nasceu de um dia. O Brasil nasceu de um dia.

about:blank

1/1

# ANEXO G – Publicação de L.F DE Alencastro no Suplemento Especial Abolição

13/04/2022 22:08

about blank

FIGURA 4 - SUPLEMENTO ESPECIAL

**A ABOLIÇÃO E A QUESA DO IMPÉRIO**

... em que o Exército firmava posição pelo abolicionismo, sua "possibilidade objetiva", na hipótese considerada de que o Partido Conservador assumisse o poder, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

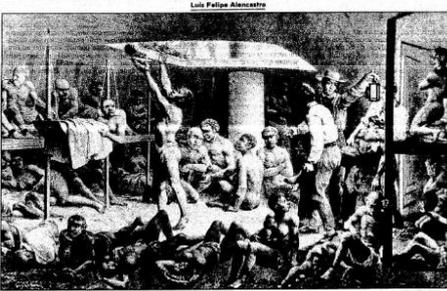
... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...



Deodoro e o Exército no papel de "capitão-de-mar"

## SORIGENS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA

Portugal usou o tráfico de escravos como instrumento para realizar a integração econômica do seu império colonial

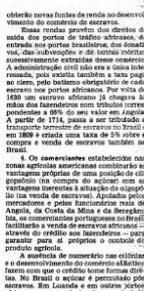


**Origens: Negro no porto de terra negreiro**

... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

## SORIGENS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA

Portugal usou o tráfico de escravos como instrumento para realizar a integração econômica do seu império colonial



**Origens: Negro no porto de terra negreiro**

... mas adido e muito mais hábil na maneira política do que alguns têm tido, ao passo que o Exército, naquela época, estava em condições de exercer o poder de fato. Entretanto, basta lembrar um pouco a situação de então, considerando o período que vai de 13 de maio de 1888 a 1º de março de 1889 quando Prudente de Moraes foi eleito presidente da República, como existindo no Partido Republicano Federal, para não esquecer que neste espaço de tempo, o Partido Conservador agitou passivamente em favor da manutenção da ordem pública, a fim de assegurar a continuidade da ordem pública...

about blank

1/1

# ANEXO X - Publicação de Ciro F. Cardoso no Suplemento Especial Abolição

31/05/2022 12:11

about:blank

**AS ORIGENS DA ESCRAVIDÃO AFRICANA**

Dessa forma, foi possível estabelecer o mecanismo de funcionamento da escravidão africana no Brasil, permitindo a compreensão dos processos de apropriação e transformação da força de trabalho escravo em unidade produtiva, bem como a identificação das estruturas econômicas e sociais que sustentaram esse sistema de exploração durante a história do país.

Em 1850, a escravidão africana já estava profundamente enraizada na economia brasileira, especialmente no setor agrícola. A demanda por mão de obra escrava era insaciável, impulsionada pelo crescimento da produção de açúcar, café e algodão. A escravidão africana não apenas sustentava a economia, mas também moldava a sociedade brasileira, influenciando a cultura, a religião e a estrutura social.

**O MECANISMO DO MERCADO DE ESCRAVOS**

O tráfico de escravos negro transia da África para o Brasil através de navios negreiros. Esses navios eram controlados por traficantes que atuavam em pontos estratégicos da costa africana, como o Rio de Janeiro, Luanda e Benguela. Os escravos eram capturados ou comprados em mercados locais e transportados para o Brasil em condições precárias.

Após a chegada ao Brasil, os escravos eram vendidos em leilões públicos, onde eram adquiridos por fazendeiros e comerciantes. O preço de compra dependia de fatores como a idade, o sexo, o estado de saúde e o tipo de trabalho para o qual seriam destinados. O mercado de escravos era altamente competitivo, com muitos traficantes buscando maneiras de reduzir custos e aumentar lucros.

**SCRAVIDÃO E ECONOMIA NO BRASIL**

*A economia escravista é um fator central da exploração do subdesenvolvimento persistente das regiões afro-americanas*

Reconstruído, latifúndio e monocultura, a economia brasileira foi moldada pela escravidão. A escravidão não apenas explorava a força de trabalho africana, mas também explorava a terra e os recursos naturais. Os grandes fazendeiros acumulavam riquezas e poder, enquanto a população escrava vivia em condições de extrema pobreza e exploração.

A escravidão também influenciou o desenvolvimento econômico do Brasil, criando uma dependência estrutural em relação ao comércio exterior. A economia brasileira era baseada na exportação de produtos agrícolas para o exterior, enquanto importava manufaturados e outros bens. Essa dependência dificultou o desenvolvimento de uma indústria nacional e perpetuou o subdesenvolvimento do país.

Apesar da escravidão, o Brasil experimentou um crescimento econômico significativo durante o período colonial e imperial. No entanto, esse crescimento foi desigual e baseado na exploração da força de trabalho escrava. A escravidão não apenas sustentava a economia, mas também moldava a sociedade brasileira, influenciando a cultura, a religião e a estrutura social.

Em 1850, a escravidão africana já estava profundamente enraizada na economia brasileira, especialmente no setor agrícola. A demanda por mão de obra escrava era insaciável, impulsionada pelo crescimento da produção de açúcar, café e algodão. A escravidão africana não apenas sustentava a economia, mas também moldava a sociedade brasileira, influenciando a cultura, a religião e a estrutura social.

about:blank

1/1

ESCRavidIA E ECONOMIA NO BRASIL

Escravidão e economia no Brasil. Nos regimes de escravidão... a presença mais forte do Estado... a escravidão temporária...

Escravidão e economia no Brasil. Nos regimes de escravidão... a presença mais forte do Estado... a escravidão temporária...

Escravidão e economia no Brasil. Nos regimes de escravidão... a presença mais forte do Estado... a escravidão temporária...

Escravidão e economia no Brasil. Nos regimes de escravidão... a presença mais forte do Estado... a escravidão temporária...

Escravidão e economia no Brasil. Nos regimes de escravidão... a presença mais forte do Estado... a escravidão temporária...

IFÍCIL TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE

A cafeicultura paulista fornece o melhor modelo de adaptação do trabalho livre: a imigração subvencionada e o sistema de colonoato.

O modelo usual de se passar a colônia... a imigração, como acontecimento coletivo... a imigração subvencionada...

O modelo usual de se passar a colônia... a imigração, como acontecimento coletivo... a imigração subvencionada...

O modelo usual de se passar a colônia... a imigração, como acontecimento coletivo... a imigração subvencionada...

O modelo usual de se passar a colônia... a imigração, como acontecimento coletivo... a imigração subvencionada...

O modelo usual de se passar a colônia... a imigração, como acontecimento coletivo... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

As primeiras experiências. A experiência da economia colônia... a imigração subvencionada...

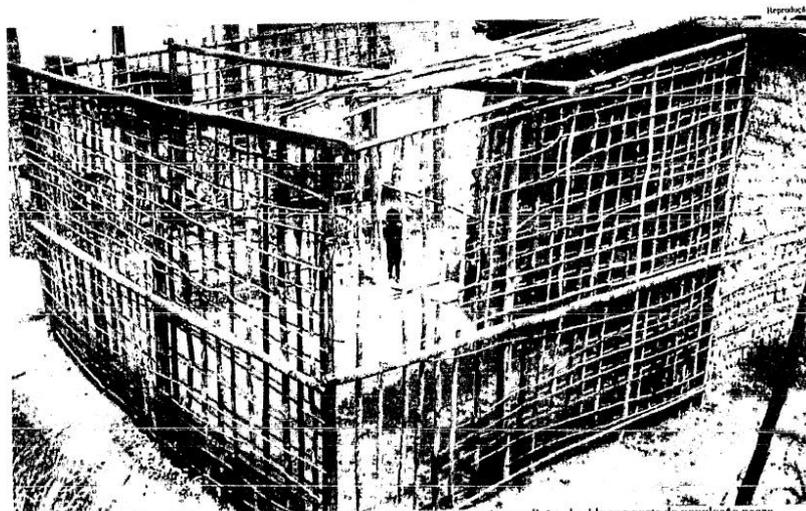




## ANEXO J – Publicação de José Murilo de Carvalho no Suplemento Folhetim

9-8 — SEXTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1988

FOLHA DE S. PAULO



Cena brasileira fotografada por Edouard Bouhat em 1904, retratando as precárias condições de vida por parte da população negra

## A ABOLIÇÃO ABOLIU O QUÊ?

JOSÉ MURILO DE CARVALHO

*A distância que separava o ex-escravo da cidadania continua a separar hoje a população negra da mesma condição*

**A**s datas históricas têm o sentido que cada geração, ou cada grupo social, lhes dá. O centenário da abolição da escravidão tem dado margem a um grande debate em torno do sentido do 13 de Maio. Há hoje vários 13 de Maio competindo por corações e mentes. Há o 13 de Maio tradicional, o da princesa Isabel, o da magnanimidade da Coroa, da doação da liberdade. Trata-se de espécie em extinção. Sobre vive em cartilhas escolares, na fala de homens de governo e, queiram ou não os militantes negros, em setores populares da população negra. No pólo oposto, há o 13 de Maio maldito, o 13 de Maio engodo, empulhação, golpe branco contra o avanço da população negra. É espécie em ascensão. Foi gerado e expande-se especialmente dentro dos movimentos negros. Para substituí-lo na mitologia social constrói-se outra data histórica, o 20 de Novembro, morte de Zumbi. Enfim, há o 13 de Maio crítico, espécie também em ascensão. O valor positivo da

data é mantido mas sob luz diferente. A ênfase deixa de cair sobre a ação da princesa, ou do governo em geral, e se transfere para o movimento popular, aí incluída a reação dos próprios escravos. Em vez de doação real, a data é vista como conquista popular. Tal versão germina nos meios acadêmicos envolvidos na revisão da historiografia da escravidão.

### Contrastes

A primeira versão deve ser deixada morrer em paz. A segunda estabelece oposição falsa entre o 13 de Maio e o 20 de Novembro, ao caricaturar o primeiro e mitificar o segundo. A terceira abre perspectivas de debates que me parecem mais promissoras se o problema negro for visto, como creio dever ser, como problema nacional e não apenas como dizendo respeito a minoria oprimida. Mas na revisão do sentido da data é preciso ir além da estéril dicotomia doação/conquista. É preciso explorar outros sentidos que tornem o 13 de Maio mais

inteligível e mais relevante para os dias de hoje.

O entendimento da abolição no Brasil pode ser facilitado pela comparação com outros processos abolicionistas. Pelo contraste que apresenta, usarei aqui o caso americano. Há diferenças entre os casos brasileiro e americano que têm sobrevivido ao revisionismo histórico. Talvez a diferença mais saliente e mais relevante esteja no caráter de polaridade e de conflito que marcou a abolição nos Estados Unidos em contraste com a lentidão, a ambiguidade e a menor presença de conflito no processo brasileiro. Creio que tal diferença está na raiz da distância que separa hoje, em termos de educação, ocupação e renda, as populações negras americana e brasileira. Daí sua importância teórica e prática.

De onde vem a diferença? Havia nos Estados Unidos, antes da abolição, uma polarização, uma divisão clara entre Norte e Sul, entre uma sociedade em que predominavam, apesar do racismo, valores liberais ou até mesmo, em alguns setores, liber-

tários, e uma sociedade escravocrata. O escravo que fugia para o Norte fugia para fora da sociedade escravista, para usar expressão de Eduardo Silva. O Norte era o grande quilombo negro, assim como fora um grande quilombo branco formado por vítimas da perseguição religiosa na Inglaterra. Quem fugia para o Norte ingressava em um mundo que, pelo menos em potencial, fornecia os valores e os instrumentos políticos para a formação de um cidadão.

Não assim no Brasil. Aqui nem mesmo os quilombolas fugiam para fora da sociedade escravista. Mantinham-se em contato com esta sociedade seja pelo comércio de mercadorias, seja pelo comércio de valores. Sabe-se, por exemplo, que mesmo em Palmares, símbolo atual da libertação negra, havia escravos. Os escravos que, às vésperas da abolição, fugiam para as cidades também permaneciam dentro do sistema. Apenas se deslocavam dentro das entranhas do monstro. Os que fugiam para o Rio de Janeiro, para a capital do Império, no má-

ximo conseguiam alojar-se na cabeça do monstro.

A importância disto é muito grande. A impossibilidade de fuga para fora alterava o sentido da abolição. Pois qual era a sociedade dentro da qual permaneciam escravos e libertos? Qual era a sociedade da qual era impossível fugir? Era uma sociedade marcada por valores de hierarquia, de desigualdade; marcada pela ausência dos valores de liberdade e de participação; marcada ainda, em fim pela ausência da cidadania. Era uma sociedade em que a escravidão como prática, senão como valor, era amplamente aceita. Possuíam escravos não só os barões do açúcar e do café. Possuíam-nos também os pequenos fazendeiros de Minas Gerais, os pequenos comerciantes e burocratas das cidades, os padres seculares e as ordens religiosas. Mais ainda: possuíam-nos os libertos. Negros e mulatos que escapavam da escravidão compravam seu próprio escravo se para tal dispusessem de recursos. A penetração do escravismo ia ainda mais fundo: há casos registrados de escravos que possuíam escravos. O escravismo penetrava na própria cabeça escrava. Se é certo que ninguém no Brasil queria ser escravo, é também certo que muitos aceitavam a idéia de possuir escravo.

### Longa escada

Em tal sociedade hierarquizada, a igualdade decretada pela lei tinha escassa consequência. Havia hierarquias de várias naturezas e as pessoas sabiam, com ou sem a lei, onde se deviam colocar e onde deviam colocar os outros. Havia hierarquia de condição social (livre/escravo), de sexo (homem/mulher), de cor (branco/mulato/negro), de educação (bacharel/alfabetizado/analfabeto), de classe (proprietário/não-proprietário). A passagem da condição de escravo para a condição de livre não era um salto para a cidadania. Era apenas pequeno passo numa longa escada hierárquica.

A escada ia desde o mais baixo possível dos degraus, o de uma mulher negra de escravo negro que era, por sua vez, escravo de outro escravo negro, até o mais alto, o do grande proprietário, formado nas academias de direito, membro da elite política. Entre os dois extremos, grande variedade de posições intermediárias. Ao romper a linha da escravi-

dão, o liberto tinha pela frente as barreiras da cor, da educação, da propriedade. A liberta tinha ainda a barreira do sexo. Libertar-se, então, era apenas vencer a primeira barreira, subir o primeiro degrau da longa escada social. O ex-escravo das fazendas via-se integrando o vasto proletariado rural, analfabeto, expropriado, sujeito aos senhores de terra. O ex-escravo urbano engrossava as fileiras do proletariado das cidades, também em sua maioria analfabeto e alheio a um sistema político que não lhe dava espaço, no qual ele era visto como um bestializado. Daí que a abolição aboliu muito pouco. A casa grande dos poderosos e a senzala dos pobres continuaram a marcar a vida do país.

Consequências? Muitas. A natureza da sociedade nortista americana possibilitou e incentivou envolvimento muito maior e mais intenso dos próprios negros, escravos ou livres, na luta pela emancipação. Jornais e associações negras surgiram desde o início da década de 1830. As igrejas protestantes também serviram de instrumento de ação política e de formação de lideranças negras. Os precursores do abolicionismo, lembre-se, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, foram os Quakers. A Igreja Batista, especialmente, por seu caráter federativo, permitiu o autogoverno das comunidades locais. Muitas destas comunidades tornaram-se totalmente negras, governadas por negros. Até hoje, exemplos ilustres de lideranças formadas nas igrejas são fáceis de apontar. Baste mencionar Martin Luther King e Jesse Jackson.

### Indiferença

A ação dos abolicionistas brancos era também marcada por valores liberais. Exemplo disto foi o grande esforço educacional desenvolvido não só pelas igrejas mas também pelo próprio governo da União através do "Freedmen's Bureau, criado em 1865, ao final da Guerra Civil, para atender às necessidades dos libertos. O principal esforço do "Bureau" foi educacional. Em cinco anos foram gastos cinco milhões de dólares em educação, foram criadas mais de quatro mil escolas, inclusive algumas de ensino superior como a Universidade de Howard. Através deste esforço, um direito social básico, a educação, foi tornado acessível



Família negra norte-americana do estado do Mississippi, fotografada em 1953 pelo francês Edouard Bouhaic

vel a número significativo de ex-escravos. A educação está na base do exercício da moderna cidadania.

Entre nós, em contraste, a participação dos negros em geral, e dos escravos em particular, no esforço de libertação, foi comparativamente menos intensa, embora não ausente. A liderança do movimento abolicionista era em sua maioria branca, ressaltando-se as grandes exceções dos Luís Gama, Patrocínio, Rebouças. Este último, aliás, o mais lúcido dos abolicionistas, queixava-se da indiferença dos negros e mulatos pela causa. Nos últimos anos da escravidão foi sem dúvida intenso o movimento de revolta e de fuga de escravos patrocinado pelos abolicionistas das cida-

des. Mas não havia por trás deste movimento estrutura organizacional que pudesse dar sequência à abolição que, segundo Rebouças, era apenas o passo inicial.

A Igreja Católica não abria espaço para a organização negra, em parte por ser centralizada e controlada por brancos, em parte por ter sido sempre conivente com a escravidão. As irmandades religiosas eram puramente assistenciais, sem caráter reivindicatório. Restava aos negros, como elemento de organização, a prática dos cultos africanos, sem dúvida mais forte no Brasil do que nos Estados Unidos. Esta prática serviu para preservar valores negros e para incentivar senso de identidade nos ex-escravos. Mas não se

traduzia, como até hoje não se traduz, em prática política. A cultura do terreiro, com toda a força que possui, não se pensou até hoje como instrumento de ação política.

Do Estado naturalmente nada se podia esperar. A Coroa certamente teve ação positiva no sentido de apressar a abolição. Mas para a elite política em geral a abolição era um fim em si, era a eliminação de um estigma incômodo perante o mundo ocidental. A pessoa do escravo ou do liberto importava pouco, se importava alguma coisa. Nada se fez em benefício dos libertos, apesar dos apelos de abolicionistas como Rebouças no sentido de se lhes dar terra e educação. O maior debate após a abolição foi sobre a

indenização dos ex-senhores e não sobre a assistência aos ex-escravos. A República, mais próxima do darwinismo social do que do paternalismo monárquico, só agravou o abandono dos libertos. Novamente atuavam aí valores sociais. Não se promoveu a educação dos libertos porque, entre outras coisas, a valor social. Não era reinvidicada nem mesmo pelos que dela se viam privados. Hoje, um século decorrido, os negros mal começam a franquear as portas da universidade.

O 13 de Maio não deve ser descartado porque teve sentido positivo. Não pode, por exemplo, ser comparado com as proclamações da Independência e da República a que o povo assistiu bestializado. O 13 de Maio foi o coroamento da primeira mobilização nacional da opinião pública, mobilização a que aderiram escravos, libertos, estudantes, jornalistas, advogados, intelectuais, empregados públicos, setores do operariado. Como tal, sua importância não pode ser ignorada. Mas, como vimos, em termos dos resultados, a abolição aboliu muito pouco. A distância que separava o cidadão era enorme, como continua enorme até hoje a distância que separa a população negra da mesma condição.

José Bonifácio, em sua justamente famosa representação à Assembléia Constituinte de 1823, chamou a escravidão de cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação. A abolição veio demonstrar que o cancro é mais profundo, que a metástase atinge o corpo inteiro da nação. Ele tem a ver com os valores hierárquicos e sua carga de preconceitos que estruturam nossa sociedade, bloqueiam a mobilidade, impedem a construção de uma nação democrática. A batalha da abolição, como perceberam alguns abolicionistas, era uma batalha nacional. Esta batalha continua hoje e é tarefa da nação. A luta dos negros, as vítimas mais diretas da escravidão, pela plenitude da cidadania, deve ser vista como parte desta luta maior. Hoje, como no século 19, não há possibilidade de fugir para fora do sistema. Não há quilombo possível, nem mesmo cultural. A luta é de todos e é dentro do monstro.

JOSÉ MURILLO DE CARVALHO é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e pesquisador do Instituto Getúlio Vargas de São Paulo.

## ANEXO K – Publicação de José Murilo de Carvalho na seção “Brasil 500 d.C”

+ **brasil 500 d.C.** José Murilo de Carvalho

## A memória nacional em luta contra a história

Já quase na ressaca dos 500 anos, a participação em dois simpósios, um semi-oficial no Rio de Janeiro, outro acadêmico em Sevilha (Espanha), me leva a uma última visita ao assunto.

O tema central das discussões em torno dos 500 anos foi o da identidade nacional e de sua construção. Nesse campo, os dois autores mais citados nos encontros acadêmicos foram provavelmente Benedict Anderson e Ernest Renan (1823-1892), o primeiro em seu livro “Comunidades Imaginadas - Reflexões sobre a Origem e Difusão do Nacionalismo”, de 1983, o segundo em sua famosa conferência de 1882, “Que É uma Nação?”. Anderson desenvolveu a idéia de que nações são comunidades imaginadas, isto é, construídas graças a um variado arsenal de técnicas desenvolvidas amplamente no século 19.

**Ajuste da memória.** Incluíam-se no arsenal a elaboração de mitos de origem, a busca de documentos antigos e de ancestrais comuns, a criação de heróis, a imposição de uma única língua, o uso da paisagem como marca de identidade, os museus etnográficos, as exposições internacionais, o folclore, o romance histórico à maneira de Walter Scott (1771-1832), a ópera, os monumentos. Tal construção equivale ao que hoje se convencionou chamar de memória nacional, em oposição ao que seria história nacional. A memória é a história ajustada às necessidades da construção da identidade nacional.

Renan já antecipara tal idéia em sua conferência, ao dizer que a criação de uma nação exigia o esquecimento e até mesmo o erro histórico. A unidade nacional se constrói quase sempre, é ainda ele quem fala, mediante o uso de muita violência. Foi assim na França, onde a união do Norte e do Sul se fez após um século de extermínio e terror. No caso brasileiro, basta citar as revoltas do Primeiro Reinado e da Regência, algumas de violência inaudita como a Cabanagem, para ilustrar a tese. As violências têm que ser esquecidas ou interpretadas de maneira a não impedir o sentimento de unidade, a permitir, para usar outro jargão de hoje, a produção de uma narrativa coerente, uma escritura, da nação.

É por isso, prossegue Renan, que o progresso dos estudos históricos constitui um perigo para a nacionalidade, na medida em que os historiadores podem insistir em lembrar aspectos incômodos, em desmascarar excessos de esquecimentos e de erros. Não foi esse o caso da maioria dos historiadores do século 19, aí incluídos os brasileiros, pois quase todos estavam dedicados à tarefa de construir a memória de seus respectivos Estados-nação. Mas o importante é notar que Renan já percebera a distinção entre história e memória e indicara a tensão existente entre as duas.

Não parou aí a perspicácia do grande publicista. A conferência, destinada a combater a concepção alemã de nação baseada na raça, incluiu outra dimensão do fenômeno nacional que não pode ser separada do exercício de construção da memória. Além de partilhar um passado de experiências comuns, mesmo “memorizadas”, a existência de um povo, de uma nação, exige o consentimento atual, a adesão, no presente, a valores e propósitos comuns.

**Plebiscito de todos os dias.** A existência de uma nação, resumia Renan na expressão que ficou famosa, é um plebiscito de todos os dias, é a vontade comum de seus habitantes. Nessa visão, que em-

O Brasil começou em 1500, é luso, católico e cordial; o país pode ser também isso, mas é também o contrário; por que nosso mito fundador em 1500 e não na Independência, na abdicação, na Abolição?

dosso, a convivência difícil e tensa entre as duas dimensões, a invenção e a participação, é que viabiliza uma identidade nacional efetiva. O excesso de esquecimento e erro leva à perda de eficácia da narrativa nacional, ao esvaziamento do imaginário nacional e, eventualmente, ao enfraquecimento ou mesmo crise da identidade. Nessa hipótese, coloca-se como exigência a reformulação do imaginário, a rescrição da memória de acordo com a vontade dos cidadãos.

Renan serve para pensar os 500 anos. Nos seminários acadêmicos independentes pode-se dizer que predominou a preocupação em expor e criticar a dimensão imaginária do evento. Mas nas iniciativas oficiais, semi-oficiais e oficiais, ou mesmo naquelas promovidas pela mídia, a Rede Globo à frente, exatamente as que atingiram o grande público, o predomínio da dimensão imaginária, como era de esperar, foi absoluto.

Tratou-se o tempo todo de construir ou reforçar determinados traços de identidade nacional que exigem doses maciças de esquecimento. A Mostra do Redescobrimto é exceção, pois apresenta em seus vários módulos, sobretudo os dedicados aos índios, aos negros, ao cangaço, um imaginário nacional com doses aceitáveis de esquecimento. O mesmo não se deu com as celebrações oficiais de Porto Seguro. Nessas, a ênfase exclusiva dada ao episódio da viagem de Cabral e à carta do escrivão Caminha revelou a tentativa de consolidar determinado mito de origem com suas várias implicações.

As implicações têm a ver sobretudo com o reforço de três componentes de nossa nação imaginada: a identidade lusa, a identidade católica e a identidade cordial. Não é fora de propósito ver no episódio de 1500, como relatado pelo documento de Caminha, tais elementos. Tratava-se de conquistadores portugueses, houve missa católica e o contato com os nativos foi pacífico.

O truque da imaginação está em transformá-lo em mito fundador e definidor da natureza de nossa identidade: o Brasil começou em 1500, é luso, católico e cordial. O país pode ser também isso, mas é também o contrário disso. Por que na conquista em 1500 e não na Independência em 1822, na abdicação em 1831, na

Abolição em 1888? A população de origem lusa é apenas parcela da população branca. No Sul do país ela é minoria. O catolicismo é uma entre as muitas religiões nacionais e perde terreno constantemente. A cordialidade já foi há muito denunciada como mistificação. Ela sem dúvida não se exerceu em relação aos indígenas e aos africanos.

**Da fora do mito.** Ficam de fora do mito assim criado todos esses contingentes de brasileiros e dele discrepa a natureza das relações sociais que presidiram a história do país. Há esquecimento demais e há muito erro. Uma cerimônia com memória menos seletiva teria incluído na festa os que pagaram o preço de nossa história, como índios e sem-terra (barrados pela polícia brasileira), teria, idealmente, reconhecido as violências e injustiças cometidas contra esses excluídos, teria incorporado outras religiões, teria convidado presidentes de outros países que contribuíram para a formação do Brasil, como Itália, Alemanha, Angola, Nigéria, Moçambique etc. O plebiscito nacional de hoje exigia essa alteração da memória.

O plebiscito falou exatamente pela voz dos que foram deixados de fora da festa, os índios e os sem-terra, tomando os últimos, sociologicamente, como os descendentes dos escravos africanos. O protesto, embaraçoso para os organizadores, teve o sentido positivo de apontar as falhas da memória construída que se tentou reiterar, seu distanciamento da realidade social do Brasil de hoje, seu divórcio dos sentimentos de parte importante do país. Mostrou a necessidade de reescrever a narrativa nacional.

No seminário de Sevilha, Fernando Novais exprimiu um pensamento atrevido que uso com alguma liberdade: as duas grandes mudanças políticas por que passou o país, a Independência e a República, teriam sido mau negócio para os colonizados internos, os índios, os escravos africanos e seus descendentes.

Quer dizer, as duas mudanças serviram ao reforço do domínio do senhorio interno. Uma consequência desse fato foi a dificuldade criada para o desenvolvimento de uma identidade nacional.

Macyr Lopes Junior/Folha Imagem - 24.Abr.2008



Operários dão os últimos retoques no palco armado na praça de Coroa Vermelha, em Porto Seguro (BA), para a celebração da missa dos 500 anos

O senhorio dividia-se entre a identidade européia que excluía os colonizados e a identidade americana só possível graças a uma visão romântica do índio. José Bonifácio (1763-1838) já percebera com nitidez que a escravidão negra e a exclusão dos índios impediam a constituição de uma nação no novo país.

Sem comunidade, vivências, sentimentos e propósitos, a identidade nacional passou a ser imaginada por intelectuais, af incluídos historiadores, com

muito esquecimento, muito erro e muita fuga, ao mesmo tempo em que a ação política mantinha a colonização interna ao não promover a educação popular e não reformar a estrutura agrária. A colonização interna retrata-se ainda hoje nos índices de desigualdade social. Houve muito esquecimento no mito de uma história pacífica, houve erro na idéia de democracia racial, houve fuga na exaltação da natureza como principal motivo de orgulho nacional. Muita imaginação e

pouco plebiscito.

O desastre das celebrações oficiais e as críticas que elas despertaram mostram que é hora de mais plebiscito, é hora de falarem os Brasis de todos os quadrantes sociais.

As vozes serão desafinadas e o coral será cacofônico. E haverá, sem dúvida, reação dos que só admitem uma idéia de Brasil, aquela que eles mesmos criaram e que gostariam de impor numa reedição cultural do ame-o ou deixe-o. Mas, se a

nação não se imagina a partir dessa diversidade, posto que cacofônica, ela jamais se firmará em bases sólidas, na medida em que pode haver solidez nesses domínios. Os mitos cairão por terra, reduzidos às simples mistificações que são.

José Murilo de Carvalho é professor titular do departamento de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor de "A Construção da Ordem - Teatro das Sombras" (Relume-Dumará) e "Pontos e Bordados" (Ed. de UFMG), entre outros. Ele escreve mensalmente na seção "Brasil 501 d.C.", do *Mais!*.

# ANEXO L – Entrevista de Fernando Novais e João José Reis ao quadro Brasil por Historiadores

1 de 6 Brasil segunda-feira, 24 de abril de 2000

FOLHA DE S. PAULO

## ENTREVISTAS DA SEGUNDA

# “Não podemos nos transformar em índios”, diz Fernando Novais

**Historiador vê diferença entre o Brasil for historiadores estudar a visão do índio e reconstituir a história a partir do seu ponto de vista**

JOÃO BATISTA NATALI da Reportagem Local

Autor de um dos principais clássicos da historiografia colonial: "Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)", o historiador Fernando Novais considera que em 1500 não houve Descobrimento do Brasil, e sim o surgimento das bases da colonização portuguesa. Leia a seguir os principais trechos da entrevista que Novais concedeu à Folha, em sua casa.

**Nome:** Fernando Novais  
**Cargo:** professor aposentado do Departamento de História da USP e professor do Instituto de Economia da Unicamp  
**Especialidade:** Brasil colonial  
**Livros:** "Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)" (Hacette), "diretor da série "História da Vida Privada no Brasil" (Cia. das Letras), entre outros



O historiador Fernando Novais, professor do Instituto de Economia da Unicamp, durante entrevista, em sua casa

**Folha - O Brasil está comemorando efetivamente 500 anos?**  
Novais - Não há nenhuma nação que não tenha comemorações. Toda nação precisa de memória e de passado para se legitimar. As comemorações são lembranças de duas formas: uma pelo governo, por discursos, por inaugurações, e outra pelo mundo acadêmico, em simpósios e congressos. No Brasil e em Portugal têm havido os dois tipos de comemoração.

Uma das maneiras que muitos historiadores preferem para discutir o assunto é falar de outros assuntos, mas eu preferiria falar apenas de Descobrimento.

Caracterizar a viagem de Cabral como a do "Descobrimento do Brasil" e a carta de Pero Vaz de Caminha como uma "certidão de nascimento" tem pressupostos que precisam ser discutidos. Há um etnocentrismo evidente que expressa a visão do conquistador, do vencedor. Os portugueses seriam o agente e os índios, os "descobertos", os protagonistas passivos do episódio.

**Folha - Seria então necessário também levar em conta o ponto de vista dos índios?**

Novais - A crítica do etnocentrismo é verdadeira e não é nova. Mas isso não deve levar à ideia de que nós temos de reconstituir a

história do ponto de vista dos vencidos. Nós não podemos nos transformar em índios. Uma coisa é fazer o estudo da visão dos índios e outra é reconstituir a história a partir do seu ponto de vista. Há estudos recentes de etno-história, como o que Padden fez no México e Washlet no Peru, em que se estudia como os índios perceberam o descobrimento, a conquista e a colonização. São estudos de etno-história.

A história precisa ultrapassar os pontos de vista do vencedor e do vencido e dizer algumas coisas a mais. Como nação, somos herdeiros dos europeus, dos índios e dos negros, mas todos não participam da mesma maneira na nossa formação. Um foi o vencedor e os dois outros foram os vencidos.

**Folha - Em 1500 não há, então, um "nascimento"?**  
Novais - Não há. Acreditar nisso seria ignorar num anacronismo, que é a segunda observação que queria fazer. Curiosamente, os historiadores têm discutido há bastante tempo o etnocentrismo, mas raramente discutem o anacronismo. Quando se fala "Descobrimento do Brasil", o etnocentrismo está no Descobrimento e o anacronismo, na palavra Brasil.

**Folha - O que é o anacronismo?**

Novais - Para reconstituir determinado segmento do passado, o historiador precisa esquecer o que de hoje que aconteceu depois. O historiador incorre no anacronismo quando ele impulsiona os protagonistas e conhecimentos sobre os acontecimentos posteriores. A reconstituição se torna uma "purgação do passado".

**Folha - É o que se está acontecendo agora?**  
Novais - Em todo o discurso historiográfico há o problema do anacronismo. Porém, quando a nação é o objeto do discurso do historiador, o perigo do anacronismo é muito maior, porque a nação precisa de passado para se legitimar. Quanto maior o passado, melhor a legitimação.

Os franceses, por exemplo, vêm seu passado mais remoto na Gália romana. No caso do Brasil, reconstituir a viagem de Cabral como Descobrimento do Brasil pressupõe imaginar que ele já sabia que iria se constituir no século 19 uma nação com esse nome. Isso é anacronismo. E a viagem se torna fundadora, isto é, um mito.

**Folha - O que é, então, o Brasil?**  
Novais - O Brasil é um povo que se constituiu numa nação, que por sua vez se organizou como Estado. Em 1500 não havia nenhuma dessas três coisas. Logo, não houve Descobrimento do Brasil, porque o Brasil não existia nem estava descoberto. O que naquele momento surgiram foram as bases da colonização portuguesa, a qual por sua vez é a base da nossa formação. A história da colônia que se transformou numa nação é o que se chama o Brasil, e não o Brasil de Cabral.

**Folha - O sentimento da diferença de colonizador é ainda bem posterior?**  
Novais - Exatamente. Isso ocorreu quando a população começou a se pensar como diferente de seus antecessores. Primeiro, luso-brasileiros. Depois, menos lutos e mais brasileiros. Até se sentiram somente brasileiros. Isso ocorreu só a partir da segunda metade do século 18, e não antes.

**Folha - Até então as pessoas não se sentiam "brasileiras"?**  
Novais - Até o início do século 19, "brasileiro" era o comandante do país-brasil. É uma das diferenças entre os hispano-americanos

os luso-americanos. Na América espanhola, desde o fim do século 16, os espanhóis nascidos na colônia se chamavam de "criollos". Não há no Brasil palavra equivalente. Havia no Nordeste a palavra "mazombo". A partir do século 17 usava-se por aqui a palavra "trino" para designar os portugueses nascidos em Portugal. Logo, diferentemente dos hispano-americanos que se identificavam com o que já existia, os luso-americanos sempre foram estrangeiros. Identificavam-se exclusivamente por aquilo que sabiam não ser ("não são mostros-india"). Isso é importante para compreendermos porque na América espanhola o processo foi muito mais revolucionário. Por aqui foi uma transição fluida.

**Folha - Os portugueses não queriam criar uma nação, mas sim uma colônia.**  
Novais - Exato. A colonização não começou com Cabral. Começou em 1532, com Martim Afonso de Sousa. Reitero a viagem de Cabral é importante, mas não é "Descobrimento".

**Folha - Quando as viagens começaram a ser denominadas como "Descobrimento"?**  
Novais - Viagens no Atlântico

existem sempre desde a alta Idade Média. Mas eram isoladas e de cabotagem. A partir do século 15 e 16 dias aumentaram de número, passaram a se articular, levando a êxodos no reconhecimento do mundo, e são chamadas viagens de Descobrimentos.

**Folha - Qual a importância desse novo tipo de viagem?**  
Novais - Até o século 16 as civilizações permaneciam isoladas. Os portugueses começaram a estabelecer contatos com as civilizações americanas (incas, astecas etc.) com os europeus. Não há nenhum contato dos índios com os chineses. O processo de desisolamento das civilizações não foi rápido nem exclusiva dominação. O isolamento foi rompido, mas isso pode ocorrer de forma perversa. Desisolou-se a África pelo tráfico. Começou um processo de integração que só hoje está chegando ao final. Esse desisolamento não ocorreu de forma generalizada. Houve uma civilização, a cristandade ocidental medieval e europeia, que realizou os contatos e promoveu o desisolamento. Isso envolve conquistas, dominação, etc. Criticar os aspectos perversos não significa esquecer o contato das civilizações.

# ‘Não creio em solução’, diz João José Reis



O historiador João José Reis, da Universidade Federal da Bahia

**Nome:** João José Reis  
**Cargo:** professor do departamento de História da Universidade Federal da Bahia  
**Especialidade:** escravidão, livro: "A Morte e a Vida dos Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século 19" (Cia. das Letras), "Revolução por um Floresta dos Quilombos no Brasil" (com Flávio dos Santos Gomes) (Cia. das Letras), entre outros

Para o historiador João José Reis, da Universidade Federal da Bahia, as ex-colônias da América Latina estão sendo espancadas pela globalização. Reis crê, porém, que o processo possui um lado bom, ao fornecer elementos para que as minorias resistam ao racismo doméstico. "É o caso do reggae na Bahia e no Maranhão e o do rap em São Paulo e no Rio". Leia abaixo a entrevista que o historiador deu à Folha, por e-mail, de sua casa, em Salvador.

**Folha - Quais as principais lacunas na história da escravidão no Brasil? Existem pesquisas ainda em conta?**

João José Reis - Há bastante pesquisa, especialmente cobrindo o século 19: tráfico, demografia, família, economia, resistência, abolicionismo, religião, várias dimensões da cultura escrava, etc. Mas as lacunas são também grandes. Há pouca coisa publicada sobre o período colonial do século 18 para trás.

Há pouca história comparativa entre o Brasil e outros países escravistas, assim como entre várias regiões do país. Mas a maior lacuna é a história do negro após a abolição, aliando-se recentemente

temporário, e ainda timidamente. **Folha - Devido a seu passado colonial comum e ao papel que lhes coube no pós-independência, os países latino-americanos passaram por ciclos políticos comuns (liberalismo, ditaduras militares, populismo). Com a globalização, que posição aguarda a América Latina no cenário internacional?**

Reis - Embora a América Latina não possa ser toda colocada no mesmo plano, teve em comum um modelo específico de colonização, foi colônia de exploração no contexto da primeira globalização, a do século 16 em diante. Hoje tem uma posição estruturalmente frágil internacionalmente. A atual globalização continua espancando as ex-colônias e so-

breitado seus pobres. Estes continuarão se mobilizando contra uma maior deterioração de suas condições de vida, enquanto as elites, que não querem abrir mão de nada, endurecerão o controle político quando se sentirem ameaçadas. Não creio em solução, em lugar nenhum, com os níveis existentes de desigualdade.

**Folha - O que acha do movimento negro no Brasil hoje? Acha que o fato de grupos negros evocarem sua tradição cultural é uma forma de encerrar a massificação apontada pela globalização?**

Reis - O movimento negro tem desempenhado papel fundamental ao alertar o país para o racismo, algo que não deve ser esquecido neste momento em que uma visão ingênua da miscigenação tende a ser revivida.

Um dos aspectos da comemoração dos 500 anos é enfatizar a miscigenação de um país que, porque é miscigenado, não tem classes raciais. Quando os negros celebram suas tradições culturais não estão exatamente se posicionando contra a massificação globalizante, mas contra o racismo doméstico. Usam também para tal fim informações facilitadas pela globalização, o caso do reggae na Bahia e no Maranhão e o do rap em São Paulo e no Rio. Globaliza-

ção tem seu lado bom.

**Folha - O que o senhor considera que a efêmera dos 500 anos possa representar para a historiografia? Há uma releitura crítica do passado colonial por parte dos acadêmicos?**

Reis - A efêmera serve para os pesquisadores se reunirem em colônias, onde a maioria lança um olhar crítico sobre a Colômbia, e não só a Colômbia. Celebrações desse tipo não são totalmente inúteis. Mas a historiografia não depende de efêmeras para mudar de rumo. Visões críticas sobre o passado colonial já existem entre nós desde pelo menos o século 19. Tudo esse debate é muito velleto.

**Folha - O senhor acha que faz sentido acreditar numa comunidade lusófona, com Brasil, Portugal e as ex-colônias africanas?**

Reis - Não vejo muito sentido, a não ser para gramáticos. A língua não constitui uma razão suficiente para pensar em comunidade. Portugal deve sua lealdade à comunidade europeia. Os países africanos, além de políticos, têm problemas mais dramáticos e urgentes a tratar. A língua comum constituiria facilitando o contato, sobretudo cultural, que no caso da África eu acho que poderia ser intensificado — mas só.

ANEXO M – Entrevista de Emília Viotti da Costa ao quadro Brasil por Historiadores

10 Brasil segunda-feira, 3 de abril de 2000

FOLHA DE S. PAULO

B500

ENTREVISTAS DA 2ª

# Brancos e negros inventaram a África, diz Viotti

O BRASIL POR HISTORIADORES

Para historiadora, Brasil enfrenta o paradoxo de ser um país que reconhece o papel do escravo na construção da sociedade, mas que discrimina seus descendentes

SYLVIA COLOMBO  
Editora-jornalista de Especials

A historiadora Emília Viotti da Costa considera que no Brasil, hoje, "invocar a tradição e a cultura tornou-se uma forma de resistência" diante do impacto da globalização. Para ela, as manifestações contra a comemoração dos 500 anos do Descobrimento "abrigam todos os brasileiros a repositar a história do passado e do presente de maneira a torná-la mais inclusiva".

Estudiosa do tema da escravidão, Emília Viotti lecionou no Departamento de História da Universidade de São Paulo entre 64 e 69, quando foi aposentada pelo AI-5 (Ato Institucional do governo militar que endureceu o regime). No período, seguiu para os Estados Unidos, onde é professora emérita de história da América Latina na Universidade de Yale (EUA). Em 1979, Emília Viotti recebeu o título de professora emérita na USP.

É autora do livro "Da Senzala à Colônia", importante estudo sobre a transição do trabalho escravo para o livre na região cafeeira de São Paulo, e "Corros de Góia, Lágrimas de Sangue", sobre a rebelião dos escravos em Demerara, na Guiana Inglesa, no século 19.

— em que analisa o fato histórico enfocando tanto a micro como a macro-história.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista que Emília Viotti concedeu à Folha, por e-mail, de seus dias nos EUA.

★  
Folha - Recentemente, a sociedade portuguesa mobilizou-se pela causa de Timor Leste, tem acolhido relativamente bem a entrada de refugiados políticos de Angola, e a comemoração dos 500 anos do Brasil recebe a atenção dos órgãos responsáveis pela cultura naquele país. A sra. acredita que Portugal vê a efeméride dos Descobrimentos como oportunidade para se redimir dos danos causados pela colonização?

Emília Viotti - As relações entre Portugal e suas ex-colônias mudaram desde a queda de Salazar (1889-1970). Nada mais natural que tenha havido uma revisão do período colonial. Hoje, em toda a Europa, as relações entre as ex-metrópoles e colônias são distintas e há interesse de ambos os lados na construção de novos laços.

A criação do Mercado Comum Europeu tem exercido uma poderosa atração entre os povos das ex-colônias, provocando uma grande migração com destino às antigas metrópoles.

Portugal olhou ao Brasil uma porta para a Comunidade Europeia e o Brasil representa para Portugal um grande mercado. Isso leva, de forma inevitável, a um processo de reexame do passado.

Se esse reexame levar à "consentida histórica". Ultimamente se tem em relação aos danos causados pela colonização é o que veremos.

Agora, a tendência é a reabilitação da ideia da comunidade de língua portuguesa, defendida no passado por Gilberto Freyre.

Folha - Como se vê, hoje, o processo de miscigenação e aculturação dos povos negros na América Latina?

**Nome:** Emília Viotti da Costa  
**Cargo:** professora emérita de História da América Latina da Universidade de Yale (EUA), e professora emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (Universidade de São Paulo)  
**Livros:** "Da Senzala à Colônia" (ed. Utopia), "Corros de Góia, Lágrimas de Sangue" (ed. Cia. das Letras), entre outros

Viotti - Na América Latina, os negros foram introduzidos como produto da escravidão. Colômbia, Brasil, Cuba, Peru, México ou Argentina. Isso deixou marcas profundas nessas sociedades. Um dos seus legados mais sinistros foi o preconceito racial contra o negro, que até hoje persiste e dificulta sua integração na sociedade. As crises econômicas que afetaram o Brasil no século 20 e a política elitista, marcada frequentemente por um racismo disfarçado, contribuíram para que se mantivessem as desigualdades e alimentaram a discriminação.

Hoje, enfrentamos o paradoxo de um país que reconhece de várias maneiras a importância do negro na constituição da sua cultura e sociedade, mas que continua a discriminá-lo.

Folha - Como se mantém a identidade cultural africana, sobrevivente da diáspora causada pela escravidão, num cenário de globalização?

Viotti - O que se tem visto por toda parte é que Hobbsbaw chamou de "a invenção da tradição". Os povos africanos de origens diversas, que pertencem ao passado a grupos étnicos distintos,

*"Globalização e multiculturalismo não se excluem. São os dois lados de uma mesma moeda."*

com culturas e religiões diversas, foram transportados para a América, onde foram transformados em escravo. No Novo Mundo, eles criaram os povos de uma nova identidade, que transcendeu muitas vezes as diferenças étnicas que originalmente os dividiam.

Brancos e negros, cada um à sua maneira e por motivos diversos, inventaram uma África. Hoje, com as novas possibilidades oferecidas pela cultura de massa e pela mídia, multiplicaram-se os grupos que invocam a tradição africana. Invocar a tradição e a cultura tornou-se uma forma de resistência. Ultimamente se tem visto, por toda parte, um renovo interesse pela cultura.

Por toda parte, os grupos que se sentiram excluídos, tentam criar um espaço próprio. As tendências globalizadoras, que supostamente pretendem uniformizar a experiência humana, eles opõem suas "tradições". Dessa forma, globalização e multiculturalismo não se

excluem. São os dois lados de uma mesma moeda.

Folha - Como a sra. vê as manifestações que repudiam a ideia de comemorar os 500 anos do Descobrimento do Brasil?

Viotti - Nos últimos anos, a indústria cultural tem promovido inúmeros eventos. Tudo é motivo para comemorações, congressos, publicação de livros. Os historiadores são os primeiros a serem chamados a dar sua contribuição.

Portanto, é de se esperar que os 500 anos da "descoberta do Brasil" sejam comemorados da mesma maneira como o foram a Abolição, a Proclamação da República e outras datas que têm sido consagradas como importantes marcos da história nacional.

É muito significativo que vários grupos estejam se mobilizando para contestar a história oficial, que tem, quando muito, adotado uma atitude conciliadora para com negros, índios, mulheres e outros grupos que se sentem excluídos dessa versão. Sua mobilização obriga todos os brasileiros a repensar a história do passado e do presente de maneira a torná-la mais inclusiva.

Folha - A América Latina teve, guardadas as especificidades regionais, um passado colonial comum e ideias políticas semelhantes: liberalismo, populismo, ditaduras militares. A sra. acredita que esse destino comum é uma tendência que continuará existindo?

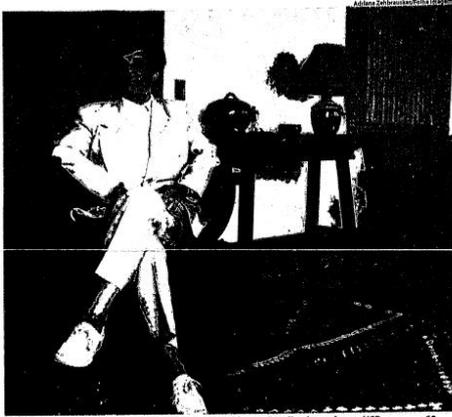
Viotti - De fato existem certos paralelismos interessantes na história dos países da América Latina, mas há também importantes diferenças. Isso significa que, apesar de terem partilhado uma posição semelhante no mercado internacional, suas peculiaridades ecológicas, demográficas, seus diferentes recursos naturais e graus de desenvolvimento, suas várias culturas imprimiram um curso diverso a sua história política.

Como já tive ocasião de afirmar várias vezes, os agentes históricos não são apenas produtos de uma história que já está predeterminada, mas são agentes de uma história que, ao mesmo tempo, os produz e reproduz por eles.

Se não fosse assim, como seria possível explicar a existência até hoje de uma Cuba socialista? Como explicar revoluções que abalaram a América Central nos anos 70/80 na Nicarágua, El Salvador e Guatemala, depois da onda de repressão que desabou sobre a América do Sul nos anos 60/70?

Uma abordagem economicista e mecanicista leva a políticas equivocadas. Quando se imagina que a história já está predeterminada, perde-se de vista os caminhos possíveis. Isso leva a um conformismo e a uma passividade perigosos. Tão perigosa quanto a visão voluntarista coyote, que privilegia os agentes históricos e ignora as forças que impõem limitações a sua vontade de agir.

A ideia de que a história da América Latina passou por estágios sucessivos — e que agora se encaminha para a social-democracia — tem sido corretamente contestada pelos historiadores, que apontam para as recorrências históricas de ditaduras militares e civis, de táticas populistas ou ainda de práticas discursivas liberais.



A historiadora Emília Viotti, que estudou a escravidão no Brasil e deu aulas na USP nos anos 60

# Para Castro, militares abandonaram política

CRISTINA GRILLO  
da Sucursal do Rio

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, pôs os militares em destaque no cenário político brasileiro, uma participação que se manteve até o fim do regime militar, em 1985.

Para Celso Castro, 36, pesquisador do CPDOC (Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, editor da revista "Estudos Históricos" e diretor da coleção "Descobertos do Brasil", da Jorge Zahar Editor.

**Nome:** Celso Castro  
**Idade:** 36  
**Cargo:** pesquisador do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, editor da revista "Estudos Históricos" e diretor da coleção "Descobertos do Brasil", da Jorge Zahar Editor.

**Livros:** "Os Militares e a República: um Estudo sobre Cultura e Ação Política" (Jorge Zahar, 1998) e "A Proclamação da República" (Jorge Zahar, 1999), organizador de "Ernesto Geisel" (ed. FGV, 1997), entre outros.

Cruz de que Paulo Maluf o teria procurado para articular um golpe contra a candidatura de Tancredo Neves, em 1984?

Castro - É impossível avaliar se Cruz diz a verdade ou não. Mas, havia, no momento da transição, militares insatisfeitos com os rumos da "abertura" e com a transferência do poder para um presidente civil de oposição. Era um grupo minoritário. Tratava-se de um grupo de "radicais", beneficiados pelo poder paralelo dos órgãos de informação/repressão durante a ditadura.

Mas esse grupo já havia sido enfraquecido pelas decisões de Geisel e pela atitude de Figueiredo em relação ao caso Riocentro. Figueiredo e os comandantes do Exército, a ocasião, para proteger oficiais amigos atuantes nos órgãos de informação/repressão, acabaram fazendo com que a bomba explodisse a imagem pública de toda a instituição militar. Também não podemos esquecer que, independentemente das acusações de Newton Cruz a Maluf serem verdade ou mentira, o Brasil tem uma tradição de políticos autoritários dispostos a recorrer aos militares para intervir na política em

benefício de seus interesses.

Folha - Pode-se comparar o processo que levou ao golpe de 64 com o que levou à Proclamação da República em 1889?

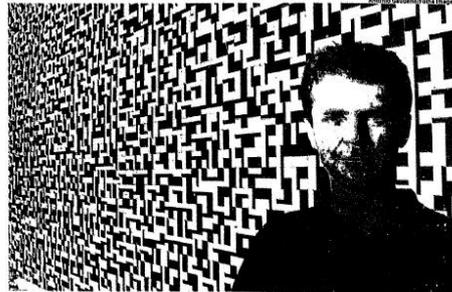
Castro - A cultura da mocidade militar que fez o golpe de 1889 nasceu era marcada pela predominância do mérito e das doutrinas científicas da época. A geração envolvida em 64 era formada por civis que tinham uma ideologia anticomunista muito forte. É uma geração que pensa que o mundo tem dois blocos, os bons e os maus, os Estados Unidos defendendo o capitalismo, a liberdade e a democracia, e os comunistas, liderados pelo União Soviética, querendo subverter a religião, a família, a propriedade privada.

Eles estavam engajados ao lado do Ocidente e o principal inimigo era inimigo interno, os comunistas. Esse linguajar é muito antiquado hoje, mas era o da geração que fez o regime militar. Em 1985, já havia uma situação de perda de prestígio social muito grande, em grande parte por causa da situação no regime militar.

Folha - Antes de 64 a imagem social dos militares era estranha? Castro - Eles tinham prestígio, uma profissão reconhecida, a instituição era admirada por grande parte da população. Com o fim do regime militar, é muito difícil encontrar qualquer pessoa ou grupo que os defendia. Hoje, não vejo uma questão militar preocupante.

Há uma série de coisas a resolver, mas o que se considerava como prerrogativas militares foram sendo pouco a pouco afastadas.

Folha - Por exemplo? Castro - Durado que, há 15 anos, algum analista militar acreditasse que passaríamos por um processo de impeachment de um presidente da República em meio a acusações de corrupção, com mobilizações populares, sem que os militares tomassem uma atitude.



Celso Castro, no Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV